



MEMÓRIAS DA HERDADE RIO FRIO



Pedro Pereira Leite®

2009

INDICE

INDICE.....	1
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	4
INTRODUÇÃO.....	8
O TERRITÓRIO DE RIO FRIO.....	11
Entre a Estremadura o Ribatejo e o Alentejo: Fragmentos duma identidade	13
Cheias por Miguel Torga	14
Cheias por Raul Brandão.....	14
Depois da cheia por Raul Proença	15
A Lezíria por Antero de Figueiredo	15
A Produção hortícola segundo Maria Alfreda Cruz.....	15
Mão-de-Obra segundo Maria Alfreda Cruz	16
Caracterização do Território	17
Individualidade da Península de Setúbal	17
Morfologia do Território	17
Tipologia do Povoamento.....	18
Ensaio de Evolução histórica.....	18
OS ARQUITECTOS DO TERRITÓRIO	20
As Primeiras Referencias ao Território.....	21
As Estradas Reais.....	22
A via militar para Évora	22
Descrição da Viagem de Manuel Serafim de Faria (1609).....	23
Jàcome Ratton e o empraçamento da Barroca de Alva e	24
Os trabalhos de Jàcome Ratton	24
A sucessão da Barroca d'Alva.....	30
O Capital financeiro entra na Barroca d'Alva	33
Gomes da Costa e Maria Cândida Ferreira Braga.	33
Maria Cândida e António Braga São Romão	34
Os Tempos áureos de Rio Frio	35
José Maria dos Santos (1832 – 1913).....	35
António Santos Jorge (1866-1923)	48
Samuel Lupi dos Santos Jorge (1897 -1964)	51
José Samuel Lupi (1902-1970).....	53
José Samuel Pereira Lupi (n. 1931)	56
RETRATOS DA HERDADE DE RIO FRIO	58
40 anos de transformação do Território (1892 e 1942)	59
Retrato do território em 1850	60
As opções económicas de José Maria dos Santos.....	60

A atracção pelas planícies do Sul.....	61
A Memória da Barroca d’Alva em Pinho Leal	62
A Memória da Herdade dos Machados em 1949	64
Retratos duma Grande Casa Agrícola - Herdade de Rio Frio	66
A Maior Vinha do Mundo (1906) de Cincinnato Costa	67
O Rio Frio que Portugal Possui e Ignora (1932).....	67
Os trabalhos de José Samuel Pereira Lupi	68
Os Trabalhos de Alfredo Vianna sobre a cultura do Arroz	71
De terra de vinhedos para as Hortas familiares: a visão da Geografia.....	72
Dualidade do modelo territorial da Borda-d’água	74
A Borda-d’água no contexto da Península de Setúbal	75
OS CENÁRIOS DE RIO FRIO	78
A agricultura e a viticultura em Portugal no tempo de Rio Frio	79
A desamortização dos Bens das ordens religiosas.....	80
A primeira revolução verde	81
A obra da Regeneração.....	82
A crise de 1890.....	84
A República.....	84
O Estado Novo.....	85
As causas do atraso da agricultura portuguesa: propostas de leitura	88
Oliveira Martins e o Fomento Rural (1873)	88
Ezequiel de Campos e o projecto de Reforma Agrária (1924)	90
Albert Silbert e Orlando Ribeiro: Os anos 60 e 70.....	91
Eugénio de Castro Caldas (1914-1999)	92
Miriam Halpern Pereira. Livre-Câmbio versus Proteccionismo (1971)	93
Manuel Villa Verde Cabral (1974)	94
Jaime Reis e a sua proposta duma releitura da História Económica (1984).....	96
Maria Filomena Mónica e os estudos sobre as elites (1987)	97
Pedro Lains e a “Nova História Económica” (2008)	99
O Vinho como produto de consumo	106
Os ciclos da economia vinhateira	107
A formação do Produto Vinho (1850 a 1930)	108
Um modelo corporativo de produção de massa (Anos 20 e 60).....	115
A diferenciação qualitativa (1960 – 1986).....	117
A produção de vinho em Setúbal	118
A Associação Central da Agricultura Portuguesa e a modernização da Agricultura.....	122
A Criação da Associação Central da Agricultura Portuguesa - 1860.....	122
A Vida a RACAP através dos Órgãos de Imprensa.....	129

A formação do Ensino Agrícola (1852-1912).....	139
O Método Integral de Pequito Rebelo (1918)	141
Os Estatutos de 1921	142
Os promotores.....	144
Outras Revistas sobre Agricultura.....	149
SÍNTESE.....	152
A memória patrimonial de Rio Frio e suas dinâmicas territoriais.....	156
ANEXOS.....	160
Outras Memórias sobre o património na envolvente da Herdade de Rio Frio.....	161
Memórias Orais e Núcleos Museológicos no Município de Palmela.....	161
Arquivo Casa Santos Jorge e o Grupo Desportivo De Rio Frio	162
Palmela Histórico-Artística: um inventário.....	163
Ermida de Santo António de Ussa.....	165
Palácio de Rio Frio	167
Artigos de Imprensa.....	168
Festas do Barrete Verde e das Salinas em Alcochete	173
Escavações Arqueológicas e projecto de musealização.....	176
Os Lupi e a Tauromaquia	178
Samuel Santos Jorge e os Bombeiros do Pinhal Novo.....	179
Extracto do Relatório do NAER sobre Património cultural e construído	180
Culturas Habitadas. A formação da Identidade de Pinhal Novo	189
Cultura regional dos Caramelos	190
Breve Cronologia sobre a Propriedade da Herdade de Rio Frio	192
Bibliografia.....	195

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Extracto da Carta Agrícola Nacional de 1910 de Pedro Folque, Arquivo do MOP.....	12
Ilustração 2- Extracto da Carta Agrícola em Rio Frio, 1860-1882, Arquivo do MOP.....	13
Ilustração 3 -Carta da Península de Setúbal (Neves Costa), 1893 - Arquivo do MOP	14
Ilustração 4- Extracto da Estremadura no Mapa da Coreográfico de Faden, 1819 , BNL	15
Ilustração 5 Carta dos Arredores de Lisboa, Rio Frio, Estado Maior do Exercito 1890, Arquivo do IGP.....	16
Ilustração 6-Capa da tese de doutoramento de Maria Alfreda Cruz em 1973	17
Ilustração 7 - Organização Espacial na Margem Sul, segundo Maria Alfreda Cruz em 1973	18
Ilustração 8- Carta da dos Itinerários Militares na Península de Setúbal, por Neves Costa- 1812, IGE	21
Ilustração 9- Disposição do Exercito do Conde de Lippe nas manobras miliares em Coina -Rio Frio, 1787	22
Ilustração 10-Capa do Livro de Nuno Daupias	23
Ilustração 11 - Jácome Ratton in Recordações.....	24
Ilustração 1213- Capa da Edição de Recordações de Jácome Ratton, edição de 1982.....	24
Ilustração 14- Carta das obras feitas por Jácome Ratton na Barroca d'alva, in Recordações.....	26
Ilustração 15-Gravura da Capela de Santo António da Ussa in Recordações de Jácome Ratton	27
Ilustração 16 - 1º Barão de Alcochete: Bernardo de Daupias.....	30
Ilustração 17 - A Herança de Jácome Ratton	31
Ilustração 18 - Herança de Maria Cândida Ferreira Braga.....	34
Ilustração 19 José Maria dos Santos. Ilustração da Época	35
Ilustração 20 Artigo de Dom Luíz da Cunha sobre Falecimento de José Maria dos Santos, no Boletim da ACAP, 1913, pag 1	38
Ilustração 21 - idem pag 2.....	39
Ilustração 22 - nota de pé de pagina (idem -)	41
Ilustração 23 Extracto do Portugal Vinicole, Cincinnato Costa, 1900.....	41
Ilustração 24 -Extracto do Mapa de Cincinnato Costa, sobre a região produtora de vinhos no Pinhal Novo	42
Ilustração 25- Portugal Vinícola por Cincinnato Costa em 1900.....	43
Ilustração 26 - Ilustração in Geografia de Portugal de Amorim Girão, sobre saldos migratórios entre 1890-1940.....	43
Ilustração 27 - Jazigo da Família Ferreira Braga no Cemitério dos Prazeres em Lisboa	44
Ilustração 28 -Herdeiros de José Maria dos Santos.....	46
Ilustração 29 António Santos Jorge	47
Ilustração 30- Jazigo da Família Santos Jorge no Cemitério dos Prazeres em Lisboa, 1923	48
Ilustração 31 - Pormenor de Jazigo da Família Santos Jorge.....	49
Ilustração 32 Sucessão da Casa de Palma até 1ª década de 30	50
Ilustração 33 - Samuel Santos Jorge	51
Ilustração 34- Herança de Samuel Santos Jorge	52
Ilustração 35 - José Samuel Lupi em 1970. Quadro de Maluda	53

Ilustração 36 Estatutos da Sociedade Agrícola de Rio Frio, 1958	53
Ilustração 37- Herança de José Lupi.....	54
Ilustração 38 Capa do "Relatório e Contas da SARF", em 1958	55
Ilustração 39- Capa de Trabalho de Final de Curso de José Lupi, 1961	55
Ilustração 40- Trabalho de Tirocínio de José Lupi para Engenheiro Agrónomo, 1961.....	56
Ilustração 41-Capa de Trabalho de Final de Curso do Engº Alfredo Vianna em 1958.....	57
Ilustração 42-Carta de Orlando Ribeiro, sobre ocupação do solo em Pinhal novo, em 1892, feito a partir da Carta Agrícola de 1890	59
Ilustração 43- Carta de Orlando Ribeiro sobre ocupação do solo em 1942, a partir de Carta Militar de 1942.....	60
Ilustração 44 -Carta Militar de 1942	61
Ilustração 45 Povoamento no Pinhal Novo em 1942, segundo Orlando Ribeiro	62
Ilustração 46 - O povoamento no Pinhal Novo em 1892, segundo Orlando Ribeiro	63
Ilustração 47- Capa do Jornal A Vinha Portuguesa de 1906, onde veio inserido artigo de Dom Luiz da Cunha	65
Ilustração 48- Fotografia de Rio Frio, com Plantações de Vinha associadas a Oliveiras, 1962, in Relatório de Final de _curso de José Lupi	66
Ilustração 49 – Capa do Livro de Batalha Reis, publicado em 1945	67
Ilustração 50 – Capa do Catálogo sobre Vinhos Portugueses em 1874	68
Ilustração 51 - Carta de Albert Silbert, sobre os Baldios no Sul de Portugal no século XVIII.....	69
Ilustração 52 - Carta de Albert Silbert, sobre regiões vinícolas no sul de Portugal, no Século XIX.....	70
Ilustração 53 - Fotografia de José Lupi na sua monografia sobre Rio Frio, com associação vinha e sobreiro em 1961	71
Ilustração 54 Carta Militar na área de Barroca d’Alva, 1939	72
Ilustração 55- Extracto da Carta Militar em Rio Frio, 1971	73
Ilustração 56 Carta de Albert Silbert sobre expansão da Cultura da Oliveira no Sul de Portugal	73
Ilustração 57 - Extracto da Carta militar em 1971.....	74
Ilustração 58 - Extracto da Carta Militar de Rio Frio em 2004	75
Ilustração 59 - Pormenor de Rio Frio na Carta Militar em 1942-44	76
Ilustração 60 - Vindima -desenho de Bernardo Marques	76
Ilustração 61 Fotografia sobre Trabalhos Agrícolas na Região de Palma, BNL	79
Ilustração 62 Fotografia sobre Trabalhos Agrícolas na Região de Palmela, BNL.....	79
Ilustração 63 - Adega na Região de Palmela nos anos 40, Arquivo da BNL	80
Ilustração 64 Vindimas em Setúbal anos 40, Arquivo da BNL	80
Ilustração 65 - Trabalhos Agrícolas em Palma, anos 40, arquivo da BNL ...	81
Ilustração 66 Trabalhos Agrícolas em Palma, anos 40, Arquivo da BNL	81
Ilustração 67Trabalhos Agrícolas em Palma, anos 40, arquivo da BN	82
Ilustração 68 Trabalhos Agrícolas em Palma, anos 40, Arquivo da BNL	84
Ilustração 69 -, Vindimas na Região de Setúbal, anos 40, arquivo da BNL.	85
Ilustração 70 - Vindima na Região de Setúbal, anos 40,Arquivo da BNL....	86
Ilustração 71 Vindimas na Região de Setúbal, anos 40, Arquivo da BNL....	87
Ilustração 72- Capa de Livro de Oliveira Martins de 1873	88
Ilustração 73 - Vindima na Região de Setúbal, anos 50 Arquivo da BNL....	89

Ilustração 74 – Capa de Livro de Orlando Ribeiro sobre a evolução agrária.	90
Ilustração 75 – Ezequiel de Campos	90
Ilustração 76 Capa de Livro de Albert Silbert, 1970	91
Ilustração. 77 - Vindimas na Região de Setúbal, anos 50	92
Ilustração 78 - Vindimas em Setúbal	93
Ilustração 79 - Ilustração de Albert Silbert sobre a Cultura do Trigo no Sul de Portugal	94
Ilustração 80 - Capa de Publicação da RACAP, como os Faustos da Agricultura em 1937.	95
Ilustração 81 - Vindimas na Região de Setúbal, anos 50	96
Ilustração 82 - Conferência de Dom Luíz de Castro sobre Vinicultura, na RACAP, 1907.	97
Ilustração 83 -- Trabalhos Agrícolas na região de Setúbal - Início do século	98
Ilustração 84 – Tecnologia agrícola de Ferreira Lapa	100
Ilustração 85 – Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa	101
Ilustração 86 Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa	102
Ilustração 87 - Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa	103
Ilustração 88 - Vindimas: Desenho de Bernardo Marques	103
Ilustração 89 Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa	104
Ilustração 90- Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa	105
Ilustração 91 Carta Vinícola de Portugal em 1874	106
Ilustração 92 Pormenor da Carta Vinícola de 1874	107
Ilustração 93 --Moscatel de Setúbal	108
Ilustração 94 - Carta Vinícola de 1900 de Cincinnato Costa	109
Ilustração 95 - O Portugal Vinícola de Cincinnato Costa em 1900	110
Ilustração 96- A Política do Vinho de 1933	111
Ilustração 97 –Capa de Livro de Luiz da Castro	111
Ilustração 98 - Desenho de Bernardo Marques	112
Ilustração 99 - Desenho de Bernardo Marques	113
Ilustração 100 Capa de Livro de Dom Luíz de Castro	115
Ilustração 101 - Relatório de Rodrigo Moraes Soares sobre a Agricultura, 1875	117
Ilustração 102 - Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa	117
Ilustração 103 – Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa	118
Ilustração 104- Crónicas Agrícolas de Dom Luiz de Castro	119
Ilustração 105 Região do Moscatel de Setúbal em 1938	119
Ilustração 106 - Os Vinhos da Estremadura em 1938, os vinhos de pasto	120
Ilustração 107 V congresso do Vinho em 1938: O Moscatel de Setúbal, por Soares Franco	121
Ilustração 108 Estatutos da RACAP de 1860	122
Ilustração 109 Catálogo da Exposição de 1861	123
Ilustração 110 - Conferencia Agrícola de Ferreira Lapa, 1867	123
Ilustração 111 Catálogo da Exposição Agrícola de 1886	124
Ilustração 112- Estatutos da Sociedade de Siencias Agronómicas de 1903	125
Ilustração 113 Pavilhão de exposições na Ajuda, 1886	127
Ilustração 114 .Interior do Pavilhão da Ajuda em 1886	128
Ilustração 115 - Gravura da Revista Agronómica	130
Ilustração 116- Revista agronómica	130
Ilustração 117 -Revista Agrícola	131

Ilustração 118- Produtores Vinícolas de Setúbal na Exposição de 1874 ...	132
Ilustração 119 A Agricultura Portuguesa	133
Ilustração 120 - Relatório da Direcção da RACAP em 1895, demissão da direcção em protesto pela revisão da Pauta Aduaneira	133
Ilustração 121 - Revista Agronómica	134
Ilustração 122- Relatório da Exposição a Tapada da Ajuda de 1882	134
Ilustração 123- Livro de Dom Luiz de Castro sobre Associativismo Agrícola de 1907.....	135
Ilustração 124- Circular da RACAP de 1894, com Direcção de que José Maria dos Santos faz parte	135
Ilustração 125 - Livro de Dom Luís de Castro de 1908.....	136
Ilustração 126 - Boletim da RACAP em 1895	137
Ilustração 127 - O Boletim da RACAP depois da implantação de República	138
Ilustração 128 O Boletim da RACAP em 1912	138
Ilustração 129- Escola Agrícola e de Medicina Veterinária em 1875	139
Ilustração 130 Publicação de Cincinnato Costa em 1900. O ensino da agricultura	140
Ilustração 131 - O conde de Ficalho, 3º director da Escola Agrícola	140
Ilustração 132 - Pequito Rebelo	141
Ilustração 133- Livro de Pequito Rebelo, 1929.....	141
Ilustração 134 - O boletim da RACAP	142
Ilustração 135- Os Estatutos da ACAP em 1921	142
Ilustração 136 - 1º pagina dos Estatutos de 1921	143
Ilustração 137 - Notícia sobre a Biblioteca da RACAP- 1915	143
Ilustração 138 - Grémio da Lavoura em Coimbra. Foto Actual	144
Ilustração 139 - Ayres de Sá Nogueira	144
Ilustração 140 - Elogio a Aires de Sá Nogueira na RACAP.....	145
Ilustração 141 - Crónica de Dom Luiz de Castro	146
Ilustração 142 - Ferreira Lapa	146
Ilustração 143 - Relatório de Morais Soares	147
Ilustração 144 - Boletim da ACAP em 1985	147
Ilustração 145 - Boletim de Inscrição em Biblioteca de RACAP.....	149
Ilustração 146 - Circular aos Sócios dos anos 30	150
Ilustração 147 -Capa de Estudo sobre o comércio de vinho com as Colónias, António Capela, 1973	151
Ilustração 148 - Conferencia de Dom Luiz de Castro em 1909	151
Ilustração 149 - Busto de José Maria dos Santos no Pinal Novo	163
Ilustração 150 - Capela de Sto António da Ussa.....	165
Ilustração 151 - Festa do Barrete Verde, foto CMA.....	173
Ilustração 152 -Catálogo da Exposição em Almada, 1984	176
Ilustração 153 - Capa de proposta de musealização de Porto de Cacos, anos 90	177
Ilustração 154 - Ferro de Rio Frio, utilizado por José Lupi na sua coudelaria	178
Ilustração 155 - Capa de Tese sobre Cultura Caramelos	189

*“Era no seco tempo que nas eiras
Cêres o fruto deixa aos lavradores,
Entra em Astreia o Sol, no mês de Agosto.
Baco das uvas tira o dôce mosto.”*

(Luís de Camões, *Os Lusíadas* Canto IV)



INTRODUÇÃO

A “Memórias da Herdade Rio Frio” é um trabalho que tem como objectivo identificar as heranças mais significativas da dinâmica agrícola da herdade de Rio Frio, dos seus protagonistas e do contexto económico em que decorreu. Iniciamos com uma caracterização geral do território. Que tipo de imagens este território foi apresentando e como é que ele pode ser lido em função das iconologias regionais.

De seguida, procuramos desenvolver a caracterização do território, da sua geomorfologia à sua integração nas dinâmicas da transformação da paisagem através das actividades agrícolas. Procurou-se reconstituir na medida do possível a evolução do território, com base nas várias cartografias e memórias que foram escritas.

Em terceiro lugar procuramos detalhar o uso que cada proprietário foi dando ao seu território, as principais transformações que lhe foram adicionando. Aqui individualiza-se cada proprietário, com um natural destaque para a figura de José Maria dos Santos que cria a sociedade agrícola de Rio Frio e nele implanta a maior vinha do mundo. Um elemento que se destaca pelo valor de herança que assume no âmbito do desenvolvimento agrícola em Portugal, onde a herdade se transforma num modelo. Através dos seus herdeiros, procuramos detectar os ritmos de adaptação e transformação da herdade até aos anos em que se começa a pressentir a introdução de outras dinâmicas regionais que conduzem à lenta dissolução da sua vocação agrícola.

Num quarto momento fomos procurar retratos das actividades agrícolas em Rio Frio. Fomos procurar os sentidos e os pulsares dos trabalhos agrícolas e dos seus significados. Em quinto lugar procuramos a contextualização da herdade através de curtas referências à dinâmica da agricultura e da viticultura portuguesa, essencialmente entre os anos de 1850 e 1960. No âmbito desta dinâmica desenhamos um quadro de evolução duma polémica que têm atravessado o debate agrícola: “o atraso da agricultura portuguesa”. Os aspectos essenciais desta polémica confrontado com o que em cada tempo era a realidade agrícola de Rio Frio e o que isso representa no âmbito das leituras dos seus contemporâneos, permite concluir que Rio Frio foi um caso exemplar. No fundo o que foi feito em Rio Frio, os investimentos tecnológicos voltados para a inovação e para o aumento da produtividade, numa perspectiva de mercado apresentam uma interessante actualidade, nos debates do tempo, e numa leitura da actualidade.

Abordamos ainda duma forma sintética a evolução da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, organização de que José Maria dos Santos foi fundador, essencialmente na busca de informação sobre as actividades deste lavrador nessa associação.

Finalizamos com um quadro sobre a forma como o património, em Rio Frio e na sua envolvência tem sido referenciado. Trata-se basicamente dum inventário de questões patrimoniais, sobre as quais a leitura de

contextualização deste trabalho permitirá avançar na produção de uma rentabilização da memória e da herança.

Foi um trabalho essencialmente executado com base nas informações pesquisadas em arquivos públicos bibliotecas em busca de elementos relevantes. Foram assim visitados os Arquivos Municipais de Alcochete; Montijo; Palmela; o Arquivo Distrital de Setúbal; Ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo; O Arquivo do Instituto de Ciências Sociais; o Arquivo da Fundação Alter Real e as Bibliotecas de Montijo, Alcochete e Palmela a Biblioteca Nacional e a Junta de Freguesia do Pinhal Novo; a Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, a Cartoteca do Centro de Estudos Geográficos, o Instituto Geográfico Cadastral, o Instituto Geográfico do Exercito e a Divisão da Arma de Engenharia do Estado Maior do Exército.

Em Maio de 2009 apresentámos um relatório de progresso, onde apresentamos algumas conclusões, nomeadamente sobre a actividade de José Maria dos Santos no âmbito da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa. A história desta associação ainda está por fazer¹, e pelas conclusões a que chegamos o associado 115 é uma presença regular nos seus órgãos directivos até ao final do século, mas com uma participação discreta. Por esse motivo, e de acordo com as orientações acordadas, não avançamos com uma análise detalhada do arquivo desta associação. As informações que aqui apresentamos foram recolhidas na imprensa desta associação. Na sequência dessa conclusão, acordamos que seria mais interessante desenvolver a problemática da integração da Herdade nas dinâmicas da agricultura e em particular da produção de vinho.

Decorrente das conclusões do Relatório Intermédio onde abordamos a questão da utilidade futura deste trabalho para a sociedade de Rio Frio, apresentamos agora um conjunto de textos, ordenados duma forma temática e cronológica. Propomos várias leituras: a dos contextos; a das personagens; a das realidades na transformação do território; as leituras que os contemporâneos fizeram. Isto deu origem uma apresentação temática com base nos documentos (escritos e iconográficos). Este método de colocar os textos identificados a falarem, evitando interpretações e descrições contemporâneas, visa a sua possível utilização como texto base de futuros de divulgação e valorização patrimonial.

Uma palavra final de agradecimento à Administração da Herdade de Rio Frio, e em particular ao Eng.º Ramos Rocha que com o seu entusiasmo e conhecimento mostrou sempre a melhor disponibilidade para que este trabalho tivesse sido concretizado.

¹ Conceição Andrade Martins apresentou em 2005 no Instituto de Ciências Sociais um Projecto para desenvolver uma investigação intitulada " A RACAP e o Associativismos Agrícola". Não conhecemos qualquer desenvolvimento do projecto.

*“ A vida não é possível
Sem um bocado do pitoresco ”*

Eça de Queiroz, Correspondência de Fradique Mendes



O TERRITÓRIO DE RIO FRIO.

A Herdade de Rio Frio localiza-se hoje no centro da área Metropolitana de Lisboa, na margem esquerda do Tejo, na Península de Setúbal. Integra os municípios de Palmela, Alcochete e Montijo. A evolução do território desta

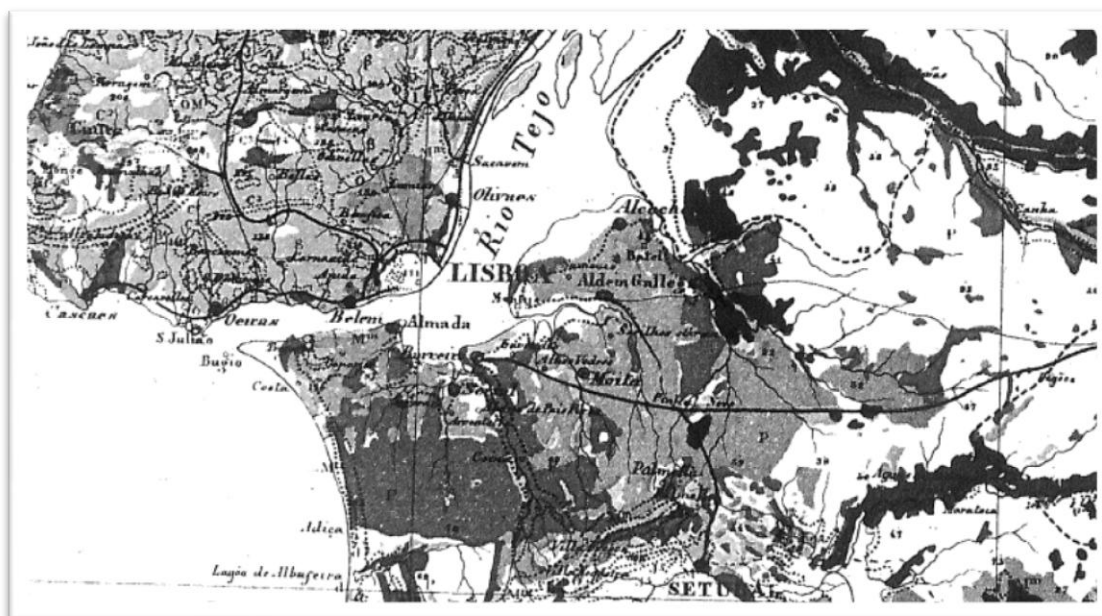


Ilustração 1- Extracto da Carta Agrícola Nacional de 1910 de Pedro Folque, Arquivo do MOP

herdade, a sua paisagem e a sua identidade cultural, constituem os primeiros elementos abordados neste nosso trabalho. É a busca de uma caracterização através das várias cartografias disponíveis e dos vários elementos iconográficos do passado que recolhemos ao longo da pesquisa.

Quando abordamos as questões do património, em particular a questão das noções de pertença às partes constituintes do território nacional, somos confrontados sistematicamente com a noção de identidade regional. A região, Províncias ou qualquer outro conjunto de classificação encontra-se enraizada no imaginário colectivo desenvolvendo as noções de pertença a um território. A noção de pertença é a base da criação das imagens e traços das identidades, que orientam o posicionamento dos indivíduos no conjunto social e hoje trabalhadas como marcas de produtos turísticos.

Herança do romantismo do século XIX, onde se procurava um regresso à pureza e à originalidade dum tempo inicial, a vida rural, com o seu colorido de traços, personagens e paisagens constitui uma das mais poderosas formas de criação destas identidades.

A actualidade da questão da pertença identitária é tanto mais pertinente, quanto hoje as acções de construção, seja de cidade, seja de obra civil, se encontram contaminadas pelo fenómeno patrimonial e pela necessidade de preservação dos traços da memória. E ao preservar escolhe-se o que é significativo, o traço dominante dum fenómeno que é essencialmente actual. Trata-se portanto de construir um presente, com base nas ideias que nesse presente se tem do passado.

No caso de Rio Frio esta abordagem revela-se interessante porque permite acompanhar o contexto da afirmação da pluralidade de identidades

regionais a partir dum território em mutação, que contém os principais elementos identitários das várias componentes da herança cultural desses vários territórios. Assim Rio Frio, assume-se como um espaço de práticas culturais e vivências diferenciadas, passíveis de integrar num projecto de valorização territorial, com base no património.

Entre a Estremadura o Ribatejo e o Alentejo: Fragmentos duma identidade

Segundo as palavras de Raul Proença no seu Guia de Portugal, O Ribatejo é uma designação histórica e não Geográfica. Distinguem-se três tipos de ambientes e paisagem, designados por *campo*, *bairros* e *charneca*:²

- O campo corresponde aos terrenos aluviais inundados pelas cheias de Inverno;
- O Bairro, a Norte, apresenta muitas semelhanças com a Estremadura, na natureza, nos terrenos, na topografia, nos sistemas agrícolas (vinha, olival, pomar) e nas densidades humanas;
- A Charneca, explorada extensivamente, pouco povoada, coberta de

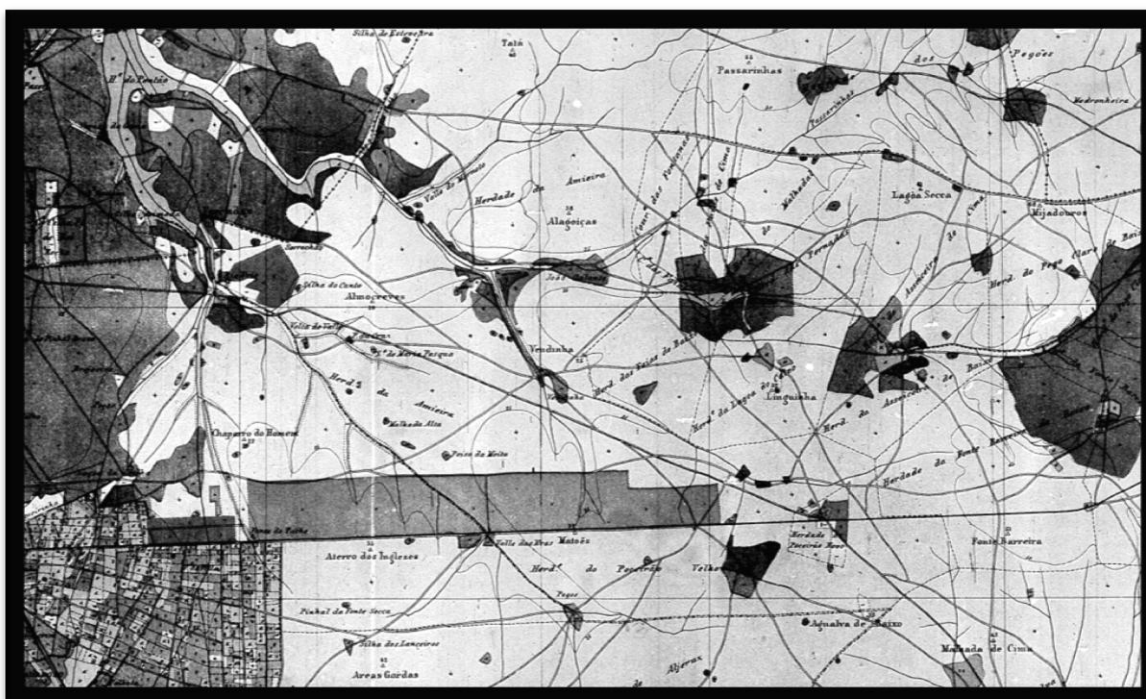


Ilustração 2- Extracto da Carta Agrícola em Rio Frio, 1860-1882, Arquivo do MOP

montado ou de floresta de pinheiros, aparece como continuação do Alentejo

O Ribatejo surge então como uma zona de transição entre a Estremadura e o Alentejo. Mas a especificidade do Ribatejo reside na dependência do Tejo – pescas, salinas, trânsito, culturas cerealíferas, irrigação, pastagens,

² CAVACO, Carminda (1992), Portugal Rural, Lisboa, Ministério da Agricultura, p. 116

lembrou Silva Teles e em particular o seu Regime, marcado por cheias, mesmo por grandes cheias antes das obras modernas de hidráulica”.

Cheias por Miguel Torga³

“O Ribatejo deve ser visto das Portas do Sol de Santarém, num dia de cheia, ou da bancada duma praça de Toiros, numa tarde de Verão. Num dia de Cheia, porque o Tejo hipertrofiado marca-lhe exactamente a extensão, e os contornos que a geografia nunca encontrou; numa tarde de Toiros, porque é no redondel que se precisa a sua profunda significação.

(...)

Mas o espectador atento que se debruce do miradouro escalabitano, ou veja um grupo de forcados pegar um toiro na arena, esse sabe que só a lezíria merece o apetecido e colorido nome.

Quando o rio entumesce, e um mar de água se espreguiça por quilómetros e quilómetros de terras baixas e porosas, Portugal, sempre sequioso e árido, sente que aquele é um mundo à parte dentro das suas entranhas - um mundo rico, de aluvião, de maná, onde não é preciso tirar dos abismos, a gestalho, a verdura duma couve, e se pode gastar o tempo numa lúdica e alegre faina, a cavalgar nas asas do vento.”

“ (...) Essa baía interminável e solene, que os olhos não se casam de ver, maravilhados de que haja fontes capazes de tanta abundância e tanta frescura.”

“Mesmo que a corrente leve os favais, a nata fica e dá erva. E é da Erva que se alimenta o gado. As grandes searas da campina podem ondular com denguiçe, que não se pavoneiam com mais donaire que as alentejanas. Mas o toiro que irrompe do curro, negro e luzidio, e o cavalo que o espera, nédio e nervoso entre as esporas do cavaleiro, esses são o produto específico da terra ribatejana”.

Cheias por Raul Brandão

“A cheia encheu as valas e transbordou, encheu as poças que são a continuação do Tejo que ficou longe, sem margens (...) o Tejo tomou conta dos campos, das lezírias, dos olivais, das hortas, numa extensão de muitas léguas (...) as estradas desapareceram, os tabuleiros de vegetação sumiram-se sob a toalha líquida. Só emergem as pontas das árvores que



Ilustração 3 -Carta da Península de Setúbal (Neves Costa), 1893 - Arquivo do MOP

³ BRANDÃO, Raul (1950) “Ribatejo” in Portugal, Coimbra, Coimbra Editora , pp. 99-105

limitam os campos ou os eucaliptos que bordavam os caminhos, as fruteiras dos pomares, macieiras e pereiras em flor, saindo da água barrenta que não se vê correr (...) uma amplidão extraordinária de água até onde a vista alcança. Mais longe ainda águas paradas, águas móveis, e mais longe, outra água, todo o mundo feito de água”

Depois da cheia por Raul Proença

“ Advinham-se mais do que se vêem as águas infiltradas nas campinas, os fios reluzindo como prata fosca entre salgueiros e a névoa entontecida que se cõa com o sol. A paisagem não tem consistência. É delicada, nervosa. Parece doente”

A Lezíria por Antero de Figueiredo

“A Estremadura, farta e franca, canta de alegria de quem semeia e cria, cobrindo-se de searas de pastos, de gado. Nas suas Lezírias ribatejana chatas, verdecidas, intérminas, acolá e além mescladas com manchas cinzentas, alazãs, ou negras de rebanhos de carneiros, de manadios de toiros bravos, de récuas de cavalos - nas suas lezírias vive o campino em pleno ar livre e sob o sol criador que lhe tísna a face dura, de suíças curtas, as mãos secas, e lhe enrijece a alma decidida. ”⁴

A Produção hortícola segundo Maria Alfreda Cruz

“A proximidade de mercados urbanos, de forte consumo de hortaliças, frutos, leite, carnes, flores estimulou o crescimento de novos ramos, no quadro de explorações familiares mais ou menos camponesas, que repetem os sistemas saloios tradicionais, de grandes empresas patronais (leite de vaca, carne de porco; vinho, azeite pêssegos e plantas ornamentais), ou de exploração de seareiros (melão e tomate para conserva), sem fortes laços a ligá-los à terra cultivada em cada ano, terra disputada, de renda elevada, e onde não convém repetir sem limite a mesma cultura.

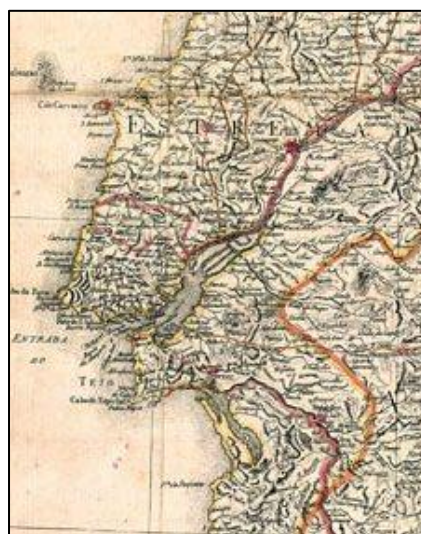


Ilustração 4- Extracto da Estremadura no Mapa da Coreográfico de Faden, 1819 , BNL

As estruturas fundiárias de exploração são, na verdade, bastante diferenciadas, grandes propriedades e explorações, de sistemas extensivos e especializados, agrícolas e pecuários; pequenas e médias propriedades e explorações intensivas, policulturais, agropecuárias; e quintas senhoriais e burguesas, agrícolas e de recreio e prestígio. Os riscos de cheia condicionam,

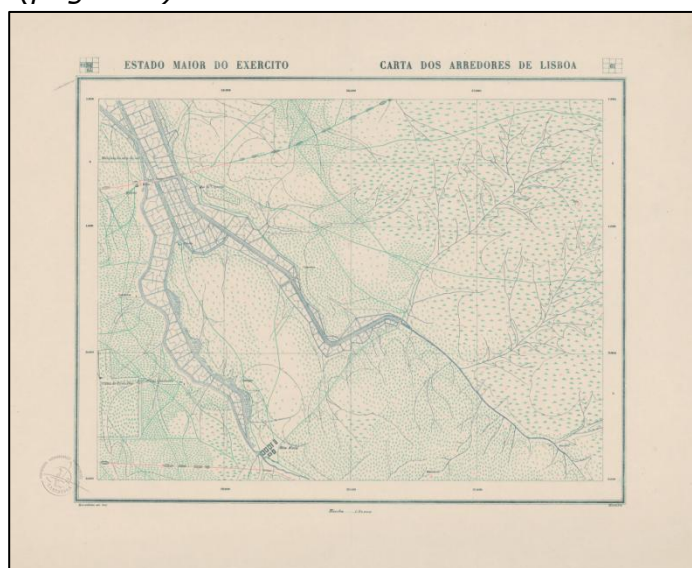
⁴ FIGUEIREDO, Antero de (1918) Jornadas em Portugal, Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, pag 23,24

conjuntamente com a estrutura agrária, os sistemas do uso do solo: vinha em vez de trigo; culturas de Primavera-Verão em alternância com os pastos”⁵.

Mão-de-Obra segundo Maria Alfreda Cruz

"Mesmo se as colheitas manuais, e por isso superando dificuldades de contratação sazonal e jornas relativamente elevadas, tanto mais que o contexto regional é industrial e urbano; arranque e deslocação da vinha da planície para a encosta, com vista ao melhoramento da qualidade do vinho, deixando aquela para culturas não menos lucrativas (milho, girassol ou tabaco) ou arrendando-a aos seareiros do tomate e do melão; difusão de pomares e de técnicas sofisticadas de drenagem de rega, de distribuição dos factores químicos de produção (cultura do arroz), de conservação, normalização, calibragem, etc. " (pag. 119)

"A sul do mar da palha, na Borda-d'água da outra banda, e por toda a Península de Setúbal, reaparecem os traços das paisagens da Estremadura, em toda a sua complexidade: pinhais, em parte orientadas para os primores do ar livre (Costa da Caparica, Montijo Alcochete) e em estufa; pomares; flores ao ar livre e em estufa; vinha (vinho generoso e de mesa) e olival... Afirmam-se, todavia,



claramente as influências da cidade, na disputa do solo, água, força de trabalho, capitais e iniciativas, mas igualmente como mercado estimulante e centro difusor de informação: " (ibidem)

Ilustração 5 Carta dos Arredores de Lisboa, Rio Frio, Estado Maior do Exercito 1890, Arquivo do IGP

O Ribatejo e os seus contrastes têm sido descritos com estas e com outras prosas e poesias dos melhores escritores portugueses. Com ela se poderá constituir um catálogo descritivo da sua via e contrastes ao longo do tempo.

Quando José Saramago escreve o seu livro "Viagem a Portugal", Rio Frio e a outra Banda não é descrita.

⁵ CRUZ, Maria Alfreda, (1973), A Margem Sul do Estuário do Tejo, Lisboa, pag 119

Caracterização do Território

Individualidade da Península de Setúbal⁶

Na caracterização espacial da Península de Setúbal distinguem-se duas grandes áreas de paisagem. A Arrábida, imponente a Sul, e a charneca quaternária que acompanha a margem sul do Tejo. O eixo da Ribeira de Coina separa duas realidades, “separa a **Arrábida** das terras do Tejo. Por sua vez, nas terras do Tejo, recorta-se a **Outra Banda** com as terras da Almada e Caparica, e as minúsculas póvoas de pescadores e transporte de cabotagem, da **Borda-d’água**, separadas pelo esteiro de Corroios e Arrentela. Esta última mais próxima da influência das terras do Sado onde se desenvolveu a cultura do vinho e do sal, do montado de sobre e mais tarde do arroz. Nas funções territoriais das póvoas e portos sobressaem as funções de transporte.

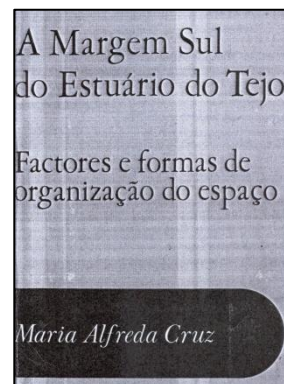


Ilustração 6-Capa da tese de doutoramento de Maria Alfreda Cruz em 1973

A dualidade da ocupação do solo nota-se também na tipologia da propriedade, a predominar na primeira dos foros e aprazamentos e na segunda” (ibidem). Rio Frio, com a sua dimensão de grande propriedade insere-se nesta classificação.

Morfologia do Território

“A Ribeira de Coina, o único acidente importante do interior, separa os terrenos ocidentais, centrado no maciço miocénico, do enchimento pliocénico da área deprimida a leste. Aquela apresenta-se em continuidade com a superfície estremenha da margem Norte que resulta da evolução morfológica duma estrutura muito diferenciada em materiais e em arquitectura; esta continua a monotonia de horizontes do Ribatejo, e subordina-se ao mecanismo de afeição topográfico dos terrenos friáveis, em relação ao rio quaternário” (pag 21)

“ A cerca de 6 km da foz, verificam-se falhas locais de pequena rejeição (Vale da Arrentela, Vale de Chelas, Corroios Penha de França, Rio Frio e Bonfim, em direcção à Arrábida, Atalaia e Monte Castelo Arranjo tectónico em teclas de Piano, suavemente repercutido em direcção à margem” (idem)

⁶ CRUZ, Maria Alfreda (1973) A Margem Sul do Estuário do Tejo, Factores e Formas de Organização do Espaço, Lisboa, Tese de Doutoramento em Geografia. É igualmente autora duma Tese de Doutoramento em Ciências do Ambiente especialidade Ordenamento do Território, feita em 1989 na Universidade Nova de Lisboa. A primeira parte deste doutoramento inclui o primeiro doutoramento, propondo num segundo momento um modelo de planeamento territorial com base nas dinâmicas observadas.

Tipologia do Povoamento

Almada e Equabonna (Vila Velha de Coina) são os topónimos do assentamento mais antigo que chegou até à actualidade. Virgínia Rau dá notícia de grandes salinas para Leste de Coina, pertencentes ao antigo Município de Nossa Senhora de Sabona (Santa Maria de Sabona, em Alcochete). O Tejo justificaria a constituição dos vários núcleos ribeirinhos. Coina, com o seu canal navegável, também se justificava nesta economia de transporte. Entre estes núcleos e a Arrábida, os terrenos de charneca eram locais de instalação das grandes herdades de latifúndio. Só no século XIX se inicia o aproveitamento destas áreas, com os princípios de colonização que se irão aplicar ao Alentejo.

A propósito da configuração das principais herdades, Maria Alfreda Cruz indica nesta área as explorações: Herdades Rio Frio, Barroca d'Alva e Rilvas, que perfazem 16.552,5 hectares (dados de 1963)⁷

Ensaio de Evolução histórica

"Charneca mediterrânica, de quarc⁸i arbóreos de folhas perenes constituindo montado, com sub-bosque de carrasco, estevas, cistos e tojos, por ser asilo de caça diversa, era coutada de Reis e fidalgos. Apenas as suas margens, pertença dos concelhos (os maninhos), recuavam progressivamente perante as avançadas da vida agrária, pois de modo geral as terra coutadas eram mantidas com firmeza enquanto fosse possível. Nos fins do século XV, não obstante as queixas apresentadas pelo povo nas cortes de 1498, contra o excesso de coutadas, a coroa decidiu manter, entre outras a do Ribatejo, desde a Chamusca até ao barco das Enguias⁹ e do rio de Coina até Azeitão e Cezimbra, com todas a coutadas antigas dentro desse limite até Coruche e Erra" E Prossegue, "Mas nos princípios do século XVIII, se a chamada charneca fronteira a Lisboa oferecia largamente perdizes, coelhos e adens ao exercício da caça, já nela

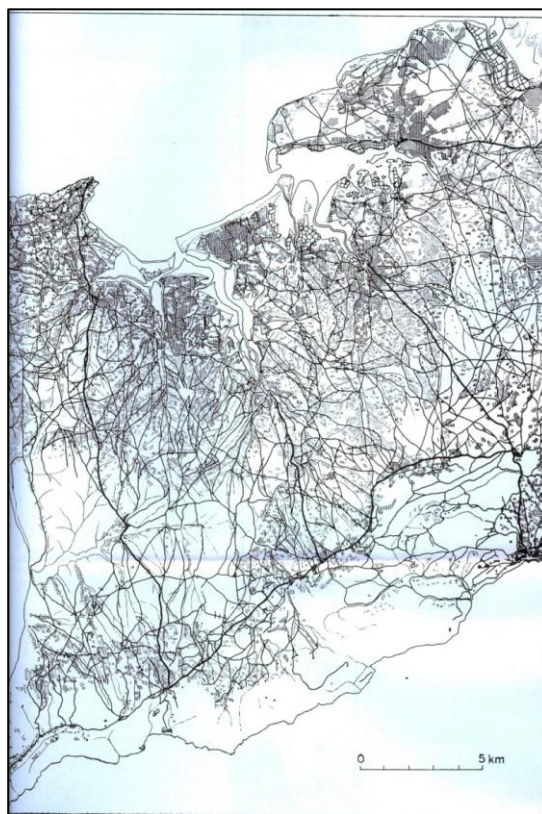


Ilustração 7 - Organização Espacial na Margem Sul, segundo Maria Alfreda Cruz em 1973

⁷ Op cit pag 30

⁸ Querci – francesismo que se refere a solos ácidos ricos em sílica.

⁹ No termo de Alcochete. A autora suspeita que esta tinha nos documentos antigos o nome de Santa Maria de Sabona, no local onde hoje se encontra as ruínas da igreja de São Francisco de Sabona, em Alcochete.

não se acusava nenhuma das coutadas reais consideradas importantes ao Sul do Tejo. Este facto parece efeito duma pressão demográfica mas traduz também uma longa determinação de reservar a Lisboa um vasto campo de abastecimento de lenha e de carvão, que foram energia indispensável a lares e fornos com características industriais, como o do vidros. Nos séculos XV e XVI existiam alguns na Margem Sul do Estuário do Tejo, - em Coima (desde 1499), em Rio Frio (desde 1562), e Alcochete (desde 1583) - assim como em muitos outros em Lisboa" (p 30).

Em 1676 já se reconhecia que estes fornos tinham vindo a produzir uma grande desolação na charneca. Os terrenos agricultados por cereais eram escassos e sempre nas periferias dos povoados. Nos terrenos da charneca, quando havia sesmaria era plantada a vinha ou o pinhal.

Lenha e carvão, assim como territórios de passagem, era a utilidade deste território até ao surto de industrialização do século XVIII. A reorganização da paisagem rural, inicia-se nesta altura por contraposição às áreas cultivadas de Almada até ao Montijo.

*"Avaliando as circunstâncias regionais determina-se que a situação mais desfavorável à vida rural, era no final do século XVIII, a do termo oriente de Alcochete, bruscamente limitado pelos pauis infectos do Rio das Enguias: Rilvas, Rio Frio e Barroca d'Alva. Brejos tinham existido também na Moita e extinguiram-se possivelmente nessa altura, pois se em 1758 ainda a sua ribeira se descrevia como correspondente a um braço do Tejo e a situação da vila se confinava como um quase sapal, em 1815 já assim não se apresentava."*¹⁰

¹⁰ Id ibem

*“O primeiro bebe-se inteiro
O segundo até ao fundo
O Terceiro como o primeiro
O quarto como o segundo
O quinto bebe-se todo
O Sexto do mesmo modo
O Sétimo bebe-se cheio
O Oitavo duas vezes e meio “*



OS ARQUITECTOS DO TERRITÓRIO

As Primeiras Referencias ao Território

*"As Cortes de Lisboa, de 1498, queixam-se das muitas coutadas e oficiais delas que há no Reino, e pedem a el-rei, Dom Manuel que, reservando algumas para seu desporto, descute as outras. (...). Pela resposta do monarca, as coutadas reais que ficaram subsistindo, são ainda as seguintes: A de Almeirim e Cintra; a de Riba Tejo, desde a Chamusca até ao Barco das Enguias, com todas as coutadas antigas que dentro destes limites há e do Rio de Coima até Azeitão e Cezimbra; até Coruche e Erra; as coutadas antigas na Ribeira de Canha e Cabrela; as montarias do Soajo e Cabril; todo o termo de Alcácer com a charneca de Landeirare; (...) 1496-Cortes de Lisboa "*¹¹

Em 12 de Junho de 1498, manda El-rei que "conquanto ficassem existindo as coutadas de Cezimbra, Setubal e Palmela, deixassem de existir aí monteiros" (ibidem)

Em 1562 sabemos que o território é propriedade da Coroa. Sabe-se que em Rio Frio existiam uns fornos de Carvão (transformação de madeira) e que os terrenos eram utilizados para caça à perdiz, ao coelho e adens. Esta dupla função estaria a gerar incompatibilidades, uma vez que os terrenos se estavam a transformar em charneca devido ao abate de árvores, fenómeno que atingia o território desde Alcochete a Coima. Em 1585 o Álvaro Afonso de Almada, cavaleiro da Ordem de Cristo tinha o emprazamento da Barroca d'Alva.

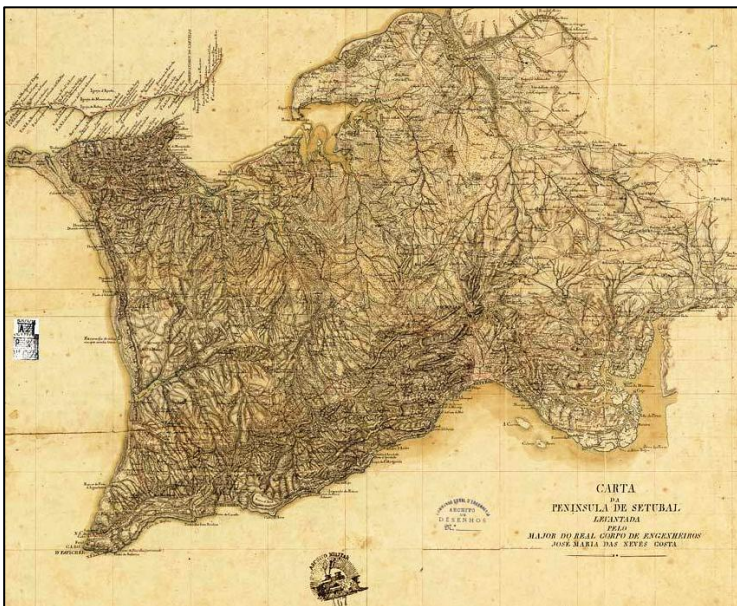


Ilustração 8- Carta da dos Itinerários Militares na Península de Setúbal, por Neves Costa- 1812, IGE

" (Lisboa) Da caça, e pescado é abundantíssima, que tem desta parte do rio de perdizes, lebres e adens, da outra parte está a charneca oferecendo larguissimamente todas estas caças; e se as das lebres não é nela tão geral, por respeito do mato, a dos coelhos, e perdizes se pode exercitar em toda, e há muitos lugares também fora das coutadas; onde não faltarão veados, e porcos e em algumas paragens della são tantos os adens, que

¹¹ BARROS, António da Gama (1948) História da Administração Publica em Portugal nos séculos XII a XV, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora

dizem os que continuam esta caça, que não tem lugar, pela brevidade com que os tiros se oferecem, de carregar escopeta."¹²

As Estradas Reais

Entre as várias actividades deste território sabemos que por ele passavam as estradas reais para Montemor / Évora. As comunicações para o Sul podiam seguir pela via marítima, saindo pela Barra do Tejo, contornando o Cabo São Vicente e entrando no Sado até Alcácer / Porto de Rei. A outra via, atravessava o Tejo no estuário, onde encontrava um conjunto de portos na margem sul, que conectavam com as estadas do Sul. Vendas Novas era neste aspecto um local onde se situava uma das defesas

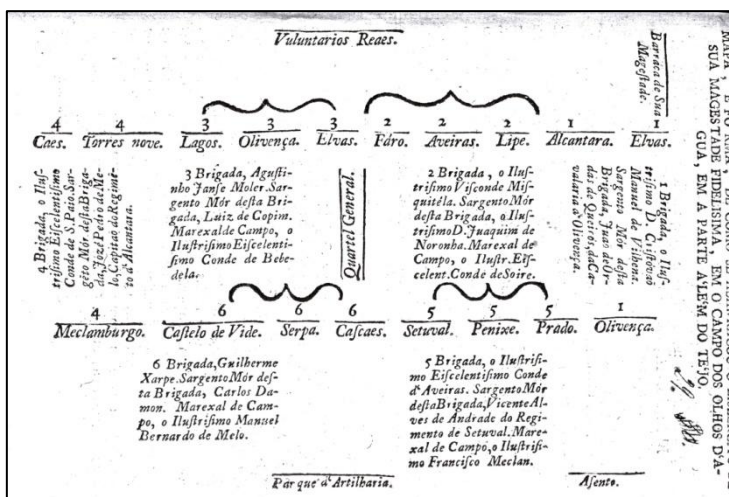


Ilustração 9- Disposição do Exército do Conde de Lippe nas manobras miliares em Coina -Rio Frio, 1787

militares da Lisboa, razão pela qual o Conde de Lippe, realizou nos campos de Olhos de Água, durante o ano de 1787, um conjunto de manobras militares para testar o seu novo modelo de defesa da capital.

A via militar para Évora

Com base nas descrições de Francisco da Hollanda, o Padre João Batista de Castro¹³ referia que em meados do século XVIII, a ligação entre a Estremadura e o Alentejo se fazia por Coina (Agua Bonna).

"A Província da Estremadura surge nos textos de Frei Brandão de Brito. Confina com parte do Norte, com a Beira, donde se separa pelo rio Zêzere, e pelo sul com o Alentejo. Compreende-se dentro do limite de 40 léguas¹⁴ de comprido e 20 de largo. É parte do reino que fica muito sobranceira com a costa do mar oceano que a provê de muito e saboroso peixe. Em tudo o mais é fértil, rica e habitada, cultivada e capaz das marcas do exército, ainda que tenha algumas terras ásperas. Contem duas cidades, cento e

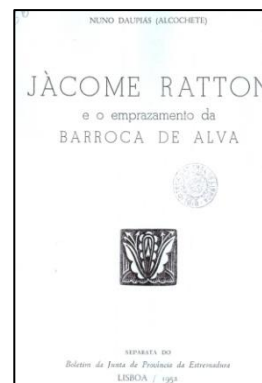
¹² VASCONCELOS, Luiz Mendes (1803), Do Sítio de Lisboa, sua grandeza, povoação e comercio, Lisboa, Impressão Régia, pp. 230-231

¹³ CASTRO, Pd. João Batista de (1767), Roteiro Terrestre de Portugal, Coimbra, Officina Luiz Seco Ferreira

¹⁴ Distância entre lugares (3 milhas) "3 pedras" Uma milha romana corresponde a mil passos (sensivelmente 1.475 metros). Uma légua portuguesa corresponde a uma hora de caminho, 3000 passos geométricos, (cerca de 4.500 metros), cada passo corresponde a 5 pés geométricos (seis palmos e um terço de craveira portuguesa).

onze vilas, das quais oito são cabeça de Comarca. (Lisboa, Leiria, Tomar, Ourém, Alenquer, Setúbal, Santarém, Torres Vedras).(pag 21)"

A ligação de Lisboa a Mérida era feita por duas via: A primeira atravessando o Tejo para Coina (Aqua Bonna), Setúbal, Agualva, Marateca Alcácer do Sal e Évora, onde se seguia em direcção ao Guadiana, até Mérida, com o total de 212 mil passos. É esta via que atravessa o território de Rio Frio e nos interessa. A segunda via seguia o curso do Tejo para norte, passando por Santarém, Abrantes, Alpalhão, Aramenha, Assumar e Arronches, onde seguia para Mérida, com uma extensão de 220 mil passos.



Na primeira via existia uma alternativa, com 186 mil passos, com passagem pelo Tejo, inflectindo pela Margem Esquerda do Tejo, em Direcção a Benavente, Ponte de Sôr, Alter do Chão e retomando a estrada em Assumar.

Ilustração 10-Capa do Livro de Nuno Daupias

Na Rota do Tejo a passagem do Tejo para a Outra Banda inseria-se assim numa dinâmica de relacionamento da região com o exterior e numa dinâmica de relacionamento entre as duas margens: Nesta última dimensão a opção da passagem do Tejo a partir da margem Norte podia-se dirigir para os portos de Alcochete, Aldeia Galega, Moita, Alhos Vedros, Barreiro, Coina, Seixal, Cacilhas. De cada um destes portos saíam estradas que convergiam para Coina /Olhos de Água. A Distância de Alcochete até Setúbal era 4 léguas. De Aldeia Galega saía estrada para Pegões (3 léguas) e daqui até Vendas Novas (5 léguas). Nesta estrada havia um caminho Alternativo por Rilvas, (2 léguas) Canha (4 léguas), Lavre (4) e Arraiolos (percurso que depois seguia para a cidade de Estremoz e Elvas).

Descrição da Viagem de Manuel Serafim de Faria (1609)

Manuel Serafim de Faria, Arcebispo de Évora, deixou-nos três descrições de viagens pelo Reino.¹⁵ Em 27 de Outubro sai de Évora, dirigindo-se para Miranda do Douro, tomando a direcção de Lisboa No primeiro dia chega a Vendas Novas, onde pernoita. No dia seguinte continua a viagem. Fez três léguas todas de Charneca até aos Pegões. Sobre Pegões afirma que tomaram esse nome devido à existência de três grandes pêgos. "Também nas cercas destas vendas se enxerga o benefício da agricultura que dissemos das Vendas Nova". Aí fez a sesta. Prosseguiu até Aldeia Galega. *"Dos Pegoens a aldeã Galega há cinco legoas as duas ultimas das quais são pouoadas todas de pinheiros, de que he abundantíssima esta ribeira do Tejo cõ particular prouidencia do Ceo para assim se poder sustentar o grande pouo de Lisboa"* (pag, 73)

¹⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1974), Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria: 1604 -1609 e 1625, Lisboa, Academia Portuguesa de História,

No campo de Vendas Nova refere que havia sido construída por ordem de Dom Sebastião, que deu as terras aos construtores da vila. *"porque sendo este o sitio mais áspero da charneca e de maiores areais, dos quais antes de habitados não colhia fruto algum, os vemos agora abundantemente de muitas árvores de fruto, coberto de vinhas e de hortas, as quais regão com algumas fontes que naquele sito há"* (pag 71) Aí tinha sido edificada uma estalagem por Filipe I. Na aldeia Galega fazia-se o "vinho de carregação."

No regresso não faz referência à passagem do Tejo. Em 1625 o autor volta a fazer uma viagem pelo vale do Tejo. Em 3 de Outubro, após a sesta, pela uma da tarde embarca para a Aldeia Galega de onde prosseguiu para Venda Nova de Palmela (Azeitão) onde após 5 léguas passa a noite.



Ilustração 11 - Jàcome Ratton in Recordações

Em 1765, um viajante francês que vinha de Espanha, pela estrada do Alentejo Serpa-Beja-Cuba, vem jantar a Águas de Moura. Depois do Jantar parte para a Moita. Sobre esta zona afirma. *"As 9 léguas percorridas, todas de areia de serra incultas e inhabitadas. Só a duas léguas da Moita encontramos uma venda miserável no meio de canaviais (Charneca), num local que é normalmente refúgio de Ladrões"* (deverá ser a Palhota segundo Castro). Chegaram às 10 e meia da noite à Moita, debaixo de chuva. Haviã saído às seis da manhã de Rio de Moinhos. Era uma viagem tormentosa, por terras desertas.

Jàcome Ratton e o emprazamento da Barroca de Alva e

Os trabalhos de Jàcome Ratton

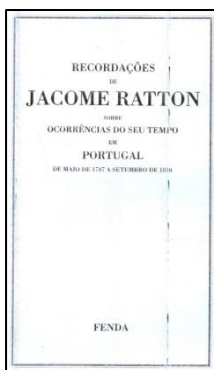


Ilustração 1213- Capa da Edição de Recordações de Jàcome Ratton, edição de 1982

No final do Século XVIII são várias as referencias à necessidade de tornar produtivos os terrenos estéreis de charneca. A Norte de Lisboa e nas terras ao Sul do Tejo. Na memória da Academia das Ciências surgem várias referências às necessidades de secar os paus e devolver as terras à agricultura

" Os terrenos estéreis por excessiva humidade, são aqueles em que vemos os paues, brejos, e pântanos: nestes

terrenos costuma morrer a semente, por causa de excessiva humidade, e pelo mesmo motivo faltando-lhe o calor de que necessitam ficarão infrutíferos. Desta natureza é Rio Frio, Rilva¹⁶, Barroca d'Alva e outros. Estes terrenos podem ser utilizados, se lhes tirarem o impedimento que embaraça a sua fertilidade; o que pode conseguir-se abrindo-lhes valas, e sanja profundas, pelas quais escoarão as águas, e que se enxugue o terreno

¹⁶ Rilvas. Em alguns textos mais antigos a área aparece com a denominação de Rilva.

como fez o Duque de Modena nos Vales de Camachio; e a República de Veneza, nos seus estados. O mesmo se pode praticar em Portugal, obrigando aos senhores destes terrenos a fazerem esta obra, ou a darem o terreno por um moderado foro, a quem lhes faça este benefício”¹⁷.

Durante o século XVIII seja por drenagem dos sapais e braços do Tejo, ou por efeito do terramoto de 1755, há uma alteração da paisagem desta área. Essa alteração prossegue com o avanço da agricultura durante o século XIX. É a época da expansão da vinha para produção de vinho de Pasto na Cidade de Lisboa e para os mercados coloniais do Brasil e África. O mapa de Neves Costa mostra a evolução desse padrão de especialização.

Da Casa de Bragança à propriedade privada¹⁸

"Em 1616, André Ximenes de Aragão, Fidalgo da casa de sua Majestade, cavaleiro de Cristo, homem nobre e rico, filho 6º do Dr. Duarte Ximenes de Aragão e sua mulher Isabel Rodrigues da Veiga, irmão do opulentíssimo mercador Fernão Ximenes de Aragão, fez testamento de mão comum, com sua mulher e sobrinha D. Maria Ximenes, instituindo um vínculo da quantia de dez mil cruzados – importância que lhe devia o Duque de Bragança - fazendo cabeça de Morgado a quinta da Barroca de Alva, no termo da vila de Alcochete." (Opcit)

A sucessão até 1755.

"O terramoto de 1755 deixou-o (Rodrigo Caetano Ximenes Pereira Coutinho Barriga e Veiga, cavaleiro da Casa Real e Comendador da Ordem de Cristo) meio arruinado. A inexperience nos negócios de administração que tinha quando tomou posse da casa, fez com que entregasse a sua gerência a feitores e procuradores. (...) as suas dívidas andavam pelos sessenta mil cruzados, mas o rendimento de sua casa, pelo estado em que aqueles a tinham deixado, não excedia os quinze mil cruzados.

Estava Rodrigo Ximenes nesta situação quando naquele mesmo ano de 1767, resolveu, numa última tentativa de salvar o que lhe pertencia, arrendar a totalidade dos seus haveres a um certo José Gomes de Abreu, morador em Lisboa, na rua Augusta. (...) Comprometia-se José Gomes de Abreu a entregar anualmente a quantia de catorze mil cruzados, a livrar dentro de determinado prazo, os bens das penhoras que sobre eles pesavam, a abrir as valas da Barroca, secar os paus e fertilizar aquela fazenda."

A posse de Jácome Ratton

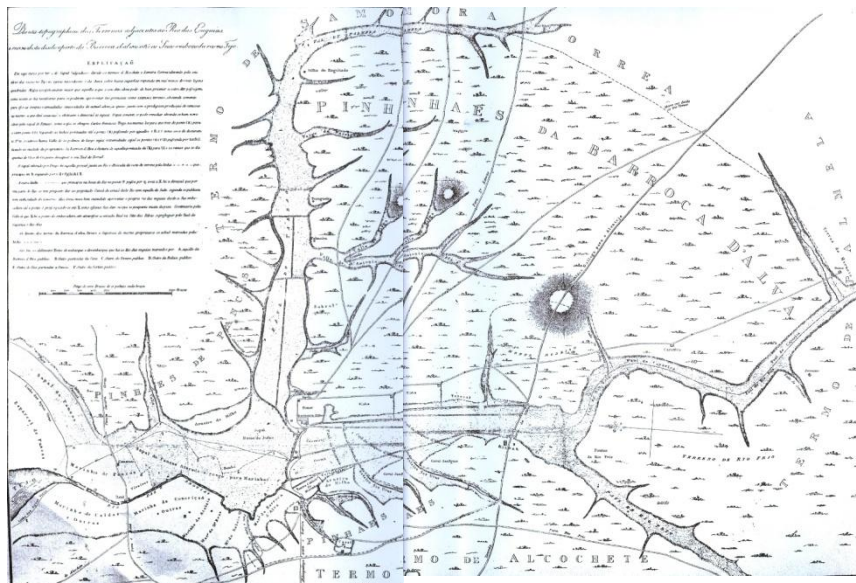
"José Gomes de Abreu não devia ter capital suficiente com que proceder ao arroteamento da Barroca De Alva. A terra era de sesmaria, sujeita a

¹⁷ Henriques da Silveira (1789), Racional Discurso sobre a Agricultura e a População da Província do Alentejo, tomo I, p 70

¹⁸ DAUPIÁS, Nuno (1952) Jácome Ratton e o emprazamento da Barroca de alva, in Separata do Boletim da Província da Estremadura, 1

condições de cultura". (...) A 14 de Julho de 1767, (...) foi lavrada uma escritura em que José Gomes de Abreu (..) lhe subarrendava (a Jàcome Ratton) as fazendas de Barroca de Alva, Quinta do Pereiro, Monte da Caparica Marinha, Sesmaria da Usa e todas as mais terras anexas e confinantes, pertencentes a Rodrigues Ximenes"

Jàcome Ratton¹⁹, nas suas "Recordações"²⁰ diz: "Tendo ocasião de observar, nos princípios de 1767, os prédios incultos da Barroca D' Alva, projectei realizar a minha tenção; e posto que apenas contasse



naquele tempo 30 anos de idade, e sem nenhuma pratica de agricultura, com tudo a grande extensão do terreno da Barroca d'Alva, sua proximidade de Lisboa, e o ser acessível por água (água); pois que as marés ali chegam pelo rio das Enguias me conduziram a tomar de arrendamento os ditos prédios pelo preço anual de um conto de reis; obrigando-me a abrir as valas dos pauis e rutealos (arroteá-los). Este contrato foi aprovado por sua Majestade; mas sendo mui grandes as despesas; (...) e para evitar no futuro duvidas e demandas ruinosas, e conseguir o meu socego, e dos meus sucessores, preferi renunciar à referida clausula de ser, desenbolçado das bemfeitorias, contanto que se substituísse no contracto de arrendamento, o de aforamento perpetuo. (...)

"Esta propriedade de mais de uma légua quadrada de superfície, consta mais ou menos, de uma quarta parte de terras baixas, pantanosas, e fortes e três partes de terreno enxuto de diversas naturezas, mas particularmente arenoso. Estes terrenos eram tão nus, que em todas as direcções, abstracção feita aos altos e baixos, se podia descobrir, em toda a distancia, qualquer rez que nela andasse, cobertos somente de matos maninho, abandonado a quem o queria roçar, ou aos fogos que os pastores e viandantes lhe lançavam casualmente ou de propósito; á excepção com tudo de alguns sobreiros por eu lhes obstar o corte, que achei principiado

¹⁹ Jàcome Ratton, nasceu em Monestier-les-Bains em 7 de Julho de 1736 e faleceu em Paris em 3 de Julho de 1820

²⁰ RATTON, Jàcome (1982) Recordações de Jàcome Ratton, Lisboa Fenda, pp. 52 ss

fazer por um credor: perda que felizmente embarcei; e por isso ainda existem alguns com outros muitos, que depois mandei plantar. Os pauis, e sapais se achavam alagados pelas agoas nativas, pelas que desciaõ dos altos, e pelas marés vivas; por não haver vallas que lhe dessem escoante, nem guardamatos, que os preservassem, de sorte que tais pauis só produziaõ juncos, palha carga, espadana; e alguns amieiros, e salgueiros.

Quanto aos edifícios somente havia hum pequena ermida, que ainda existe, a qual por ser abobeda se conservou, e nella se recolhia Rodrigues Ximeno quando passava para o Alemtejo, ou Hespanha; por quanto hum antiga casa, pegada com a ermida, se achava tão arruinada, que era inhabitavel. Quanto a moradores somente achei hum pobre cabreiro, que se acoitava nas ruínas da dita casa. Hum poço entulhado, e restos dum tanque junto a este davão indícios de ter havido ali hum pequena horta” (idibem).

Os indícios arqueológicos

“Na abertura dos alicerces dos edifícios, que depois construí, aparecerãõ fragmentos de potes, que tinhaõ servido à fundição de vidro, e fragmentos de vasos do próprio vidro; o que me persuadiõ, que em muito remota antiguidade, houvera alia alguma fabrica deste género, assim como também outra olaria, junto ao sitio da Fonte da Rapoza, pelos muitos fragmentos de louca não vidrada, quando por minha ordem se plantou de vinha.

Havia ais no valle chamado de Santo António da Ussa, junto a um pego rodeado de salgueiros, hum pequeno edifício arruinado, e isolado em forma de pombal, cousa de 18 palmos de diâmetro, e pouco mais de 20 até 25 de altura, coberto de abobeda, e circundado, na distância de 10 a 12 palmos, de hum outro muro com ameias à maneira dum pequeno forte; o que tudo mostrava existir desde tempo imemorial. No interior desse edifício se achavaõ signaes de ter ali existido hum altar , e ter sido uma ermida dedicada a Santo António, cuja imagem havia tradiçaõ de ter sido transferida, para outra ermida contínua às casas, de que já fallei, e na qual se conserva, mandando eu logo ali estabelecer capellaõ, para dizer a missa todos os Domingos e dias santos.”(ibidem)



Ilustração 15-Gravura da Capela de Santo António da Ussa in Recordações de Jácome Ratton

Primeiros Colonos

“A falta de prática que eu tinha a respeito da agricultura, me obrigou a quem me guiasse nesta empresa. A reputação do Capitão-Mór de Alhandra, Diogo Jozé Palmeiro, que passava naquelle tempo por hum hábil lavrador do Riba-tejo me levou a convida-lo, para His estar comigo na Barroca d’Alva a fim de examinar as qualidades do sítio, a aconselhar-me obre o que devia fazer; e conforme o seu parecer assoldadei todos os primeiros criados inclusivamente o feitor.” (ib idem)

Início dos Trabalhos agrícolas

"Comunicou-me as suas ideias acerca das acomodações de criados, palheiros, abegoaria, e cómodos para gados, dirigindo-me a respeito destes sobre a compra e quantidades de cada espécie, que julgou que me seriam necessários, assim como também a respeito de todos os utensílios da lavoura, como charruas e carros , &." Ele mesmo me inculcou o mestre de Vallas, chamado Manoel Marques, o ruivo, (...) como mui eminente na factura de vallas, vallados, guardamatos, e sarjetas dos paues, tanto para preservar as ágoas de fora, como para dar sahida às de dentro; no que empreguei cousa de duzentos valladores, que me vieraõ dos campos de Coimbra, e de Leiria, (...) .E com efeito romperaõ os ditos paues, e se semeou logo, naquelle Outono de 1767, e primavera seguinte, a parte deste que foi possível. Com tudo o dito mestre de vallas, não sendo melhor práctico do que eu, fez erros que depois a minha própria experiencia me ensinou a emendar, (...)."

"Ao mesmo tempo que se trabalhava nas obras da vallas com a actividade expressada, se hiaõ construindo as acomodações, e alojamentos para 24 familias de criados; no que se ocupava um nune proporcionado de pedreiros, carpinteiros, de modo que desde Maio até o São Miguel, se aprontaraõ os alojamentos dos criados, abegoaria, celleiros, palheiros e até se repararaõ as casas para minha habitação, e de minha família, quando ali íamos passar algum tempo. "

"Todas as minhas esperanças se fundavaõ em lavoura de pão nos paues, os quais contava reduzir á completa cultura no prazo de quatro annos, de modo a que sementeira annual excedese setenta moios de trigo, calculando em que pouco mais de doze annos me acharia coberto das primeiras despesas, e adquerir pela abundância de palhas, fenos e pastos, os meios de criar, e conservar tal quantidade de gados que produzissem os adubos necessários para as terras altas, que projectava aproveitar em produções competentes as suas respectivas qualidades".(ibidem)

Moldagem das águas e as cheias

"Mas como todas as pessoas as mais praticas nesta maneira ignoravaõ, como eu, a quantidade de águas occasionadas pela chuva que acodiaõ aquele citio, assim como pelo álveo do Rio das Enguias, não lhes podia dar prompta vasaõ no Tejo. Enganei-me nos meus cálculos; por quanto no primeiro inverno observei, que por muitos dias se acumulavaõ as aguas nas arruelas, sarjetas; porque o rio não lhe dava a necessária vasaõ (...) e que transtornava toda a ordem de trabalhos rurais que projectara".

"E então me lembrei de usar, a respeito do Paul do Torraõ, de hum moinho de vento , como se pratica em Hollanda, para lançar fora dos vallados as águas interiores à proporção com que se juntassem". Examinei as estampas de taes moinhos, que eu já possuía, e fiz o risco de hum, que poduzisse o dezejado effeito com menor potencia; fillo construir , e collocar a tempo de servir no inverno seguinte; e encheo completamente os fins, a que me propuz".

"Porém huma grande alluviação, que houve no memorável dia 17 de Abril de 1770, bem conhecida pelo nome da cheia das cobras, em rasaõ das muitas, que arrojou ao mar, assim como também palheiros e gados que existiaõ na margem do Tejo, inundou aquelles meus situios, de modo que rompeo os fortes vallados, e inutilizou todas as minhas despezas, tanto na abertura dos paues como o dito moinho."(ibidem)

Correcção dos trabalhos e moldagem do território

"A minha chegada aquelle sitio, na mesma occasiaõ da cheia, logo que entrei no Rio das enguias, que do lugar deste chamado volta de Paul, para baixo faltava coisa de dois palmos para a agua chegar as bordas do terreno, e dali para cima estava tudo alagado, de modo que apenas se descobriaõ os topos dos caniços que marcavaõ as tortuosidades do rio, cujas tortuosidades foraõ a causa da retenção das agoas, e produção de caniçaes no rio, e ambas as cousas de progressiva obstrução do seu álveo²¹ e ruina dos terrenos superiores e circunvesinhos, que saõ a Barroca D' alva, Rilvas e Rio Frio. Essa alagação me vez perder acima de sessenta moios de trigo, que dava pelos joelhos, alem de muitos tremeztes que ainda andavaõ semeando. Este desastrozo acontecimento me convenceo, de que era impossível evitar a repetição de outros iguaes, sem primeiro remover a sua bem conhecida causa. Isto é as tortusidades do álveo do rio, cortando-lhe a dita volta, de Paulo e as mais que tem até à Ponte-nova, levando este novo álveo pelo Sapal de Pancas, em huma grande curva de 60 palmos de largo, e as suas competentes banquetas de 15 palmos de banda, o que corresponde pouca mais, ou menos 700 braças de cumprido (ib idem)

Havendo necessidade de fazer idêntico trabalho no Paul do Torrão pertencente à Casa Pancas. *"que a isto sempre foi contraria, não obstante ser-lhe útil, abandonei desde aquella época a cultura do dito Paul do Torrão (...) em 1781 mudei o moinho par o lugar em que presentemente se acha lugar"*(Ibidem)

Melhoria da produção de Sal e aproveitamento da Charneca

A marina produzia sal de baixa qualidade. A inovação tecnológica, com aproveitamento das marés e secagem dos olhos de água doce, melhora a qualidade e a quantidade de produção. Em dois anos salda a dívida de mais de duzentos mil reis (Terrenos das zonas baixas)

"Ao mesmo tempo que cultivava mais ou menos as baixas que ficavam entre a valla chamada Ponte-Nova, e o lado do Pereiro, para ter palhas, e fenos precisos para o sustento dos muitos bois indispensáveis para o costeamento de toda a fazenda, cuidei em aproveitar, quanto me foi possível, os terrenos da charneca, os quaes correspondem , pouco mais ou menos a três qartas partes da total superficie da fazenda, então ocupadas por mato rasteiro, fazendo-as semear de penisco, que mandei vir durante vinte annos do Pinhal D'el-rei, em porções de hum ou dois moios cada

²¹ Leito do Rio

anno; do que resultou o mais extenso, e formoso pinhal, que ora existe nas vizinhanças de Lisboa, não sem bastante despeza annual, com muitos guardas para o preservar de fogos accidentaes, ou postos de proposito, dos quais já por vezes tem padecido”

Em 1769 manda plantar, nos terrenos de Barroca d’Alva, amoreiras brancas de Piemonte para fornecimento da Real Fabrica da Seda e cria ainda uma horta e um pomar junto à herdade.

A sucessão da Barroca d’Alva.

A fuga para Paris de Jàcome Ratton, na sequência dos episódios rocambolescos relacionados com a sua nacionalidade francesa, por alturas das Invasões Francesas em 1808, leva-o a deixar o seu filho Diogo à frente dos negócios. Diogo era sobretudo um homem versado nas leis do comércio. Não temos informação relativa à sua actividade n emprazamento da Barroca d’Alva, Rio Frio e Rilvas. Foi durante a administração de Diogo Ratton que o emprazamento do Sapal de Pancas passa para a posse da família.

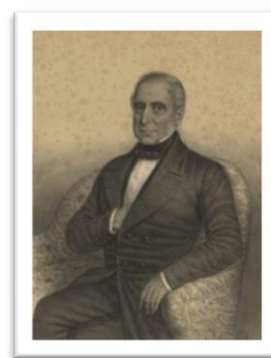


Ilustração 16 - 1º
Barão de Alcochete:
Bernardo de Daupias

Em relação à posse da Herdade de Rio Frio,

Conceição Andrade Martins²², refere que por volta de 1850, Manuel José Gomes da Costa Júnior (São Romão) tinha adquirido a Herdade de Rio Frio. É possível que esta tenha sido alienada de facto ou, como era vulgar na altura, hipotecada, e esta, por falta de pagamento executada.

A sucessão de Jàcome Ratton

Jàcome Ratton virá a falecer em 1820. Teve dois Filhos do seu casamento com Ana Calmouze.: Diogo e Francisca Júlia. O seu filho, Diogo Ratton²³ apenas sobrevive dois anos a seu pai, tendo falecido em 1822. Foi herdeira a sua filha D Emília Júlia Ratton Clamouse, na altura de menor idade.

Sobre Francisca Júlia Ratton²⁴ temos poucas informações. A viver em França desposou Gabriel João Lourenço Daupias. Francisca terá recebido em herança o Prazo da Barroca D’ Alva. Deste enlace nasce em 1782 Bernardo Daupias,²⁵ primeiro Barão de Alcochete e que terá um filho Jàcome Leão Barroca d’Alva por herança.

²² MARTINS, Maria da Conceição (1992), “Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o Caso São Romão e José Maria dos Santos”, in *análise Social*, Vol. XXVII, (116-117), pp. 367-404)

²³ Diogo Ratton (1765-1822)

²⁴ Francisca Júlia Ratton Clamouse (1755-1785).

²⁵ Bernardo Daupias, nasce em Lisboa em 9 de Novembro 1782 e faleceu 1860. Foi o 1º Barão de Alcochete, elevado a Visconde. Foi comendador da ordem de Cristo e cavaleira da Conceição. Era encarregado de negócios da coroa em França

D. Maria Júlia Ratton Clamouse, filha de Diogo Ratton vai desposar, em 1834, o seu primo Jàcome Leão Daupias²⁶, que “era abastado proprietário na Região de Alcochete, onde entre outros possuía o Prazo da Barroca

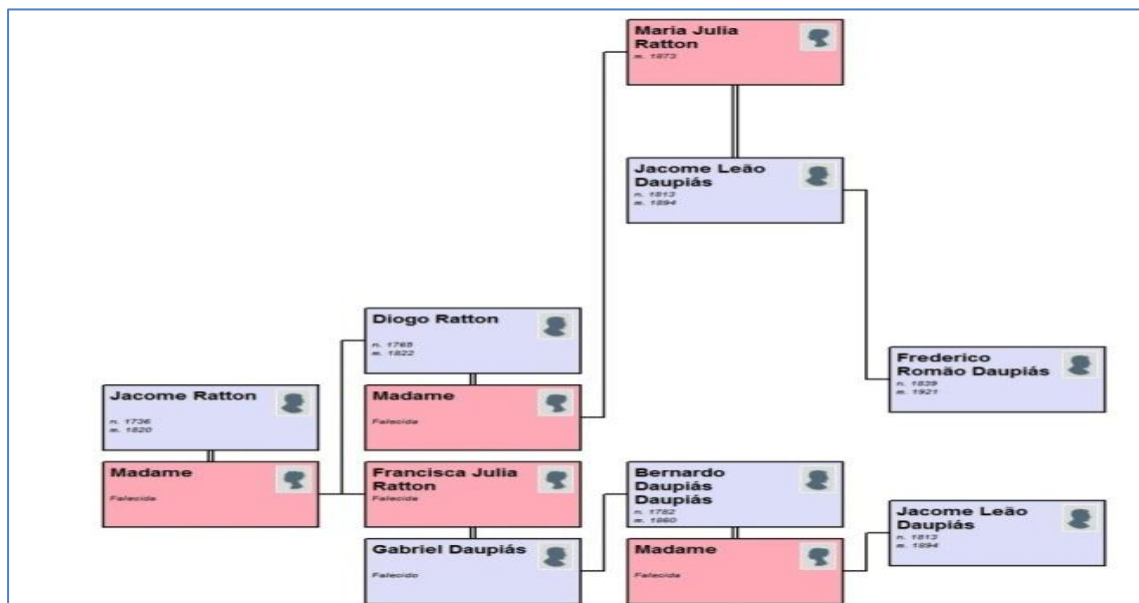


Ilustração 17 - A Herança de Jàcome Ratton

d’Alva, do qual fazia parte a Herdade de Rio Frio, hoje propriedade da família Santos Jorge. As salas do seu palácio (agora pertencente à família Chamiço), sito da Rua Formosa, (actual Rua do Século), em Lisboa, eram frequentadas pela alta sociedade Lisboeta.”²⁷ . Deste casamento, que levou a reunião das propriedades da família Ratton haverá nove filhos.

Júlia virá a falecer em 1873, e o viúvo, Jàcome Ratton casará uma segunda vez, em 1875, com uma outra prima, D. Catarina Josefa Ratton, do qual não terá filhos. Jàcome Leão deixa como herdeiros os nove filhos do seu primeiro casamento.

Será o 3º Visconde de Alcochete, Frederico Romão Daupias (1839-1921), e seus irmãos que passam administrar os bens fundiários. Sabemos que este, em 1896 na sua residência da Rua de São Mamede mandou construir um Jardim Botânico, onde reuniu as espécies botânicas que recolhera das suas viagens. Não encontramos no 3º visconde de Alcochete qualquer referência a trabalhos nas suas propriedades de Alcochete.

Os Novos Protagonistas

Como verificamos no ponto anterior, Rio Frio fazia parta do complexo agrícola do Emprazamento da Barroca d’Alva, trabalhado por Jàcome

²⁶ Jàcome Leão Daupias, 2º Barão de Alcochete, nasceu em Paris em 1813 e faleceu em Lisboa a 31 de Março de 1894. Casou duas vezes: a 1ª vez, em 1834, com sua prima D. Emília Júlia Ratton Clamouse, de quem teve 9 filhos; e uma segunda vez em 1875, com a também sua prima D. Catarina Josefa Ratton, de quem não teve descendência.

²⁷ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, Volume I, Pag. 806-809

Ratton. Os seus herdeiros terão distribuído, aforado ou hipotecado partes do seu património por volta dos anos 50 do século XIX, quando, no que se relaciona com a posse da Herdade de Rio Frio, voltamos a encontrar notícias.

Conceição Andrade Martins²⁸, que estudou o processo de sucessão de Rio Frio a partir de testamentos na posse da família Posser de Andrade na casa de Palma, refere que por volta de 1850, Manuel José Gomes da Costa Júnior (São Romão) tinha adquirido a Herdade de Rio Frio. *"As aquisições nos inícios dos anos 50 da sesmaria de Venda do Alcaide, em Palmela, e da Herdade de Rio Frio, em Alcochete, parecem de facto, enquadrar-se numa nova fase da sua administração e representar uma mudança na sua estratégia empresarial. Não só porque constituem uma transferência directa de capitais urbanos (financeiros) para o sector agrícola, mas sobretudo porque a tal investimento fundiário estava subjacente a lógica produtiva: formar, conjuntamente com os prédios pertencentes ao dote da mulher, um grande estabelecimento agrícola e investir na sua exploração. Para tal, São Romão constitui uma sociedade de capitais e indústria com o seu particular amigo, o Dr. Teotónio de Abreu Fontes, na qual ele era o sócio capitalista e Abreu Fontes o administrador. Os investimentos devem ter sido elevados, tanto em função do trem da lavoura existente em 1852²⁹ como pelas alegações da viúva ao requerer ao conselho de família que aquele prédio lhe fosse atribuído em Partilhas".*

Em requerimento efectuado em 1852, para o tribunal da Boa Hora, pelo advogado do filho de Manuel Gomes da Costa Júnior – António Braga São Romão - à época de menor idade, refere-se que *"tinham sido feitos grandes investimentos para tirar a herdade do quase abandono em que estava, e que graças a eles e à inteligência agrícola e constante inspecção pessoal do Dr. Teotónio José Rodrigues de Abreu Fontes, tinha começado ali um óptimo estabelecimento de agricultura de grandes esperanças lucrativas. Por isso a sociedade para a sua exploração deve continuar, o que não é possível, se este bem ficar para o menor".*

Aqui falta responder á questão de saber como é que estes bens passaram para a posse da Família Ferreira Braga? Trata-se de saber se é uma posse plena ou um emprazamento. Se é uma posse plena, resultou de uma compra ou de uma execução de hipoteca? Infelizmente não dispomos de mais do que hipóteses.

²⁸ MARTINS, Maria da Conceição (1992), "Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o Caso São Romão e José Maria dos Santos", in *análise Social*, Vol XXVII, (116-117), pp. 367-404)

²⁹ Referem nota de rodapé "o nº de 252 cabeças de gado, 37 alfaias agrícolas, 2 barcos , tudo avaliado em 2.800.000 reis , tendo como fonte de informação o Inventário da Casa Ferreira Braga em 1852, efectuado por motivo do seu falecimento

O Capital financeiro entra na Barroca d' Alva

Gomes da Costa e Maria Cândida Ferreira Braga.

Manuel José Gomes da Costa Júnior (1810-1852), conhecido também como São Romão, era filho de um negociante do Porto, Manuel José Gomes da Costa. O nome São Romão só será acrescentado em 1843, onde passa a figurar nos vários documentos, aparentemente pelo facto de seu pai ter nascido na localidade de São Romão de Ucha, no concelho de Barcelos.

Em 1841 casa-se com D. Maria Cândida Ferreira Braga nascida em 1816. Filha dum abastado negociante da praça lisboeta, Alexandre José Ferreira Braga, (n -1849) director da Companhia Confiança Nacional e do Banco de Lisboa. Os contratos do Tabaco nas décadas de 1820 e 1830 tinham permitido acumular grandes fortunas. Ferreira Braga era á época um influente membro da nascente aristocracia financeira do liberalismo.

A aliança entre as duas famílias providencia ao jovem casal um auspicioso início do contrato matrimonial. Gomes da Costa Júnior e Maria Cândida vivem os primeiros anos de casados na cidade de Lisboa. A intervenção de Gomes da Costa Júnior na vida política é constante. Deputado às Cortes pelo Minho, é um dos apoiantes da política desenvolvimentista de Costa Cabral. Em 1844, arremata o leilão do monopólio da venda dos tabacos³⁰, negócio lucrativo e que permite uma rápida acumulação de capital.

Nestes primeiros tempos a sua intervenção na actividade agrícola parece ser limitada apenas à propriedade. Por exemplo, Maria Cândida levava como dote de casamento três propriedades em Palmela, " as Sesmarias de Lagoa da Palha", "Palhota" e "Vale da Vila". O seu pai ficava com o usufruto.³¹ Entre 1841 e 1852, conforme conclui Conceição Andrade Martins, a sua actividade é essencialmente financeira, constituindo, juntamente com os seus associados, um dos principais financiadores da dívida pública, e para diversificar os riscos, aplica os rendimentos em propriedades fundiárias.

A partir da queda do Governo de Costa Cabral em 1846 avolumaram-se os problemas para o recebimento das rendas. O contrato dos Tabacos continuava todavia a manter-se como importante fonte de rendimento. O seu testamento data de 1848. Na sua redacção "*é com prudência e cepticismo*" (pag. 373) que aborda a questão do futuro dos seus bens. Será provavelmente essa necessidade de ultrapassar uma base de negócio essencialmente voltada para a esfera financeira, para um negócio de investimento em bens fundiários. A aquisição de Rio Frio, dois anos antes da sua morte, enquadra-se dentro desta lógica. Mas apesar desta diversificação de investimentos, os bens em partilha no testamento revela que a maioria dos seus activos ainda se situa na esfera financeira.

³⁰ Veja-se Rui Ramos, Portugal Contemporâneo "A grande operação de 1844" e a lógica dos Argentários

³¹MARTINS, Conceição Andrade , opcit nota 9

Sobre Rio Frio, prossegue ainda Conceição Andrade Martins. “As dificuldades da família Daupiás deveriam ter conduzido a uma redução do investimento nas propriedades de Alcochete. A necessidade de incorporar capital terá levado a alienação das franjas das suas propriedades. Essas dificuldades levarão a que José Maria dos Santos passe a ser proprietário da Herdade de Barroca d’Alva na década de 60”.

Ou seja, dever-se há concluir que os Barões de Alcochete, para realização de capital, haviam começado a alienar partes dos bens imobiliários, iniciando-se nas suas franjas e concluindo-se com o centro produtivo da Barroca d’Alva dos seus antepassados. Se primeiro foi hipotecado e só depois alienado, não sabemos. Mês em parte isso explica porque razão é que a passagem da propriedade passa para accionistas da praça financeira da capital.

Maria Cândida e António Braga São Romão

Com o falecimento de São Romão, serão seus herdeiros a sua esposa Maria Cândida e seu único filho António Braga São Romão, nascido em 1847. Este há data com 5 anos, herda dois terços da metade dos bens. A terça legítima deixa à sua mulher e ao seu amigo Dr. Teotónio José Rodrigues de Abreu Fontes e seu tio João António de Oliveira Braga.

“Feitas as partilhas, com o acordo dos testamenteiros e do conselho de família, ficaram para a mulher (Maria Cândida) as propriedades de Palmela e Alcochete (Rio Frio), com todos os seus pertences (gados, alfaias, mobília, etc.)”, que foram licitadas por 103\$80, “as receitas pendentes , cerca de

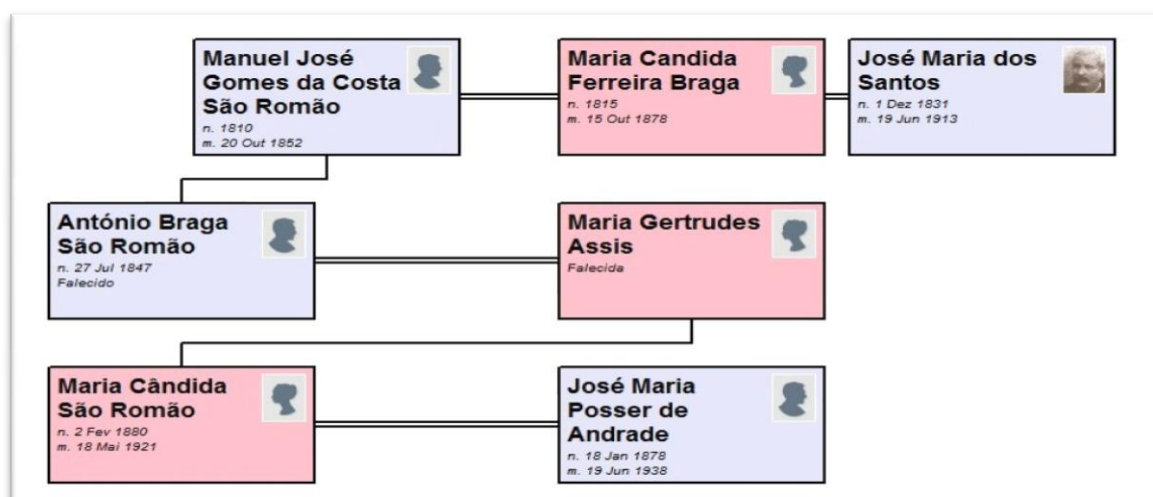


Ilustração 18 - Herança de Maria Cândida Ferreira Braga

metade das acções, títulos de dívidas activas e grande parte do recheio de casa e do dinheiro em caixa. Para o filho ficaram os restantes imóveis (prédios de Lisboa, Tomar, Prado e Braga), todos os foros e cerca de um terços dos papeis de crédito e das dívidas activas (opcit 379). Maria Cândida administrava directamente cerca de 80 % dos bens do casal, sendo os restantes administrados conjuntamente com Teotónio Abreu Fontes e João António Oliveira Braga”. (ibidem)

A partir de 1854 Maria Cândida aumenta o investimento fundiário. No processo do Tribunal da Boa-Hora, consultado por Conceição Andrade Martins referem-se várias solicitações de negociação de papéis de crédito para compra de prédios urbanos ou propriedades rústicas. Conclui então a autora que: *"Esta estratégia de Maria Cândida poderá corresponder a uma orientação dada por carta de São Romão ou por uma orientação daquele que virá a ser o seu segundo marido: José Maria dos Santos, com o qual se casa em 1857"*. (ibidem, 380)

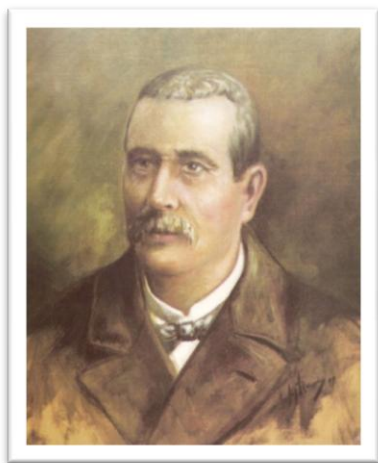
Os Tempos áureos de Rio Frio

Viúva e com uma criança de 5 anos para criar, Maria Cândida era todavia uma mulher rica e com conhecimentos. Não sabemos que razões teria para contrair casamento com o jovem José Maria dos Santos.

José Maria dos Santos (1832 – 1913)

José Maria dos Santos, nasce em Lisboa, em 1832. Era filho de Caetano dos Santos, ferreiro de profissão, estabelecido no Largo do Chafariz ao Andaluz e de Gertrudes Maria, que para além de José tiveram mais três filhas Maria José, Maria Joaquina e Joana.

José António Cabrita ³²tem vindo a publicar vários estudos sobre os primeiros anos de José Maria dos Santos. A questão que interessa atentar é a identificação das principais características do homem, que como é geralmente aceite provinha de uma condição social modesta, e torna-se em cinquenta anos num dos homens mais ricos poderosos do país.



Para esta questão Cabrita revela que José Maria dos Santos, sem meios de capital disponíveis, mobiliza o seu capital de saber, adquirido no seu curso de veterinário, curso esse que lhe terá permitido criar uma sólida rede social, que potenciará após o seu

casamento.

Ilustração 19 José Maria dos Santos. Ilustração da Época

A questão da modesta origem social de José Maria dos Santos, isto é desprovida de pergaminhos de sangue e de fortuna adensa o sentido da obra realizada pela personagem. Isto cria uma imagem idolatrada sobre o empreendedorismo do homem, que partindo do nada, aproveitando a oportunidade e a fortuna, cria uma riqueza sem precedentes.

³² CABRITA, José António (1999) José Maria dos Santos: E antes do "Grande Agricultor"? Pinhal Novo, Junta de Freguesia do Pinhal Novo.

José António Cabrita assenta o início desta metamorfose na conclusão do curso de veterinário em 1851, na então recém-criada Escola Veterinária em Lisboa³³. Vinculada ao exército, e frequentada por nomes da aristocracia, José Maria dos Santos distingue-se nos seus estudos como um dos melhores alunos. Essa condição terá facilitado o seu movimento por entre os grupos sociais mais abastados da capital, relacionando-se com os elementos mais influentes da edilidade, onde se tornará também veterinário.

Cabrita assenta nestes dois princípios, o “capital escolar” e o “capital simbólico” alicerçado na convivência social da alta sociedade. Em relação a este “capital escolar” note-se que a então Escola de Veterinária, que tinha uma tutela militar, com uma componente orientada para a prática científica, com uma disciplinas de física, química e agricultura, possibilita um conhecimento numa área económica então em formação. Se adicionarmos a componente científica a capacidade de organização militar, como iremos verificar a seguir, encontraremos a chave da elevada competência técnica com que José Maria dos Santos orientará as suas actividades empresariais.

Em relação à questão da modesta condição social “do filho d ferreiro” que entra numa escola militar, recorde-se que já em 1839 o governo, face a deficiência de profissionais na área, tinha mandado matricular na Escola Veterinária 6 estudantes da Casa Pia de Lisboa. Dois destes estudantes são João Ignácio Ferreira Lapa e Bernardo Lima, dois vultos da ciência agronómica portuguesa, defensores do ensino agrícola. Portanto não só o ferreiro era uma profissão, embora manual, de prestígio; como também o contacto do pai com os militares (há época o numa cidade em crescente consumo de carne, era na actual Praça José Fontana) deverá ter facilitado o ingresso numa carreira carente de quadros e de evidente oportunidade.

Do capital escolar ao capital social, em 1852, quando José Maria dos Santos surge como um dos acompanhantes da Rainha D. Maria II na viagem às Províncias do Norte, é um pequeno passo. Promovido a Tenente em 1856 mantém a condição militar conjuntamente com a função de veterinário municipal, onde tinha ingressado em 1952, como Administrador da Repartição de Limpeza da Cidade, de que era vereador Ares de Sá Nogueira, Conde de Rio Maior. Eram estas as actividades e os rendimentos que José Maria dos Santos dispunha quando se casa com a abastada viúva Maria Cândida. Em 1858 sucedem-se as demissões dos cargos Veterinário Municipal (Agosto) e de Tenente Veterinário (Setembro).

José Maria dos Santos e Maria Cândida

Quando se casa em 1857 com a viúva Maria Cândida contava 25 anos de idade. A viúva já contava com 41 anos. Entra na posse de uma das maiores

³³ Em 1845 foi reorganizado o ensino da Escola Veterinária (Decreto de 28 de Abril), nos moldes defendidos pela Reforma de 1842 do Duque da Terceira, onde se salientava a falta de profissionais. (veja-se Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 34, pp 827-840)

fortunas da cidade. Não são conhecidos com rigor os elementos que deram origem ao casamento. Conceição Andrade Martins, refere algumas informações que o dariam como administrador ou veterinário da Casa de São Romão. Não sabemos o que terá conduzido ao enlace. O que é certo é que José Maria dos Santos rapidamente se tornará administrador dos bens do casal. Na década de sessenta surge mesmo como um dos directores do Banco de Portugal (opcit 381). O Banco de Portugal havia sido criado a partir do Banco de Lisboa.

José Maria dos Santos optará por uma gestão personalizada dos bens. A sociedade com Teotónio Abreu Fontes é dada por concluída após a compra da hipoteca da parte deste na sociedade³⁴. Igualmente compra a João António de Oliveira Braga a sua parte na sociedade “*Casa de São Romão*”.

*“A sua estratégia na **casa de São Romão**, num primeiro momento, assenta na cobrança das dívidas contraídas nos anos anteriores pelas famílias nobres arruinadas na avassaladora reforma liberal. A sua estratégia era desenvolvida em dois tempos: “Primeiro entrando como rendeiro, com contratos muito prolongados e extremamente vantajoso para si. Depois apoderando-se dos prédios por execução de empréstimos sobre as hipotecas, ou por prévia negociação das dívidas da casa. Foi assim que procedeu com o Marques de Terena, relativamente às propriedades de Évora, com o Visconde das Fontainhas, na Herdade do Rego” (opcit)*

Segundo Conceição Andrade Martins, que tendo tido acesso aos arquivos da casa Posser de Andrade, consultou vários documentos relativos a este processo, hoje depositados no arquivo Histórico e Social do Instituto de Ciências Sociais, José Maria dos Santos seria um hábil e difícil negociador. *“Rodeava as questões, propunha hoje uma coisa e amanhã outra, enrolava, protelava a resolução do negócio até chegar onde pretendia. (Opcit nota 64)*

Um negócio que se revela ilustrativo da sua forma de actuação, é o processo de aquisição da herdade de Palma em Alcácer do Sal e Moncorvo. *“Em 1868 (volta-se novamente para a Casa de Óbidos e Sabugal) arrenda-lhe por 20 anos as Herdades de Palma e Moncorvo em Alcácer (Morgado de Palma). Ora como os rendimentos deste morgado estavam hipotecados à Misericórdia de Lisboa desde 1748, em virtude da dívida de 80.000 cruzados então contraídos pela casa, e o conde de Óbidos e Sabugal não podia legalizar a situação destes bens sem previamente liquidar a dívida daquela instituição, José Maria dos Santos aproveita o ensejo para vir em seu auxílio. Assim propôs-lhe a seguinte transacção: ele pagava a dívida à Misericórdia em inscrições da Junta de Crédito (53 350\$000) que ficava vencendo desde esse dia em diante, e enquanto não fosse paga, o juro de 6% ao ano. As prestações a efectuar pelo Conde seriam trimestrais “compreendendo o juro e a amortização do capital em 60 anos”, e fariam parte por encontro de rendas das Herdades de Palma Moncorvo e suas*

³⁴ José Maria dos Santos compra a dívida de Teotónio Abreu Fonte à sociedade no valor de 3 contos, que havia sido contraída em 1852

anexas. Além disso o conde ainda se comprometia a derrogar-lhe por mais 40 anos (até 1928) o arrendamento daquelas herdades, pelo mesmo preço e condições. O conde aceitou esta proposta, declaradamente vantajosa para José Maria dos Santos, e a transacção efectuou-se em Abril de 1869, mas como seria previsível, não conseguiu cumprir os termos do contrato e em 1897 José Maria dos Santos comprou-lhe por 75 contos as herdades de Palma e Moncorvo” (Opcit 383)

A década de sessenta constitui o momento de maior investimento de José Maria dos Santos em bens imobiliários. Toma conta a Herdade da Barroca d’Alva aos herdeiros do Barão de Alcochete (os irmãos Estêvão, Júlio, Henrique e Félix Daupias). “Esta compra foi feita mediante transferência para José Maria dos Santos do empréstimo hipotecário contraído pelos referidos herdeiros, junta da Companhia Geral do Crédito Predial³⁵.

Durante esta década torna-se igualmente proprietário da Herdade da Aldeia de Coelhos, em Évora, Álamo do Pigueiro em Reguengos, Cabeça de Cadares, no Redondo, da Defesa da Pedra Alçada, no Alandroal, da Granja do Peral e do Perdigão em Arronches.

De acordo com Conceição Andrade Martins, a aquisição das herdades é feita de acordo com uma lógica de constituição de núcleos de exploração. “Daí que procure adquirir prédios confinantes e com aptidões agrícolas complementares, como era o caso da Barroca D’Alva que pegava com Rio Frio e possuía terras velhas de sementeira com boa capacidade de uso.

No final da década de sessenta a componente dos activos que “herdara” com o casamento com Maria Cândida já se tinha transformado em activos essencialmente imobiliários em oposição da dominância de activos financeiros que caracterizada a fortuna da sua esposa.

Para financiamento destes investimentos tão avultados, Conceição Andrade Martins defende que José Maria dos Santos deveria ter continuado com investimento em actividades especulativas, em paralelo com o investimento imobiliário. Deveria igualmente ter contado com



Ilustração 20 Artigo de Dom Luíz da Cunha sobre Falecimento de José Maria dos Santos, no Boletim da ACAP,

³⁵ A família Pereira Lupi, no Sítio da sua página, afirma: “Em 1877, José Maria dos Santos adquire as Herdades da Barroca d’Alva, Passil, Rilvas, Pereiro, Pontão e Monte Laranjo, à família Daupias (descendentes do célebre Jàcome Ratton), passando a possuir nos concelhos de Montijo, Palmela e Benavente um total de 17.000 hectares. Posteriormente, adquire terras em Palma, no concelho de Alcácer do Sal, a Herdade de Machados, no concelho de Moura, a Herdade da Defesa da Pedra Alçada, no concelho de Redondo, etc., chegando a ter uma lavoura que, no total, se estendia por quase 50.000 hectares.

a incorporação da herança da sogra nos finais da década de 1850.

A estratégia de José Maria dos Santos é portanto eficaz na aquisição da propriedade. Beneficiando das condições do seu tempo, aproveitava as oportunidades de forma a maximizar os resultados. Mas não era só no processo de aquisição que a sua estratégia se mostrava adequada. Era também a sua visão como empresário agrícola que levava à concretização de projectos.

Na década de sessenta é um dos fundadores da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, instituição que marcará a vida associativa da agricultura portuguesa até ao Estado Novo.

José Maria dos Santos empresário agrícola

A organização da empresa agrícola, nas palavras de Conceição Andrade Martins beneficiou de boas condições de acessibilidade. Em Rio Frio, da construção da Linha do Sul, que ligava o Barreiro ao Sul (1854 -1961), com paragem no Pinhal Novo, que de resto constitui uma das razões para a estruturação deste aglomerado. Em Palma e na Barroca d'Alva a acessibilidade fluvial em barcaças de média tonelagem.

"No entanto, grande parte dos solos das herdades de Alcochete e Alcácer eram constituídos por areais de grés, isto é de solos pobres em sais nutritivos, que não tentariam a ambição de nenhum capitalista por não darem semente sem adubo". Os solos de Moura, pelo contrário, eram predominantemente argilo-calcários e argilosos, logo adequados à cultura de cereais e da oliveira, mas a região não dispunha de boas vias de comunicação, quer viárias, quer ferroviárias." (Martins, 1992,385)

É assim que *"Aproveitando exemplarmente as condições favoráveis preexistentes e criando outras, explorando criteriosamente e cientificamente todas as potencialidades das terras que adquirira e apostando decididamente e entusiasticamente na inovação, mecanização e diversificação produtiva, José Maria dos Santos transformou em poucos anos três grandes propriedades (Moura, Palma, e Rio Frio) em explorações agrícolas modelo. Para tal, praticamente abandona os investimentos fundiários em finais da década de 1860 para os*

canalizar para o sector produtivo. Com os capitais assim disponíveis procura rentabilizar ao máximo as capacidades produtivas de cada exploração, para o que leva a cabo grandes trabalhos de arroteamento, drenagem de pântanos, fertilização de terras, criação de novas culturas e construção de instalações agrícolas. Para tal, aperfeiçoa os métodos e as técnicas agrícolas, comprando novas sementes, raças de gado mais apuradas e máquinas agrícolas modernas" (ibidem)



Ilustração 21 - idem pag 2

Ainda no domínio das técnicas agrícolas, sabemos que em 1883 José Maria dos Santos é pioneiro na aplicação dos adubos superfosfatados de cálcio. Estes adubos foram inventados em 1843 por Sir John Lawes, em Inglaterra, e foram comercializados, juntamente com os adubos azotados e potássicos a partir de 1881³⁶. José Maria dos Santos tinha utilizado esse adubo em 1880, um ano antes do lavrador alentejano Oliveira Fernandes, que após observar os seus resultados decidira aplicá-los na sua herdade alentejana.

A capacidade agrícola de inovação e organização é de facto extraordinária para a época. José Maria dos Santos apercebe-se nitidamente na alteração das condições da vida económica portuguesa, deixando de se centrar no investimento especulativo, para se centrar no investimento produtivo. Para os seus trabalhos agrícolas contou sem dúvida com a colaboração privilegiada dos seus amigos da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, fundada em 1858, na qual se encontravam a elite do pensamento agronómico em clara ascensão na organização económica nacional.

Mas, entre os factores de sucesso, estão também os princípios organizacionais que implementou, fruto dos ensinamentos da Escola de Veterinária, passavam por uma centralização da informação no seu Palacete da Junqueira. Todas as semanas os feitores apresentavam-lhe relatórios das actividades e eram distribuídas as tarefas da semana seguinte³⁷. As instruções dadas estavam alicerçadas num conhecimento das herdades e das suas potencialidades, adquiridas em constantes deslocações aos locais. O sucesso do negócio era portanto assegurado por um controlo muito apertado das condições de produção, da decisão de produção e do seu escoamento para o mercado nas melhores condições de rentabilidade. Em suma cria um sistema de informação com base na análise dos pontos críticos. Será esse sistema de informação que lhe permite ajustar, a cada momento, as decisões de produção e comercialização. Atento ao mercado da capital, com uma infra-estrutura de armazenamento sólida, José Maria dos Santos pode escoar, em poucos dias os seus produtos para o grande mercado da capital aos preços mais favoráveis.

Outra das características da “visão de negócio” de José Maria dos Santos é o aproveitamento das condições adversas. *“Esta capacidade para aprender e controlar as realidades económicas leva-o a canalizar para Palma e Rio Frio o grosso dos seus investimentos. Em meados da década de 1870, grande parte dos artigos que produzia estavam praticamente às portas de Lisboa, isto é chegavam de forma fácil, rápida e barata (sem grandes custos de transporte) ao principal mercado nacional*

(...)

³⁶ Citado por Miguel de Oliveira Fernandes em 1899 na sua Conferência na Real Associação Central dos Agricultores Portugueses sobre “A cultura do trigo pelos adubos químicos na Baixa Alentejo”. Não encontramos esta conferência que é citada por RAPOSO, 1978, 89

³⁷ MARTINS, op cit , 385

Desta forma, e também porque dispunha de grande capacidade financeira, não temia correr riscos, foi dos poucos que conseguiram resistir a todas as crises e lucrar mesmo com elas. Assim em 1880, quando as cheias lhe destruíram a sementeira de trigo de Rio Frio, arriscou a reduzir tudo a arroz (...e) no final o resultado foi (tão) bom que resolveu reconverter essas terras a essa cultura. Uns anos mais tarde, quando a cultura do arroz e a indústria do sal entram em crise, transforma as salinas de Barroca d'Alva em campos de cultura e projecta transformar as várias centenas de hectares numa horta colossal e numa monstruosa exploração de lacticínios para abastecer o mercado de Lisboa" (Martins, 1992, 387). O que acabou

Lançados depois no caminho da replantação, com videiras americanas, os viticultores foram sucessivamente refazendo os seus domínios, e hoje pôde dizer-se que toda esta zona central do paiz está outra vez attingindo o seu maximo desenvolvimento.

É aqui onde as vinhas cobrem, sem interrupção, maiores superficies territoriaes, sendo vulgar encontrarem-se plantações de 600:000 e 1.000:000 de plantas.

É n'esta região que se encontra a exploração viticola de maior extensão em todo o mundo¹, a maior vinha até hoje conhecida, vasta plantação do abastado e intelligente lavrador, o sr. José Maria dos Santos. Occupa esta immensa vinhataria 2:400 hectares de superficie, em terreno plano e seguido, todo coberto de pujantes videiras, em numero de 6.000:000. É uma vinha que só por si produz regularmente 20:000 pipas de vinho, ou seja a vigessima parte da produção total d'esta região da Bacia e Littoral do Tejo.

Ilustração 23 Extracto do Portugal Vinicole, Cincinatto Costa, 1900

por não acontecer porque a morte se impôs.

É este o princípio que o leva a cria a maior vinha do mundo, tal como ficou conhecida a sua exploração de 2.400 hectares numa terra de areia junto ao caminho-de-ferro. Paralelamente a este trabalho construiu um canal na

¹ É uma afirmação fundamentada nas informações que obsequiosamente me foram prestadas pelos consules portuguezes em todos os principaes paizes vinícolas, e como taes da mais alta confiança, esta que faço de considerar como a primeira do mundo em extensão e em numero de plantas, a notavel vinha do abastado lavrador, o sr. José Maria dos Santos.

Segundo essas informações, que foram solícitas e muito minuciosas, e que publicamente devo aqui agradecer, a maior vinha em extensão, fóra de Portugal, existe na Argelia, com uma area total de 1:000 hectares e tendo approximadamente 3.500:000 cepas. Uma outra vinha, tambem de grande extensão, é a que pertence á «La Compagnie des Salins du Midi», no sul da França, a qual, segundo informa o vice-consul de Cette, deve abranger uma area total de 800 a 850 hectares, contendo 3.740:000 plantas.

Em França, informa tambem o sr. Jayme de Séguier, dignissimo consul portuguez em Bordéus, que existe na importante região vinicola da Gironda uma grande vinha contendo 2.600:000 plantas, fazendo parte da notavel exploração Chateau d'Arsac, pertencente a M. Dubosc, importante industrial e abastado commerciante do Havre.

De Hespanha, de Italia, da California, da America do Sul, da Australia, da Colonia do Cabo, todas as informações que vieram confirmam a suposição, em que eu já estava de resto, de que a maior e mais importante vinha hoje conhecida em todo o mundo, é a vasta exploração do Poceirão, do sr. José Maria dos Santos, com os seus 2:400 hectares seguidos, todos em cultura intensiva, comportando 6.000:000 de plantas.

VI IV

Ilustração 22 - nota de pé de pagina (idem -)

Ribeira das Enguias, que permitia o escoamento das pipas de vinho por batelão directamente para Lisboa, onde o seu amigo Abel Pereira da Fonseca o comercializava para as Casas de Pasto, que na altura enxameavam a cidade de Lisboa. Uma produção de quantidade a baixo preço, com elevada rentabilidade.

Em 1909, durante a crise vinícola de sobre produção, juntamente com o seu amigo Abel Pereira da Fonseca, cria uma sociedade para venda de vinho "a bochecho" o chamado copo de três, que leva à compra de todo o vinho disponível na produção, a baixo custo, com a sua comercialização em massa.

A maior vinha do mundo

No Passeio pela Estremadura³⁸ em 1924, Raul Proença descrevia Rio Frio, integrado no percurso entre o Barreiro e Vendas Novas. *"No Pinhal Novo (...) deixa-se a linha do Sado, vendo-se durante algum tempo o morro de Palmela, por entre troncos de Palmeira e dos eucaliptos. Região plana e constituída por terrenos do plioceno e quaternário, plantados aqui e além de pinheirais. À esquerda grandes plantações de oliveirais e vinha".*

"Em 22 km Valdera (Esquerda) e durante alguns quilómetros desenrola-se á esquerda a grande vinha plantada em 1892 pelo grande lavrador José Maria dos Santos, entremeada de sobreiros que se estendem em linha paralela até ao horizonte."

É a maior vinha do mundo, tanto em extensão como em números de pés – maior do que a do Medoc, ao sul de França, e as da Argélia. Nesta última região à uma vinha que chega a atingir 1000 hectares de superfície, com 3 milhões e meio de cepas. Mas esta de Valdera e do Poceirão os seus 4.000 hectares e os seus 10 milhões de cepas excede-as a todas constituindo uma



Ilustração 24 -Extracto do Mapa de Cincinnato Costa, sobre a região produtora de vinhos no Pinhal Novo

exploração vinícola sem rival no mundo. É limitada a Sul pela porção de linha férrea entre as alturas do Pinhal Novo e a estrada do Poceirão, e ao Norte por uma linha irregular que segue das proximidades daquela estação, pela ponte de Rio Frio, Casal da Amieira, Vale da Vendinha e Poceirão. O estabelecimento com as suas enormes adegas iluminadas a luz eléctrica e os seus lagares monstros, de onde saem anualmente 30 a 35.000 de pipas de vinho com um produto médio de 20 milhões de

*litros, fica a herdade de Rio Frio, a 6 km de Valdera e no limite oriental do concelho de Alcochete. É interessante observar pelas vindimas, a labuta desta enorme oficina de trabalho, onde se chegaram a juntar mais de 1.500 vindimadores, e onde se cruzam em todos os sentidos 350 carros empregados no transporte da uva fresca para os lagares*³⁹.

"Do Rio Frio avista-se Lisboa e grande número de povoações do Alentejo e do Ribatejo, até Vila Franca de Xira. Um canal de 18 quilómetros de comprimento, por 12 (mt) de largura liga os armazéns com o Tejo. Estradas

³⁸ PROENÇA, Raul , (1924)Guia de Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional, volume I - Lisboa e seus Arredores: "Outra banda", pp 325-391 e vol. II Estremadura, Alentejo e Algarve "Ribatejo" pp. 321-388

³⁹ Esta vinha referenciada por Raul Brandão em 1924 (Guia de Portugal, volume II, pag14) é apenas uma parte do total. Num mapa existente na Sociedade Agrícola de rio Frio, datado de 1907, que apresenta toda a herdade com um sumário das áreas plantadas, pode identificar-se a área total de vinha que atingia os 4.000 hectares

macadamizadas comunicam-nos com Valdera a 6 km, o Poceirão a 11, 7, e a Alcochete a 20 km. " (idem)

Depois prosseguindo a viagem para o Poceirão, na estrada que liga a Águas de Moura a paisagem é "grande planície onde uma ou outra árvore perdida na distância, se destaca no azul límpido do Céu. (...) E por altura da Canha, "uma planície uniforme de grandes charnecas, com urzes e heliametros, em certos pontos já invadidos por grupos de pinheiros mansos" (idem).



Ilustração 25- Portugal Vinícola por Círculo de Cultura em 1900

E prosseguindo, uma Fonte no km 38. Onde a " planície pregueia-se levemente, peneplanificando-se, ao mesmo tempo anima-se e povoa-se: surgem oliveiras, sobreiros, pinheiros, laranjais, vinhas, sebes, piteiras, amendoeiras, palmeiras, eucaliptos erguendo-se muito alto a coma bifurcada. As areias são aqui fertilizadas por depósitos de turfa formados por alguns ribeiros (...). É um dos rincões mais cultivados, amenos e alegres deste País entre o Tejo e o Sado" (ibidem,15).



Fig. 1

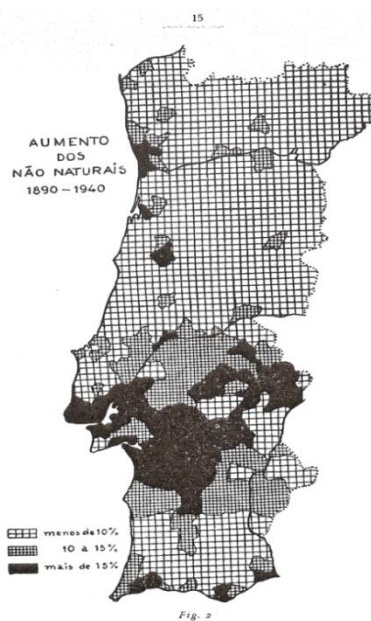


Fig. 2

Ilustração 26 - Ilustração in Geografia de Portugal de Amorim Girão, sobre saldos migratórios entre 1890-1940

A política de Colonização de José Maria dos Santos

Um outro aspecto associado à sua política de colonização agrícola, como na altura se chamava ao arroteamento dos terrenos incultos das planícies alentejanas, foi o incentivo à colonização do território. A colonização do Pinhal Novo, gentes oriundas das terras da Gândara e do Baixo Mondego, constitui uma das mais interessantes memórias de José Maria dos Santos.

De resto, esta era uma política defendida na época por Oliveira Martins, em 1887 de “trasladar para as regiões deficientes aquilo que há em excesso nas opíparas: o homem”⁴⁰

“Ora foi precisamente isto que fez José Maria dos Santos. Fixou cerca de 400 casais de caramelos beirões semi-nómadas numa área de 2000 hectares de paul, que arroteou em glebas de 6 hectares e cedeu aos colonos mediante contratos de arrendamento a longo prazo (em vida) no valor de 1\$000 por hectare. Para que os colonos se pudessem estabelecer emprestava-lhes com juros (5 %) o

*capital necessário para construírem a casa de habitação e adquirirem as alfaías e sementes. Deste modo, sem grande investimento, conseguiu assegurar mão-de-obra certa, barata e em numero suficiente para os grandes trabalhos agrícolas de certas épocas do ano”*⁴¹.



Ilustração 27 - Jazigo da Família Ferreira Braga no Cemitério dos Prazeres em Lisboa

Conceição Andrade Martins, caracterizando a influência social do lavrador afirma que no final da década de 1870, trabalhavam para ele entre 500 a 1200 jornaleiros⁴², fora os ranchos de beirões que contratava anualmente para as safras e que ficavam nas suas terras durante 4 a 5 meses todos os anos. No final do século, ainda a mesma autora, refere que os números de “dependentes” era cerca de 5.000. Em 1886 trabalhavam na debulha do arroz de Rio Frio e Pontão 727 homens e mulheres.

O que caracterizou a intervenção de José Maria dos Santos como empresário agrícola, para além “dos três assentos de lavoura, separados geograficamente, mas interdependentes e complementares entre si”, foi o constante reinvestimento na terra dos lucros produzido.

As suas três grandes “Casas Agrícolas”, Rio Frio, Palma e Machados, funcionavam de forma integrada “A empresa agrícola criada por José Maria dos Santos era constituída por três grandes assentos de lavoura, separados geograficamente, mas interdependentes e complementares entre si. Isto é, economicamente integrados. Por isso, trabalhadores, gados e produtos circulavam ao longo do ano entre Moura, Palma e Rio Frio para, deste modo, se poderem aproveitar totalmente os outputs de cada sector (e de cada exploração) como inputs de outros”⁴³. Essa postura permitiu-lhe procurar de forma sistemática os melhores produtos para cada mercado, assegurando antecipadamente as suas produções pela sua capacidade de influenciar os mercados por antecipação.

⁴⁰ MARTINS, Oliveira, (1956) Fomento Rural e Emigração, Lisboa, Guimarães Editores

⁴¹ MARTINS, Conceição, (1992), 387

⁴² (MARTINS, 1992, 389)

⁴³ (MARTINS,1994:388)

José Maria dos Santos homem público

Para além da sua actividade como lavrador, José Maria dos Santos também foi homem público. Já acima referimos a sua participação na constituição da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa. A sua posição de lavrador abastado também lhe permitia jogar no tabuleiro da política. Os deputados pelos círculos de Beja, Moura, Alcácer, Alcochete, Montemor-o-Novo, Rio Maior eram eleitos sob o seu beneplácito.

Todavia, em qualquer das suas participações o seu perfil era de discrição. Era um homem de bastidores. Dizia-se na época, que só em deputado na câmara, tinha controlo sobre doze. Ele próprio foi deputado durante várias legislaturas. Nas suas participações sobre a polémica do “livre-câmbio” versus “proteccionismo”⁴⁴, fundamentalmente nas questões dos cereais e do vinho, que constitui um debate que atravessou o debate em toda a Regeneração até à República, e uma das questões que certamente motivava a sua participação nas votações do parlamento, deveria ter seguido a posição da RACAP. Defesa do proteccionismo para os produtores de cereais e liberdade de comércio nas colónias para os produtores de vinhos portugueses.

Outra das questões onde é registada a sua intervenção é sobre a construção do prolongamento do Caminho de Ferro do sudeste para a margem esquerda do Guadiana, que em 1871 se encontrava parada em Quintos, a dois km da margem do rio. A construção dessa linha ia facilitar o escoamento das produções dos concelhos de Serpa, Moura e Mourão, onde José Maria dos Santos também tinha interesses. (MARTINS, 1992, 389)

Inicia-se nas lides parlamentares em 1869, eleito pelo círculo do Redondo, como independente, sendo reeleito em 1871, alinhando com o partido histórico. Em 1874 altera o seu posicionamento a favor dos regeneradores, o Partido de Fontes Pereira de Melo e Hintze Ribeiro. Em 1878 concorre por Évora e em 1879 por aldeia Galega. Mantém-se como membro da Câmara até 1892, ano em que passa para a Câmara dos Pares do Reino.

“A influência e prestígio que teve José Maria dos Santos traduzem-se na facilidade com que tinha acesso aos corredores do poder, na intimidade que mantinha com os principais políticos e representantes da elite económica e científica portuguesa, e nos cargos que foi ocupando ao longo da sua vida, nomeadamente na RACAP, na Comissão de Agricultura dos Deputados e dos Pares, na Junta Distrital de Lisboa, na Comissão Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites, na Comissão Permanente que Trata da Aquisição de Adubos e Sementes, no Conselho Superior de Agricultura, no Concelho do Mercado Central dos Produtos Agrícolas, em inúmeras comissões de

⁴⁴ Polémica que no final do século XIX atravessou os debates da agricultura com os grandes produtores de cereais a defender as barreiras alfandegárias como protecção dos preços dos cereais nacionais, a que se opunham os defensores da livre importação de acordo com a lógica do mercado, que muitos industriais da panificação defendiam.

inquérito parlamentar, na Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal. Mas, se tudo isto fez dele um político influente e um homem poderoso, foi porque ele sempre se soube servir da política e dos políticos, e não servi-los.” (MARTINS, 1992,392)

Convém ainda salientar que a actividade de empresário agrícola de José Maria dos Santos deverá ter beneficiado fortemente dos seus amigos da Real Associação. Com efeito, se atentarmos ao que José Maria dos Santos executa nas suas propriedades, facilmente verificamos que se enquadram perfeitamente nas propostas técnicas dos mais ilustres agrónomos do seu tempo, seus companheiros na associação. É hoje difícil saber quem é que influenciava quem. Se Rio Frio foi campo de ensaio de propostas agrícolas inovadoras, ou se muitas propostas resultavam das observações efectuadas em Rio Frio. Mas que existe uma relação muito próxima entre aquilo que se defendia para a agricultura e o que José Maria dos Santos efectuava nas suas herdades, razão próxima para o seu carácter de herdade “modelar”.

A herança de José Maria dos Santos

O falecimento de Maria Cândida Ferreira Braga, em 1878, obriga à partilha dos bens do casal. Sem filhos do casamento com José Maria dos Santos, Maria Cândida tinha tido um filho do seu casamento com São Romão. António Braga São Romão, nascido em 1847, que há data do segundo casamento era menor. Os bens que este herdara do seu pai tinham ficado sob a tutela da mãe. Nesta data António já tinha tomado posse dos seus bens por ter atingido a maioridade. Através da análise dos bens arrolado, comprova-se a alteração da sua composição, que passa de activos essencialmente financeiros para activos de produção agrícola com posse de imobiliário. A administração dos bens parece ter ficado integrada na “Casa

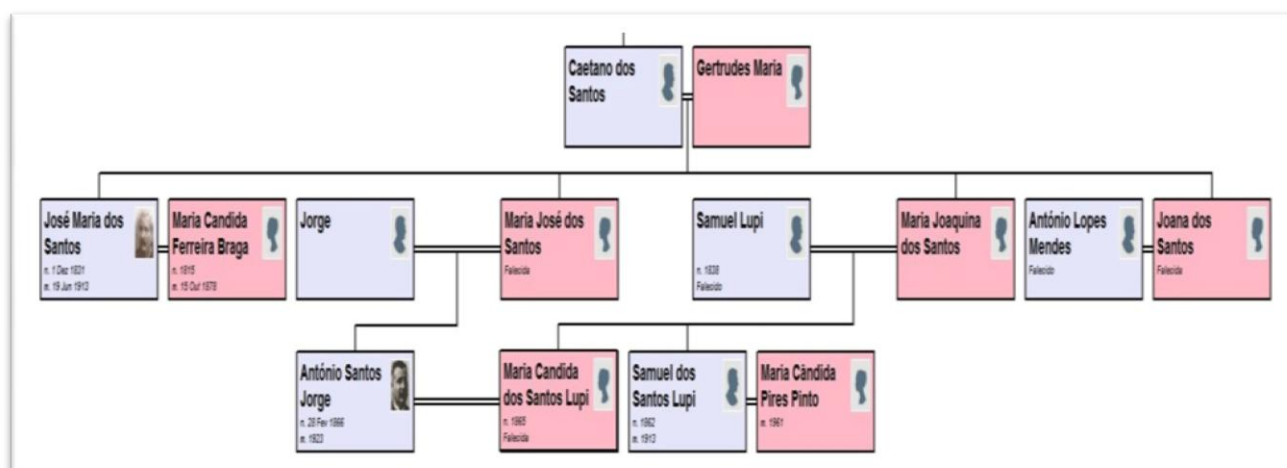


Ilustração 28 -Herdeiros de José Maria dos Santos
de José Maria dos Santos”

Essa situação é igualmente comprovada pela análise do inventário dos bens da casa de José Maria dos Santos à data do seu falecimento em 1913. “Quando José Maria dos Santos morreu, em 1913, todos estes bens estavam bastante valorizados, quer porque tinha alargado as áreas de exploração, quer porque tinha aumentado e diversificado as suas

produções. (...) Relativamente a Alcácer, o único caso em que é possível estabelecer qualquer comparação, os prédios existentes em 1878 valorizaram (80%), mas o conjunto de bens deste concelho quintuplicou de valor” (MARTINS, 1992, 395). Estamos só a falar dos activos imobilizados, uma vez que em qualquer destas herdades funcionava uma “Casa Agrícola” que todos os anos produzia para o mercado, com elevada rendibilidade.

“De todas as herdades, a mais rentável era a de Rio Frio, onde produzia de quase tudo nomeadamente os produtos hortícolas com que abastecia a capital. É também aqui que estavam concentradas as melhores máquinas e alfaia da sua lavoura (10 da 12 máquinas a vapor) e o maior número de equinos. Palma vinha em segundo lugar (mas a partir de 1890 alarga consideravelmente esta exploração, não só pela compra de prédios confinantes, como pela intensificação de algumas culturas, e nela cultivava bastantes cereais, mas o seu principal rendimento vinha do montado, donde extraia grande parte da cortiça que extraia. Moura era de todas a que menos valia, não só por estar mais afastada, mas porque nela produzia então essencialmente cereais e ovinos. Uns anos mais tarde, quando o olival (um dos maiores do país) que entretanto mandara plantar começou a produzir plenamente, o seu rendimento aumentou substancialmente. Globalmente, destas três explorações, retirava anualmente um rendimento superior a 100 contos” (ibidem)

Em suma, quando faleceu José Maria dos Santos não só deixa uma estrutura de lavoura afinada para a produção, como também lega um exemplo de “visão da agricultura”.

“Pode dizer-se que a história empresarial de José Maria dos Santos está marcada por três fases. Uma de expansão e consolidação (décadas de 1860 a 1890, respectivamente) em que se converte num dos maiores proprietários fundiários portugueses. Outra de forte investimento na organização, intensificação e

modernização da sua lavoura (décadas de 1870 e de 1880), em que se assume como um dos mais dinâmicos, inovadores e empreendedores agricultores da sua época. E, finalmente, uma última em que se começou a interessar por todo o circuito económico, desde a produção à comercialização, passando pela transformação (última década do século XIX e primeira do século XX)” (ibidem).

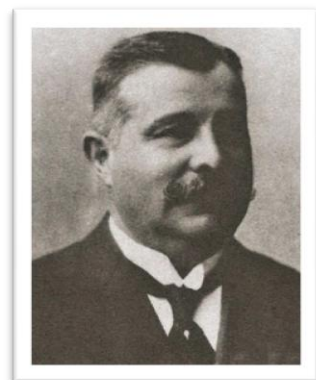


Ilustração 29 António Santos Jorge

António Santos Jorge (1866-1923)

Quando em 19 de Abril de 1913 morreu José Maria dos Santos, com 81 anos, provavelmente vítima de ataque cardíaco, no palácio da Junqueira⁴⁵, não deixa descendência directa. São seus herdeiros a irmã sobrevivente, Maria Joaquina (?), seu Sobrinho António Santos Jorge, filho de Maria José. Casado com Maria Cândida dos Santos Lupi, sua prima, filha de Maria Joaquina dos Santos. Maria Joaquina dos Santos tinha ainda um filho, Samuel dos Santos Lupi, que morrera alguns meses antes do tio. De acordo com o depoimento da família Pereira Lupi, existe ainda uma terceira irmã, Joana dos Santos⁴⁶, que não é referida em mais nenhum dos trabalhos sobre José Maria dos Santos. Deste lado da família poderá não ter havido descendentes.

José Maria dos Santos é sepultado no jazigo da família Ferreira Braga, no cemitério dos Prazeres, onde já estava sua esposa. Em 1917, o seu sobrinho adquire no mesmo cemitério um outro Jazigo, para onde fará trasladar o seu tio. Doravante, esse passará a ser o jazigo da família. Poderá este facto indiciar o afastamento entre Santos Jorge e os Ferreira Braga/Posser de Andrade, e por consequência entre os trabalhos de



Ilustração 30- Jazigo da Família Santos Jorge no Cemitério dos Prazeres em Lisboa, 1923

Rio Frio e Palma ?

"No seu testamento, feito em 1909, José Maria dos Santos deixa a Herdade de Rio Frio (incluindo a Barroca d'Alva, Rilvas e demais bens) à sua sobrinha Maria Cândida Santos Lupi e a seu marido, também seu sobrinho, António Santos Jorge.

Para o seu sobrinho Samuel (dos Santos) Lupi, ficaram todas as propriedades que o senhor possuía nos concelhos de Moura e Serpa, nomeadamente a Herdade de Machados. Como consequência, António dos Santos Jorge, na sua qualidade de herdeiro do remanescente, recebe também a Herdade de Machados"

Pouca informação temos sobre a actividade desenvolvida por António Santos Jorge nas suas herdades, tão pouco temos conhecimento se a gestão da Casa de Palma, que pertenciam ao ramo da Família São

⁴⁵ Trata-se do Palácio actualmente ocupado pela administração do Porto de Lisboa. Havia sido herdado por sua mulher Maria Cândida.

⁴⁶ Joana dos Santos casou com António Lopes Mendes, Desenhador, nascido em 1835, formou-se em medicina veterinária e agronomia, foi professor e desempenhou várias missões como técnico agrícola na Índia e no Brasil, ilustrando sempre os seus trabalhos com desenhos da sua autoria. Em Portugal, saliento os seus trabalhos sobre o Buçaco e a sua participação na Expedição Científica à Serra da Estrela, organizada em 1881 pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Romão/Posser de Andrade, ainda era efectuada em conjunto⁴⁷. É possível que a gestão tenha permanecido unificada sob o comando de José Maria dos Santos e posteriormente com António Santos Jorge e só após a morte deste, os dois ramos da família se tenham separado.

Terá sido durante o tempo de António Santos Jorge que terá sido edificado o Palácio de Rio Frio, em 1918. António Santos Jorge terá igualmente sido o iniciador da marca Santos Jorge. É também conhecido a construção dumas cocheiras em São João do Estoril, conhecida como Casa Santos Jorge. Tanto quanto se sabe não se terá dedicado à actividade de gestão das suas propriedades, mas sim à comercialização. Na fase final da sua vida terá tido problemas de liquidez.



António dos Santos Jorge casou com a sua prima, Maria Antónia Cândida dos Santos Lupi, filha de Maria Joaquina dos Santos. Do seu casamento nasceu Samuel Lupi dos Santos Jorge, que será seu herdeiro.

Ilustração 31 - Pormenor de Jazigo da Família Santos Jorge

No entanto, ainda no âmbito das heranças familiares, por via de sua mãe Maria Joaquina dos Santos, que casou com Samuel Lupi (falecido em 1893), havia ainda um outro filho para além de Maria Antónia Cândida dos Santos Lupi. Trata-se de Samuel dos Santos Lupi, que tinha sido colaborador próximo de José Maria dos Santos nas suas actividades de empresário agrícola. Samuel dos Santos Lupi sido beneficiado no testamento de José Maria dos Santos, mas havia falecido em Março de 1913, com a idade de 30 anos; portanto poucos meses antes de José Maria dos Santos.

Por razões de saúde, parece que nesta altura a morte deste parente terá sido ocultada ao rico lavrador. A herança deste sobrinho irá recair em Samuel dos Santos Lupi, nascido em 1902 e então com apenas 11 anos. Como adiante veremos será este ramo da família que partilhará os negócios com o ramo Santos Jorge.

A Herdade de Palma e a herança de São Romão / Posser de Andrade

A Herdade de Palma que tem por origem o arrendamento da propriedade de Palma (Condado de Palma) em 1868, feito por José Maria dos Santos e sua mulher, Maria Cândida Ferreira Borges São Romão, comprada definitivamente ao 8º conde de Sabugal (D. Luís Assis de Mascarenhas), é em 1896. Sucessivamente aumentada com a compra de propriedades limítrofes, a última compra data de 1908 com a aquisição da Herdade da

⁴⁷ Note-se que a partilha dos bens do ramo São Romão tinham sido efectuada em 1878. Como vimos José Maria dos Santos mantém a gestão dos bens de Palma até à sua morte.

Charneca de Cima, a Herdade de Palma conservou-se inteira desde então até aos anos 1960⁴⁸.

Em 19 de Junho de 1913 morre José Maria dos Santos, proprietário da Herdade de Palma, desde a morte de sua mulher em 1878. No seu testamento, de 12 de Junho de 1909, deixa a Herdade de Palma em partes iguais à neta de Maria Cândida, D. Maria Cândida São Romão Posser de Andrade e seu marido José Maria Posser de Andrade. Por morte desta, em 22 de Maio de 1921 e do marido, em 19 de Junho de 1938, ficaram únicos proprietários da Herdade de Palma, João São Romão Posser de Andrade, António São Romão Posser de Andrade e José São Romão Posser de Andrade, cada um com um terço

Em 1943, é constituída uma Sociedade por quotas, a "Sociedade Agrícola da

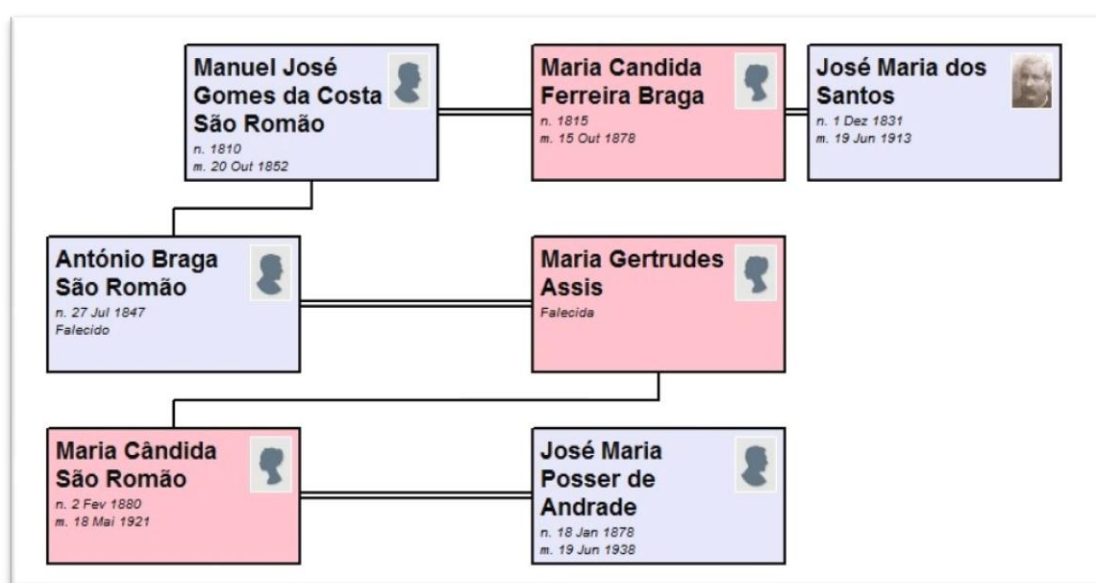


Ilustração 32 Sucessão da Casa de Palma até 1ª década de 30

Herdade de Palma", que se mantém até ao ano de 1959, altura em que se transforma em Sociedade Anónima.

A Aldeia de Palma

A herdade de Palma foi um morgado do concelho e comarca de Alcácer do Sal. Têm por Orago S. João Baptista de Palma. Tinha em 1941 uma população de 1752 habitantes, residentes em 377 fogos. Situa-se a quinze quilómetros da sede do concelho, na estrada que liga Alcácer a Setúbal, a 5 km da Estrada para Montemor-o-Novo e a 25 do Poceirão foi uma capelania da ordem de Santiago.

⁴⁸ Colocado em regime de depósito no AHS, em 1992, pelos administradores então em exercício da Sociedade Agrícola da Herdade de Palma, SA, Francisco Posser de Andrade, José Luís Posser de Andrade e João Gabriel Posser de Andrade. Este espólio inclui documentação de natureza contabilística - que vai de 1863 a 1960 - da que foi uma das maiores explorações agrícolas do país

Foi uma grande casa agrícola com uma grande exploração agrícola e pecuária, com vastos campos semeados de arroz e trigo abundante produção de cortiça. Permanece hoje na posse da família Posser de Andrade.

"Existem agora explorações que estão repartidas por vários rendeiros. Estes rendeiros são na sua maioria os habitantes da aldeia. A população que vive na aldeia sobrevive na sua grande parte da agricultura, existem pessoas que se dedicam á criação de gado (vacas e ovelhas), e outros que se dedicam unicamente à produção de arroz.

Na aldeia existe uma antiga fábrica de descasque de arroz. Hoje em dia a fábrica labora só na época da ceifa do arroz. Também aqui existiam lagares de azeite que hoje estão desactivados. Existe uma pequena igreja que pode ser avistada de toda a aldeia, bem como uma casa antiga do século XVIII que está a ser reconstruída e dá muito valor e interesse à aldeia. Existe uma escola básica de Plano Centenário, uma mercearia, um centro de atendimento de saúde, que funciona duas vezes por semana, e um café sediado num espaço da população de Palma e orientado por uma comissão de Sócios, que era o Centro da Alegria dos Trabalhadores da herdade de Palma, e que actualmente se chama Grupo Desportivo e Recreativo de Palma."⁴⁹

Samuel Lupi dos Santos Jorge (1897 -1964)

Como vimos, o único filho do casamento de António Santos Jorge com a prima Maria Joaquina, Samuel Lupi dos Santos Jorge é herdeiro da "Herdade de Rio Frio". Será provavelmente no seu tempo que surgirá a "Casa Santos Jorge". Fará uma gestão partilhada com o seu primo, e co-herdeiro por parte da sua avó, José Samuel Lupi. Durante os quarenta anos seguintes serão eles a marcar o tempo e o ritmo da herdade.



Ilustração 33 - Samuel Santos Jorge

" Estudou agricultura em França, na Universidade de Montpellier. Quando regressou a Portugal começou a acompanhar a gestão das Herdades de Rio Frio e Machados. Seu pai, António dos Santos Jorge, morreu nos primeiros anos da década de vinte do século passado, ainda Samuel não tinha 30 anos".⁵⁰

"Durante poucos anos esteve sozinho nessa tarefa, pois entretanto o seu primo direito, José Lupi terminara o curso de Agronomia, apresentando um relatório final do curso intitulado " Contribuição para o estudo do fabrico de queijo do tipo "Alentejo"", trabalho acompanhado por um pequeno estudo sobre o leite e as condições de exploração do gado que o produz. Estes

⁴⁹ Relato de Miguel Alves Caetano

⁵⁰ Relato de Miguel Alves Caetano, in www.lupi.com.pt

trabalhos foram realizados com base na Herdade dos Machados, com recolha de dados entre 1927 e 1930, ano em que entregou o seu relatório final. Durante estes anos José Lupi colabora com Samuel na gestão da desta Herdade, que abandona depois de se casar em 1930, ficando como administrador residente da Herdade de Rio Frio. Nesse ano, Samuel dos Santos Jorge completava 33 anos e seu primo 28”.

“A família Santos Jorge tinha um escritório na rua Nova do Almada, em Lisboa (na Baixa), onde se tratavam os problemas de gestão conjunta das Herdades Santos Jorge – contabilidades, finanças, alguns actos comerciais, e se tomavam as grandes decisões. Samuel começou a passar cada vez mais tempo neste escritório, onde seu primo se deslocava com frequência. Samuel passou a ir cada vez menos a Rio Frio, mas continuou a ir com alguma regularidade a Machados, cuja gestão corrente estava entregue a um feitor”.

“Enquanto sua mãe, Maria Antónia Cândida dos Santos Lupi, foi viva, viveu com ela, na casa de Lisboa, na rua Mousinho da Silveira. Maria Cândida Lupi dos Santos Jorge morreu com 96 anos em 1961, fazia Samuel 64 anos. Decidiu então casar com Ermelinda Martinez”, (em 7 de Dezembro de 1961) que já conhecia há muitos anos. ”

“Ermelinda Martinez era viúva dum senhor de apelido Tristão Neves, do qual

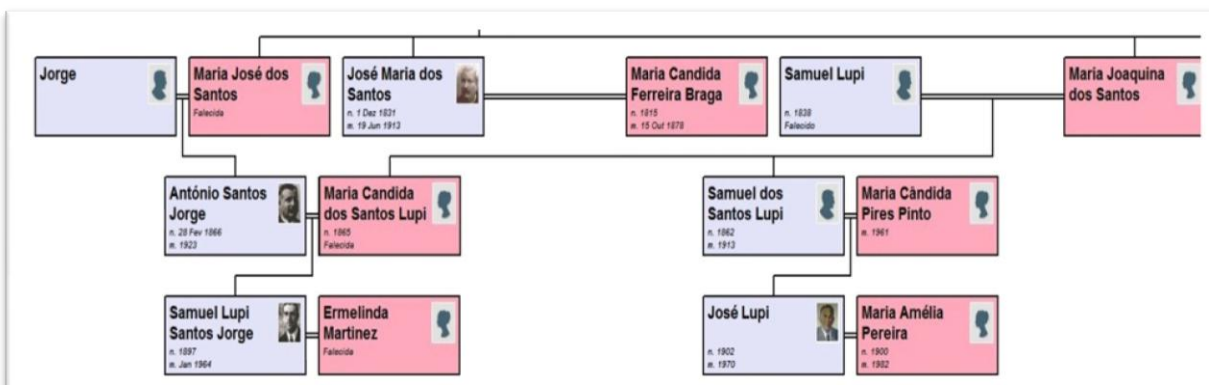


Ilustração 34- Herança de Samuel Santos Jorge

tivera um filho e uma filha”. Esta senhora terá sido companheira de Samuel Lupi dos Santos Jorge, numa relação que não terá sido aceite pela mãe deste, Maria Cândida dos Santos Lupi. Só após a morte da mãe, em 1961, Samuel terá tido condições para assumir o matrimónio. Por morte de Samuel Lupi dos Santos Jorge, em 1964, a Herdade dos Machados e outros bens foram herdados pela sua viúva, que os transmitiu para os seus filhos”.

“Durante muitos anos a Casa Agrícola Santos Jorge foi administrada por Nuno Tristão Neves, seu proprietário conjuntamente com sua irmã. A Herdade dos Machados foi ocupada e expropriada em 1975, e até agora os seus proprietários apenas conseguiram reaver cerca de metade da dimensão original, explorando directamente menos de 3000 hectares. Em 2008, segundo notícias da imprensa, venderam parte da sua Sociedade (Casa Agrícola Santos Jorge) a um grupo espanhol, com o objectivo de

recuperar o olival, que já foi um dos mais importantes de Portugal."
(CAETANO, 2008)

A sua memória ainda perdura na terra do Pinhal Novo e em Alcochete, a cujas festas costumava efectuar donativos generosos.

José Samuel Lupi (1902-1970)

Quando Samuel Lupi dos Santos Jorge faleceu, em Janeiro de 1964, com a idade de 66 anos, já havia feito testamento em 1961. Na escritura feita em 2 de Dezembro de 1961, *"faz uma doação pura e irrevogável a José Lupi e esposa de todas as acções que possui no capital da Sociedade Agrícola de Rio Frio, mas reserva para si, enquanto for vivo,*



Ilustração 35 - José Samuel Lupi em 1970. Quadro de Maluda

*o usufruto das mesmas acções, incluindo expressamente o direito a receber os respectivos dividendos e a intervir com direito a voto em todas as assembleias-gerais"*⁵¹. Tudo parece indicar que desde pelo menos 1957 a gestão operacional da Herdade se encontrava nas mãos de José Lupi, com uma supervisão de controle do experiente primo Santos Jorge.

José Samuel Lupi, nascido em 1902, foi engenheiro silvicultor, formado no Instituto Superior de Agronomia nos anos 30. Acompanhava a gestão da Casa Agrícola Santos Jorge e a Casa Rio Frio. A Casa Agrícola Rio Frio adoptou em 1957 uma estrutura accionista de Sociedade Anónima (SARL), com a denominação de "Sociedade Agrícola de Rio Frio". O conselho de Administração era formado por Samuel Lupi dos Santos Jorge, José Lupi, que presidia e pelo seu filho, José Samuel Pereira Lupi.

No seu testamento, feito em 1909, José Maria dos Santos deixara, para além de diversos legados:

- A Herdade de Palma à sobrinha de sua mulher, Maria Cândida São Romão e a seu marido, José Maria de Andrade;
- A Herdade de Rio Frio (incluindo a Barroca d'Alva e todas as outras conexas) à sua sobrinha Maria Cândida dos Santos Lupi e a seu marido, também seu sobrinho, António Santos Jorge;
- A Herdade de Machados ao seu sobrinho Samuel dos Santos Lupi;



Ilustração 36 Estatutos da Sociedade Agrícola de Rio Frio, 1958

"Estipula ainda o testamento que será herdeiro dos bens, direitos e acções que constituírem o remanescente da herança o sobrinho António dos Santos Jorge, sendo seus testamentários este herdeiro e Samuel dos

⁵¹ "Testemunhos de Miguel Alves Caetano in www.lupi.com

Santos Lupi. Aconteceu que em 30 de Março de 1913 morreu Samuel dos Santos Lupi, encontrando-se José Maria dos Santos, então já com 81 anos, com graves perturbações cardíacas, das quais viria a morrer em 19 de Junho do mesmo ano. Entenderam os restantes herdeiros não o informar da morte do sobrinho, com medo do choque que tal notícia lhe poderia causar, o que teve como resultado que José Maria dos Santos não teve oportunidade de alterar o seu testamento, se por acaso o desejasse, substituindo o seu falecido sobrinho pelo filho, José, então com dez anos, e cuja existência, apesar da ilegitimidade, era certamente do conhecimento do tio."

"Como consequência, António dos Santos Jorge, na sua qualidade de herdeiro do remanescente, recebe também a Herdade de Machados. Ao que

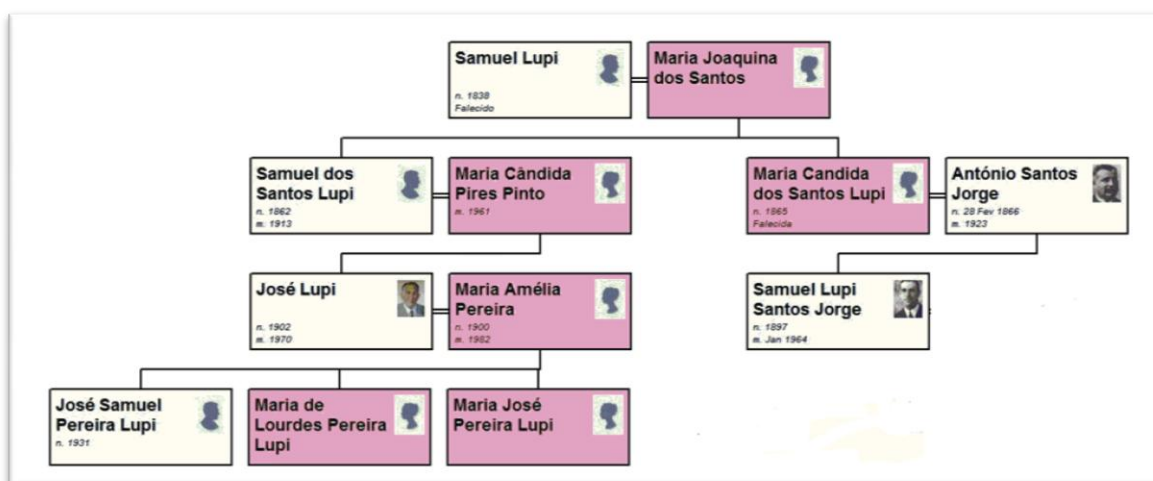


Ilustração 37- Herança de José Lupi

consta, foi entretanto nomeado tutor do menor, nada se sabendo quanto ao destino dado às casas de Belém e da Ajuda, de que Samuel dos Santos Lupi era proprietário (que admito terem sido vendidas para com o seu dinheiro se construir a casa que foi de José Lupi na Alameda das Linhas de Torres), nem quanto às razões que levaram a integrar em Rio Frio as fazendas do Rego da Amoreira que tinham pertencido a Samuel dos Santos Lupi".

"Os tios António e Cândida dos Santos Jorge assumiram sempre os encargos e responsabilidades com a educação do sobrinho José e, depois deste se ter formado em agronomia, entregaram-lhe a administração de Rio Frio (depois de um curto período na administração da Herdade de Machados). Legalmente tudo parece correcto, e é natural que estivesse; mas sempre transpareceu que os tios sentiam a obrigação moral de compensar o sobrinho José (Lupi) pelo sucedido., pelo que para facilitar as partilhas e diminuir os direitos sucessórios, decidiram criar uma sociedade anónima, a Sociedade Agrícola de Rio Frio, em Maio do mesmo ano de 1957".

"Entretanto, e sem que se saiba exactamente o que se passou, Maria Cândida Lupi dos Santos Jorge resolve fazer novo testamento em Novembro de 1958, sem conhecimento do seu sobrinho, no qual declara que institui o seu único filho, Samuel Lupi dos Santos Jorge, "único e universal herdeiro

de todos os seus bens, direitos e acções" e que "deixa em legado a seu sobrinho Engenheiro José Lupi, três mil setecentas e cinquenta acções da Sociedade Agrícola de Rio Frio ", ou seja, o correspondente a 18,75% do respectivo capital social. A tia Cândida viveu ainda até 1961, tendo falecido em Outubro deste ano com 96 anos. Aberto o testamento, José Lupi procurou, de imediato, esclarecer o assunto com o primo Samuel".

"Procurando uma solução que garantisse ao primo que não lhe queriam tirar o prometido, mas que lhe permitisse, ao mesmo tempo, manter o controlo da

administração de Rio Frio, Samuel dos Santos Jorge, por escritura de 2 de Dezembro de 1961 (anterior,

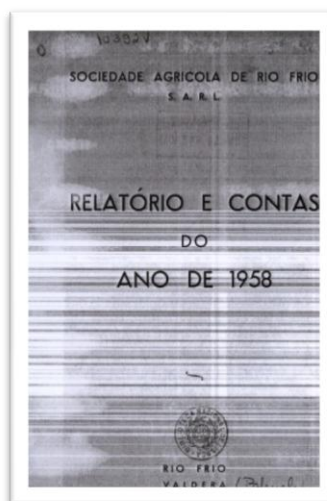


Ilustração 38 Capa do "Relatório e Contas da SARF", em 1958



Ilustração 39- Capa de Trabalho de Final de Curso de José Lupi, 1961

portanto, ao seu casamento realizado a 7 do mesmo mês e ano), faz uma doação pura e irrevogável a José Lupi e esposa de todas as acções que possui no capital da Sociedade Agrícola de Rio Frio, mas reserva para si, enquanto for vivo, o usufruto das mesmas acções, incluindo expressamente o direito a receber os respectivos dividendos e a intervir com direito a "voto em todas as assembleias-gerais".

Samuel (Lupi) dos Santos Jorge só exerceu o controlo de Rio Frio durante cerca de dois anos, pois veio a morrer em Janeiro de 1964, com 66

anos. E assim ficou constituído o património dos Pereira Lupi"⁵²

"Assim, existe documento particular de 1946 no qual Maria Cândida Lupi dos Santos Jorge afirma que deixará ao seu sobrinho José Lupi uma quarta parte de todos os bens que tinham constituído o património dela e de seu marido, António dos Santos Jorge, entretanto já falecido, pedindo a seu filho e a seu sobrinho que "as partilhas sejam feitas na melhor harmonia como bons irmãos e muito amigos". E no mesmo sentido faz testamento público em Abril de 1957, onde se diz que "dos bens, direitos e acções de que lhe for lícito dispor ao tempo do falecimento dela testadora, nomeia seu herdeiro a seu sobrinho José Lupi". E entre todos era facto assente que a Herdade de Rio Frio ficaria para a família"(ibidem)

⁵² Idibem

Nos Estatutos da então criada Sociedade Agrícola escreve-se “*É criada (...) uma Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com a denominação de Sociedade Agrícola de Rio Frio* (art.º 1), “*o Fim da sociedade é a exploração agrícola e pecuária, a industrialização dos produtos da referida exploração, e a colocação dos seus produtos, quer no continente português, quer nos arquipélagos da Madeira e dos Açores ou ainda no ultramar*” (art.º 2), com um capital de 20.000 contos (vinte milhões de escudos), tendo sido realizados, na data da escritura 10 %.

Em 8 de Maio de 1957 foram nomeados administradores e o Conselho Fiscal, na altura com um perfil mais técnico é ocupado por nomes que não pertencem à família. A partir de 1958 entram para o conselho Fiscal Miguel de Barros Alves Caetano, Maria de Lourdes Pereira Lupi de Orey, e Maria do Carmo Duarte Silva.

Os relatórios e contas da Sociedade Agrícola de Rio Frio, bem como a composição dos seus estatutos revelam estes ajustamentos familiares na estrutura accionista. A partir de 1958 ⁵³José

Lupi assume a presidência dos destinos da herdade de Rio Frio, acompanhado do seu filho José Samuel Pereira Lupi. José Lupi habitava na Herdade e acompanhava os trabalhos agrícolas. Centrou a sua actividade nos trabalhos agrícolas, fazendo diminuir a componente de comércio. Foram anos em que se investiu nas culturas de oportunidade, se investiu na mecanização e se procurou conciliar o equilíbrio das contas com a expansão do negócio. Foi também a época em que se registaram algumas obras sociais. Como vimos acima Samuel Santos Jorge, embora detendo uma palavra sobre a herdade, parece ter-se voltado para a Herdade dos Machados em Estremoz.



Ilustração 40- Trabalho de Tirocínio de José Lupi para Engenheiro Agrónomo, 1961

José Samuel Pereira Lupi (n. 1931)

José Samuel Pereira Lupi, nascido em 5 de Maio de 1931, licenciou-se em Engenharia silvicultor em 1961. Apresenta no Instituto Superior Técnico dois trabalhos. O “Estudo Económico Comparativo o Montado alinhado e Disperso da Herdade de Rio Frio, o relatório final do curso, e “Aspectos do clima, solos e associações vegetativas dos Montados da Herdade de Rio Frio”, Relatório do Tirocínio do Curso de Engenheiro Silvicultor.

José Samuel e suas irmãs Maria de Lurdes Pereira Lupi e Maria José Pereira Lupi, conjuntamente com sua mãe, Maria Amélia Pereira Lupi, mantêm a Herdade de Rio Frio e suas herdades conexas em conjunto. Com a sua

⁵³ Sociedade Agrícola de Rio Frio, S.A.R.L.(1964) Estatutos, edição da casa agrícola, (publicados no Diário do Governo de 15 de Maio de 1957, e alterado por escritura de 21 de Maio de 1964)

administração verifica-se um desinvestimento na diversidade das culturas da herdade, que passou a basear-se na extracção da cortiça. José Samuel Pereira Lupi, conhecido cavaleiro tauromáquico investiu igualmente na sua coudelaria

Com o falecimento de Maria Amélia Pereira Lupi em 1982 e as partilhas que se seguiram a Herdade de Rio Frio (com excepção do Palácio homónimo) foi alienada em 1988 ao empresário Francisco Garcia, industrial do sector da produção de bens alimentares (criação de gado para abate).

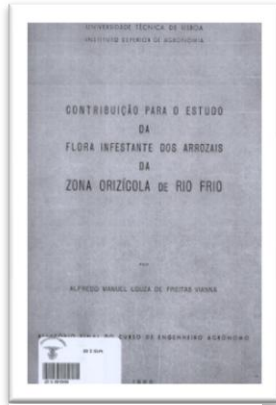


Ilustração 41-Capa de Trabalho de Final de Curso do Engº Alfredo Vianna em 1958

José Samuel mantém na sua posse a Herdade da Barroca d'Alva, onde cria um Turismo Rural. Paralelamente mantém a sua carreira como cavaleiro Tauromáquico, com a Alternativa recebida das mãos de João Nuncio. O seu nome é considerado nas localidades de Alcochete e Montijo como um dos grandes mecenas

da festa brava. No aposento "barrete Verde" existe um pequeno museu com o nome "Museu Lupi".

*“Vai o sol no seu caminho
Na Estremadura se eleva.
E é nas cepas que dão o vinho
Que mata a sede que leva”
(Quadra Popular)*



RETRATOS DA HERDADE DE RIO FRIO

40 anos de transformação do Território (1892 e 1942)

Em 1949 Orlando Ribeiro e João Ribeiro Lisboa apresentam uma comunicação ao Congresso Internacional de Geografia. A comunicação tem como objecto de Estudo a observação e a comparação do território do Pinhal Novo entre 1892 e 1942.⁵⁴

O texto dá conta da evolução e das transformações no território em cerca de 40 anos, e têm por base duas cartas. A primeira, a "Carta Agrícola de 1882, e a Carta Militar de 1942, SRU.

O momento de referência inicial para a formação do território de Pinhal Novo é a chegada do caminho-de-ferro em 1861⁵⁵. É essa infra-estrutura que modela a malha urbana. É o comboio que torna possível a chegada e a

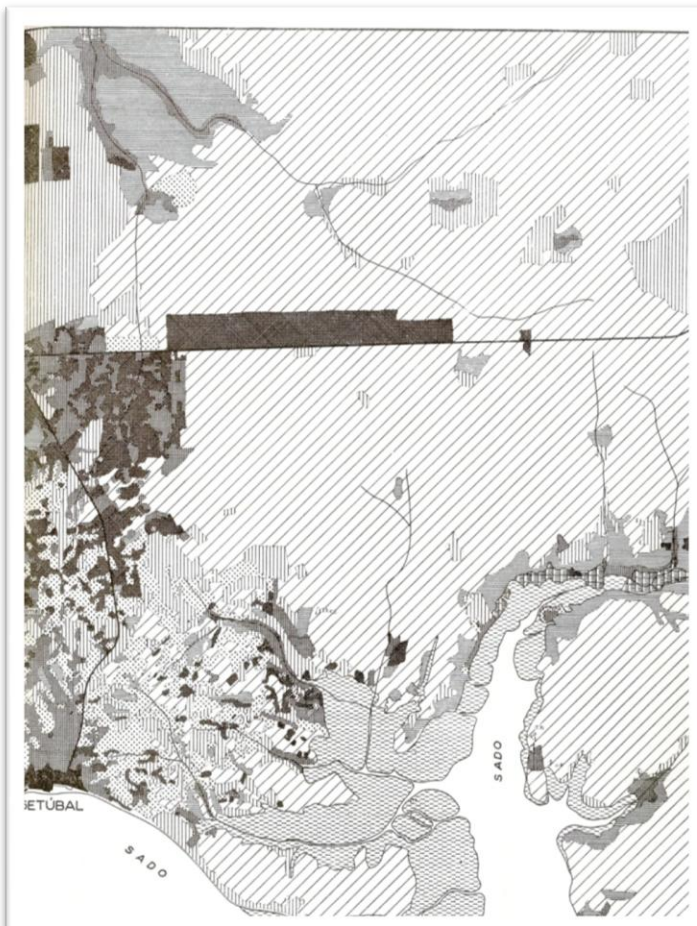


Ilustração 42-Carta de Orlando Ribeiro, sobre ocupação do solo em Pinhal novo, em 1892, feito a partir da Carta Agrícola de 1890

fixação dos novos habitantes. Estes novos habitantes vêm em demanda de trabalho. Uns fixam-se outros vão e vêm todos os anos com os ciclos dos trabalhos agrícolas.

A principal ocupação agrícola é proporcionada pelas opções económicas de José Maria dos Santos. Este Lavrador é uma figura de referência para o Pinhal Novo. Para além de principal empregador nas suas propriedades ainda é um benemérito. Em 1882 doa os terrenos para a implantação dum Viveiro Distrital pela "Comissão de Centros Anti-filoxera do sul do Reino, nas proximidades da estação do Pinhal Novo. (Relatório e Contas da Estação 1882-1885)

⁵⁴ Orlando Ribeiro e J. Ribeiro (1949) "As transformações no Povoamento e das culturas na Área do Pinhal Novo, Intervenção no Congresso Internacional de Geografia, Lisboa, 1949

⁵⁵ José Maria dos Santos terá tido um papel activo na passagem da linha de Caminho de ferro pelo Pinhal Novo. A implantação da Estação foi efectuada em terrenos cedidos pelo lavrador para esse efeito. O percurso da linha do Sul foi fortemente influenciado pela pressão dos produtores de cereais que assim passaram a dispor de um canal para escoamento das suas produções.

Retrato do território em 1850

"Em meados do Século XIX, correspondendo aos areais da parte central da Península de Setúbal, eram terras consideradas muito inférteis, eram terras de charneca. O seu aproveitamento económico restringia-se à apanha de lenha e preparação de carvão vegetal destinado à cidade de Lisboa". (p15)

A opção de José Maria dos Santos é desenvolver nestas terras a política de colonização. *" Poucas eram as manchas de terra agricultadas; as lezírias inundáveis, transformadas os arrozais, os laranjais e as hortas que cobriam a pequena planície entre os outeiros de Palmela e a cidade de Setúbal; os olivais em consociação com cereais e grão, nas colinas com solos calcários e margosos da extremidade da pequena cadeia montanhosa da Arrábida. Nas planícies arenosas, nem cultura, nem povoamento" (pag. 15)*

As opções económicas de José Maria dos Santos

A chegada do caminho-de-ferro proporciona o escoamento da produção das suas terras para o grande mercado de Lisboa. "Teve a ideia de aproveitar os solos até então considerados estéreis. Par tornar a transformação possível era preciso atrair e fixar uma abundante mão-de-obra interessada. Nem os hortelãos dos arredores de Setúbal, nem os camponeses de Palmela eram suficientemente numerosos para os vastos arroteamentos projectados. Mas, todos os anos, apareciam ranchos de trabalhadores rurais, vindos da Beira Litoral e do Baixo Mondego, para trabalhar nos arrozais. São eles que



Ilustração 43- Carta de Orlando Ribeiro sobre ocupação do solo em 1942, a partir de Carta Militar de 1942

irão constituir o primeiro núcleo da colonização agrícola. E são trabalhadores da mesma origem regional que se contratam para as obras do caminho-de-ferro.” (pag. 16)

Esta política de Colonização, como na época se defendia, consistia no aproveitamento de terras incultas com povoamento de novas áreas agrícolas através da fixação de gentes das terras do Norte, onde se verificava excesso demográfico.

Esta colonização dá origem a um encontro de modos de vida diferentes e usos de técnicas agrícolas diferentes. Estes emigrantes eram denominados “caramelos”, distinguíam-se do Caramelos de Estar, que se fixavam, dos Caramelos de ir e vir, que asseguravam a mão-de-obra em períodos de pico.

A atracção pelas planícies do Sul

A partir de 1875 “Os camponeses sem terra são atraídos para as planícies do Sul. A fixação da mão-de-obra era efectuada pelos grandes proprietários através do sistema do emparcelamento, ou foros, um contrato de enfiteuse que dá direito ao usufruto da terra com um sistema de renda para o proprietário. No foro, os camponeses tinham direito a construir uma casa, a abrir um poço e a regar a horta para uso próprio. Através da venda de culturas destinadas ao mercado conseguem o pagamento do funcionamento da pequena empresa agrícola. A parcela reúne em regra uma cultura de sequeiro (milho, favas, vinha) e de regadio (hortas e pomar). É um sistema de policultura que combina “o pão e a horta”. A vinha constitui a principal cultura de rendimento, adaptou-se muito bem aos solos magros e arenosos.

Além dos caramelos, vinham também trabalhar os ratinhos, das terras pobres da Beira e das terras do Alentejo vieram também trabalhadores rurais. A origem desses colonos era ainda verificável em 1948 pelos sotaques ou pelos tipos e modos de construção das casas de habitação” (ibidem).

A transformação da paisagem.

“Com este sistema a área foi completamente agricultada com excepção de alguns solos de cascalheira. As terras não agricultadas em zonas pantanosas ou em montado de sobre ficam nas mãos dos

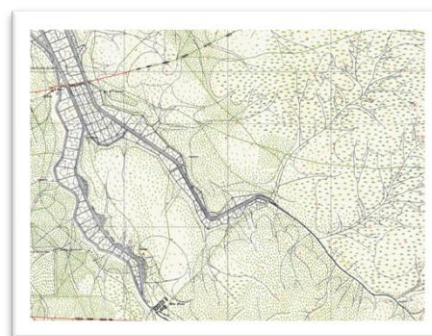
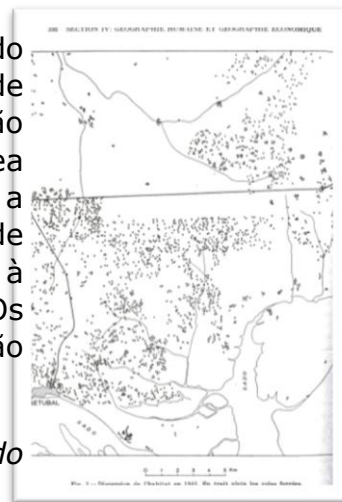


Ilustração 44 -Carta Militar de 1942

proprietários. Em 1948 o milho é substituído pelo Trigo, e os mercados de Lisboa e Setúbal (em crescimento reforçam o papel dos hortícolas). Na economia regional, no entanto, a vinha continua a ser o principal produto. Os camponeses vendiam as suas uvas aos seus proprietários, que mantinham grandes adegas, e que mantinham uma exploração directa com os vinhedos. (Ibidem 17)

Um povoamento disperso que se densifica.

Em 1882 o povoamento é disperso. O reforço do contingente de emigração reforça o padrão de exploração directa da vinha. Em 1942 a dispersão ganhou terreno, com excepção duma pequena área em torno do Pinhal Novo. Os vinhedos tendem a desaparecer e a ser substituídos pelo montado de sobreiro. Surgem Alguns pinhais. O montado cresceu à custa da charneca e dos vinhedos abandonados. Os espaços vazios correspondem a propriedades não parceladas



"Interessa também notar que o aproveitamento do solo se modificou bastante. Desapareceram alguns grandes vinhedos, substituídos por montados de sobreiro: alguns pinhais minguaram, mordidos pelos arroteamentos; se a extensão do olival quase não se modificou, o montado cresceu à custa tanto da charneca como dos vinhedos abandonados"

Ilustração 45 Povoamento no Pinhal Novo em 1942, segundo Orlando Ribeiro

A atracção da cidade e a alteração da base de produção

"Nas terras de colonização recente, tanto os camponeses que se tornaram proprietários, como os antigos donos da terra, tentaram adaptar-se, através da produção de culturas comerciais, às necessidades dos mercados urbanos e às incessantes oscilações dos produtos agrícolas."

A importância da colonização das novas terras agrícolas relaciona-se portanto com os processos de modernização da agricultura. Os investimentos, em novas culturas voltadas para o mercado, ou em novas tecnologia de produção, são os factores de inovação que permitem a criação do trabalho e a atracção e fixação de novos habitantes. Findo o ciclo económico, quando não há adaptação de unidades de produção, cessa a actividade produtiva. Os novos habitantes, ao perderem as ligações às unidades produtivas têm três opções: Ou se adaptam e procuram novas actividades, ou regressam aos territórios originais, se aí tiverem elementos de ligação, ou procuram novos territórios. Estes têm sido o drama social das populações da margem sul do Tejo nos últimos cem anos.

A Memória da Barroca d'Alva em Pinho Leal

Pinho Leal no seu Portugal Antigo e Moderno⁵⁶ refere-se a Barroca d'Alva como uma povoação com cerca de 50 fogos, pertencente à freguesia de São João Batista de Alcochete. Estávamos em 1890. Cento e cinquenta anos antes tinha cinco fogos até que Jàcome Ratton tomou conta da herdade e efectuou os trabalhos que são descritos a acima⁵⁷ Era uma herdade de uma légua quadrada

"Jàcome (ou Jacques) Ratton, vendo que se podia fazer um importante estabelecimento de marinhas de sal, e a facilidade das comunicações com Lisboa, pelo Tejo e pelo Rio de Enguias, onde entram as marés, aforou aqui em 1767 grande extensão de terrenos incultos (mais de uma légua quadrada.⁵⁸).

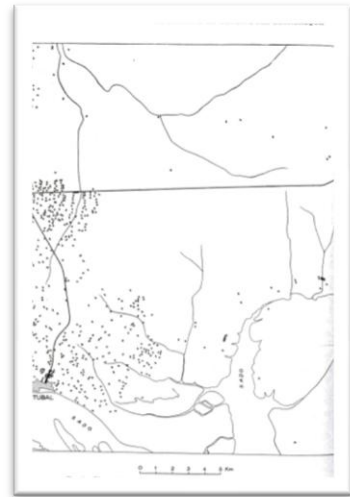


Ilustração 46 - O povoamento no Pinhal Novo em 1892, segundo Orlando Ribeiro

Enxugou e cultivou os pântanos, semeou pinheiros nos arneiros, plantou vinhas, oliveiras, pomares, hortas etc. edificou uma boa casa para sua residência, onde cabem 50 famílias; finalmente reduziu isto a valiosíssimo estabelecimento agrícola e industrial. Tem 4 extensas marinhas, que podem render anualmente 15.000 moios de sal. O seu vasto pinhal é dos mais belos e melhores destes sítios. Tem também um grande sobreiral.

O Pinhal levou mais de 30 moios de penisco de sementeira, vindo a maior parte, do pinhal de Leiria.

(...)

Há aqui uma belíssima lagoa, de 3 ou 4 quilómetros de circunferência. Na sua margem e cercada de frondoso arvoredado está a belíssima capella de Santo António da Ussa (Ursa), provavelmente erecta em cumprimento d'algum voto.

É de forma circular, sem o mínimo ornamento e guardada por muro ameiado havendo entre elle e a capela um passeio. O Senhor Ratton achando-a desmantelada e reedificou, conservando-lhe toda a sua bela simplicidade originaria. É de abóbada e tem 5m e 50 de altura.

Em frente ao palácio, em um bonito terreiro, está uma coluna erecta pelos proprietários da quinta, em 21 de Maio de 1859, dedicada à Virgem, em acção de graças por haver preservado esta propriedade das cheias de 1856. Tem uma inscripção comemorativa, que por muito extensa não transcrevo. É coroada pela estátua da Nossa Senhora.

⁵⁶ LEAL, Pinho (1890) Portugal Antigo e Moderno, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, Volume I, p 343

⁵⁷ Veja-se acima "os trabalhos de Jàcome Ratton

⁵⁸ Cerca de 4 Km²

Esta bela e riquíssima propriedade é actualmente do senhor Barão de Alcochete, neto do fundador, de quem acima falei.”. Provavelmente seria apenas o usufruto, como era vulgar neste tipo de contratos.

A Memória da Herdade dos Machados em 1949

Em 1949, na altura da Realização do congresso Internacional de Geografia, realizaram-se um conjunto de excursões pelo país. Orlando Ribeiro viaja pela Beira e Estremadura, Susane Davau pelo Algarve, e Mariano Feio pelo Alentejo⁵⁹. Ao segundo dia da viagem, o grupo sai de Évora em direcção a Beja, passando por Portel e Vidigueira. De Beja atravessam o Guadiana para Serpa, Pias, Moura e visitam a Herdade dos Machados, de onde regressam novamente pelo mesmo caminho, para pernoitar em Beja

É esta visita aos Machado que nos descreve a Casa Agrícola, nesta altura administrada pela dupla Samuel Santos Jorge e José Lupi, onde este recorde-se tinha efectuado os seus tirocínios de engenheiro agrónomo.

“A Herdade dos Machado é vasta e muito rica. Ela é explorada através da direcção dum feitor. No Monte, dotado de instalações modelares, quase luxuosas, encontra-se a administração, os quartos do pessoal, as oficinas, as cavalariças e as instalações industriais (prensa de azeite, destilação de figos, a moagem e a central eléctrica). Os trabalhadores não vivem no monte. Cerca de cinquenta, com as suas famílias, vivem em pequenas casas dispersas pela propriedade; os outros vivem nas aldeias em redor, e todas as semanas vêm com a sua trouxa e comida. Noutro local existem três estábulos que repartem o gado de trabalho, para que não tenham que percorrer distancias demasiado longas até aos locais de trabalho.

A herdade com 6.000 hectares de superfície, com 1.500 hectares de olival e 550 hectares de campo de figueiras; o restante é consagrado às culturas de cereais e pastagens.

As oliveiras constituem a principal fonte de rendimentos da propriedade. As árvores encontram-se a 10 mt. de distância uma das outras. Os 1.500 hectares de olival correspondem a cerca de 150.000 oliveiras. Destas, cerca de 57.000 correspondem a uma plantação com cerca de 70 anos, e encontram-se já em plena produção. O restante, com cerca de 93.000 árvores, é uma plantação com menos de 20 anos. Esta plantação está praticamente concluída, porque faltam cerca de 3.000 árvores para concluir a ocupação do espaço que a esta cultura está destinado.

As azeitonas são prensadas num lagar moderno, com capacidade de tratar toda a produção de azeitona diária. O azeite é de excelente qualidade e é vendido directamente ao consumidor em Lisboa.

⁵⁹ FEIO, Mariano (1933) Le Bas Alentejo et Algarve: reeimpression, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 54-59

O figueiral é constituído por 40.000 pés, com uma idade entre 12 a 18 anos. A plantação foi feita sobre um relevo residual em calcário cristalino. O figo é vendido depois de seco. Mas como nos últimos anos tem sido difícil a sua venda, foi construído ma destilaria para a produção de álcool.

A herdade tem ainda cerca de 70.000 árvores dispersas pelos campos. As melhores terras, n centro da herdade (a maior parte de barros) estão em regime de culturas intensivas, com a seguinte rotação: 1 Pousio, 2. Trigo, 3. Leguminosas (favas e tremoço), 4, Trigo. Nas terras mais pobres, aquelas onde as árvores se mantêm durante vários anos, a rotação é feita com um pousio, trigo, aveia, seguido de 5 ou seis anos de pasto.

Todo o olival é trabalhado todos os anos (de Janeiro a Abril). Nele é empregue todo o estrume produzido na propriedade. No olival adulto, jamais é feita sementeira. Ao contrário dos jovens onde de tempos a tempos a terra produz uma colheita de cereal.

Na herdade semeiam-se todos os anos cerca de 800 hectares de trigo, 600 de aveia e entre 450- a 500 de cevada. A superfície de trabalho é grandiosa. Para esse trabalho estão disponíveis 44 mulas, 170 bois, 70 a 80 vacas e dois tractores.

A herdade tem 2.500 ovelhas, que conjuntamente com os borregos e cordeiros fazem cerca de 5.000 cabeças distribuídas por 7 ou 8 rebanhos. Existem cerca de 1.200 porcos, distribuídos por 6 varas. Não há porcas de reprodução, pelo que os leitões vêm de outra herdade do mesmo proprietário.

Há 100 vacas para reprodução, mas a maioria é para trabalho. Os novilhos e vitelas (no total de 180), são levados para os campo para substituir o gado de trabalho e para venda. Cinco silos ajudam na alimentação do gado bovino e ovino nos períodos em que não existe pasto suficiente. São ainda usados cerca de vinte jumentos.

A herdade emprega 450 homens de forma permanente. Existe trabalho diário para todos. Há falta de ocupação, são utilizados a roçar o mato na serra. No tempo da monda são utilizadas entre 100 a 150 mulheres, que na maioria habita nos

montes dispersos pela propriedade. Para as ceifas fazem vir cerca de 60 a 80 trabalhadores do Algarve. A época de trabalho mais intensa é a colheita da azeitona. Nela são utilizados 250 homens e 350 mulheres, para além do pessoal permanente. Eles vêm em



Ilustração 47- Capa do Jornal A Vinha Portuguesa de 1906, onde veio inserido artigo de Dom Luiz da Cunha

ranchos e são recrutados nas aldeias envolventes (Moura, Amareleja, Pias, etc.)

A mecanização dos trabalhos agrícolas ainda não foi tentada, porque a mão-de-obra é abundante e barata. Apenas estão disponíveis os dois tractores, já mencionados, seis ceifeiras-enfardadeiras e duas debulhadoras. Não há culturas irrigadas

A herdade dos Machados é uma grande exploração, muito moderna, explorada de forma racional, onde foram investidos grandes capitais (plantação de olivais, figueirais, monte e pequenas instalações industriais). Dispões de uma grande superfície de terra de boa qualidade, adequada às plantações. Esta exploração não pode todavia ser considerada como representativa do estado actual da agricultura do Baixo Alentejo, mas como um exemplo do que deveria ser”(opcit)

Retratos duma Grande Casa Agrícola - Herdade de Rio Frio

Em 2006, José António Cabrita publica na colecção Origens, editada pela Junta de freguesia do Pinhal Novo, o livro “*Rio Frio, retratos duma grande casa agrícola*”. A publicação é constituída por três transcrições de artigos da imprensa: Um de 1906, da autoria de Cincinnato da Costa (1886-1930), companheiro de José Maria dos Santos na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa inserido na publicação periódica “*Vinha Portuguesa*” e intitulado *A maior vinha do mundo*⁶⁰. Esta referência é utilizada pela primeira vez por este autor em 1900, quando escreve “*Le Portugal du Point de Vue Agricole*”.

Nesse texto é igualmente referido na revista “*Portugal Vinícola*” mas agora da Autoria de

António Batalha Reis (1838-1917) com o título “*Exploração Vinícola de Rio Frio*”. Este texto apesar de referido acabou por não ser publicado⁶¹,



Ilustração 48- Fotografia de Rio Frio, com Plantações de Vinha associadas a Oliveiras, 1962, in Relatório de Final de _curso de José Lupi

Ainda sobre António Batalha Reis refira-se que em 1872, tinha apresentado um relatório ao Congresso Vitícola Nacional, sobre “*Fabricação e Preparos do Vinho de pasto*”, que como sabemos foi uma das bases das actividades vinícolas em Rio Frio.

⁶⁰ Número de Março, pagina 80-87 e Abril de 1906 páginas 117-123. Número existente na BN com Cota J. 5052 P.

⁶¹ Número de Julho página 217-222

O segundo texto, de 1932, inserido no Jornal "Setubalense" – Diário Republicano da Noite, publicado a 27 de Outubro, em forma de número extraordinário dedicado à "Grande Exposição Industrial Portuguesa", realizada nesse mesmo ano em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos. Nele contém dois artigos sobre Rio Frio: "Rio Frio uma região de Vinhos" e "Uma dinastia de Lavradores"

Num texto introdutório Cabrita fala das imagens destes textos, feitos a três tempos, do colorido da vida e das principais características da herdade, dos seus proprietários.

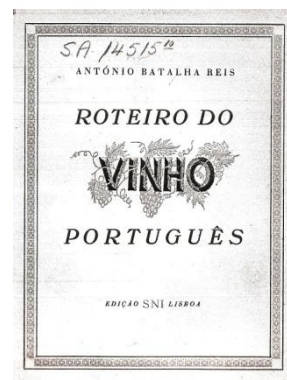


Ilustração 49 – Capa do Livro de Batalha Reis, publicado em 1945

Finalmente um terceiro texto "Rio Frio: o que Portugal Ignora: uma herdade que pela sua organização mais parece uma cidade em miniatura". A identificação deste texto não está clara. As fotografias pertencem a um fotógrafo Manuel Gonçalo da Silva, depositadas no Arquivo Municipal do Montijo. Mas o local de edição do texto não surge claramente identificado.

A Maior Vinha do Mundo (1906) de Cincinnato Costa

Inserido na Publicação A Vinha Portuguesa, Mês de Março de 1906 entre a página 80 e 87, assinado por Cincinnato Costa. e um outro artigo, assinado por António Batalha Reis (1838-1917). Trata-se dum artigo ilustrado com várias fotografias de Rio Frio. Nas fotografias pode-se observar os trabalhos de vindima, as adegas, os processos de transporte e de trabalho vinícola. Tem ainda uma fotografia com o célebre feitor Elias.

Escrito por dois especialistas da vinicultura, a sua leitura fornece informação interessante para a reconstituição da actividade vinícola em rio Frio, nomeadamente em relação aos seus processos de cultivo. O texto é um retrato vivo do tempo e da actividade de José Maria dos Santos.

Provavelmente esta será uma Repúblicação do artigo. A referência da publicação é de 1906, e nela se refere que a vinha existe havia oito anos. Não encontramos essa publicação, mas ela deveria ter ocorrido em por volta de 1880.

O Rio Frio que Portugal Possui e Ignora (1932)

José António Cabrita⁶² atribui a autoria deste artigo a Óscar Pacheco, comissário do governo e jornalista do Diário da Manhã, residente em Setúbal, que assinaria sob o pseudónimo de A. S. (Amigo de Setúbal). O artigo, publicado em 1932, pelo jornal O Setubalense e era uma publicação

⁶² CABRITA, José António (2006), Rio Frio: Retratos de uma grande casa agrícola, Pinhal Novo, Junta de Freguesia de Pinhal Novo, colecção origens, nº 8.,pp. 20-21

extraordinária por ocasião da "Grande Exposição Industrial Portuguesa". A publicação insere dois artigos. "Uma dinastia de lavradores", onde se refere aos três homens que marcaram a Herdade de Rio Frio, José Maria dos Santos, António e Samuel Santos. Este último, o então administrador em exercício é retratado como homem discreto e dado a obras de beneficência.

O segundo artigo, o "Rio Frio que Portugal Possui e Ignora" é um retrato de Rio Frio, também é ilustrado com fotografias das várias actividades agrícolas. Mostram-se os ranchos de Beirões, o transporte de azeite, o edificado, com o edificio da moagem e a serralharia, o palácio, os campinos sobre os arrozais, as mondadeiras do arroz, a extracção de cortiça. Mais diversificado em termos de actividades, mostra a escolha da "uva moscatel" para exportação.

As fotografias deste trabalho encontram-se no Arquivo Municipal do Montijo. Tal como o artigo de Cincinnato efectua uma descrição de actividade. Menos técnico e mais pastoso nos elogios, mostra essencialmente uma organização agrícola modelar, essencialmente centrada sobre as actividades agrícolas. Um retrato dum tempo onde imperava a ordem.

Os trabalhos de José Samuel Pereira Lupi

Em 1961, José Samuel Pereira Lupi termina o curso de Engenheiro Silvicultor no Instituto Superior de Agronomia. Apresenta dois trabalhos O "Estudo Económico Comparativo do Montado alinhado e Disperso da Herdade de Rio Frio", o Relatório Final do Curso, e "Aspectos do clima, solos e associações vegetativas dos Montados da Herdade de Rio Frio", Relatório do Tirotínio do Curso de Engenheiro Silvicultor.



Ilustração 50 – Capa do Catálogo sobre Vinhos Portugueses em 1874

No estudo de clima aborda a sua situação e clima. *"A herdade de Rio Frio encontra-se situada nos concelhos de Palmela e Alcochete, atravessada a Norte pelo Rio das Enguias, afluente do Tejo, e estendendo-se ao sul, até próximo da Ribeira de Marateca, Afluente do Rio Sado, estando portanto tipicamente na região que se costuma chamar entre o Tejo e o Sado"*.

"Pelo clima, segundo a carta ecológica do Eng.º Manique de Albuquerque, encontra-se a herdade incluída na zona sub-mediterrânea, cujo silvoclima se caracteriza pela dominância do sobreiro."

Em relação aos solos, a herdade apresenta-se numa “mancha geológica do plioceno”, donde se excluem as várzeas de Rilvas e Barroca, constituídos por aluviões modernos, e que ocupam uma área de 800 hectares. Os solos de arenitos, situados em pequenas manchas nas cotas mais elevadas são adequados aos sobreiros. Na altura as culturas de sobre apresentavam-se em declínio devido a forte humidade, à elevada acidez do solo e à lavagem por erosão. Nos solos de arenitos em profundidade, o montado de sobre apresentava-se em melhor estado de conservação. Estes solos, em tempos tinham sido ocupados por vinhas. O montado é alinhado, e na época, para favorecer o enriquecimento do solo, plantava-se termocilha e serradela. Um terceiro tipo de solo, arenosos (areias podzolizadas) é ocupado por pinheiros. Nestas áreas surgem espontaneamente alguma flora, na maioria dos casos sem interesse para a azotagem do solo.

O montado alinhado, em 1960 ocupava cerca de 3.000 hectares e o montado

disperso, cerca de 4.500 há. Tanto um como o outro tinham sido da iniciativa de José Maria dos Santos⁶³, portanto plantados há mais de 60 anos. A plantação dos sobreiros vai substituir a vinha, que tinha entrado em decadência.

“Os sobreiros eram cultivados em caixas de madeira, dispostos em linhas espaçados de 10 m e a 8,75 de distância, podado de modo a que não chegassem a fazer concorrência nos últimos anos de vida da vinha, mas aptos a desenvolverem-se rapidamente, visto terem beneficiado duma parte das estrumações e mobilizações feitas às cepas. As árvores destes montados estão tiradas por cinco vezes as mais velhas e por 3 vezes as mais novas, estando umas em “messas” e outras em “pau batido”.

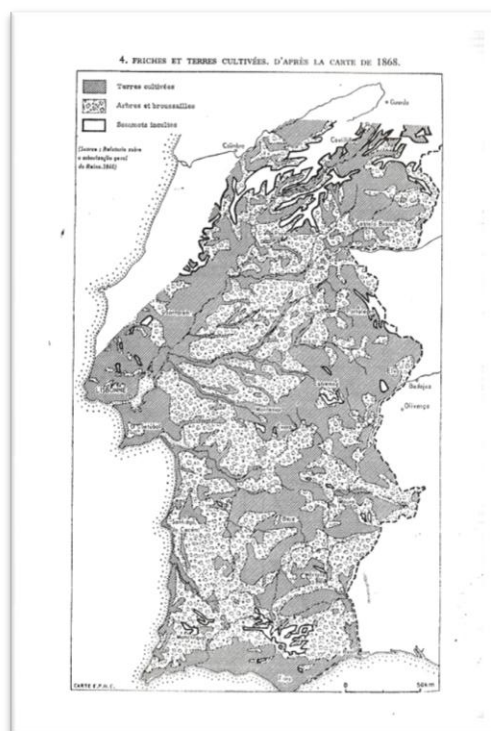


Ilustração 51 - Carta de Albert Silbert, sobre os Baldios no Sul de Portugal no século XVIII

⁶³ É duvidoso que o montado alinhado actualmente existente em Rio Frio tenha sido da iniciativa de José Maria dos Santos. Isso implicava que os espécimes actualmente existentes tivessem mais de cem anos, o que segundo o Eng. Ramos Rocha não se verifica, tanto mais que no mapa de 1907, já citado acima, aqueles terrenos aparecem ainda exclusivamente com vinha, pelo que a ter ocorrido uma plantação por José Maria dos Santos, só poderia ter acontecido nos últimos anos da sua vida. A ter acontecido assim indicaria que o lavrador, nos últimos anos da sua vida, teria iniciado a reconversão dos terrenos das suas vinhas.

O montado espontâneo originou-se na substituição, também iniciada por José Maria dos Santos, do pinhal e da desmoita da charneca, que agora povoam, e se encontram em plena produção” (LUPI,1961, 5)

Na época o povoamento florestal distribuía-se por:

- Pinhais 2.402 hectares constituindo três núcleos. Pinhal de Valdera, “localizado a sul da linha de caminho de ferro do Sul e Sueste, começando perto da Estação de Valdera e passando para Leste da Estação do Poceirão a cerca de 3 km”, Pinhal da Lagoa (que se encontra em bastio, e sofreu apenas 1 desbaste para aproveitamento de varas em suportes de vinha” e o Pinhal do Escatelar, “que é aproveitado quase exclusivamente para uso da casa”. A sementeira do Pinhal de Valdera foi feito durante 12 anos, apresentando-se com parcelas entre os 20 e o 32 anos (plantados por Santos Jorge e José Lupi). Na época não se fazia aproveitamento da resina, por se considerar o pinhal demasiado jovem. Aos 35 anos de vida seria feito durante 5 anos antes do corte raso.
- Para além deste pinhal, existe na herdade, 14, 9 hectares de pinheiro manso, disperso para fornecimento de sombra para o gado e enquadramento paisagístico. “Nas manchas de pinhal bravo são apascentadas cerca de 300 cabeças de gado vacum: novilhos das raças Brava, Malerso e Mertolengo de 2 e 3 anos, que ali se mantêm de verão e inverno, sempre em regular estado de carnes”.
- O eucaliptal: “Existem na herdade vários povoamentos antigos de E. Globulus que ocupam uma área de solo de 50 hectares aproveitados para diversos serviços de exploração agrícola e também um pequeno povoamento de E. Rostrata, com espaçamento de 4 * *”
- Em 1955 foi efectuada uma plantação de 60 hectares, devido ao interesse na época por essa cultura. Incentiva-se nessa altura o crescimento das plantações de eucaliptos, prevendo-se que no final seriam plantados cerca de 600 hectares em Rio Frio. O viveiro dos eucaliptos estava montado junta da área do eucaliptal, junto à estrada para o Montijo
- Plantação de Choupos. Estava em desenvolvimento para a obtenção de lenha Em 1960 tinha-se iniciado a plantação de 3 hectares.
- O montado alinhado, em 1960 ocupava cerca de 3.000 hectares e o montado disperso, cerca de 4.500 hectares.

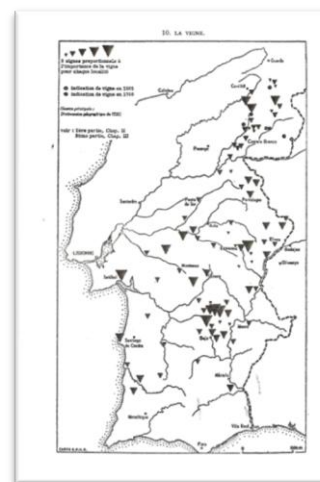


Ilustração 52 - Carta de Albert Silbert, sobre regiões vinícolas no sul de Portugal, no Século XIX

Na componente de exploração agrícola, em 1961 havia:

- 600 Hectares de vinha em solos arenosos, plantadas em compasso de 1,50 * 1,20 com castas Fernão Pires e Moscatel (Brancas) e

Piriquita e Roupeiro (tintas). Também produzia uva de mesa . Devido à configuração da vinha a utilização de meios mecânicos é difícil

- Regadio nos terrenos de aluvião. Nos cerca de 800 hectares é feita a cultura do arroz em rotação de oito anos em oito folhas: ("alqueive, trigo, arroz plantado, arroz semeado, arroz plantado, arroz plantado, arroz plantado, arroz plantado, trigo, arroz plantado Bersim, trata-se portanto duma rotação de 8 anos com 8 folhas"⁶⁴). A rega era feita por gravidade, a partir de 2 açudes e 3 barragens com uma capacidade total de 7 milhões de m³. As barragens também servem de protecção às culturas. A drenagem era feita por valas, para a Ribeira das Enguias, e pode ser recuperada para uso nos arrozais.
- Culturas de sequeiro em cerca de 420 hectares. Foram constituídas 6 folhas de 70 hectares, utilizadas para a produção de forragem Alqueive, Serradela, pastagem, Pastagem, termocilha – pastagem. Localizadas em terrenos muito ácidos, a produção média é baixa

O trabalho conclui que a produção do montado alinhado, com as sementeiras nos alinhamentos, é superior ao montado disperso.

Os Trabalhos de Alfredo Vianna sobre a cultura do Arroz

Ainda num outro trabalho de final de curso de engenharia, Alfredo Manuel Louza de Freitas Vianna, efectua em 1958 um estudo sobre "Contribuição para o estudo da flora infestante dos arrozais da zona orizícola de Rio Frio" Nos agradecimento iniciais as palavras vão para o Eng. José Lupi.



Ilustração 53 - Fotografia de José Lupi na sua monografia sobre Rio Frio, com associação vinha e sobreiro em 1961

A Região orizícola de Rio Frio é uma das 4 zonas de Entre o Tejo e Sado. Com um ordenamento correcto, *"com linhas rectas e paralelas de modo a definir esquadras ou canteiros, tanto quanto possível rectangulares. O arrozal encontra-se dividido em 8 folhas de cerca de 100 hectares para melhor distribuição do serviço. A água da Rega é proveniente de Barragens uma na Vala de São Romão, outra no Vales da Asseiceira e ainda outra no vale do 21, que ligam à vala do vinho, descarregando na vala da maré, que liga com o Rio das enguias, sendo parte recuperada na bombagem"*.

"A mobilização da terra é efectuada por tracção mecânica e animal. Esta última feita com 4 juntas. Note-se porém o predomínio nítido da tracção mecânica, com lavouras de 20 a 25 cm. "

⁶⁴ (LUPI, 1961, 37)

À lavoura sucede a gradagem e o nivelamento "os nivelamentos parciais, baldeação e rebaixa efectuando-se a braço". A adubagem era feita por adubos industriais, em dois períodos. O de fundo e o de cobertura.

Nos processos de cultura usavam-se a sementeira directa e a plantação. A primeira é feita numa área mais pequena." A plantação, realizada por homens e mulheres, é feita a uma distância de cerca de 18 cm de "golpes" a "galope", dispostos em equicôncio, variando o número de plantas de 4 a 10, consoante a época em que se efectua, que medeia entre princípios de Maio a fins de Junho".

"As mondas, são juntamente com a plantação, os trabalhos predominantes nos arrozais da zona, sendo necessário, para o efectuar com a devida oportunidade, o contrato de ranchos migratórios das regiões do Algarve e outras situadas próximas da Herdade, como sejam o Poceirão, Águas de Moura, Cajados etc."

Um aspecto crucial na manutenção dos canteiros é as manutenções das valas, reparações dos rombos provocados pelas cheias, o controlo da direcção das águas, que eram executadas por trabalhadores especializados.

As colheitas, nos meses de Setembro e Outubro, incluía o corte, o transporte para os muros e posteriormente para a eira. A debulha era efectuada em dois locais. Na eira de Rilvas ou na Eira da Barroca, situada junto ao monte da Barroca. Depois de debulhado o cereal era recolhido em armazéns, por onde passava pela secagem (sempre que a humidade era superior a 14 %, ou quando não era possível secagem ao sol).

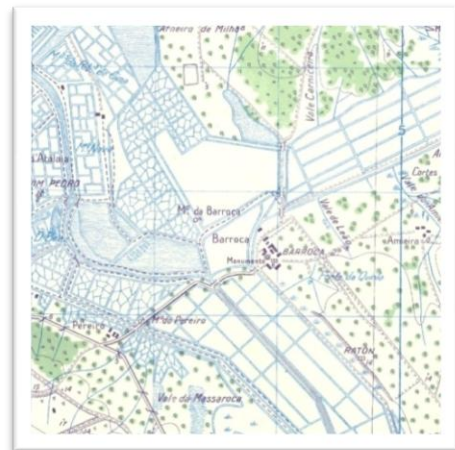


Ilustração 54 Carta Militar na área de Barroca d'Alva, 1939

Na herdade havia uma unidade de descasque de arroz, para a sua produção que variava entre os 3 mil e as 3,500 toneladas ano.

Para a produção de um arroz de qualidade e a manutenção da quantidade de produção, o autor defende que: *"Os infestantes devem portanto ser eliminados para que a planta atinja o máximo do calibre"*. O conhecimento dos infestantes que afectam o arrozal era um trabalho necessário para melhor combater as várias maleitas que o afectavam.

De terra de vinhedos para as Hortas familiares: a visão da Geografia



Ilustração 55- Extracto da Carta Militar em Rio Frio, 1971

Alfreda Cruz que refere nomeadamente a plantação dos 600.000 bacelos de vinha plantados nas suas herdades, de Rio Frio, dos trabalhos de plantação na Bacia do Sado até Benavente e em Palma *"Com vinhas cobriu amplas extensões que adquiriu na margem sul, constituídas, na maioria, por solos virgens de cultivo. Desafiando a possível difusão de pragas, a partir de velhos vinhedos decadentes, representaram um caso no âmbito dos investimentos dos capitais urbanos nesta área, e significam a cartada numa área que, numa economia de mercado, se não deixa nunca de jogar, ao atingir-se o ponto crítico duma crise. Contou-se talvez com a constituição dos solos, e sem dúvida com populações sedentas de um vinho barato para consumo corrente, já que o de qualidade caíra"*

De seguida, o século XX é o tempo de Santos Jorge. Soube articular a herança e, com prudência sem grandes iniciativas, conseguir manter a produção da herdade aproveitando, mais uma vez as oportunidades. *"Mas não é só a produção de vinho que leva à ocupação das terras de Charneca. Nas baixas mais férteis, com a adição de adubos, torna-se possível a produção de hortas, batata, leguminosas e oliveira, para além da vinha"*.

A atracção do mercado lisboeta por produtos frescos vai condicionar o aproveitamento do solo na Outra Banda. *"Em resumo, substituindo vinhedos e fazendas de trigo sempre que os preços dos respectivos produtos decrescem em relação a períodos de euforia, as hortaliças acabaram por conquistar, ao lado da batata, um lugar proeminente na economia rural. Explica-o a constância de uma procura ávida e espontânea que torna a produção sempre rendível: Em Lisboa, o povo em geral, nomeadamente o operário (em 1913) alimenta-se principalmente de*

O final do século XIX é o tempo de José Maria dos Santos, que tal como Jàcome a Ratton, era um empresário, com capacidade de iniciativa, com uma visão do negócio e com uma estratégia. Dispunha igualmente dos meios financeiros para marcar a paisagem, moldar a terra segundo os seus projectos e transformá-la em ferramentas de criação de riqueza, para si e para os habitantes da região.

Esta leitura da geografia é executada em 1973 por Maria

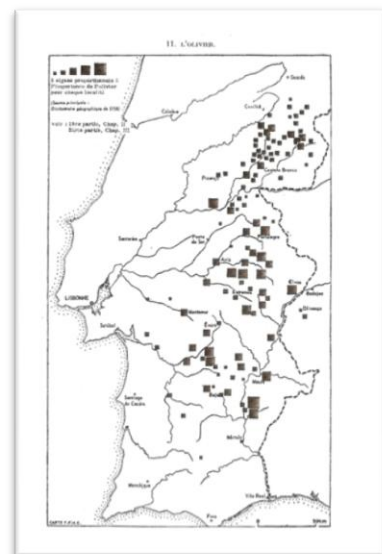


Ilustração 56 Carta de Albert Silbert sobre expansão da Cultura da Oliveira no Sul de Portugal

açúcar, vinho, aguardente, café, margarina, algum bacalhau, pouca carne, e muitos legumes” Assim o era em 1913 e continuou a ser até aos nossos dias. Por isso, em parte, a margem sul do Estuário do Sado do Tejo se converteu predominantemente numa área de culturas de mercado urbano”.

65

Este aprovisionamento agrícola da margem sul faz-se predominantemente através de pequenas unidades de produção. Pequenos agricultores. Contudo a partir dos anos 60 a agricultura tradicional tende a ser industrializada. A agricultura em solos de restrita aptidão agrícola, dependem da existência de regas, plantas determinadas pela exigência dos mercados, cujo cultivo exige intensidade e mecanização. A não adaptação às exigências dos mercados conduziu à substituição das terras agricultadas por criação de gado, sobretudo varas de porcos.” (Ibidem)

Dualidade do modelo territorial da Borda-d’água

“Em suma, quer Rio Frio, quer a “Quinta ou Fazenda”, que se notabilizou pelo aproveitamento do lixo de Lisboa como fertilizante, que havia sustentado a arranque da agricultura intensiva (unidade de paisagem 2) a partir de Coima Barreiro, não deu sustentação ao modelo económico. Este modelo assentou na intensidade do trabalho familiar. Acabou assim por

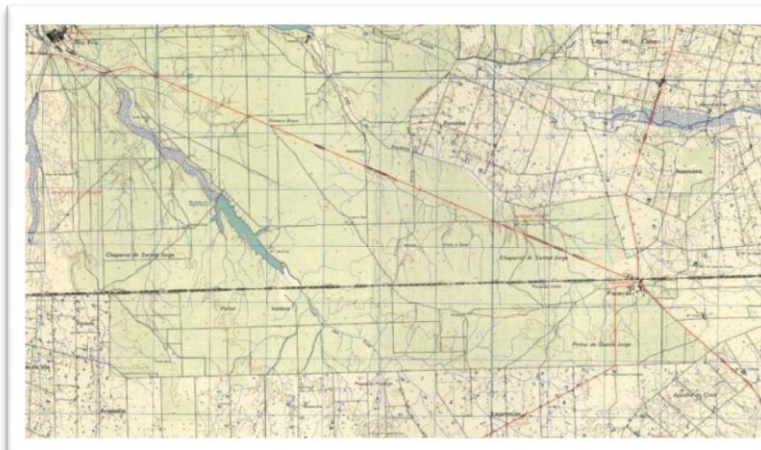


Ilustração 57 - Extracto da Carta militar em 1971

predominar o emparcelamento agrícola e a expansão da construção.

Este modelo teve por base a necessidade de importação de mão-de-obra das beiras em Rio Frio, tal como J. Ratton havia feito em relação as suas indústrias. Posteriormente os fluxos populacionais para a margem sul provêm de diferente origens em função dos padrões de especialização especializações. ” (Opcit, 207)

“Da Beira Alta eram empregues nas vinhas e adegas. Das terras de Aljezur e Odemira, Coruche e Salvaterra, eram utilizados nos Arrozaís, os de Alcáçovas nas limpezas Sobreiros. Era uma população que arribava via caminho-de-ferro, que na margem sul se constitui como um vector estruturante das migrações internas”.(ibidem)

⁶⁵ Esta substituição de culturas em Rio Frio, como adaptação às necessidades e melhores rendimentos do mercado, deverá ter sido efectuada no primeiro quartel do século XX por Santos Jorge.

A Borda-d'água no contexto da Península de Setúbal

"Na Caracterização do Arranjo espacial da Margem Sul do Estuário do Tejo começamos por ser conduzidos por uma oposição sistemática de factos em dois sectores sensivelmente separados pela ribeira de Coina. O próprio ambiente físico compartilha dela, tanto no relevo e nos solos com no recorte do litoral mas foi a divergência de orgânicas de colonização que a consumou. A Outra Banda, expressão que vincula a Lisboa a paisagem do sector ocidental evolucionou sempre na dependência de Almada, nuns aspectos, e de Lisboa noutros. (...) A Borda d'Água, expressão que vincula o outro sector do espaço ao rio e ao obscuro exercício das várias práticas que ele permite, nunca superou os genéticos fundamentos rurais do seu arranjo, longamente controlado pela Ordem Militar de Santiago".

"Na fisionomia e nos seus fundamentos sociais, apresenta-se como província de feição alentejana, com que a Leste confina. Todavia os seus estímulos e tendências económicas foram, por muito tempo, paralelos aos da acção vestibular do Sado: suscitação externa da produção de vinho e de sal, e situações locais de entrepostos nos circuitos das mercadorias alentejanas destinadas a Lisboa." (ibidem, 325)

"A dualidade entre Outra Banda e Borda-d'água reflectiu-se no aproveitamento dos recursos dos respectivos litorais. Mediante os processos correntes de posse e usufruto dos solos – propriedade alodial⁶⁶, foro e renda – valorizou-se, em ambos os casos a terra firma mas não os sapais. "Efectivamente se a exploração do sal, nos da Borda-d'água, constituía já no Século XIII, uma riqueza paralela à do vinho, nos esteiros do termo de Almada as marinas só existiram tardia e episodicamente, quando eles foram integrados no património dum convento lisboeta. Em compensação, nas póvoas deste tracto da costa do Mar da Palha, aproveitava-se largamente das necessidades de Lisboa em matos e lenha, facilmente vinculados, para estes portos, da charneca próxima que constituiu sempre charneira entre os dois sectores de organização agrária".

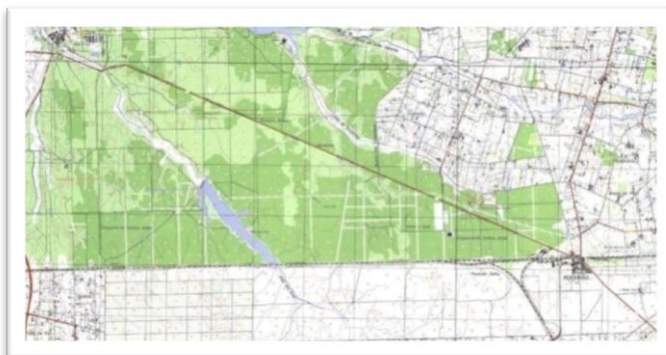


Ilustração 58 - Extracto da Carta Militar de Rio Frio em 2004

"Com fundamento em todas estas divergências, acumularam-se outros traços de antagonismo. As travessias de recreio incidiram fundamentalmente nas passagens de fácil acesso às quintas nobres: As da Outra Banda. Experiências Agrárias de feição fisiocrata incidiram sucessivamente na extrema leste da Borda-d'água. Outras ainda derivaram

⁶⁶ Propriedade de uso sem encargos

ainda de especializações espontâneas no âmbito das práticas litorais: por exemplo o transporte de sal do Estuário do Tejo – as de Alcochete (Samouco e Ribeira das Enguias) era no século XVIII, assegurado pelas embarcações de Aldeia Galega, cabendo às de Alcochete apenas o papel veiculador do Carvão do Alentejo e das lenhas dos pinhais e da charneca que cerceava o arranjo agrário deste sector do espaço”. (opcit, 326)

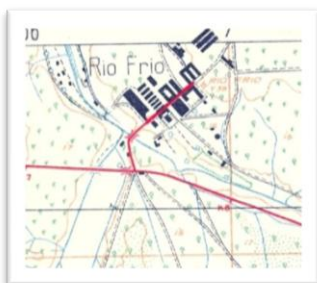


Ilustração 59 - Pormenor de Rio Frio na Carta Militar em 1942-44

(...)

"A conversão agrária nos últimos cem anos constituiu em substituir largamente – cedendo às novas modas de solicitação lisboeta – o plantio de vinhedos e as sementeira dos pinhais pelo cultivo da batata e das hortaliças, baseou-se em particular no emprego de técnicas minuciosas compatíveis com pequenas e médias explorações, e por isso tem vindo a assistir ao incremento de processos de exploração imperfeita".

"Apesar de raras exceções, correspondentes a proprietários inovadores, com gosto pelo risco em investimentos e em conquista de mercados, as rendas tornaram-se as principais fontes de proventos fundiários". (opcit, 327)

"Devoluta, na maior parte, a terra tem vindo lentamente a agonizar como campo, tornando-se fácil presa de outros destinos, à medida que, de um e de outro modo, nela interfere o fenómeno de arrabalde de Lisboa".

"De longa data este principiou a revelar-se. Assumindo características industriais, interessou sobretudo a área de charneira entre a Borda-d'água e a Outra Banda. Ligados aos cais pelos esteiros do Mar da Palha mais



Ilustração 60 - Vindima -desenho de Bernardo Marques

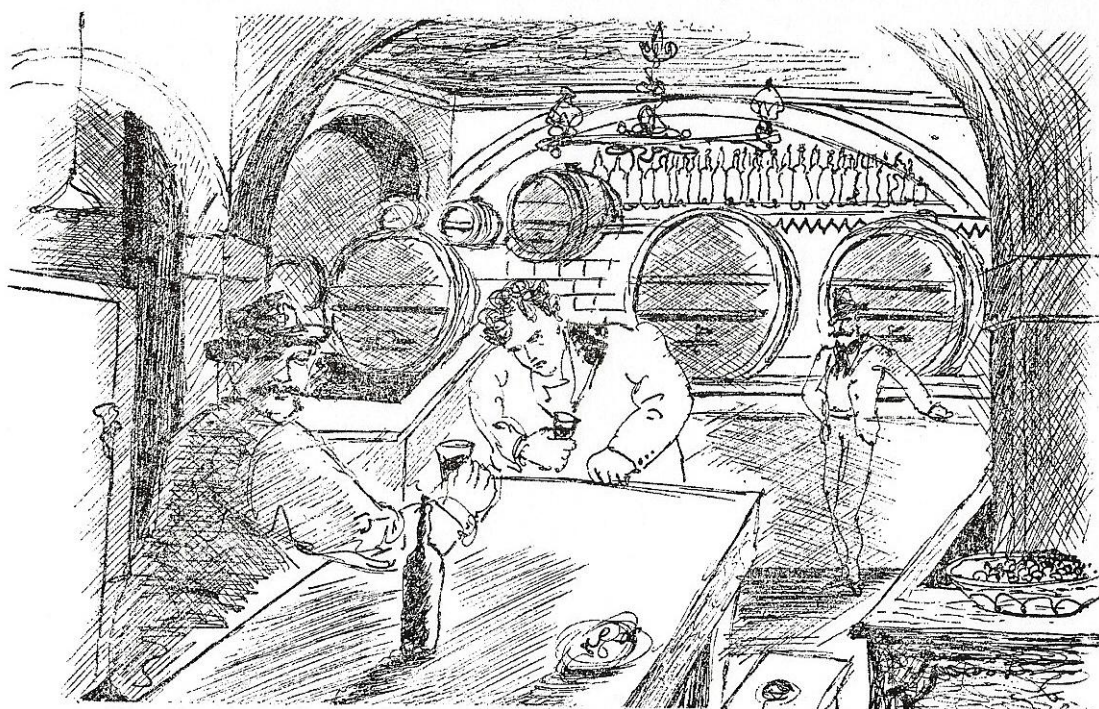
próximos de Lisboa, os estabelecimentos fabris dinamizaram esta zona, desde há um século com intensidade bastante para lhe despertarem uma verdadeira personalidade geográfica. O processo define-se com um movimento económico que assume características de clivagem entre os da região enquadrantes desta área que foi charneira de ambos. A outra Banda interessou-se relativamente menos pelos estímulos fabris por estes terem encontrado uma estrutura social mais diversificada. Em todo o caso, as origens dos investimentos foram também lisboetas. A Borda-d'água onde a chacina sempre se restringiu a um único local, e cuja génese decorrera dum processo espontâneo de tratamento de carne para consumo lisboeta, manteve-se particularmente rural, em função das condicionantes da paisagem (...).

"Certo é que toda a margem Sul do Estuário do Tejo era há muito cruzada por movimentos migratórios de ratinhos das beiras Litoral e Alta e de caramelos da Estremadura e do baixo vale do Tejo que aqui vinham realizar a safras localizadas no tempo. Mas foi quando a solicitação fabril de massas operárias começou a agir simultaneamente com a conversão agrária, que toda a região passou a participar do dinamismo de atracção de Lisboa: imigração prolongada ou definitiva, (...)."

"O processo migratório intensificou-se com a abertura do Caminho de Ferro de Sul e sueste que, facilitando a generalização de matérias-primas do sul do país, por via interna, rumo ao Porto de Lisboa, abriu a esta cidade a sua mais importante área de influência no recrutamento de mão-de-obra fabril e de construção em consequência de dois chamarizes com características diversas. Ao Barreiro, novo entreposto de circulação de mercadorias daquela proveniência, a testa de ponte do maior Trust da economia portuguesa (a CUF)". (opcit, 327)

"As várias estações secundárias funcionaram como locais receptores de cortiça, matéria que fundamentou uma industrialização à escala de toda a Margem sul do Estuário do Tejo. No que se refere ao território de Rio Frio, a instalação da base militar (campo de tiro) nos anos 60 terá sido o início da sua desagregação" (ibidem)

"No Chão rojam os cachos rescentes"
Bulhão Pato "Setembro"



OS CENÁRIOS DE RIO FRIO

A agricultura e a viticultura em Portugal no tempo de Rio Frio

A afirmação da Herdade de Rio Frio por José Maria dos Santos representa o modelo de organização agrícola defendido pelos políticos e intelectuais de oitocentos. No século anterior, os grandes debates sobre a necessidade do desenvolvimento agrícola afirmavam a necessidade de valorizar a actividade agrícola com base na iniciativa individual. Esta defesa duma agricultura de iniciativa individual e voltada para a comercialização de bens esbarrava com a organização fundiária pré-existente (sistema de foros e emprazamentos), e com a organização financeira (direitos e taxas a pagar pelos transporte e comercialização de mercadorias) que a cada momento tolhiam o livre-câmbio.



Ilustração 62 Fotografia sobre Trabalhos Agrícolas na Região de Palmela, BNL

Este primado fisiocrático⁶⁷ encontrou apoiantes entre os defensores do desenvolvimento agrícola, nomeadamente a Escola da Academia Real das Ciências através de Domingos Vandelli, que consideravam que a terra era a principal fonte de riqueza. “Terra livre cultivada por homens livres” era o binómio considerado essencial para a criação da riqueza da nação.



Ilustração 61 Fotografia sobre Trabalhos Agrícolas na Região de Palma, BNL

⁶⁷ A Fisiocracia é uma doutrina económica que defende que a sociedade é composta por indivíduos com os mesmos direitos naturais. Cada indivíduo é dotado de capacidades naturais que deve satisfazer na sociedade. O conjunto das actividades de cada indivíduo em sociedade é regulado por um contrato social aceite por cada um, em que cada um aceita os limites à sua liberdade individual como forma de regulação dos direitos de todos os indivíduos. O governo é um mal necessário que deve regular o contrato social na estrita medida do seu cumprimento. No domínio económico, o trabalho dos indivíduos não deve sofrer de qualquer obstáculo, excepto aqueles que devem ser colocados para a concretização do contrato social. Cada indivíduo deve retirar o máximo benefício do seu trabalho e a liberdade de troca deve ser garantida como forma de concretizar o bem comum. No âmbito da agricultura, cada indivíduo deve-se empenhar em retirar o máximo proveito dos recursos disponíveis, como forma de melhorar o bem comum. E na agricultura que a riqueza duma nação pode ser criada e aumentada. Todas as demais actividades, indústria e comércio, apenas prosperam em função do crescimento da actividade agrícola. Foi defensor desta escola Francois Quesney (1694-1774). Esta doutrina é mais tarde contestada por Adam Smith em A Riqueza das Nações.

A desamortização dos Bens das ordens religiosas

O debate sobre o livre trabalho da terra encontrou pouca adesão no Portugal do Antigo Regime. Os grandes do reino eram proprietários abastados a viver de rendas das terras cultivadas por rendeiros e das rendas do comércio marítimo com o Brasil e do tráfico negreiro com as Áfricas.

Como vimos, com o caso de Jàcome Ratton, a iniciativa empresarial era uma excepção e não uma norma. No Portugal Absolutista a principal forma de acumulação de capital era por via do comércio. A terra, contudo, dado o seu poder simbólico, era frequentemente alvo de aplicação de capital em propriedade fundiária. Era uma estratégia para obtenção de rendas

e não para produção de capital.



Ilustração 63 - Adega na Região de Palmela nos anos 40, Arquivo da BNL

Nos primeiros anos do liberalismo, a desamortização era uma das questões da ordem do dia. A desamortização da terra, ou seja a libertação dos vários vínculos que impediam a livre propriedade dos bens de produção (entenda-se morgadios, capelas, rendas comendas religiosas e militares) foi um processo complexo e contraditório. Muitos dos interessados eram também afectados nos seus bens de raiz. De qualquer forma, foi através dessa desamortização, em particular da extinção das ordens religiosas, e da consequente venda em hasta pública dos seus bens, que muitas das terras mais produtivas se tornaram mercadorias livres.



Ilustração 64 Vindimas em Setúbal anos 40, Arquivo da BNL

Por outro lado, chegavam também ao país os resultados dos progressos científicos que começavam a difundir-se por toda a Europa. Entre eles a preocupação da adequação das culturas ao clima e ao solo, à possibilidade de rega, ao afolhamento dos terrenos. É através dessa adaptação que se iniciam as "especializações regionais": Por exemplo, o milho nas terras férteis do litoral, o centeio no interior norte e o trigo nas terras alentejanas.

São muitos e interessantes os debates nesta matéria. No que aconteceu nestes dois séculos foram ensaiadas várias hipóteses explicativas

para o "Caso do Atraso Português"⁶⁸. De qualquer forma, para este nosso assunto interessa-nos essencialmente centrar a nossa análise no período entre 1850 e 1910, ou seja o período de Regeneração, tempo no qual se situa o essencial da actividade de José Maria dos Santos, e no período entre 1920 e 1960, que grosso modo corresponde à afirmação do Estado Novo, com os seus planos de Fomento até à emergência das guerras africanas, e que corresponde ao tempo de Samuel Santos Jorge e José Samuel Lupi. De relance passa-se ainda pelos trabalhos da República, com o fim dos baldios e criação de sindicatos agrícolas e a criação, em 1918, do Ministério da Agricultura, velha reivindicação dos lavradores portugueses associados na RACAP.



Ilustração 66 Trabalhos Agrícolas em Palma, anos 40, Arquivo da BNL

A primeira revolução verde

"A cultura da Terra, que atrai o principal cuidado dos homens e é conhecida e praticada somente por aqueles povos que já têm chegado a um certo grau de civilização, deve com toda a justiça ser considerada como arte liberal, que tende a promover o maior bem da sociedade. A agricultura não só exige conhecimentos do processo maquinal da lavoura, ceifa, colheita e etc., mas também noções de astronomia, para na devida estação pôr em prática os necessários trabalhos e estudos para conhecer quais as sementes e plantas que devem ser lançadas à terra: a natureza e propriedades dos diversos terrenos, e as manipulações que eles demandam, e bem assim quais os arbustos e ervas que o solo espontaneamente dá. O Agricultor instruído deve fazer experiências sobre diferentes produções e colheitas que



Ilustração 65 - Trabalhos Agrícolas em Palma, anos 40, arquivo da BNL

as suas searas podem dar, para aproveitar todo o seu préstimo e assegurar uma boa novidade cada ano, sem contudo enfraquecer as terras: deve conhecer perfeitamente do préstimo e defeitos de cada espécie de gados, a maneira de os criar e de servir-se deles com vantagens, as doenças a que estão sujeitos, os métodos próprios de curá-las – tudo isto deve estudar por princípios teóricos, corroborados pelos ditames da experiência.

⁶⁸ São os Casos de António Reis e Pedro Lains e Maria Filomena Mónica que a seguir trataremos

Tais são os ditames dos importantes deveres do agricultor que se aplica à cultura da terra como arte liberal”⁶⁹

Nesta primeira metade do século XVIII começa-se a vulgarizar os artigos sobre os temas da cultura do agro. Surgem os primeiros livros com estudos e propostas de uma estratégia para a Agricultura portuguesa.⁷⁰

A obra da Regeneração

A obra da Regeneração, período da história de Portugal que compreende o domínio de Fontes Pereira de Melo entre 1851 e 1890, representa um período de profundas transformações na economia e em particular na agricultura. Começando por resolver o problema do deficit das contas públicas, com uma renegociação da dívida, e beneficiando da súbita fuga para o Reino dos traficantes negreiros brasileiros, perseguidos pelos ingleses, que com as suas fortunas vão alimentar o sistema financeiro, e que lhe torna possível alavancar parte da sua política de obras públicas. A agricultura vai conhecer durante este período uma profunda transformação. São nestes anos que se consolida o mercado interno, possibilitado pela circulação de mercadorias através das novas vias de comunicação, e em especial o caminho-de-ferro. É também neste período que se consolida o novo



Ilustração 67 Trabalhos Agrícolas em Palma, anos 40, arquivo da BN

modelo de estrutura de propriedade agrária e finalmente, é nesta época que a agricultura se monetariza. Este é um processo lento, que ocorre em ritmos diferenciados nos vários sectores e nas várias regiões. É este processo que vai permitir o desenvolvimento do comércio e o investimento produtivo alterando o sistema de troca directa que caracteriza a agricultura do Antigo Regime.

Tanto mais importante é este movimento quando se sabe que durante estes quarenta anos se vai assistir ao forte crescimento demográfico, com o consequente aumento das necessidades de bens alimentares. A agricultura ocupava cerca de 3, 5 milhões de uma mão-de-obra de uma população com cerca de 5 milhões de habitantes.⁷¹ Durante este período vai-se assistir ao aumento das exportações de bens agrícolas; à consolidação dos mercados de produtos agrícolas, através da realização de feiras; a um movimento de

⁶⁹ O Panorama, 1ª Serie, Volume III, 1839, pp. 383-384

⁷⁰ SILVA, José Bonifácio de Andrade (1815), História e Memórias da Academia de Ciências de Lisboa, tomo VI, parte I. Veja-se também o trabalho conjunto com Domingos Vandelli (1730-1815) Memória sobre a Agricultura deste Reino e suas Conquistas, Lisboa, Academia das Ciências

⁷¹ Amorim Girão, considera que em 1890 cerca de 3,5 milhões de portugueses dependiam directamente da agricultura.

arroteamento de novas terras, em particular nos campos do sul; à generalização da posse da terra, à crescente monetarização das transacções de bens e produtos da produção agrícola, ao contrário da dominância das trocas directas em bens até existente; à especialização dos agricultores, num conjunto de dois ou três produtos de maior rentabilidade; à crescente afectação de trabalho assalariado nos trabalhos de elevada carga sazonal; à generalização das modernas técnicas agrícolas: com adubagem das terras, utilização de fertilizantes e mecanização. À crescente divulgação do ensino agrícola, a uma melhoria dos sistemas de informação ao agricultor e à organização do sector em torno de associações.

Como resultado de todas estas transformações a produtividade dos campos de Portugal aumenta o que permite sustentar o amento demográfico, o surto demográfico para os centros urbanos para alimentar a indústria nascente e para o Brasil e África.

Um debate que cruzará todo este período será a questão da protecção da produção nacional. O caso do trigo, é neste aspecto paradigmático. A concorrência do trigo americano faz descer bastante os preços no mercado internacional. Todas as reivindicações dos lavradores de cereais se situam na necessidade da pauta aduaneira taxar as produções de cereais de outros países, como forma de proteger os interesses dos produtores nacionais, que mal grado as "novas tecnologias" se debatiam com factores de produção condicionados pelo clima e pela qualidade do solo. Lentamente, contudo, o país passará a ser um importador de cereais. É neste contexto, que a economia do vinho se irá consolidar, não só como principal produto de exportação. O Vinho do Porto, era já desde o século XVII o principal produto de exportação, sobretudo para o mercado inglês⁷². Mas será o vinho de pasto que irá constituir um novo produto e que alavancará a substituição das plantações de cereais por vinhas em muitas terras do centro (Dão) e Tejo (Estremadura e Ribatejo). Neste período afirmam-se igualmente algumas outras culturas de exportação, nomeadamente os citrinos, a cultura das amoreiras (para produção de seda nas terras quentes transmontanas) e a cultura do sobro (para produção de cortiça).

Esta "Revolução Agrícola" é todavia frágil, e muitos autores consideram-na incompleta, ou tímida. Grosso modo os motivos referem-se à insuficiente capitalização dos empresários. A terra não é olhada de forma predominante como um factor de formação de capital. A norte a economia agrícola tinha por base o vinho do Porto, fazendo com que oscilações nos ciclos da produção (as crises da filoxera e do míldio) ou da procura (anos de sobre-produção, ou concorrência de outras regiões vinícolas, como a Argélia) se reflectissem por contágio a todas as demais actividades agrícolas. No Sul, a dependência em relação ao Trigo e à cortiça, evidenciam a fragilidade do modelo agrícola dominante, demasiado dependente dos factores de produção e incapaz de ultrapassar os níveis de produtividade e

⁷² Recorde-se a propósito o Tratado De Metuen DE 1708, entre Portugal e Inglaterra

competitividade que o mercado exigia. A compensação dessa fragilidade com a imposição de barreiras alfandegárias não resolveu o problema. O modelo de produção, com base nas vantagens do mercado internacional da época (gados, vinhos, cortiça, frutos e seda) exigia uma mão-de-obra intensiva em certos períodos. Esse modelo obrigava à convivência de uma pequena propriedade de agricultura de auto-consumo que alimentava grande parte da população agrícola ao longo do ano, e que alimentava o sistema da grande propriedade. São espaços com uma produtividade muito baixa e com baixo incentivo à mecanização e utilização das novas técnicas de produção. A fuga da emigração foi sempre uma alternativa para este modelo de especialização.

A crise de 1890

A partir de 1890 o modelo do Fontismo entra em crise. À crise política, decorrente dos problemas diplomáticos sobre os territórios africanos, junta-se o agravamento da crise financeira. O crescente endividamento do país e sua incapacidade para resolver o problema do deficit e do serviço da dívida impõem-se. A implantação da República vinte anos depois também não irá resolver o problema. Em 1910, a principal questão que se colocavam em relação à agricultura era a necessidade de aumentar os terrenos agrícolas. Apenas cerca de metade da superfície do território era cultivada (56,8%) sendo que se considerava que mais cerca de 38 % poderia ser aproveitada⁷³. As grandes arroteias do século XIX, que haviam incidido principalmente nas grandes propriedades do sul, afectadas pela desamortização tinham-se concluído com as limitações que conhecemos. O que restava eram os terrenos baldios, terrenos de uso comunitário, considerados incultos, mas que, sem uma propriedade definida, eram essenciais às comunidades rurais para assegurar terrenos de pasto para os gados. Particularmente frequentes no norte e centro do país, a divisão dos baldios foi uma das



iniciativas Republicanas mais contestadas pela população agrícola. A Lei do Baldios, ao dividir os terrenos comunitários por parcelas de terrenos individuais, acabou por desencadear nenhuma dinâmica agrícola.

A República

Durante o período Republicano, as demais questões que incidiam sobre a agricultura continuaram a desenvolver-se. A mecanização e os adubos, as feiras agrícolas. Entre os projectos que mais se debateram na época foi a irrigação dos campos. Foi seu defensor Ezequiel de Campos e Azevedo Gomes. Até 1924 foram feitos de forma sistemática trabalhos de hidráulica

⁷³ CALDAS, Eugénio de Castro (1945), Traços principais da evolução da agricultura portuguesa, in Revista de Estudos Económicos n 1 e 2

agrícola nos campos do Vouga, Mondego, no Ribatejo entre Santarém e Vila Franca e entre a Golegã e a Margem Sul do Tejo, os campos do Sorraia na Marateca até Alcácer. No Sado e litoral alentejano. Estes trabalhos virão depois a ser consolidados pela Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola criada em 1930 e que executará o Plano Nacional de Barragens.

A questão do crédito agrícola e da formação de sindicatos agrícolas é outra das questões que cruzará os debates no tempo da primeira república. Tratava-se de criar condições para que os lavradores tivessem acesso ao capital para a realização de investimentos na agricultura, ao mesmo tempo que se ensaiavam os primeiros passos de associação para comercialização de produtos e a utilização cooperativa de meios mecânicos de colheita e de sementeira. De qualquer modo mantêm-se os padrões de especialização, com a predominância e o proteccionismo dos produtores de cereais, principalmente do trigo. A vinha, talvez com um excesso de produção⁷⁴ afectada por uma baixa de preços, a produção de azeite e árvore de fruto. Refira-se ainda neste domínio a defesa da necessidade da desenvolver a arborização do país⁷⁵, que praticamente duplica a área florestal em vinte anos, defendida na época como condição necessária para a preservação dos solos e para a criação de riqueza complementar no sector.



Ilustração 69 -, Vindimas na Região de Setúbal, anos 40, arquivo da BNL

O Estado Novo

"O Estado intermediário forçado entre o produtor e a fabrica de moagem, cedia a esta pelo preço da compra o trigo nacional adquirido e pelo preço de custo o trigo exótico importado"⁷⁶. Com esta palavras sintetizava o problema dos cereais, aquele que viria a ser o mais longo e autoritário chefe de governo durante o século XX.

O modelo político do Estado Novo, alicerçado no corporativismo, contribuido pelos trabalhos dos integralistas de António Sardinha e mais tarde alicerçado pelo propagandista António Ferro, como a essência da nação. Agricultura era então vista como a mais nobre das actividades, aquela que mais dignamente representava a nação, aquela que menos corrompia o espírito. Malgrado o discurso poucas alterações irão ser executadas até aos anos 60 do século XX. O modelo de propriedade da terra e o modelo de produção permanece muito idêntico ao que havia herdado da República e que havia sido moldado durante a Regeneração. Acentuam-se os factores de mercantilização dos produtos agrícolas, acentua-se a emigração dos

⁷⁴PEREIRA Miriam Halpern (1971) Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico, Lisboa, pag. 229

⁷⁵ A instituição das políticas sistemáticas de florestação data de 1901

⁷⁶ SALAZAR, António de Oliveira (1916). A Questão Cerealífera: O trigo, Estudos de Economia Nacional, Coimbra, Imprensa da Universidade, p 90,

campos para as cidades, com alguns picos, agora com novos destinos, em direcção às Américas e para França.

Ainda durante os princípios do Estado Novo inicia-se uma Campanha pela auto-suficiência agrícola denominada “Campanha do Trigo” patrocinada por Linhares de Lima (1929-1930). Motivada por uma necessidade de conservação de divisas o governo assegurou aos agricultores um preço de garantia alto, acesso ao crédito e vários auxílios à mecanização. Essa política conduziu a ocupação de todos os terrenos incultos, incluindo zonas de serra, em terra pouco adaptadas à cultura de cereais.

Durante o Estado Novo podem-se considerar três períodos de Políticas Agrícolas, que reflectem o problema da agricultura na economia portuguesa. No primeiro período, que vai desde a implantação do regime até ao pós-guerra (1945), uma época em que o regime tem os seus principais apoiantes entre os seus lavradores do sul, e em que foi



Ilustração 70 - Vindima na Região de Setúbal, anos 40, Arquivo da BNL

criado um clima que favorecia as políticas de promoção da auto-sustentação agrícola nacional. Mantiveram-se assim as grandes linhas da protecção à cultura dos cereais e dos produtores de carnes. A par do baixo preço do pão, é igualmente incrementada a produção de vinho para o povo, numa estrutura de produção de pequenos produtores e da comercialização através de adegas cooperativas. A produção foi organizada em corporações, e o regime das casas do povo foi alargado a todo o mundo agrícola adicionando novos mecanismos de controlo social e um severo regime de vigilância policial.

O segundo período, do pós-guerra até aos alvares das guerras coloniais (1961), o modelo económico passou a apoiar-se numa crescente industrialização, sobretudo de indústrias pesadas e químicas com uma busca de uma manutenção dos equilíbrios na procura de bens alimentares e na manutenção da protecção aos bens produzidos pelas unidades agrícolas, susceptíveis de poderem ser transformados nas indústrias. Durante este período diminui a influência dos lobbys dos lavradores.

Finalmente, o terceiro período marcado por um profundo êxodo rural para as cidades fez colapsar o modelo agrícola português. Largas áreas de cultivo foram abandonadas, ou substituídas por floresta. A mão-de-obra escasseia e limitam-se os investimentos na agricultura. Embora as principais dinâmicas da agricultura europeia se baseassem no apoio à agricultura



Ilustração 71 Vindimas na Região de Setúbal, anos 40, Arquivo da BNL

familiar, em Portugal, não se verifica esse movimento, apesar da maioria das exploração ser de natureza familiar. Com falta de apoio técnico e falta de apoio ao crédito, a agricultura portuguesa entra na Europa como um sector com uma profunda falta de competitividade e uma produtividade baixíssima.

As causas do atraso da agricultura portuguesa: propostas de leitura

Entre as questões que mais se tem debatido na história económica é o posicionamento da economia portuguesa face aos indicadores de desenvolvimento das várias economias europeias, sobretudo a inglesa, francesa e alemã. Neste debate a questão da agricultura e em particular do seu atraso, tem sido uma questão fundamental.

Desde o pós-guerra que se vulgarizou as análises sobre os processos de desenvolvimento das economias mundiais, em que uma revolução agrícola precedeu uma revolução industrial, sendo que esta, por fases sucessivas se foi transformando numa economia de serviços hoje global. Existem múltiplas leituras sobre esta questão que não iremos abordar em toda a sua extensão, nem em toda a sua problemática. É também reconhecido que este processo se efectuou em ritmos diferenciados em diferentes partes do mundo, e que esses ritmos marcam as especificidades de cada economia. O que nos interesse no âmbito destas temáticas é a problemática em torno das razões do “atraso da agricultura portuguesa” no seu conjunto, e a sua comparação com o que acontece na Herdade de Rio Frio e nas respostas que os seus protagonistas vão dar.

Oliveira Martins e o Fomento Rural (1873)

“Se o Barão em 1834 herdara o património do frade, em 1865 entesoura o património do Fidalgo” A desamortização e a desvinculação estão na origem dos novos latifúndios. O crédito predial, meramente hipotecário, tão pouco vem beneficiar a maioria dos agricultores.

Em 1887 Oliveira Martins apresenta ao parlamento o seu projecto de Fomento Rural. Este projecto não chega a ser discutido, porque o governo cai. O projecto é apresentado após uma crise de produção de cereais, logo seguida de uma vinícola e pecuária. Oliveira Martins pretendia reformar a agricultura portuguesa. Segundo ele a questão central da agricultura portuguesa era a sua estrutura de propriedade rural, o modo de exploração, o grau de capacidade técnica dos agricultores, e a capacidade de irrigação e fertilização dos solos. Defende igualmente a protecção e desenvolvimento das florestas, como componente de fomento rural.

Oliveira Martins, neste seu projecto, denota grandes influências de Manuel Serafim de Faria⁷⁷, historiador do século XVII, que havia defendido uma



Ilustração 72- Capa de Livro de Oliveira Martins de 1873

⁷⁷ Padre Manuel Severim de Faria (1583-1655) clérigo e Historiador. Escreveu em 1655, *Notícias de Portugal Declaração de Grandes Comodidades que tem para crescer em gentes, indústria, comércio, riquezas e forças militares por mar e terra*, que foi oferecido ao Rei D. João IV. Viveu em Évora e foi uma dos mais eruditos do seu tempo. ⁷⁷ MARTINS, Oliveira (1956), *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores

colonização dos campos do Alentejo. Socorre-se igualmente dos Trabalhos de Estevam da Silva Cabral (Memórias de 1790) bem como dos trabalhos da Comissão que em 1855 elaborou a Memória Acerca do aproveitamento das Aguas do Alentejo. Nestas obras defendia-se uma política de colonização e o desenvolvimento do regadio. Preocupou-se igualmente com a questão da propriedade e dos "incultos", e defendeu a enfiteuse, como forma de acesso do lavrador à terra, sem necessidade de aplicação de capital na sua aquisição, e garantindo as rendas devidas aos proprietários, forma de monetarização da economia, que deviam ser uma regra na agricultura moderna.

Oliveira Martins considera o exemplo da "colonização e arroteamento de Rio Frio, junto ao Pinhal Novo"⁷⁸ como paradigmático " *Os colonos de rio Frio não acreditam que a pensão anual que pagam seja uma renda: crêem que é um foro, e seria talvez um dia angustioso, aquele em que o proprietário quisesse exercer a evicção*" ⁷⁹ A defesa desta colonização feito pelo proprietário com "400 casais ocupando 2.000 hectares divididos em courelas de 4 a 6 hectares. Os colonos foram implantados por contratos de arrendamento e procedem da Beira. Pagam a renda de 1\$000 reis por hectare" era a medida indicada para manter a sustentabilidade do projecto porque "se os campo fossem maiores, com 9 ou 10 hectares, teria sempre que fazer nele trabalho, deixando de ter possibilidade de fazer trabalho de jornaleiro para o proprietário". E é esta combinação entre a grande propriedade, com necessidades de mão-de-obra em certas época, e a pequena propriedade onde se assegura a subsistência básica, que, segundo Oliveira Martins, se encontra o segredo desta colonização, que para além do exemplo de Rio Frio, defende para todo o Alentejo.



Ilustração 73 - Vindima na Região de Setúbal, anos 50 Arquivo da BNL

"Eram Caramelos beirões semi-nómadas: vivem hoje numa casa telhada, têm a arca fornecida de grão, no chiqueiro um porco, junto à casa uma horta e contíguo um campo de sementeira com mais ou menos pés de vinha".(op cit 48)

"Os arroteamentos de Rio Frio trouxeram para a cultura um terreno arenoso, em parte diluvial e moderno, em parte quaternário, fresco e

⁷⁷ Ezequiel de Campos (1874-19).Formado em engenharia na Academia Politécnica do Porto. Foi constituinte durante a República, desenvolveu diversos trabalhos na área da hidráulica do Douro.

⁷⁸ MARTINS, Oliveira (1956), Fomento Rural e Emigração, Lisboa, Guimarães Editores, pag 47

⁷⁹ MARTINS, Oliveira (1956), Fomento Rural e Emigração, Lisboa, Guimarães Editores, pag

humoso; terreno que tem contra si, todavia, necessidade de estrumações frequentes. Essa necessidade obtempera a pouca distância que tem da capital, cuja limpeza os aduba. Por outro lado, também esta mesma condição dá um valor anormal aos produtos duma exploração quase exclusivamente hortícola.

O conjunto destas circunstâncias leva-me a perguntar se o exemplo de Rio Frio obteria um êxito semelhante em outros pontos do Alentejo” (ibidem).

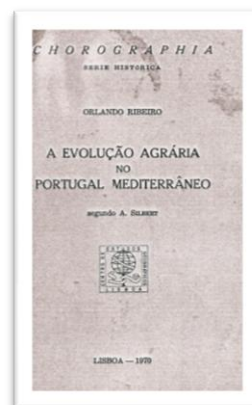
Ezequiel de Campos e o projecto de Reforma Agrária (1924)

Ezequiel de Campos⁸⁰ vai retomar algumas das propostas de Oliveira Martins. Nomeadamente a necessidade de criar uma “sociedade de camponeses” nas terras do Sul. Para isso era necessário criar condições para uma agricultura moderna, com base nas obras de irrigação. É uma proposta mais radical do que a de Oliveira Martins, porque não contempla o equilíbrio entre as grandes e as pequenas propriedades. Tem como objectivo resolver a questão dos baldios, dos terrenos incultos e do acesso à terra. Defendeu as obras de electrificação através da construção de centrais hidroeléctricas e a irrigação dos campos do Sul.



Ilustração 75 – Ezequiel de Campos

Na sua conferência “A evolução e a Revolução Agrária” proferida na Liga Agrária do Norte em 18 de Maio de 1918⁸¹ inicia com as seguintes palavras: “É meu intento tomar-vos pouco Tempo, pedindo a vossa atenção para esta tese: a EVOLUÇÃO AGRÁRIA LEVARÁ PORTUGAL À FALÊNCIA; SÓ UMA REVOLUÇÃO AGRÁRIA PODE VITALISAR A GREI E MANTER-NOS A INDEPENDÊNCIA” (pag 1)



Nas noventa e nove páginas seguintes vai expor o seu pensamento sobre a questão agrária. Segundo ele, a base da riqueza da nação era a agricultura. Por consequência, a agricultura é a essência da “questão nacional”. É ela que dá de comer à grei. “Toda a poesia, toda a arte, toda a elevação e beleza do

Ilustração 74 – Capa de Livro de Orlando Ribeiro sobre a evolução agrária.

⁸⁰ Ezequiel de Campos. Nasceu de 1874, na Póvoa do Varzim e faleceu em 1965. Era engenheiro formado na Academia Politécnica do Porto, onde virá a ser professor catedrático. Em 1910 era Director das Obras Públicas em São Tomé. Foi deputado à Assembleia Constituinte de 1911, onde apresenta um projecto de lei de reforma agrícola dos campos baldios. Em 1924 foi Ministro da Agricultura, onde defendeu as obras de irrigação do Alentejo. Foi durante alguns anos Director dos Estudos de Hidráulica do Douro. Desempenhou ainda vários cargos na Câmara Municipal do Porto, onde chefiou os serviços de energia (gás e electrificação)

⁸¹ CAMPOS, Ezequiel, (1918) A Evolução e a Revolução Agrária, Porto, Edição da Renascença Portuguesa

espírito – toda a civilização não é mais, no âmago, do que a resultante da conquista do pão”

Depois, através da análise estatística do movimento comercial vai concluir que o problema do deficits das finanças públicas, que durante os dez anos anteriores tanto afligia o país, resultava duma falta de produção na agricultura, e por uma componente industrial que importa bens que poderiam ser produzidos na fileira agrícola. Depois interroga-se porque é que isso acontece, concluindo que a razão dessa deficiência resulta da organização agrária: *“O exame mais superficial, ou mais profundo, que façamos à vida portuguesa mostram que todo o desenvolvimento agrícola de valor económico e de acção nacional é estorvado por motivos sociais até hoje irremediados: A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS AGRÍCOLAS É ESTORVADO PELA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA”* (pag 15)

As medidas passavam portanto, no imediato por desenvolver as culturas de cereais panificáveis, o arroz, o linho a lã e a seda. Ensaia inclusive uma delimitação regional para a especialização produtiva. Em relação aos campos do sul defende a redução para metade dos tempos de pousio, defendendo o seu povoamento, a aplicação de tecnologia e mecanização dos trabalhos agrícolas. Mas o problema da propriedade é um problema que afectava o funcionamento das unidades de produção. A tendência para a propriedade se concentrar nas mãos de grandes lavradores, não favorecia o assentamento de unidades familiares autónomas: *“cultivadoras da sua terra, basilares da policultura, da sã classe rural que havia de fazer a ventura da grei”* (pag 33). E defende que ao fim de 19 anos de protecção⁸² era necessário atentar as lições da colonização dos terrenos do plioceno, *“porque foi nos terrenos do plioceno que principalmente se ofereceu a terra em aforamento ou arrendamento de longo prazo, o que permitiu ao beirão e ao caramelo ter onde fixar-se; enquanto os graníticos e os arcaicos ficavam vedados nas grandes herdades”* (pag 89)



Ilustração 76
Capa de Livro de
Albert Silbert,
1970

Albert Silbert⁸³ e Orlando Ribeiro⁸⁴: Os anos 60 e 70

A História e a geografia da agricultura tiveram no final dos anos 60 e inícios de 70 do século XX um crescente interesse, de que resto deu origem à procura da problemática do “atraso da agricultura portuguesa”. Albert Silbert é o primeira a abordar esta problemática com a sua tese de doutoramento “Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’ancien regime – XVIII siecle – debut du XIX siècle, publicado em 1966 na Sourbonne, dentro das novas linhas de investigação defendidas pela escola dos Analles.

⁸² A lei de Fomento Agrário aprovada em 1899 tinha causado um aumento das áreas de pousio, ou áreas incultas e um estímulo à utilização da charrua. Era uma lei que visava proteger os lavradores cerealíferos

⁸³ Albert Silbert (1915-1996), Historiador

⁸⁴ Orlando Ribeiro (1911-1997) Geógrafo

A abordagem passava por uma avaliação das alterações estruturais na agricultura, analisando os indicadores de produção, as técnicas de produção e os mercados agrícolas. Albert Silbert fez, uma pesquisa aprofundada das fontes e estudou várias regiões agrárias o problema dos terrenos incultos, os baldios ou "Friches" na zona da Beira Baixa. O termo região agrícola é baseado nas Lições de Orlando Ribeiro sobre a Geografia de Portugal. Como se sabe, Orlando Ribeiro, na sua tese de doutoramento, Portugal Atlântico e Portugal Mediterrâneo (1946), defendeu a existência de dois tipos de cultura distintos, que se opõem em métodos de cultura, formas de organização agrícola e formas de organização social. A Norte o atlântico, terra das Vilas de cultura intensiva e individualista, e a Sul as terras de cultura extensiva, de sequeiro e de tradição comunitária. Entre elas, espaços de transição, onde as formas de cultura se entrecruzaram dando origem a uma identidade. É esta questão, dos espaços intersectoriais que o autor procura aprofundar de forma sistemática.

Ao levar por diante esse intento, Albert Silbert faz uma análise detalhada das terras de cultura intensiva, onde predomina a vinha, a oliveira, em oposição às terras do trigo. No segundo volume apresenta uma magistral descrição da economia alentejana antes da colonização da segunda metade do século XIX. Aqui analisa em detalhe as áreas ribeirinhas do Tejo, Portalegre e a zona de Elvas e Estremoz. Infelizmente não encontramos aqui



Ilustração. 77 - Vindimas na Região de Setúbal, anos 50

referências à situação da Barroca D'Alva e Rio Frio, mesmo nas questões relacionadas com a cultura do Arroz. De qualquer forma, Albert Silbert executa um fresco da agricultura e da sociedade em vésperas da revolução liberal

A propósito desta obra, Orlando Ribeiro em "Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo"⁸⁵ faz um ponto da situação dos estudos sobre a História Agrária Portuguesa e o significado do trabalho de Silbert. E a grande valia do trabalho de Silbert foi o de ter tido capacidade de olhar de perto a vida rural e analisar as suas transformações

Eugénio de Castro Caldas (1914-1999)

Eugénio de Castro Caldas foi professor do Instituto Superior Técnico e foi responsável durante várias décadas pela Cadeira de História da Agricultura e Sociologia Rural. Iniciou os seus trabalhos na Junta de Colonização Interna e participou no Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian.

⁸⁵ RIBEIRO, Orlando (1970), A evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Colecção Chorographia.

Castro Caldas nos seus trabalhos sobre história da agricultura e sociologia rural denota uma influência muito grande pelos trabalhos dos autores anteriormente citados. “ *A garantia de abastecimento alimentar representa a base fundamental em que se apoia a vida colectiva. Este é o sentido, sem dúvida restrito mas vital, da existência humana na parte que não conta com as carências globais das sociedades modernas.*”⁸⁶ Com uma preocupação duma abordagem histórica, não adopta uma postura militante, mas refere claramente o conjunto de debates que têm mobilizado os pensadores sobre as questões do agro. “ *Em Portugal, nos últimos cem anos, a questão dos abastecimentos constitui tema de constante debate político, podendo afirmar-se que a Fome nunca deixou de se encontrar presente, com a sua configuração real ou efeitos de terror, junto de muitos portugueses. Mas, na abundância que usufruímos agora, com o mercado farto e de largos consumos generalizados a grandes estratos sociais privilegiados, que escondem negros redutos de penúria ou graves situações de insuficiente regime alimentar de quem trabalha longe da habitação ou estuda, o problema dos abastecimentos já não atrai a tenção dos políticos. Todavia vivemos perigosamente um período de grande dependência do exterior, que talvez nunca se tenha verificado quanto a consumos alimentares. Nada tem sido investigado quanto à capacidade e sistemas da nossa*



Ilustração 78 - Vindimas em Setúbal

agricultura para suprir eventuais mas previsíveis dificuldades de abastecimento externo. Quanto ao passado, sabemos que durante períodos difíceis a Agricultura alcançou dar satisfatória resposta a diferentes estímulos de produção adaptando-se também a artifícios de fomentos variados quando o problema dos abastecimentos aconselhava precauções autárquicas. (...) Afigura-se-nos que nas mais graves emergência, o povo português tem adoptado nos Campos estratégia eficaz e imune à desordem que se instala nos Serviços Público, desordem que os políticos dão o nome de "Crise". Com grande sabedoria o Povo tem sabido fomentar a produção e armazenar, reduzindo consumos ao mínimo vital, sobrevivendo, a ultrapassar as Fomes e Peste medievais. No entanto a questão é mais complexa, porque o território não cresceu e embora a produtividade do solo e das plantas tenha aumentado, não estamos certos que tenha acompanhado a explosão demográfica". (pag. 601-602)

Miriam Halpern Pereira. Livre-Câmbio versus Proteccionismo (1971)

Desenvolvida na sua tese "Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico, em 1971, Miriam Halpern Pereira defende que o fracasso da política proteccionista na primeira fase do regime liberal e o consequente privilégio

⁸⁶ CALDAS, Eugénio de Castro (1991) A agricultura Portuguesa através dos tempos, Lisboa, Instituto de investigação Científica, pag 600

do livre-câmbio afectou a formação de capital na esfera da indústria, e como consequência impediu ou condicionou o arranque da industrialização em Portugal.

"Desprovida de meios para defender da concorrência estrangeira a economia nacional no seu conjunto, a classe dirigente cede cada vez mais às pressões externas de estabelecimento de direitos preferenciais para produtos agrícolas portugueses. Esta política era incompatível com os interesses da classe senhorial e da burguesia agrária e com as actividades da burguesia comercial e financeira. A principal vítima do livre-câmbio foi a burguesia industrial. Assiste-se, entre 1847 e 1890, a um crescimento agrícola a que corresponde um surto de import-export e da banca. Isso significa que o sector agrícola continuou, tal como nas economias do Antigo Regime a desempenhar um papel preponderante". (...)

"No século XIX, Portugal fornecia ao imenso mercado britânico vinho, carne, legumes, frutas e legumes. A grande expansão do comércio agrícola com a Grã-Bretanha leva a extensão de sectores de comercialização de agricultura e à inserção de novas zonas no mercado nacional: são exemplo os centros sericícolas de Bragança e Beira Interior, O comércio de Gado no Minho e Barroso, e a fruticultura no Fundão. Surgem novos empresários no Douro e na Estremadura e algumas companhias importantes (A Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado)".

"Apesar dos limites do progresso realizado, a agricultura torna-se no sector mais adiantado. Mais exactamente, o atraso em relação aos países industrializados é menor neste domínio que na indústria, onde o peso do artesanato continua a ser considerável. A concorrência estrangeira criara, neste sector, uma extraordinária desarticulação, mesmo no próprio ramo têxtil, que é costume afirmar-se como mais desenvolvido. Assim, a predominância da agricultura na economia portuguesa é uma consequência da forma específica assumida pelo capitalismo em Portugal, não uma Prova de persistência do antigo Regime".⁸⁷

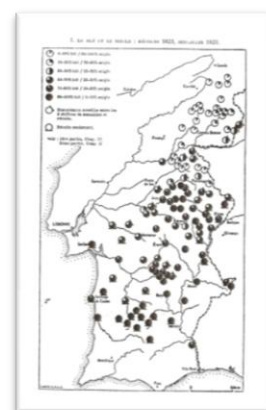


Ilustração 79 - Ilustração de Albert Silbert sobre a Cultura do Trigo no Sul de Portugal

Manuel Villa Verde Cabral (1974)

Manuel Villa Verde Cabral publica em 1974 um conjunto de textos como fontes da história da agricultura no século XIX⁸⁸. Muito envolvido nos problemas sociais e políticos do tempo, o texto realça sobretudo as contradições entre a agricultura familiar em pequenas unidades de produção, com a venda sazonal como mão-de-obra nas grandes herdades,

⁸⁷PEREIRA, Miriam Halpern (1993), Das Revoluções Liberais ao Estado Novo, Lisboa, Editorial Presença, pag 143

⁸⁸ CABRAL, Manuel Villaverde (1974), Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal no Século XIX e XX, Porto, Editorial Inova.

que foi o modelo utilizado em Rio Frio, que o autor classifica como “aprofundamento da exploração capitalista nos campos”

“À medida, porém, que aprofundamos a análise, vamo-nos apercebendo que a independência, a autonomia, a quase autarcia da pequena exploração familiar, são frequentemente um mito e que o preço dessa pseudo-independência reside, as mais das vezes, na venda parcial ou sazonal da força de trabalho de um ou mais membros da família. Compreendemos então, sem dificuldade, que aqueles que pretenderam lutar pela sobrevivência da pequena exploração agrícola, dita familiar estão, conscientemente ou não, agindo também a favor da grande exploração capitalista utilizadora da força de trabalho assalariada e produzindo sobretudo para o mercado (...) Assim enquanto existirem ratinhos e caramelos, isto é semi-proletários, semiproprietários, o preço da força de trabalho rural poderá ser mantido a nível mais baixo e o investimento produtivo (mecanização, etc.) poderá ser adiado ou reduzido” (opcit 16)

Entre os textos apresentados é de especial interesse o Relatório de Paulo de Morais de 1887,

Numa outra publicação de 1976, “O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX”⁸⁹, Villa Verde Cabral vai abordar as questões da agricultura no âmbito da problemática da “transição do feudalismo para o capitalismo”, debate que no início dos anos 70 se tinha desenvolvido entre Pierre Vilar e Althusser. O autor procura aqui analisar este fenómeno dentro desta perspectiva, salientando a especificidade do caso, nomeadamente o problema da colonização na formação de capital. De acordo com a doutrina marxista, o capitalismo é possível através da acumulação de capital por parte duma classe, a burguesia comercial, pelo desenvolvimento da tecnologia, nomeadamente a mecanização e as técnicas de produção, e por uma organização do trabalho, onde a propriedade dos meios de produção é diferente da propriedade da força de trabalho (trabalho assalariado versus trabalho escravo).

No âmbito da revolução agrícola, onde as economias do Norte se tinham apoiado para o arranque económico, Cabral vai defender, na linha de outros autores, que em Portugal se desenvolveu uma revolução incompleta. O movimento durante o século XVIII foi mais para a ocupação de novas terras e não tanto de reestruturação da propriedade e das técnicas agrícolas. Além disso, relendo vários trabalhos sobre o tempo de Pombal, conclui que o momento que este iniciara em 1767 (a desamortização da terra) é

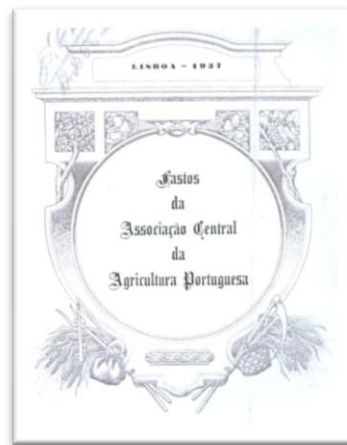


Ilustração 80 - Capa de Publicação da RACAP, como os Faustos da Agricultura em 1937.

⁸⁹ CABRAL, Manuel Villaverde (1976), Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX, Lisboa, A Regra do Jogo

interrompido dez anos depois (1775), bem como que a empresa capitalista manufactureira, como a que Jàcome Ratton criara, não tinha um mercado próprio e tinha vivido á conta do Estado.

Já em relação ao período da Regeneração, segunda metade do século XIX, o autor defende que o movimento de concentração da propriedade no sul, apesar de ter incentivado a renovação da agricultura através da mecanização e de novas técnicas agrícolas, do ponto de vista social vai resultar na polarização dos camponeses entre (os sem terra e os pequeníssimos proprietários) e na complementaridade (o autor chama-lhe funcionalidade) da grande propriedade e da pequena parcela dos rendeiros. Nesta análise é basta as referencias aos trabalhos de Orlando Ribeiro

"Aquela empresa (a empresa agrícola progressista, que aplicava a mecanização) não era a única do seu género: ao mesmo tempo que se ia começando a ressuscitar a ideologia da colonização interna – que através de Alexandre Herculano e Oliveira Martins chegou aos nossos dias, - alguns grandes empresários agrícolas promoviam eles próprios essa colonização: só com a abertura do caminho-de-ferro, em 1861, explicam Orlando Ribeiro e José Ribeiro Lisboa, pôde o grande vinhateiro José Maria dos Santos começar a arrotear os seus terrenos arenosos do Pinhal Novo, na Península da Arrábida, onde chegou a constituir a maior vinha do mundo" (opcit 223) e a citação prossegue com o trabalho dos autores já acima referido.



Ilustração 81 - Vindimas na Região de Setúbal, anos 50

Esta convivência entre a grande propriedade e a pequena propriedade é a razão essencial do bloqueio do modelo de capitalização da agricultura portuguesa. Mesmo após a crise de 1870, quando se incentiva a cultura das terras e a mecanização. Deste modo o autor considera que a polémica entre o proteccionismo e o livre-câmbio de Miriam H. Pereira, é neste domínio uma falsa polémica porque não existiu nenhuma destas formas em estado puro. Por exemplo, indica o autor, se os cereais são protegidos, as indústrias têxteis têm um mercado livre, ainda que regulado por acordos bilaterais. (pag 241)

Jaime Reis e a sua proposta duma releitura da História Económica (1984)

Passada a euforia dos anos revolucionários, novas abordagens começaram a ser procuradas para responder a velhas questões. O atraso da economia portuguesa motivou Jaime Reis a lançar um texto revolucionário para

análise de história económica⁹⁰. A questão do atraso da agricultura portuguesa, face aos outros países europeus.

Existiam três teses explicativas para a questão: A tese da dependência externa, que forçou a especialização de produtos agrícolas em produtos de baixo valor e a falta de protecção alfandegária, que permitia a entrada dos produtos manufacturados ingleses. Em resultado disso não foi possível a formação de capital e a sua transferência para a indústria.

A segunda corrente, defende que a causa do atraso da agricultura portuguesa, estava na sua estrutura agrária, herdade do Antigo Regime. A propriedade fragmentada a norte e a concentração de latifúndios a sul, origina uma produção de fraco valor e com pouca integração de tecnologia.

A terceira corrente explica o atraso pela deficiente estrutura mental da época, em que os princípios do investimento e da rendibilização do capital estavam ausentes como categoria de pensamento.

Sem contrariar em absoluto as três teses apresentadas, Reis vai aplicar a metodologia da contra-factualização, ou seja a construção de modelos alternativos, prováveis para procurar hipóteses explicativas. A partir dessa hipótese explicativa, vai testar a consistência das três teses. A partir daqui o autor conclui que ao nível do mercado interno, o modelo de produção económica tinha atingido máximo potencial, e que ao nível do mercado externo, havia muito mais para fazer, mas esse potencial não dependia das forças internas. Outro cenário só seria possível com outro modelo económico. Este trabalho abriu novas perspectivas para a história económica

Maria Filomena Mónica e os estudos sobre as elites (1987)

Maria Filomena Mónica, num interessante estudo sobre grandes capitães da indústria e da banca⁹¹, vem apresentar aquilo que constitui a renovação da abordagem sobre as personagens empreendedoras e uma tentativa de recentrar as análises na documentação histórica.

"Ao longo dos anos, o atraso português tem sido fonte de constantes humilhações, especialmente sentidas por aqueles com possibilidade de fazer comparações. Alimentada a Proudhon e Comte, a Geração de 1870 não podia deixar de ter encarado o estado do País com



Ilustração 82 - Conferência de Dom Luíz de Castro sobre Vinicultura, na RACAP, 1907

⁹⁰ REIS, Jaime (1984). O Atraso Económico Português em perspectiva histórica, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia, Working paper nº 20

⁹¹ MONICA, Maria Filomena (1987), Capitalistas e Industrias (1870-1914), in Análise Social, vol XXIII, (99), Lisboa, Instituto de Investigações Sociais.

amargura” (pag. 851). Retomando as velhas teses radicais, Antero de Quental resumiu, em 1871, o pensamento do grupo na conferência que proferiu no Casino Lisbonense, significativamente intitulada «*Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*». Todo o mal remontaria, segundo ele, ao século XVII, quando o País teria abandonado as boas tradições, para se entregar ao espírito de conquista, à centralização e sobretudo à religião católica, na sua versão post-tridentina. Fomentado pelo dogmatismo jesuíta, o obscurantismo alastrara, impedindo que o País se modernizasse:

«À influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuído este adormecimento sonambulesco em face da revolução XIX, que é a nossa feição característica e nacional entre os povos da Europa.» O mal não estava fora, nas circunstâncias, mas dentro, nos espíritos. Desta tese central nasceu a



Ilustração 83 -- Trabalhos Agrícolas na região de Setúbal - Início do século

pulsão voluntarista que atravessa toda a historiografia contemporânea, para a qual teria bastado que as classes dirigentes o quisessem, para que o País se modernizasse. Os limites naturais — a falta de matérias-primas, a qualidade do solo, a localização geográfica —, tão importantes durante o século XIX, foram minimizados por sucessivas gerações, para quem a modernização do País dependeria de uma mítica «reforma das mentalidades», que previsivelmente nunca teve lugar. (pag. 852)

(...)

“Quanto à popular tese de que o País se não desenvolveu porque o Estado oitocentista falhou no campo educativo só parcialmente é verdadeira. Independentemente do peso que se possa atribuir à formação intelectual no processo de desenvolvimento, importa destacar que o maior estrangulamento se não verificava no topo, onde existia uma elite educada, nem na base, onde a mão-de-obra não constituía qualquer problema, mas a nível intermédio: aquilo de que o País precisava era de indivíduos capazes de compreender o que uma fábrica exigia em disciplina, ritmos e eficiência. Seja como for, a educação não constituiu a principal causa do atraso português. Um aumento maciço de instrução, fosse a que nível fosse, poucos efeitos teria tido, num país onde tudo faltava. Uma outra particularidade da indústria portuguesa consistia na sua enorme dependência do Estado. De uma forma ou de outra, quase todos os sectores estavam subordinados às acções do poder político. Nos tabacos, era o Estado quem escolhia os concessionários; nos têxteis, era ele quem decidia o nível das barreiras alfandegárias; na metalurgia, era das suas opções que dependia a prosperidade das grandes empresas. O Estado fazia e desfazia fortunas” (pag.852).

(...)

"O tipo de relações que os industriais mantinham com o poder político variava segundo o sector, o local e a dimensão das empresas. António Centeno, Pedro Daupias ou Duarte Pinto Basto não teriam qualquer dificuldade em ter acesso aos governos. No caso de Henry Burnay ou de Isidoro Viana, as relações eram particularmente íntimas, para não dizer promíscuas: o Estado dependia deles para o equilíbrio das suas finanças e eles precisavam do Estado para os seus negócios. No pólo oposto, os industriais do têxtil, particularmente os do Porto, olhavam para o Estado como um Deus longínquo, que lhes mandava a chuva e o bom tempo, sem que ninguém percebesse os motivos. Desde sempre considerável, o grau de dependência em relação ao Estado aumentou com os anos" (pag 855).

(...)

"A ideia de que, mal enriqueciam, os industriais se preocupavam em copiar o estilo de vida dos aristocratas, afastando-se das austeras virtudes das classes médias, tem vindo a ser posta em dúvida em livros recentes publicados no estrangeiro. Sobre o que se terá passado em Portugal, pouco se sabe, sendo, no entanto, plausível pensar-se que, num país em que os industriais eram fracos, as tentações fossem maiores. Todavia, será preciso ter cautela: é verdade que alguns industriais compraram quintas, um facto geralmente tido como prova da sua vontade de consagração social, mas isso pouco prova, quando o investimento agrícola era não só mais seguro, como mais rendável. Obscurecidos pelos gestos excêntricos dos grandes senhores da terra e pelas lutas comoventes do proletariado, os industriais só recentemente despertaram o interesse dos académicos" (pag 856).

Pedro Lains e a "Nova História Económica" (2008)

Pedro Lains tem efectuado um conjunto de estudos sobre a História Económica e Agrícola de Portugal, integrada no contexto da Historiografia europeia. Como resultado dessas análises as conclusões mais tradicionais sobre os "atrasos" e "bloqueios" dos seus vários sectores têm vindo a ser problematizadas de forma diferente. Em 1986 escrevia o seguinte:

“Um dos assuntos mais focados na literatura sobre a economia portuguesa do século XIX é o da influência que teve no ritmo de crescimento económico de Portugal, entre 1850 e 1913, a sua especialização na produção de produtos primários para exportação. Segundo a tese geralmente aceite da «dependência externa» da economia portuguesa, o tipo de especialização das exportações portuguesas teria resultado de uma imposição da Grã-Bretanha, que, na intenção de abrir novos mercados para as suas manufacturas a partir da década de 1840, permitiu a importação de matérias-primas e de produtos alimentares portugueses a troco da adopção em Portugal de uma política livre-cambista. Daqui terá resultado um crescimento excessivo do nosso sector agrícola, em consequência da maior procura para as suas exportações, e a estagnação da indústria nacional, sujeita à concorrência externa.

O objectivo principal deste artigo é o de contribuir para a revisão desta tese. Para os «dependentistas», é na década de 1880 que Portugal começa verdadeiramente a sentir o preço da sua dependência, porque, apesar do crescimento do sector agrícola, «a lentidão quer da propagação técnica, quer da alteração das condições sociais da produção agrícola, redonda na perda dos mercados externos, que países de outros continentes vêm a conquistar: as condições de produção permitem-lhes vender produções idênticas a um preço inferior ao oferecido por Portugal» A perda dos mercados externos não pôde, segundo os mesmos autores, ser compensada pelo mercado interno, porque este se encontrava estagnado em consequência da «desindustrialização» da economia portuguesa, fruto amargo da dependência externa.”⁹²

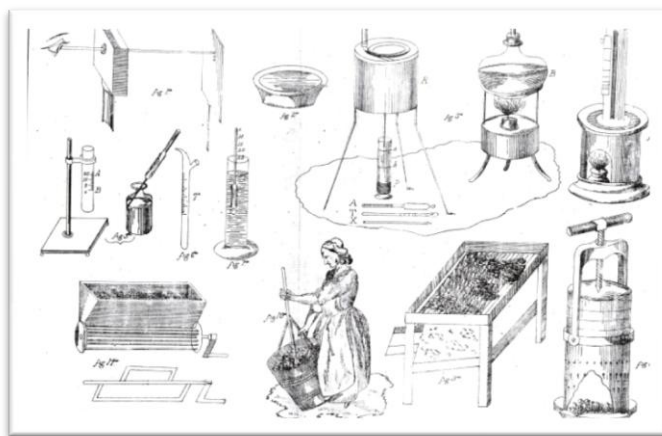


Ilustração 84 – Tecnologia agrícola de Ferreira Lapa

Quase trinta anos depois, e ainda com base nos trabalhos desenvolvido o vector de análise já permite avançar o seguinte:

“Nos últimos dois séculos, a economia portuguesa registou importantes transformações estruturais que se traduziram no crescimento da produtividade da mão-de-obra e, consequentemente, no crescimento do rendimento nacional por habitante. Contudo, os progressos registados na economia portuguesa não foram suficientes para que o país vencesse o fosso que o tem separado dos níveis médios de produtividade e de rendimento dos países mais desenvolvidos da Europa. Crescimento e atraso.”

⁹² LAINS, Pedro (1986), Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada, in *Análise Social*, 91, 2, pag 381.

*"Os dois lados do desenvolvimento económico português não mereceram até tempos mais recentes, por parte dos historiadores, o mesmo grau de atenção. De facto, a maioria dos estudos sobre a economia portuguesa é ainda centrada em tentativas de explicação do atraso económico do país, sendo claramente relegada para um plano secundário a preocupação em explicar a profunda alteração que a economia sofreu"*⁹³

Depois de analisar o contributo de vários autores, desde os trabalhos da Academia das Ciências setecentista, até aos trabalhos mais recentes, conclui com uma proposta de avaliar desempenho da economia através da relação entre o potencial e a realização.

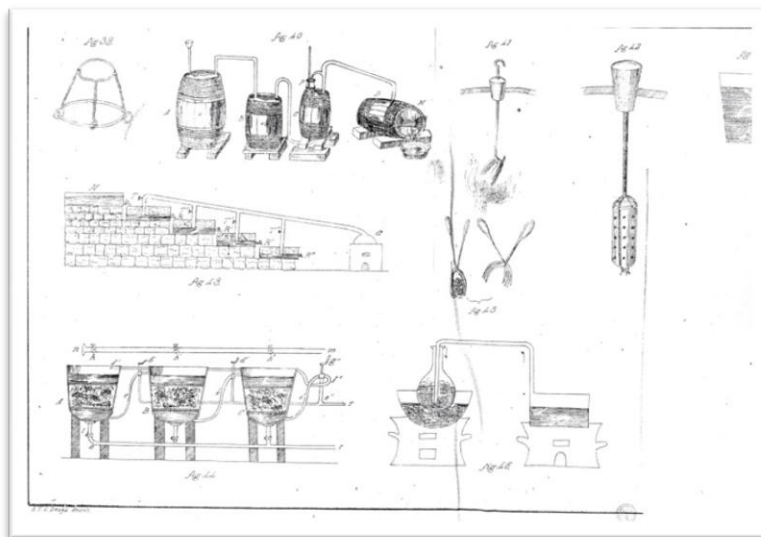


Ilustração 85 – Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa

"Assim, o caso de Portugal ajuda a questionar a relevância das teses que associam o crescimento económico à presença de factores como Estados financeiramente equilibrados e governos que seguem políticas económicas correctas, populações com elevados níveis de instrução ou empresários dinâmicos – e, por oposição, das teses que associam o atraso à ausência desses mesmos factores. A lição que se deve reter é a de que a importância desses factores depende de condições de carácter mais geral, cuja inteira compreensão ainda não foi suficientemente alcançada. Essas condições mais gerais estão porventura relacionadas com o nível de potencial de transformação económica que os países mostram em cada momento da industrialização e do desenvolvimento económico dos últimos dois séculos"

"Tendo em conta o potencial de transformação económica, mais facilmente se compreende por que é que Portugal conheceu um crescimento relativamente lento no século XIX, alcançou níveis mais rápidos de industrialização no período proteccionista de entre as duas guerras mundiais, ultrapassou o ritmo de dinamismo europeu no segundo pós-guerra e obteve resultados globalmente menos positivos no período de desaceleração que se seguiu de 1973 aos nossos dias. O desafio que nos surge pela frente traduz-se na necessidade de integrar formalmente o

⁹³ LAINS, Pedro(2008); O futuro da história económica de Portugal, in Itinerários. A Investigação nos 25 Anos do ICS, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pag 1

conceito de potencial de crescimento económico nas interpretações sobre a evolução das economias. Uma forma de o fazer, e que tem mostrado resultados positivos, consiste em considerar os ganhos de transformações estruturais associados à absorção de trabalho, capital e capacidade tecnológica por parte de sectores com níveis de produtividade mais elevados. A capacidade de crescimento dos sectores mais produtivos depende, naturalmente, da existência de condições favoráveis – de oferta e, é importante notá-lo, de procura – nos respectivos mercados de factores e de produtos. Sob esta perspectiva, torna-se essencial estudar o modo como essas condições favoráveis ganham existência”.⁹⁴

Sobre o desenvolvimento da agricultura afirma: “Novos índices para o crescimento do produto agrícola e a utilização de dados sobre a evolução da mão-de-obra agrícola e da ocupação da terra proporcionam a base para uma revisão da avaliação do comportamento da agricultura portuguesa, num quadro comparativo, ao longo do período entre sensivelmente 1850 e 1950. De facto, esses dados mostram que o sector conheceu um crescimento relativamente rápido quer no que diz respeito ao produto agrário, quer no que diz respeito à evolução da

Ilustração 86 Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa

produtividade dos factores. Esse rápido crescimento aconteceu sobretudo em dois períodos. O primeiro foi durante as três últimas décadas do século XIX, altura em que o produto agrário cresceu à taxa de 1,4% ao ano, em termos reais, e o segundo durante os anos entre 1930 e 1950, quando o produto agrícola cresceu ao ritmo de 2,4% ao ano, também em termos reais. Neste segundo período, a produtividade do trabalho empregue no sector aumentou à taxa de 1,5% ao ano, um ritmo de crescimento bastante elevado quando comparado com o verificado noutros países europeus em períodos semelhantes. É também importante notar que, entre 1930 e 1950, o produto agrário português aumentou a uma taxa semelhante à do sector industrial e ligeiramente acima do crescimento do PIB total devido a um crescimento mais lento no sector dos serviços. Isto traduziu-se também no facto de o peso da agricultura no PIB se ter mantido relativamente constante nas duas últimas décadas do período analisado”⁹⁵

⁹⁴ Ibidem, pag 12

⁹⁵ •LAINS, Pedro (2004); Vinho novo em garrafas velhas: crescimento agrário em Portugal (1950-1950), in *Análise Social*, XXXIX, (170), pp. 63

A partir dos dados recolhidos, Lains vai concluir que o sector agrícola, provavelmente se terá expandido muito próximo do seu potencial em função da sua estrutura organizacional: *"mostrámos que os níveis de produção e de produtividade do sector agrário português se expandiram a um ritmo considerável durante a maior parte do período entre 1850 e 1950. Contudo, os aumentos nos níveis de produto e de produtividade foram alcançados na ausência de mudanças institucionais importantes. Não se verificaram, em particular, transformações de relevo na estrutura da posse da terra, ocorrendo apenas lentos desenvolvimentos na introdução de novas técnicas e novas formas de organização da produção. Assim, vinho novo foi introduzido em garrafas velhas. É certo que ocorreram algumas melhorias importantes no que diz respeito à utilização de determinados inputs, como os fertilizantes, bem como relativamente à construção de infra-estruturas, das quais o sector agrícola certamente beneficiou. A partir de finais do século XIX, o desenvolvimento da rede ferroviária e a construção e melhoria das estradas, bem como de outros meios de comunicação, trouxeram seguramente*



Ilustração 88 - Vindimas: Desenho de Bernardo Marques

benefícios à agricultura. Os produtores beneficiaram seguramente ainda da construção de mercados municipais e de matadouros, bem como da criação das primeiras cooperativas, particularmente depois da viragem do século. O acesso à informação sobre os mercados poderá também ter melhorado a partir de 1850 e a instrução e a assistência técnica aos agricultores sofreram também alguma melhoria. Contudo, estes desenvolvimentos não foram suficientes para alterarem o quadro de extremo atraso do sector agrícola português. O facto de o crescimento do produto e da produtividade agrários em Portugal ter ganho alento nos períodos de expansão da procura interna, na presença de preços agrícolas estáveis ou em queda, conduziu-nos à conclusão de que a oferta de produtos da agricultura portuguesa era elástica. O sector respondeu a estímulos de mercado, que se fizeram sentir de modo acentuado nos anos posteriores a 1930 devido ao facto de a economia portuguesa ter entrado, em termos globais, num período de maior crescimento. Os aumentos nas taxas de crescimento dos sectores agrícola e industrial estão intimamente relacionados, mas o facto de os preços agrícolas não terem aumentado nos períodos de expansão da agricultura levou à conclusão de que os limites da expansão do produto estavam ligados ao lento crescimento da procura interna dos produtos agrícolas. O papel da procura externa permaneceu

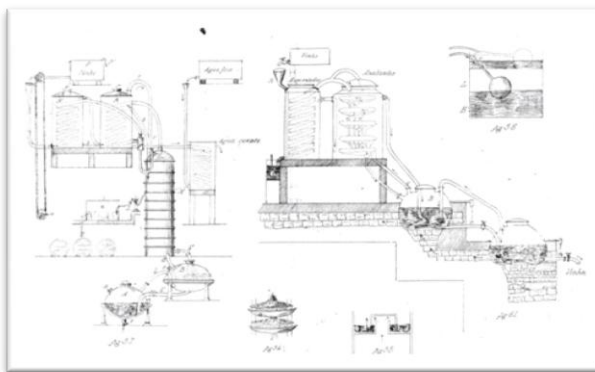


Ilustração 87 - Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa

relativamente pouco importante ao longo do século aqui analisado, já que Portugal não foi, em termos gerais, um exportador agrícola competitivo até 1913 e uma vez que os mercados externos foram virtualmente encerrados no período entre as duas guerras nas décadas seguintes. O facto de se ter verificado um elevado crescimento do produto agrário implica que as realizações do sector se encontravam, provavelmente, próximas do seu potencial de crescimento”⁹⁶

Ainda sobre a questão do desenvolvimento da agricultura, aborda a questão da política

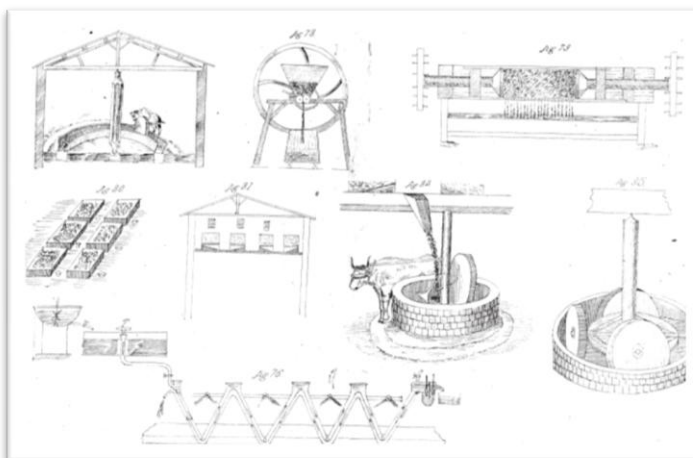


Ilustração 89 Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa

aduaneira, para concluir que ela não é um factor de entrave do desenvolvimento económico: “A política aduaneira portuguesa do período compreendido entre 1842 e 1913 é geralmente dividida na nossa historiografia em três fases distintas, marcadas pelas pautas de 1852 e 1892. A primeira destas pautas, publicada com a assinatura de Fontes Pereira de Melo, teria alterado a política comercial portuguesa instaurada em 1837 no Governo de Passos Manuel; a segunda, promulgada no rescaldo da crise financeira de 91, é apontada como responsável pelo regresso ao sistema proteccionista. Como se procurará demonstrar com o presente artigo, esta interpretação das sucessivas modificações da política pautal portuguesa, no período que nos propomos aqui estudar, não é exacta. As origens deste equívoco estão associadas ao facto de a análise do regime aduaneiro português se ter baseado essencialmente na interpretação daquilo que os discursos políticos, do governo ou da oposição, faziam chegar à opinião pública”.⁹⁷(pag. 481)

“As alterações introduzidas pelas pautas de 1852 e 1892, certamente as que maior debate público provocaram e, por isso, as mais famosas, não tiveram o alcance que lhes tem sido imputado, porque se inseriram em contextos de evolução dos preços internacionais que contrariaram os seus efeitos, circunstância a que os seus mentores foram certamente sensíveis. Entre 1837 e 1852, os preços internacionais caíram consideravelmente”. (pag 482)

⁹⁶ Opcit 87

⁹⁷ LAINS, Pedro (1997), O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização «concorrencial», in *Análise Social*, nº 87, 3º, pp. 487-503

The image contains four separate historical illustrations, each labeled with a figure number and a title in Spanish. The illustrations are arranged in a 2x2 grid.

- Fig. 168**: A large rectangular water reservoir or pool. Several people are shown wading in the water, likely for cleaning or maintenance. The pool is bordered by a low wall on one side.
- Fig. 172**: A covered outdoor area, possibly a public square or a market. A large, ornate fountain or water source is visible on the left. People are gathered around, and there are various objects like barrels and a cart in the scene.
- Fig. 170**: A scene showing a group of people, including men and women, standing near a large, rectangular structure that appears to be a water storage tank or a large container. They are engaged in some activity, possibly filling or distributing water.
- Fig. 171**: A detailed view of a water supply system. It shows a large, ornate fountain or water source on the left, with a long, narrow channel or pipe leading from it. The channel is supported by a series of small, rectangular structures. The water is being distributed into several smaller containers or fountains on the right.

Ilustração 90- Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa

industrialização em Portugal teria sido dificultada pela inexistência de protecção em relação à concorrência externa. Quanto a nós, esta conclusão tem de ser reformulada, uma vez que o caso não foi certamente de falta de protecção, mas sim de protecção mal canalizada para algumas indústrias que tinham grandes dificuldades em se impor internacionalmente, o que não é a mesma coisa. Assim, a industrialização da economia portuguesa fez-se à revelia das suas vantagens comparativas, tendo como resultados inevitáveis a necessidade de agravamentos sucessivos do nível de protecção e o esgotamento das capacidades de crescimento industrial, em virtude da pequenez do mercado interno, único passível de protecção”.

“Restará agora explicar porque é que não foram criadas internamente condições propícias a uma industrialização complementar da dos países grandes, e não concorrencial (para usar, noutro sentido, a terminologia de Paul Bairoch). A influência de factores de ordem social e política não pode deixar de ser considerada, sendo talvez a acção dos grupos de pressão, conjugada com as necessidades financeiras do Estado, um dos elementos mais determinantes.” (idem)

O Vinho como produto de consumo

Entre as várias actividades agrícolas, a vinha foi em Rio Frio a cultura que notabilizou a herdade. Sem dúvida que a extraordinária dimensão dos trabalhos de José Maria dos Santos produziram, no seu tempo uma admiração. Esse deslumbramento mítico da "maior vinha do mundo chegou até ao nosso tempo. Neste ponto procuramos integrar a opção económica no seu tempo, isto é da sua contextualização no momento da formação do mercado do vinho. Essa contextualização permite realçar não só a integração da opção de José Maria dos Santos no âmbito da dinâmica agrícola do tempo, como igualmente, permite compreender o fascínio que ainda hoje ele exerce. O vinho é hoje um dos produtos que permitem diferenciar a agricultura em Portugal.

Em *A vinha e o Vinho no século XX* Orlando Simões⁹⁸ apresenta uma interessante leitura sobre a formação e a composição do mercado deste produto agrícola. Segundo o autor, somente no século XIX o vinho se constitui como uma mercadoria.



Ilustração 91 Carta Vinícola de Portugal em 1874

Em Portugal o vinho constitui a par com os cereais um dos temas centrais da agricultura. Foi no século XVIII o primeiro produto de exportação. Actualmente é responsável por 27 % do valor de produção vegetal e 16 % do valor de toda a produção agrícola final (2000). É um caso da rara auto-suficiência alimentar. Representa 50 % das exportações agrícolas nacionais e 15 % das exportações agro-florestais (valores médios 1977-1999).

O vinho e a vinha representam também uma importante dimensão social, pela fixação de população ao território, por permitir uma cultura em solos de fraca aptidão agrícola. Essa paisagem é hoje um importante recurso turístico. Por exemplo a paisagem do Douro ou da Costa Norte da Madeira. Mas o vinho é também um elemento simbólico: O vinho é também um elemento de diferenciação social. Os padrões de consumo diferenciam-se consoante as relações sociais estabelecidas. O simbolismo, derivado da propriedade de alteração psíquica e sua inclusão nos rituais da religião cristã (e sua exclusão em outras religiões)

O sector vitivinícola, durante o século XX foi determinado por uma sucessão de ciclos, que se encontram separados por crises, cuja resolução implicou uma reorganização do sector ao nível económico, social e político. Como corolários, verificou-se em cada ciclo uma compatibilidade lógica entre os dispositivos institucionais e o respectivo regime de funcionamento, e dentro

⁹⁸ SIMÕES, Orlando Marcelino (1998), *A vinha e o vinho no século XX*, Oeiras, Celta

deste, uma compatibilidade lógica entre o modelo de produção, de circulação e consumo.

Na organização do sector vinícola (o seu regime de funcionamento) distinguem-se actualmente dois tipos de vinhos: Vinhos de Qualidade (inicialmente centrados no Vinho do Porto e Madeira) que vão evoluir até aos Vinhos de Qualidade Produzidos em Região Demarcada (VQPRD's), e os vinhos correntes (vinhos de mesa). Correspondem a dois modelos de produção distintos. (Forma e técnica de produção, modelo de consumo, sistema de valorização do produto e formas de gestão (quantitativa e qualitativa). Pelo processo de vinificação distinguem-se da produção de outro tipo de álcoois, nomeadamente aguardentes, licores e demais bebidas espirituosas.



Ilustração 92 Pormenor da Carta Vinícola de 1874

No âmbito dos "Dispositivos institucionais". O autor considera o conjunto de instituições produtoras de normas, de processos e de intervenções que enquadram e orientam os regimes económicos, exemplo: condições de acesso à produção, regras de formação dos preços, regulamentos nacionais, etc. Da produção de normativas deste dispositivo institucional resultam várias influências sobre o mercado e sobre o processo de produção e de consumo.

Os ciclos da economia vinhateira

Da relação entre estes dois dispositivos Simões defende que, ele produziu uma institucionalização do mercado vitivinícola em Portugal. Esta institucionalização ocorre após a crise dos anos 30. O autor propõe três ciclos que caracterizam a economia vinhateira. O primeiro, onde se forma o conceito do produto, o segundo onde se consolida o mercado, e um terceiro período onde o produto inicia o seu ciclo de diferenciação.

A formação do sector vinícola implica a **codificação do produto** com agregação das actividades correntes e interligadas entre si, e que dependem da verificação de condições de sectorialização ou condições da autonomia no mercado. Estas condições são as "*Normas de produção*", as "*Condições de circulação*" e as "*funções desempenhadas no consumo*". As normas de produção dum produto podem ser executadas por intervenção do Estado, ou por uma auto-regulação das organizações produtoras e suas representantes.⁹⁹ A interacção do conceito do produto com as normativas, legisladas pelo Estado, ou contratualizada inter-pares, produzem as condições de sectorialização e a formação do conjunto de instrumentos e dispositivos institucionais que permitem a regulação do sector.

⁹⁹ No caso do Vinho do Porto a "Casa do Douro". Para as restantes áreas a RACAP propôs, sem êxito, a criação duma "Casa do Vinho". Esse papel será desempenhado mais tarde pelo Instituto do Vinho.

A formação do mercado do vinho, juntamente com o problema dos cereais tem sido um dos assuntos mais trabalhados pela investigação histórica, em particular da História Económica. No caso do vinho, a sua importância é acrescida pelo facto de constituir, em termos de produção agrícola o principal produto de exportação (juntamente com a cortiça).

A formação do Produto Vinho (1850 a 1930)

Este período que decorre entre a Regeneração e a consolidação do Estado Novo, corresponde a um período de cerca de 70 anos. Este longo tempo é o tempo de José Maria dos Santos e da afirmação das principais propostas da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa. Este é o tempo em que se formam as condições base para a formação do sector do vinho.

Do final do século XVIII, o vinho representava o principal produto de exportação, com cerca de 65 % do total das exportações, passa para cerca de 30 % no início do século XX. O vinho de exportação era essencialmente constituído por vinho do Porto. A partir de meados do século XIX, o vinho corrente aumenta, para na década de oitenta ultrapassar, em peso de exportação. No final do século XIX a produção estava organizada em dois grandes sectores. O vinho do Porto e o vinho comum (de pasto). A segunda metade do século XIX é a época de expansão do vinho



Ilustração 93 --Moscatel de Setúbal

comum. Exportação a aumentar, para o Brasil e França. O vinho torna-se, no final do século XIX, juntamente com o pão, numa das bases de alimentação da população, sobretudo nas áreas urbanas de Lisboa e do Porto, que atravessavam um período de forte crescimento demográfico.

Com a liberalização do mercado da vinha, e a extinção da distinção entre vinhos do Douro (1756-1865)¹⁰⁰ ficaram as distinções impostas pela tradição e pela regulação dos agentes. A quebra de produção do Douro, pelo resultado do oidium¹⁰¹ que surge nos inícios de 1850 e o da filoxera nos anos 870, deu origem a uma transformação nos vinhedos portugueses. Surgem novos processos de plantação (plantação em linha pelo sistema italiano) e com maior espaçamento entre os bacelos, aperfeiçoamento das técnicas agrícolas (sistema de cavas, podas e enxertia e adubações). As adubações eram naturais e preventivas do oidium. Melhoria do processo de

¹⁰⁰ Vinhos generosos (distinção em 1911: Douro (Porto), Madeira, Carcavelos e Moscatel de Setúbal) Vinhos de Pasto 1907. Dão, Bucelas, Colares, Vinhos Verdes

¹⁰¹ David Justino chama ao período entre 1850-1870 o ciclo do oidium

vinificação, com retirada do sabor a enxofre, e melhoria dos estudos sobre a fitologia das cepas e patologia das doenças. Procura das castas mais resistentes ao oidium e as mais adequadas às condições geomorfológicas e climatéricas.

A partir de 1870, quando a filoxera surge a Norte, o mapa das regiões vínicas já mostra profundas alterações, com o surgimento dos vinhos da Estremadura, Alentejo e Algarve. Os vinhos do Sul vêm colmatar as produções dos vinhos do norte. Os preços oscilam ciclicamente. O aumento da produção também não é motivado por um amento da procura, mas por uma maior rentabilidade do vinho em relação aos cereais. O vinho não sofria concorrência dos produtos estrangeiros (não havia necessidade de protecção, ao contrários dos cereais). A produção podia concretizar-se em qualquer terreno, mesmo nos mais pobres. A mão-de-obra era mais regular ao longo do ano. "Assim, será este conjunto de condições favoráveis que levou muitos lavradores a reconverterem a viticultura terras de sementeira, maninhos, charnecas e terrenos "magros" próximos das povoações, a optarem por novas plantações, ou nas replantações por vinhas americanas, mais produtivas do que as europeias, e a melhorarem e a intensificarem os processos de cultura e as técnicas de produção"¹⁰². Este período segundo Simões prolonga-se até final dos anos 30 do século XX.

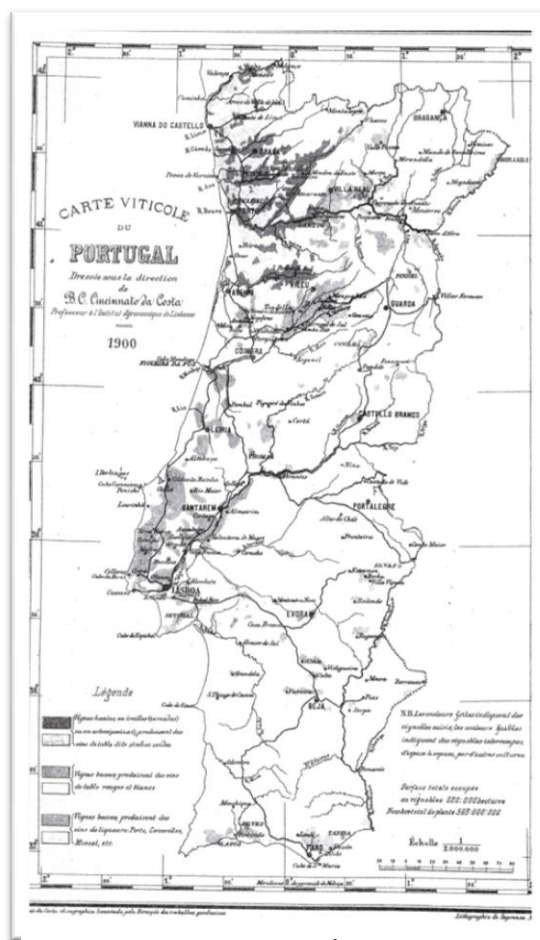


Ilustração 94 - Carta Vinícola de 1900 de Cincinnato Costa

Em termos de quantidade de produção, no final dos anos 80 do século XIX a produção já se aproximava dos 30 a 50 litros/hectare¹⁰³, próximo da produção francesa. O mercado interno deveria consumir cerca de 50 % da produção (Para 1870, Morais Soares calcula em cerca de 70 litros por

¹⁰² Martins, Conceição Andrade (2005) A Agricultura, in "História Económica de Portugal (1700-2000)", Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pag 236.

¹⁰³ Veja-se (JUSTINO,1988, 44-46) e (SIMÕES, 2006, 8-12)

habitante¹⁰⁴. Para a década seguinte, David Justino considera um consumo de 80 l/hab). Nos anos 1930, o consumo será cerca de 100 l/hab.

A exportação de vinhos correntes, apesar do seu peso na produção, crescia pouco. O problema do mercado era o principal problema. A maioria das exportações era de vinhos de qualidade. Os principais mercados eram o Brasil, (entre 1880 e 1886 absorvia cerca de 40 % do total das exportações) e França (no período em que as suas vinhas foram atacadas pela filoxera) e a partir de 1892 surge um novo mercado, as colónias africanas. A pauta colonial era bastante mais permissiva em termos de grau de álcool, do que as pautas aduaneiras dos vários países importadores na Europa e Américas. Enquanto que aqui se exigiam vinhos mais leves, o “vinho para o preto” podia ser mais forte. Aliás, durante todos esses anos são muitas as polémicas sobre a questão do grau alcoólico dos vinhos para África.



Ilustração 95 - O Portugal Vinícola de Cincinnato Costa em 1900

A formação dos preços.

A questão da formação do preço do produto é um elemento fundamental na análise dum mercado. Não existe uma relação directa entre a produção e a formação do preço. Nos vinhos a questão dos ciclos de produção não podia estar relacionada com os ciclos dos preços. É por isso fundamental assegurar o controlo da armazenagem, de forma a fazer entrar no mercado a produção sem afectar a formação dos preços. Nos produtos agrícolas, dependentes dos ciclos da natureza, verifica-se a pressão para, após a colheita/produção os preços caírem. No vinho controlar a comercialização foi um factor determinante na formação do mercado. O sector mais dependente das exportações é o mais reivindicativo em relação à pressão para a regulação do sector, com a separação entre os vinhos de qualidade e vinhos de pasto.

A comercialização dos vinhos do Norte estava dependente dos comerciantes ingleses. Já existia a prática de envelhecimento, o que obrigava à criação de stocks. Esta produção habilitava-o como vinho para exportação. A regulação vinha pelas práticas de qualificação do vinho.

Nos vinhos correntes, com menor qualidade, sem envelhecimento, e com menor capacidade de conservação, levava à comercialização de praticamente toda a produção no ano. Essa circunstância não permitia a regularização inter-anal da produção. É neste domínio que se destaca José Maria dos santos, não só como grande produtor de vinhos em Rio Frio, mas também como detentor duma rede de distribuição na cidade de Lisboa.

¹⁰⁴ MORAIS SOARES, Rodrigo (1878) Mémoire sur les Vins Au Portugal, Lisbonne, Imprimerie Nationale

A cultura da vinha no século XIX foi uma actividade sem limitações, de natureza social e ambiental, lucrativa, fortemente inserida no mercado. Esta inserção no mercado tornava-a muito vulnerável às conjunturas económicas. O desajustamento entre a oferta e a procura era uma constante, sucedendo-se crises sucessivas ora pela abundância, ora por maus anos vinícolas. A regulação do mercado fazia-se pela ou pela criação de capacidade de armazenagem ou pela regulação do acesso à produção quer por parte de entidades associativas, quer por parte da capacidade tecnológica de transformar. São estas as duas principais reivindicações dos produtores para a criação de normativas por parte do Estado.



Ilustração 96- A Política do Vinho de 1933

Os desequilíbrios da Produção.

Face a esta instabilidade no mercado, durante este longo período o sector apresenta profundos desequilíbrios entre a produção e o mercado. Grosso modo podem-se caracterizar três momentos, que conduziram às normativas institucionais. O primeiro momento, entre 1850 a 1880, um momento em que é vulgar a subprodução relativamente à capacidade de escoamento, essencialmente devido ao factor o oidium. O oidium destruía rapidamente toda a colheita de vastas zonas, deixando muitos proprietários sem rendimentos. Com o combate à filoxera, alguns anos depois do oidium, infestando que teve uma expansão mais lenta verifica-se curiosamente uma maior consolidação das plantações de vinhedos. Os vinhedos do norte são compensados pela expansão dos vinhedos a Sul. Durante este período as comissões da Filoxera introduzem também melhorias de



Ilustração 97 –Capa de Livro de Luiz da Castro

Um segundo momento, entre 1890 e 1910, caracteriza-se pelo contrário por uma superprodução com dificuldades de escoamento pelos canais habituais. A expansão dos vinhedos e a aplicação das técnicas de cultura com adubagem conduzem a uma saturação do mercado. Em alguns casos, os comerciantes constroem redes de comercialização para aumentar o consumo. Um caso interessante é o de Abel Pereira da Fonseca, amigo de José Maria dos Santos, que em Lisboa, a partir do Cais do Vinho em Marvila, expande a sua rede de "Casas de Pasto" onde naturalmente o vinho é o produto principal. Aqui se celebra o "copo de três". Três dedos de vinho

por três reais, o mata-bicho da crescente população operária que aflui a Lisboa. Terá sido este o período de ouro das vinhas de Rio Frio. Um equilíbrio entre a produção e o consumo magistralmente aproveitados pelo lavrador e seu “associado”

O terceiro momento que conduz à institucionalização do sector vinícola, é o período que medeia entre 1910 e 1930 onde se regista um equilíbrio com tendência para uma sobre-produção. No final dos anos 20 acentuam-se os sintomas de abundância de vinho no mercado, ou se quisermos, de dificuldade de escoamento. A crise que havia estalado em 1910, no início da República, de abundância de vinho e queda dos preços havia sido ultrapassada com aumento das exportações. Em particular para o Brasil e para as Colónias Africanas. Nos anos 20 continuavam a crescer os vinhedos, mas os mercados, interno e externo, estagnara.

Terá sido durante este período que em Rio Frio se terá operado a conversão das vinhas em montado. A visão estratégica de José Maria dos Santos e Santos Jorge, em particular a sua percepção do mercado, determinaram o abandono duma produção com os preços em queda e com crescente dificuldade de mão-de-obra.

Expressão social da viticultura.

Mas antes de verificarmos como é que o sector se reorganiza, olhemos ainda o significado social do vinho. Já verificamos, que por volta da década de 90 o vinho torna-se, nos centros urbanos, em particular nos centros operários de Lisboa, uma bebida de consumo corrente. Será também por esta altura que entrará nos hábitos de consumo gastronómico, como parte integrante da refeição. O vinho corrente ganha um espaço próprio no quotidiano. Se era frequente beber um Porto no início ou final de refeição, o consumo durante a refeição passa a ser o novo cenário dos vinhos. Um amplo mercado da taberna à mesa da burguesia, e vários períodos de consumo ao longo do dia. Amplia-se o mercado em extensão e em qualidade.

Em 1864 a viticultura representava cerca de $\frac{1}{4}$ do produto agrícola e ocupava cerca de 20 % da mão-de-obra. Com excepção do Douro vinhateiro, os vinhedos eram



essencialmente constituídas por pequenas unidades de produção, onde, para além da vinha, se cultivava outros produtos. Muitas destas vinhas foram plantadas em terrenos mal adaptados, ao longo das linhas de caminho-de-ferro, com cepas também de fraca qualidade, essencialmente como resposta à crise francesa. Com as transformações na agricultura, a mecanização, o aumento de produtividade e a crescente importância do mercado na agricultura, alteram-se as condições de produção. Em função dos rendimentos, as vinhas ocupam os

Ilustração 98 - Desenho de Bernardo Marques

melhores solos ou são transferidas para outras áreas e procurou-se alterar as dependências e fragilidades existentes.

No início de 1900, com o contínuo êxodo das áreas agrícolas para as cidades, e com o aumento dos vinhedos em extensão, sabemos que havia, por altura das vindimas problemas de mão-de-obra, solução que como sabemos ia sendo resolvida por mão-de-obra sazonal. Sabemos também que nos inícios de 1900 o valor relativo do produto terá baixado cerca 60%. Por outro lado sempre que a conjuntura económica variava, os rendimentos dos agricultores variavam, com especial incidência nos produtores que se dedicavam com maior incidência ao vinho.

A comercialização do vinho todavia não era tão afectada pelas crises, pois o controlo dos armazéns permitia uma maior capacidade de gerir a entrada do produto no mercado. Para além disso, as crises de produção não incidiam da mesma forma em todo o território nacional, o que permitia, através das redes de



comunicação, gerir as compras. Ilustração 99 - Desenho de Bernardo Marques
Deste modo, a componente de comercialização dispunha de uma capacidade de regulação dos preços no mercado, que os produtores vinícolas não dispunham.

A regulação dos interesses dos viticultores era feita pelas associações. A RACAP teve, até à década de 90 um papel mais reivindicativo no âmbito do protecçãoismo aos cereais. A questão vinícola não apresenta um factor de especial relevância. Só a partir de 1900, com a publicação da Lei do Fomento Vinícola, que atribui às associações regionais (adegas regionais, cooperativas, adegas socais livres) um papel mais importante, é que começamos a verificar um interesse crescente pelo "sector do vinho" por parte da RACAP, em especial os trabalhos de Dom Luíz da Cunha e do Visconde de Coruche. Até aí Batalha Reis terá sido o homem da RACAP que mais empenhadamente trabalhou pelo sector no âmbito associativo.

A partir desta altura estavam criadas as condições para a "**Codificação do Vinho**"¹⁰⁵. Ou seja o que é que é vinho e o que não é. A sua identidade. Hoje, para nós vinho é um produto obtido, exclusivamente por um processo de fermentação alcoólica, total ou parcialmente, de uvas frescas esmagadas ou de mostos de uvas. É nesta época que este conceito se forma. Ao definir este processo, implica definir as "tecnologia de vinificação". O conjunto de procedimentos que devem ser exercidos sobre a matéria-prima, para obtenção do produto final, que tipo de instrumentos devem ser utilizados, os procedimentos e operações que podem de devem ser executados de

¹⁰⁵ (SIMÕES, 2006, 29)

forma a garantir a qualidade final. É esta codificação que vai definir a distinção entre Vinhos de qualidade (os generosos) e os vinhos de pasto (ou correntes). É essa codificação que permite identificar a fraude.

Há múltiplas formas de produção de vinhos conhecidas ao longo dos tempos. Por exemplo, entre os gregos, sabemos que os vinhos eram consumidos diluídos. A fraude nos vinhos são o conjunto de práticas de produção não conformes com uma norma de qualidade. E isso foi uma constante ao longo do tempo. Os problemas no século XIX eram, para os vinhos do Douro, a incorporação de lotes de vinhos do sul, a incorporação de álcool industrial nos processos de fabrico, a diluição do vinho com água e a adição de matérias corantes. Nos vinhos comuns, a falsificação tinha implicações sobre a protecção do vinho, enquanto produto genuíno, sobre os “vinhos artificiais”, produzidos a partir de diluição de outros álcoois.

O problema da fraude nos vinhos (com teor alcoólico superior a 12 %) afectava três dimensões da actividade. A vertente económica, porque a fabricação de vinho a partir de outra matéria-prima afectava os rendimentos dos vinicultores, em termos de saúde pública, porque a incorporação de certos produtos na alimentação humana podem tornar-se tóxicos, e finalmente, por uma questão de fiscalidade, uma vez que o Estado não prescinde de taxar a comercialização de bebidas produzidas a partir da fermentação das uvas. A sua falsificação podia implicar a ultrapassagem dos processos de aplicação de taxas.

Por volta de 1895 estava definido o conceito técnico do vinho, “produto directo e primário da fermentação de uvas frescas” incluindo os sistemas tradicionais de produção de vinhos licorosos (Decreto de 1 de Setembro de 1894). Esta institucionalização do sector, permite a regulação da produção, quer ao nível da qualificação do produto vinho (com a consequente exclusão dos produtos não conformes a norma) e permite a padronização das técnicas de trabalho, de plantio e de produção. A padronização teve como consequência o fim de outros sistemas de produção, como por exemplo o vinho de passas (por exemplo em França deu origem à Guerra do Vinho) adição de álcool, de vinhos de açúcar e de bagaço. Esta situação permitiu que os viticultores tomassem conta do processo (uma vez que é afastada a produção industrial). Assiste-se portanto à formação e autonomização do grupo dos viticultores.

A criação de adegas sociais e companhias vinícolas é uma estratégia de controlar os stocks e de diminuir a dependência dos ciclos da natureza. Contudo, as medidas de incentivo, no início de novecentos não foram suficientes. A crise económica e financeira que se inicia em 1890 prolonga-se pelos primeiros anos do século.

O problema que era necessário resolver, a partir desta altura era a rentabilização dos investimentos na viticultura, principalmente aqueles que se concentravam nas maiores propriedades, grosso modo aquelas que se tinham desenvolvido no período após a filoxera. O crescimento da produção e a grande concorrência nos mercados internacionais haviam aberto uma

janela de oportunidade para a criação dum novo produto: o vinho de pasto, até aí considerados primitivo, e que passa a ser essencial numa estratégia de escoamento da produção.

Um modelo corporativo de produção de massa (Anos 20 e 60)

Como verificamos no final dos anos 20 haviam-se criado condições para a sectorialização da vinicultura. O Estado Novo vai em 1933, corporizar esta situação, criando a Junta Nacional do Vinho. Esta especificação do sector do vinho, que assim se distancia do modelo corporativo da lavoura (Casa de Lavoura e Casa do Povo) implicou a reforma da Casa do Douro, que continua a representar os interesses da região. Por sua vez os viticultores do sul reclamam há muito medidas de protecção. Com as regiões do Dão, de Bucelas, Colares de Vinhos Verdes satisfeitos com as suas estruturas, inicia-se a criação das regiões da Bairrada e Estremadura.



Ilustração 100 Capa de Livro de Dom Luíz de Castro

A Estremadura havia competido com as regiões produtoras de vinhos licorosos (Douro e Moscatel de Setúbal). Esta competição deu-se por via da exportação e uvas para produção nessas regiões, e pela produção de "jeropigas" e "vinhos abafados", vinhos, que pelo seu grau alcoólico mais elevado, e paladar adocicado tinham um grande sucesso no mercado do ultramar. Durante este período a principal estratégia do sector é a regularização do mercado. Data de 1933 a regulamentação da plantação da vinha (nunca tinha sido regulamentada, com excepção do Tempo de Pombal e do tempo de João Franco (1890-1908). A partir de 1933 com criação dos Grémios da Lavoura, a vinicultura passa a depender da Junta Nacional dos Vinhos, que foi organizada em Cooperativas e Adeegas. As primeiras a serem organizadas são as Adeegas Cooperativas do Cadaval e de Almeirim. As Adeegas Cooperativas em concreto serviam para a armazenagem do vinho dos pequenos e médios produtores. Era a partir destas adeegas que se efectuava a comercialização. Rapidamente no entanto as adeegas cooperativas passaram elas próprias a assegurar a produção e embalagem do vinho, assegurando o cumprimento das normas de fabrico.

A regulação da qualidade do produto

A questão da qualidade do vinho implicava um juízo sobre o valor do produto. Em primeiro lugar temos a "representação da qualidade", o conjunto de sinais distintivos (como seja a marca, a denominação de origem, o tipo de engarrafamento, o arrolhamento ou outras características). Em segundo lugar, temos as "características intrínsecas do produto", ou seja os critérios e especificações tecnológicas que presidem ao seu fabrico, que asseguram a cor, o aroma, o paladar, o grau alcoólico. Um conjunto de características que asseguram a identidade e a diferenciação do produto. Quanto maior for a possibilidade de distinção maior é a sua

identidade, no caso dos vinhos a sua personalidade distintiva. O que o torna único. Finalmente, não menos importante, a "satisfação das necessidades dos utilizadores". As necessidades podem ser explícitas ou potenciais. Ou seja, no caso dum vinho corrente, um prato de caça exigem um tinto com personalidade, enquanto que um bacalhau exigem tinto mais forte para contrabalançar os paladares do azeite e do alho.. O produto, pode ele próprio criar as suas necessidades. Por exemplo um Dom Pérignon deve ser consumido associado a um ambiente, romântico ou de exercício de poder.

No caso do vinho a gestão da qualidade esteve desde sempre muito associada à região de origem (a denominação de origem). O vinho, como produto agrícola que é depende de variáveis não directamente controláveis. O clima condiciona não só a quantidade como também influência a qualidade. Ou seja, mesmo dentro duma mesma região, ou mesmo dentro da mesma unidade produtiva, de ano para ano o produto têm diferente qualidade. O vinho é um produto com elevada volatilidade o que dificulta o criação dum norma para classificação da qualidade. Hoje a tecnologia e o marketing permitem ultrapassar esta situação. Aliás, aproveitam-se dela para criar a distinção necessária à criação da qualidade.

Mas durante muito tempo a norma de qualidade era a denominação de origem. Por exemplo o Vinho do Douro, entre 1756 e 1865, era uma atribuição de diferenciação em função da qualidade (maior qualidade em relação aos demais vinhos). Com a extinção na lei da denominação, manteve contudo a sua vigência no imaginário dos consumidores. Aliás, durante todo o primeiro período da afirmação do sector, os vinhateiros do Douro sempre privilegiaram as reivindicações em torno da das denominações de origem. Por seu lado os viticultores do Sul, organizados na RACAP defendiam essencialmente as condições de escoamento do produto, nomeadamente a regulamentação do seu fabrico. São factores, de de certo modo impedem a unificação das reivindicações do sector em termos duma Associação

Em 1907, o governo de João Franco restabelece os privilégios da Casa do Douro. Esse reconhecimento é aproveitado pelas outras regiões para reivindicar a criação de Regiões Demarcadas. Nesse mesmo ano vem criar condições para a criação de outras zonas demarcadas no país: É nessa altura que são criadas as Regiões do Dão, de Bucelas, e Colares. São regiões demarcadas para os vinhos de pasto

Em suma, institucionalizado o sector económico da vinicultura, com a publicação dos principais instrumentos de regulação, o Estado Novo vai permitir a consolidação da produção de vinhos. A afirmação do produto pela qualidade, no entanto, fica limitada aos vinhos do Porto, a única marca que se consegue impor. A criação do Instituto do Vinho do Porto será a instituição que regula o sector. No âmbito dos vinhos correntes, regulados pela Junta Nacional do Vinho, a afirmação da qualidade é um processo lento. O vinho corrente era vendido essencialmente em garrafa, garrafão ou pipa. Não tinha marca com excepção da sua proveniência. O vinho a granel excedentário era encaminhado para exportação ou destilaria.

A diferenciação qualitativa (1960 – 1986)

A partir da década de sessenta, a agricultura portuguesa entra num regime de transição. A definição duma nova política agrícola pelo Ministro da Economia, Correia de Oliveira¹⁰⁶ vai procurar, sem sucesso, resolver alguns problemas estruturais. A partir do II Plano de Fomento (1959-1964) a agricultura passa a estar subordinada ao desenvolvimento industrial acelerado, com base no livre comércio, no turismo e no investimento estrangeiro.¹⁰⁷ Afirmar-se a necessidade de aumentar a rendibilidade da produção, racionalizar o uso dos solos, aumentar a mecanização dos trabalhos agrícolas. Ajustar a capacidade de uso dos solos às culturas, na relação com o clima, com as técnicas e com os



factores de produção disponíveis. A reforma da estrutura agrária, com excepção de pequenas áreas a norte deixa de ser referida. É também um tempo em que a mão-de-obra escasseia, por emigração para cidade e para Europa. Serviço Militar Obrigatório afasta os jovens dos campos. É uma época em que se estimula regadio, as culturas arvenses e o regime silvopastoril em terras de sequeiro com recurso a mecanização, florestação com regime silvopastoril. Foi ainda efectuada uma Carta de Ordenamento Agrário.

Ilustração 101 - Relatório de Rodrigo Moraes Soares sobre a Agricultura, 1875

Correia de Oliveira tenta estimular a qualidade dos vinhos e condicionar o plantio de cepas. Foram criadas novas regiões demarcadas, para aumentar a qualidade (Douro, Bairrada, Cartaxo, Alentejo e Algarve). Foram tomadas algumas medidas de regulamentação dos processos de manipulação da matéria-prima para garantir a

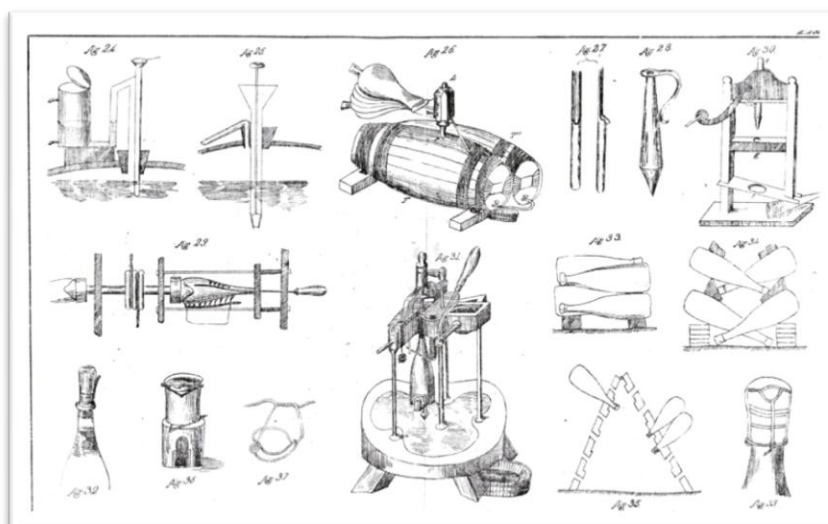


Ilustração 102 - Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa

qualidade do produto, mas com poucos resultados práticos. A estrutura fundiária continuava a constituir um sério obstáculo ao redimensionamento das propriedades e à emergência dos vinhos de qualidade e de marca. A

¹⁰⁶ Correia de Oliveira é Ministro da Economia entre Março de 1965 e Março de 1969. Durante esse período é aprovado um Plano Intercalar de Fomento (65-67).

¹⁰⁷ SIMÕES, 2006, 112

produção vitivinícola continua a ser caracterizada pela pequena propriedade. Grosso modo as principais estratégias dos produtores foram aumentar a produção com recurso a espécies híbridas, o recurso a mecanização para diminuição dos custos da mão-de-obra. A tecnologia incide essencialmente sobre a qualidade do produto do que sobre a sua produtividade.

Qual o seu impacto destas políticas na viticultura? Os resultados foram muito escassos. A vinha adaptava-se a qualquer tipo de solo. A produção podia facilmente ser relocada em função das necessidades agrícolas, como tinha ficado provado nos anos anteriores. O desafio dessa época era essencialmente ajustar a produção às necessidades dos mercados. E para isso era necessário ter uma visão global, que na maioria dos milhares de pequenos e médios produtores não se verificava. Também a inclusão de processos de mecanização na viticultura, nessas condições não era fácil.

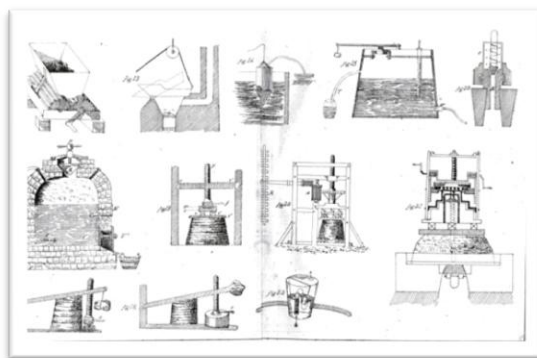


Ilustração 103 – Tecnologia Agrícola de Ferreira Lapa

Em suma a vinha vai continuar a ocupar os solos mais pobres (das classes C e D), implantar-se nas encostas, onde qualquer mecanização é praticamente impossível de implementar. Em 1974 com a extinção dos grémios da Lavoura e com as alterações políticas com incidência nas estruturas fundiárias a Sul, as condições de produção alteram-se substancialmente. Este modelo mantém-se até que a procura de qualidade e da diferenciação se torna dominante no mercado, o que irá acontecer depois da integração comunitária.

A produção de vinho em Setúbal

Rio Frio insere-se entre as terras entre o Tejo e o Sado, no que hoje é a Península de Setúbal. Uma herdade que bordeja a zona do vinho Moscatel. Como já vimos os “vinhos de pasto” eram muitos e fizeram fama. Escoavam-se para a cidade de Lisboa através do transporte fluvial para o Poço do Bispo. Mas se Rio Frio ficou conhecida como a “maior vinha do mundo”, terá também participado na produção de vinho Moscatel ?

Segundo o jornal ***O independentista de Setúbal - 1857*** o “mal do oidium” ataca a vinha em Maio de 1865. Nesse ano Setúbal produziu 405 pipas de vinho e era já considerada um dos principais centros vinhateiros, com 7560 hectolitros de produção. As pipas produzidas em Azeitão foram 367 e em Palmella 280.

O Oidium e uns anos mais tarde a filoxera foram uma das doenças que mais avultados estragos produziu na vinicultura portuguesa. Sobretudo a Norte, onde as produções no Douro foram profundamente afectadas, mas também com locais pontuais a sul, a filoxera combatia-se de dois modos, por um

lado, pela substituição da planta por videiras americanas, mais resistentes à doença, sofrendo posteriormente uma enxertia com a variedade pretendida, e por tratamentos com sulfato de cobre¹⁰⁸. No primeiro caso, o governo procedeu através das estações de tratamento da Filoxera, ao fornecimento de cepas para os vinicultores. No segundo caso, para além das recomendações de tratamento da terra, o governo procedeu à construção duma fábrica de sulfureto de cobre, na Serra do Pilar, no Porto, que com base na



Ilustração 104-
Crónicas
Agrícolas de Dom
Luiz de Castro

combinação de Enxofre (51% e Carvão (fóssil 35 % e vegetal 14 %). Em 1883 produziu 132 toneladas para um consumo de 118 toneladas. A introdução do Moscatel vai ser uma forma de ultrapassar a grave crise.

Os Vinhos da Estremadura e o Moscatel de Setúbal

É a partir de 1870 que começam a surgir as notícias sobre a distinção, nos vinhos da Estremadura, entre os de pasto e os Moscatéis. Foi José Maria da Fonseca, em abastado lavrador da vila de Azeitão aquele que primeiro terá iniciado a comercialização do Moscatel. Estando os terrenos de José Maria da Fonseca exactamente na zona de transição entre as regiões, interessa

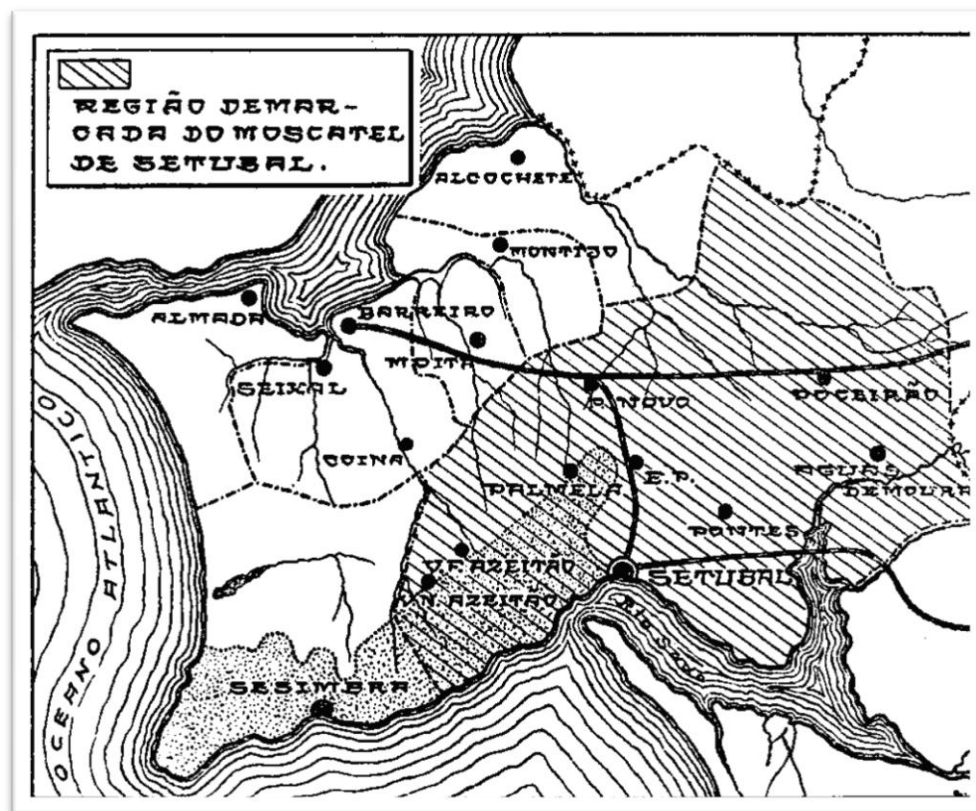


Ilustração 105 Região do Moscatel de Setúbal em 1938
saber o tipo predominante de produção.

¹⁰⁸ BRITO, F. de Almeida (1884), Le Phylloxera et autres Épiphyties de la vigne en Portugal, mémoire présenté au congrès de Turin, Lisbonne, Imprimerie Nationale

Pela análise desta questão socorremo-nos dos textos do V Congresso da Vinha e do Vinho¹⁰⁹ Os vinhedos da Estremadura caracterizam-se por razões climáticas e de solo por 3 zonas, cada uma delas, com as suas castas preferidas: A Zona ribatejana, a marítima torrejana e o restante território. Para além dos vinhos de pasto, de grande qualidade e variedade, produziam-se também grandes quantidades de vinhos licorosos, a partir das cepas com mais açúcares. (moscatel e bastardinho), bem como outros tipos (abafados, onde a fermentação é impedida). Em 1937, na zona ribatejana produziram-se perto de 40 mil hectolitros de vinho branco e 50 mil hl de vinho tinto. Na Listagem dos concelhos produtores integra Moita e Montijo, não apresentando Alcochete e Palmela.

A Região do Moscatel de Setúbal¹¹⁰ só virá a ser institucionalizada em 1907. Em 1935 a sua produção de cerca de mil hectolitros correspondia a 1/3 da do Vinho do Porto (3.733 hl). Estes números dão a ideia da diferenciação deste tipo de vinho e dos respectivos mercados, necessariamente mais restritos, embora de valor acrescentado mais elevado.

Para além do vinho também sabemos que a produção de uvas de mesa era um importante mercado para os produtores de vinhas. Pelas barras de Lisboa e Setúbal saíam todos os anos os vapores carregados de uvas para os mercados europeus. Uvas das castas Piriqueta¹¹¹, Djalgalves e Ferral, que cobriam e sombravam as quintas da região em longas parreiras. Nos anos trinta, todavia, a produção para exportação parece estar praticamente restrita em termos de “uvas moscatel” (op.cit)



Em termos de técnicas de cultura a uva Moscatel é cultivada em Pé Franco, podendo em alguns casos associar-se a culturas arvenses ou Pomares. Com a enxertia feita nos anos seguinte ao da plantação da cepa, feita em barbados, de fenda cheia. Nos tempos mais antigos a poda era feita em galheiros de dois tempos (Inverno e em Fevereiro após a

Ilustração 106 - Os Vinhos da Estremadura em 1938, os vinhos de pasto em

¹⁰⁹ Veja-se SOARES FRANCO (1938)

¹¹⁰ “Vinho Moscatel de Setúbal é o vinho licoroso produzido na Região demarcada do vinho licoroso Moscatel de Setúbal, feito em conformidade com os usos ali tradicionais e caracterizado pelas suas qualidades especiais que lhe imprimem fragância e sabor peculiares e inconfundíveis, resultante das castas, terreno, exposição e condições climáticas da região”.(artº 1). O vinho Moscatel é feito de uvas moscatéis e de uvas brancas da região, entrando estas últimas no seu fabrico em proporção, em peso, não superior a um terço das primeiras”(art.º 2) As castas consagradas são todos os moscatéis e em especial o de Setúbal, e as brancas: Tamarês, Malvasisa, Boiais, Arinto, Fernão Pires, Manteúdo e Branquete” art.º 3º (PORTUGAL, 1934, 4)

¹¹¹ Na Inglaterra a uva Piriqueta chegou a chamar-se Uva da Arrábida (SOARES FRANCO, 18)

rebentação). Fazia-se uma adubação das vinhas cada 4/5 anos. Os tratamentos contra o míldio eram feitos em Abril, repetindo-se mais duas vezes em intervalos de 3 a 4 semanas. O processo de tratamento mais utilizado era a "calda bordalesa" e o "pó cáfar", para o oidium, utilizava-se o enxofre moído. A vindima iniciava-se na primeira quinzena de - Setembro. A maioria dos viticultores da região não disponha de adegas próprias para a elaboração do vinho. Deste modo, algumas adegas recebiam os vinhos de diversos produtores. Um dos grandes divulgadores dos Moscatéis de Setúbal foi Ferreira Lapa. Em 1867 publica as suas memórias onde trata deste vinho como "o cristalino oiro fundido" referindo-se ao moscatel Roxo. Sucedendo a Ferreira Lapa, António Augusto de Aguiar, Paulo Morais, Cincinnato Costa, Sertório Monte Pereira há uma plêiade de agrónomos que sempre pugnaram por uma qualidade nas produções agrícolas, nas quais o vinho é uma das suas maiores realizações.

Quanto à questão da produção de vinho moscatel na Herdade de Rio Frio, sabemos, através da análise da cartografia disponível, de 1947, pode-se verificar que também teve a sua área de produção. Há memória da produção de uvas de mesa e de vinho moscatel. A sua produção todavia deveria ser bastante inferior à da de vinho de pasto. As uvas de mesa eram exportadas para Inglaterra em caixas de madeira feitas na própria herdade. Será todavia uma produção posterior ao tempo de José Maria dos Santos



Ilustração 107 V congresso do Vinho em 1938: O Moscatel de Setúbal, por Soares Franco

A Associação Central da Agricultura Portuguesa e a modernização da Agricultura

A Associação Central da Agricultura Portuguesa, ou Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, de que José Maria dos Santos foi um dos associados foi uma organização representativa dos interesses da lavoura portuguesa, nomeadamente dos lavradores do Sul. Não é objectivo deste texto fazer a descrição da actividade desta Associação, mas apenas fazer alguns apontamentos que a integram na dinâmica da História da Agricultura portuguesa e em particular na compreensão das opções económicas tomadas pelos proprietários de Rio Frio.

José Maria dos Santos terá sido o que melhor terá utilizado a Associação, quer como espaço de debate que lhe terá favorecido o amadurecimento de decisões de gestão, quer como espaço de encontro com amigos, associados e colaboradores, já que, com verificamos acima, todo o que foi feito em Rio Frio obedeceu a um projecto muito bem estruturado. Um projecto onde para além do importante capital que o proprietário sem dúvida dispunha, era também necessário a utilização de conhecimentos técnicos de excelência. A Associação era o espaço onde o escol da agronomia se reunia.

A Criação da Associação Central da Agricultura Portuguesa - 1860

A Associação Central da Agricultura Portuguesa foi constituída por Lei em 26 de Abril de 1860¹¹². A escritura de constituição foi assinada nos Paços da Necessidade. Na assinatura de constituição figura o nome de António de Serpa Pimentel¹¹³. Tinha sede em Lisboa no Largo de São Julião nº 12 2º Andar. A *"A associação Central da Agricultura Portuguesa é a reunião de agricultores, proprietários agrícolas; (artigo 1º), e "A Associação tem por fim dar à agricultura um centro, promover a criação de associações agrícolas em todos os districtos do Reino e desenvolver por todos os meios legais a*

sua prosperidade" (art. 3º)

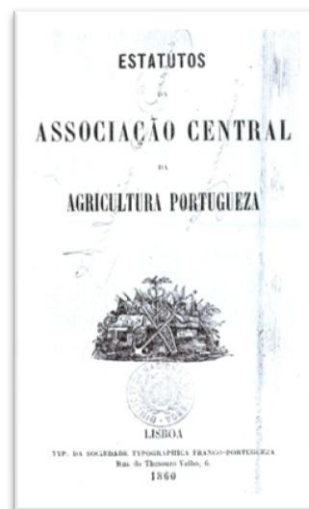


Ilustração 108 Estatutos da RACAP de 1860

A razão imediata da constituição da Associação foi a decisão do governo da Regeneração de baixar as pautas aduaneiras para os cereais.¹¹⁴ Insere-se esta polémica na questão da política económica do Fontismo que se baseia

¹¹² Notícia no Diário de Lisboa, nº 113, de 18 de Maio de 1860

¹¹³ RACAP, (1860) Estatutos, Lisboa, Tipografia da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa. António Serpa Pimentel após a morte de Fontes Pereira de Melo assume a chefia do Partido Regenerador. Fazia parte da nova geração de regeneradores

¹¹⁴ REBELO, Pequito(1949), Defesa da Terra : Conferência

no Livre-câmbio, política defendido por Moraes Soares, em que os mercados nacionais devem ser protegidos por uma pauta aduaneira razoável, não excessiva. Essa política vai manter-se até 1892, quando a pauta aduaneira vai onerar fortemente as importações de cereais. Na época existiam ainda outras posições, como por exemplo a dos redactores do Arquivo Rural, revista de agricultura que defendiam a livre importação de bens agrícolas.

Já há alguns anos que a criação duma Associação deste tipo estava nas intenções dos seus fundadores. Aires de Sá Nogueira foi um dos seus principais mentores, ensaiando por diversas vezes a sua criação. Seja como for, apenas em 1860 se formaliza esse projecto.

Nos "Fastos da Agricultura Portuguesa" publicados em 1937, a criação da Associação é colocada no ao ano de 1848, com a Criação da Liga Promotora do Desenvolvimento dos Interesses Materiais do País, organização de que não encontramos mais referências. Será 4 anos depois com. Ayres de Sá Nogueira, em 1852, que juntamente com outros colaboradores, promove a 1 de Janeiro uma Exposição Agrícola Nacional, uma exposição de gados e uma exposição de alfaias agrícolas. Não tendo encontrado condições para prosseguir com a realização destes eventos, em 1855 Ayres de Sá Nogueira promove uma circular aos lavradores portugueses incitando a criação da Associação Central da Agricultura Portuguesa. Aderem cento e cinquenta lavradores, entre os quais Alexandre Herculano, que no escritório de Sá Nogueira aprovam uns estatutos com três artigos. Será



Ilustração 109 Catálogo da Exposição de 1861

preciso esperar até 25 de Março de 1860 para que a associação se balance para a realização da necessária escritura pública, tendo-se reunido nos escritórios da Companhia das Lezírias em Lisboa

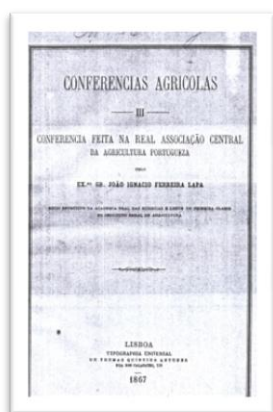


Ilustração 110 - Conferência Agrícola de Ferreira Lapa, 1867

António Batalha Reis descreve assim os seus primeiros tempos. *"Estávamos em 1860- A **Rotina** e o **empirismo** representavam quase exclusivamente, as duas fortes colunas entre as quaes se apertavam, desfaziam ou aniquilavam todos os esforços dos nossos agricultores. (...) Mas Peor ainda, e muito mais prejudicial nos seus resultados paralisadores era o **indifferentismo**, que então reinava em demasia, e que obcecando em demasia os espírito dos nossos lavradores, os indispunha de pronto, e inconscientemente, contra tudo que se afastasse d'aquelles dois vetustos systemas da nossa antiga e*

primitiva forma de agricultar"¹¹⁵

Presidida pelo Conselheiro Elias de Sousa, e tendo como Director o Visconde de Balsemão, acompanhado por Geraldo José Braamcamp, Estêvão António de Oliveira Júnior, Rodrigo Moraes Soares, José Ferreira Roquete, Ayres de Sá Nogueira e Caetano Borges de Sousa, numa lista em que José Maria dos Santos o sócio nº 115, surge como suplente, começa a trabalhar. Instala-se a sede, no escritório de Borges de Sousa, na Rua Nova do Almada, 53, 1º andar, mudando-se ainda esse ano para a Rua Bella da Rainha, nº 237. Em 1862 muda-se para o largo de São Julião. Em 1865 nova mudança para o palácio da Baronesa de Barcelinhos, na Rua do Almada 116. Em 1868 nova mudança, para o Palácio da casa de Cadaval, onde se instala durante vários anos no *"fundo do pateo do mesmo nome, na rua do Príncipe"* e onde se mantém até à década de 80."(opcit, 9)

O PATROCÍNIO DO REI (1863)

Em 1863 a associação passa a denominar-se Real Associação Central da Agricultura Portuguesa¹¹⁶. O Rei Dom Pedro V tinha tratado deste importante apoio de que resulta o facto de passar a figurar como seu presidente perpétuo. Pese embora o decreto de 1863, só oito anos depois é que é efectuada escritura de alteração do nome. A escritura é assinada pelo Secretário da Associação L.A. Martins de Andrade em 31 de Janeiro de 1871. No final a lista de sócios nomeia: os Sócios protector, D. Luiz e D. Maria Pia, tendo como presidente perpétuo D. Fernando.

A associação tinha um pequeno Museu Agrícola, onde foram expostos os produtos incluídos na Exposição Internacional de Londres de 1862 (madeiras de Portugal e Colónias, produtos agrícolas e minerais). Nesta altura este tipo de museus servia como ponto de venda. A Associação em 1862 tinha 58 sócios, numero este que no ano seguinte, em 1863, passa para 158, ano em por Decreto Real de 31 de Maio, passa a usar o nome de Real Associação.



Ilustração 111
Catálogo da Exposição Agrícola de 1886

Nesse ano José Maria dos Santos faz parte dos constituintes duma Companhia Credito e Progresso Agrícola de Portugal, patrocinada por Ayres de Sá Nogueira, e Anselmo José Braamcamp. O objectivo é desenvolver as terras agrícolas com novos arroteamento, terras tiradas às marés, terrenos incultos e créditos às culturas (pag 30). Em 1871 já tem 544 sócios ordinários e extraordinários, 23 sócias, 3 sócios correspondentes, 7 sócios honorários e 7 sócios vitalícios. Os sócios

¹¹⁵ RACAP (1881) Fastos da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, Lisboa, Tipografia Castro e Irmão

¹¹⁶ RACP, (1871) Real Associação Central da Agricultura Portuguesa –Estatutos-1871, Lisboa, Tipografia Universal (com a referencia de "modificado pelas deliberações de diversas Assembleias Gerais

protectores vitalícios são os que pagaram 1000\$000 de uma só vez. Entre os Vitalícios, os que pagaram 30\$000 reis de jóia, encontram-se Caetano da Silva Luz, Geraldo José Braamcamp, José Cândido Borges de Sousa, José Joaquim de Santana, José Street de Arriaga e Cunha, Manuel Iglesias e Thomaz Caetano Borges de Sousa.

São sócios honorários “as pessoas que a Associação quizer honrar” (art. 6º). Entre estes contam-se Alexandre Herculano de Carvalho, João Andrade Corvo, João Ignácio Ferreira Lapa, João José Lecoq, João Rebello Costa Cabral, José Augusto de Sousa e Manuel José Ribeiro. Os sócios ordinários pagam jóia de 5\$000 Reis e 500 reis de quota.

A Exposição Agrícola Nacional, 1864

Com o sucesso da Representação na Feira Agrícola em Londres e coroada com o beneplácito régio, a Real Associação abalança-se a organizar em 1864 uma Exposição Agrícola Nacional em 1864. Já havia organizado várias feiras agrícolas; no passeio público, no Terreiro do Paço. Esta no entanto, pela sua dimensão assume um especial significado. Dela se publicou um “Cathalogo geral dos objectos expostos e Relatórios da comissão director e dos jurys”.¹¹⁷ No convite à participação dizia-se “A Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, desejando promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento da agricultura, propõe-se fazer uma exposição em Lisboa, no próximo mês de Setembro, e convida para esse fim todos os agricultores do paiz a concorrerem a essa exposição, auxiliando-a por esta forma de empenho civilizador”

Na Exposição Agrícola são expostos Animais (Raças Bovina, ovinas, suínas e cavallinas) igualmente são admitidas aves domesticas, caça do monte, etc., Productos Agrícolas, Machinas e instrumentos agrícolas, e uma Exposição de flores, frutos e hortaliças. A Organização foi efectuada pelo Marquês de Sabugosa (presidente), José Street Arriaga e Cunha, Ayres de Sá Nogueira, José Maria dos Santos, C. Poppe, M. Iglesias, Thomaz Caetano Borges de Souza, Guilherme Cândido Borges de Souza, José Carlos Mardel Ferreira, João de Andrade Corvo. José Maria dos Santos não apresenta nenhum produto à exposição. Na secção de vinhos não surge nenhum vinho da zona de Alcochete e Palmela (só há um produtor na Moita, Viúva Rodrigues com o Tinto Bastardo de 1862). Em 1866 João Andrade Corvo efectua uma conferência na RACAP sobre os problemas da agricultura portuguesa.

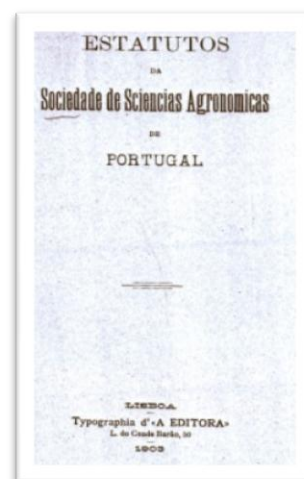


Ilustração 112- Estatutos da Sociedade de Sciencias Agronomicas de 1903

¹¹⁷ RACAP, (1864) Cathalogo geral dos objectos expostos e Relatórios da comissão director e dos jurys”, Lisboa, Tipografia do Futuro.

Em 1867 temos notícia da realização dum conjunto de várias conferências sobre agricultura. Por exemplo a Conferencia feita por Ferreira Lapa¹¹⁸. O tema da conferência foi a evolução da agricultura enquanto actividade fundamental do homem. "Espero mostrar à assembleia em poucas palavras, que o homem descende da pedra, e que na pedra se torna; e ainda que se diga e se escreva que o homem se transfigura em pó, do pó pode elle passar e passa efectivamente àquella origem muito mais primitiva. É a fábula do Deucalião, certificada e theorizada ao sabor da actualidade"

Em 1868 a direcção é presidida por Sr. José Street de Arriaga e Cunha¹¹⁹ e tem como tesoureiro Sant'Anna. A associação muda de morada. Presidente da Assembleia Geraldo Braamcamp. Direcção é constituída por José Maria dos Santos, Caetano da Silva Luz, M. Iglesias, José Joaquim Santana, Thomaz Caetano Borges de Sousa, José Maria Dantas Pimenta.

Já na Assembleia de 27 de Janeiro de 1870 José Maria dos Santos surge como Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sendo Presidente, Geraldo Braamcamp. O outro vice-presidente era o Conde de Sobral, e os secretários António Batalha Reis, António Gomes de Araújo, vice-secretário José Street e Cunha e José Martinho da Silva Guimarães. Nesse ano tinha 404 sócios mais 33 admissões. Saíram entretanto da associação 75 sócios. Sabemos ainda que neste ano de 1870 a RACAP faz uma exposição de vinhos, que terá sido a primeira, mas da qual não encontramos outra notícia.

Os Estatutos de 1871

Em 1871 publicam-se finalmente os Estatutos que dão conta das alterações que haviam sido introduzidas pela transformação em Real Associação. A Organização e fins da Associação passa a expressar-se nos seguintes termos "*A associação Central da Agricultura Portuguesa é a reunião de agricultores, proprietários agrícolas; e bem assim das pessoas d'outras classes, que se interessem pelo progresso da agricultura, satisfazendo aos artigos dos presentes estatutos*" (artigo 1º). "*A Associação tem por fim investigar as necessidades da agricultura, proteger os seus interesses, e promover o seu desenvolvimento, propagando os conhecimentos úteis, premiando as pessoas que se distinguirem pelos melhores processos de cultura ou criação de gados, organizando exposições em diferentes localidades do paíz, e pondo em pratica todos os meios legais, que estiveram ao seu alcance, tendentes ao progresso da referida industria*". (art. 2º).

¹¹⁸ LAPA, João Ignácio Ferreira (1862) Conferencias Agrícolas, III – Conferencia Feita na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, pelo Exº Sr. João Ignácio Ferreira Lapa, sócio efectivo da Academia Real das Ciências e Lente de Primeira Classe do Instituto Geral de Agricultura Lisboa, Tipografia Universal, de Tomás Quintino Antunes, rua dos Calafates 110. (imprensa da casa real

¹¹⁹ José Strett e Cunha.- Dirigente da RACAP

Par além disso a Associação tem também uma função lúdica, de encontro e reflexão. "Os sócios podem frequentar a Casa da Associação, ler os livros e revista, e participar na vida associativa". Um sócio tinha que ser proposto por outro sócio e o nome tinha que estar presente durante 5 dias na sede da associação, conforme se expressa no regulamento.

Em cada localidade podem-se constituir grémios de sócios. Nos locais onde existissem estes grémios, metade das quotas desses sócios é transferida Associação Central, revertendo o restante a favor da Casa da Associação.

A direcção era constituída por 7 membros. Dos quais o primeiro é Presidente, nomeando-se ainda um secretário e um tesoureiro. À direcção cabia, de acordo com o Regulamento Geral, organizar a vida da Associação, dando indicações sobre os processos de organização interna, e definir a periodicidade das suas reuniões. Nos primeiros estatutos previam-se a criação de 10 secções de actividade: a de Legislação e Economia rural; a Química e artes agrícolas; a Engenharia rural; Arboricultura; Horticultura; Viticultura; Culturas arvenses; Zootecnia; Estatística agrícola; Caça e pesca.

Ao secretário da Real Associação, para além do incumbir expediente



Ilustração 113 Pavilhão de exposições na Ajuda, 1886

corrente também deveria dedicar-se à organização e manutenção da biblioteca e um museu. Este museu foi mantido durante algum tempo, existindo a listagem dos livros da biblioteca. A direcção deveria ainda tratar de um Jardim com "Arvores e risco". Para além disso deveria organizar um "*Livro de Fastos da Agricultura*" ¹²⁰(reg, art.º 50), onde se registam todos os feitos agronómicos notáveis. O registo é feito por aprovação da Assembleia Geral e que deverá dar lugar à edição de "*Fastos da Agricultura Portuguesa*"

¹²⁰ Artigo 50º do Regulamento

OS ESTATUTOS DE 1879

Em 16 de Maio de 1879 numa sessão da Assembleia Geral da RACAP são aprovados uns novos estatutos¹²¹. Não se alteram os princípios fundamentais da associação. Estes estatutos são assinados pelo Presidente da Assembleia Geral, João de Andrade Corvo e pelos secretários Luís D'Andrade Corvo e Joaquim Sabino Eleutério de Sousa. A Presidência da RACAP nestes anos era exercida por Dom Luíz de Castro.

Cinco anos depois, em Fevereiro de 1882, num artigo de Henrique de Mendia, publicado na Revista Gazeta dos Lavradores, diz-se que a Direcção da Real Associação d'Agricultura, tem conduzido a decadência dessa associação. Defende a necessidade da união dos lavradores para tratar dos seus assuntos. Pede ao Presidente o Visconde de Carnide que convoque uma reunião com todos os sócios para dar uma nova força à associação.¹²²

A nova Direcção eleita era presidida por Estevam António de Oliveira, e tinha como co-directores Henrique de Mendia, João Alves d'Almeida Araújo, que era o Tesoureiro, **José Maria dos Santos**, Carlos Augusto Borges de Sousa, vogais, e Domingos Pinto Coelho, Secretario.

Dos 300 sócios registados em 1871, a Associação tinha agora mais 294 lavradores e organiza o 1º Congresso Vinícola. Em 1886 e 1887 organiza ainda os 1º e 2º Congressos Agrícola da RACAP, onde defendeu a federação das várias organizações de agricultores.

Entretanto na sequência da crise de 1890, e após a publicação duma nova Pauta Aduaneira, a direcção da RACAP pede a demissão, em protesto da nova lei das associações e apela à reforma publicação da pauta aduaneira¹²³.

Resposta a normalidade da vida Associativa, no ano seguinte, em 1895, faz o 1º Congresso Vitícola, onde se propõe a criação dum pequeno laboratório químico, a edição dum boletim da associação. A realização do 1º Congresso Vitícola, contou com um grande apoio do Conselheiro Lobo de Ávila. A sessão inaugural foi presidida pelo Rei Dom Carlos e pela Rainha

Dona Amélia.



Ilustração 114 .Interior do Pavilhão da Ajuda em 1886

A Direcção defende ainda a Industria moageira nacional, exigindo medidas de protecção à produção nacional através da introdução de uma pauta aduaneira mais elevada para produtos estrangeiros. No campo da

¹²¹ RACP (1896) Estatutos, Lisboa, Tipografia Universal A imprensa da casa real.

¹²² Gazeta dos Lavradores, Fevereiro de 1882

¹²³ RACAP (1890) Relatório da Direcção, Lisboa,

vitivinicultura defendeu a protecção dos mercados africanos contra a exportação de vinhos espanhóis, e a revisão dos foros. Nesse ano a RACAP organiza várias conferências sobre a cultura dos cereais, onde o conde de Coruche apresenta uma palestra "Questão monetária dos Cereais".

A Vida a RACAP através dos Órgãos de Imprensa

A análise das obras editadas pela Real Associação Central da Agricultura portuguesa, são uma mostra evidente das suas preocupações e actividade. Aos livros da sua biblioteca, que em 1915 atingiam o número de 65 obras editadas pela Associação, ao que se juntavam mais um conjunto de uma vintena de obras de interesse agrícola, eram sem dúvida um importante instrumento de divulgação das suas posições e do alcance da sua influência social. Note-se, que esta Biblioteca, tal como o Museu Agrícola, também existente durante os anos de 1866 até pelo menos a 1874, eram para produtos para venda. Tratava-se de fornecer aos associados uma informação privilegiada e seleccionada.

Nos primeiros anos a expressão editorial orienta-se sobretudo através das revistas. Em 1868 publicam uma Descrição do Carro e do Arado, um concurso organizado pela Associação para promoção da mecanização, de acordo com as ideias defendidas por Ferreira Lapa. Neste mesmo ano publica-se, deste autor, a *"Explicação ao pensamento de se Criar uma Companhia auxiliadora da Industria Vinícola"*. O carácter oficial da Associação fez com que muitas das suas publicações, sobretudo catálogos e relatórios de participações em Exposições tenham sido publicados na Imprensa Nacional, provavelmente à custa do erário público.

Será necessário esperar dezoito anos, para em 1886 a RACAP voltar a publicar uma edição, neste caso dois volumes de *"A agricultura e o País"*: 1ª conferencia feita da RACAP, um trabalho do Visconde de Coruche, juntamente com os *"Fastos da ACAP"* de António Batalha Reis, divulgador responsável por um conjunto de obras (*Protecção à Agricultura e o Comércio dos Cereais*, de Artur Lobo de Ávila; o *Guia Prático para o Emprego dos Adubos em Portugal*, de João da Mota). A estas sucedem-se em 1888, os *"Documentos relativos ao 1º Congresso Agrícola de Lisboa, Actas das Sessões"*, e 1889 a *"Representação da ACAP à Câmara dos Deputados: A questão das fábricas de moagem em Lisboa"*, *"A Agricultura Portuguesa na Exposição de Paris: Relatório"* e o *"2º Congresso Agrícola"*.

Só seis anos depois voltamos a ter edições. Em 1895, o *"Congresso Vitícola Nacional: Relatório Geral"* em 2 volumes. Esta direcção, a que já pertence Dom Luíz de Castro inicia um programa editorial que revela as principais preocupações e posições da Associação. Em 1896 publica-se de Dom Luíz de Castro *"Plantações Definitivas da Cultura da Vinha"*, *"O Sindicato Agrícola - Conferencia"*, e em 97 o *"Programme Général da RACAP"*. No ano seguinte *"Alfaia Agrícola - Exposição na Tapada da Ajuda"* que se integrou na Celebração do 4º Centenário do descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia: Exposição e concurso de alfaia agrícola *"O Instituto de Agronomia e Veterinária na Exposição da Alfaia Agrícola na Tapada da Ajuda"*. Comparava-se neste caso a gesta agrícola à gesta de Gama. É nesta ano que também se publica a *"A Questão dos Trigos"* inaugurando

uma série de publicações temáticas com "A Aquicultura - Conferencia na RACAP" de J. M. de Melo Matos. Em 1899, "O Crédito Agrícola em Portugal" - Conferencia na RACAP de Jaime Magalhães Lima"



Ilustração 115 - Gravura da Revista Agronómica

No início do século um conjunto de textos doutrinários sobre vinhos: O "Congresso Vitícola Nacional de 1900: Relatório Geral", em 1902, "Passas de Uvas" de Gonçalves Sousa "A Arborização e a utilização das Serras Portuguesas" - Conferencia de António Mendes de Almeida. No ano seguinte "Seguro Agrícola"

de Vergílio Bugalhão, a "Estação Zootécnica Nacional e os seus gados de Abel Fontoura da Costa, a "Questão Duriense". Em 1904 o "Guia Prático das Associações Agrícolas em Portugal" de Luíz de Castro, o "Guia das Caixas de Crédito Agrícola Mutuo em dois volumes, e "O abastecimento de Carnes à Cidade de Lisboa".

Em 1905 assume-se como o ano do Azeite: organiza e publica o "Congresso de Leitaria, Ovicultura e Industria do Azeite (2 volumes) os "Lagares de Azeites Sociais" de Bugalho Pinto, "Dois Lagares de Azeite" "Contribuição para o Estudo dos Azeites Portugueses". No ano seguinte volta-se a insistir na questão dos vinhos com "Vinhos naturais e vinhos falsificados" de A.J. Ferreira da Silva e a "A Questão Vinícola". Inaugura-se ainda neste ano um conjunto de questões referente ao fornecimento de carne à cidade de Lisboa e ao problema dos gados: "O Projecto Fornecimento Directo de carne à cidade de Lisboa" e "O comércio de Carnes e industrias suas Derivadas", de José de Matos Braamcamp. Em 1908 "Influência de Herd-Books no aperfeiçoamento de raças bovinas" - Conferência de José Miranda do Vale.

Ainda neste ano o Visconde de Coruche Luís Caetano Pereira da Costa da Luz, efectua um discurso na Câmara dos deputados sob o tem "A Questão Vinícola". Em 1908, publica-se "A Doença dos Castanheiros" e em 1909, o "Estado da Agricultura Portuguesa: males e remédios" conferência de Joaquim Rasteiro. Esta conferência será repetida em 1910 na Liga Naval com o título "Problema Agrícola Português" também publicado pela RACAP. Nesse ano da República publica-se ainda "A Secagem ou evaporação das maçãs" de Gonçalves de Sousa e o "Elogio Histórico de Ayres de Sá Nogueira" pelo seu neto Sá Nogueira, sócio da Associação.



Ilustração 116- Revista agronómica

A República vem interromper este surto de publicações temáticas. Nos anos seguinte apenas temos notícia de uma conferência sobre "A mão-de-obra em são Tomé e Príncipe de Francisco Mantero realizada em 1911 com a presença do Ministro das Colónias e o "1º Congresso de Associações Agrícolas: Regulamento". A associação realiza ainda um projecto à muito acalentado: a de "Escola Prática de Pomicultura, horticultura e Jardinagem

em Queluz”, de que nesse ano publicam o respectivo “Regulamento” No ano seguinte a escola publicará “*Dálias - Catálogo da Escola de Agricultura*”.

A Revista Agronómica (1856-1866)

Entre 1856 e 1866, dirigida por D. José de Alarcão publica-se a Revista Agronómica, Florestal, Zootécnica e noticiosa, tem sede e escritório em Lisboa, na Rua da Atalaia 189. O seu primeiro número sai em Abril de 1856 como periódico da Sociedade de Ciências Agronómicas¹²⁴, era seu director D. José Menezes de Alarcão. Nele é transcrito relatório de Curso, no ano que saem os primeiros Agrónomos Diplomados.

No ano de 1860, durante o 5º ano da publicação da revista forma-se a Associação Central da Agricultura Portuguesa, e a Revista Inicia a sua 2ª série, onde explicita que é o órgão desta Associação. Esta relação vai terminar em 1862 sem que na revista surjam notícias sobre a vida da ACAP. A 3ª série publica-se entre 1863 e 1865.

A Associação Central da Agricultura Portuguesa, em 1863, resolveu contratar esta Revista para seu órgão próprio. Na altura expressaram a opinião de que sendo necessária a divulgação das suas proposta aos lavradores, o meio mais apropriado era através duma revista. E, defendiam os seus directores, que era mais fácil contratarem uma revista do tomar a iniciativa de criar uma de raiz. Em 24 de Março de 1863 deliberaram contratar a Revista Agronómica para publicitar as posições da RACAP. A Revista era uma publicação quinzenal a 15 e 30 de cada mês, e o contrato terminava no ano seguinte (1864). No entanto, ao longo dos vários números consultados, a expressão da actividade da Associação é inexistente.

Revista Agrícola (1866-1875)

A Revista Agrícola, Periódico Agronómico e Órgão da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa e publica-se entre Setembro de 1866 e 1875. Vem portanto dar sequência à decisão desta Associação de dispor dum órgão próprio. Era Impresso em Lisboa na Tipografia Universal.

A revista apresenta vários colaboradores e define os princípios de orientação da RACAP. O “aperfeiçoamento dos sistemas de cultura pela união da ciência com a prática, pela colecção e dissimulação dos factos



Ilustração 117 -
Revista Agrícola

importantes sobre a cultura do solo, teoria do afolhamento, administração geral dos produtos da terra, melhoramento das raças e tratamento das doenças, máquinas e instrumentos agrícolas e melhoramento das condições materiais e morais dos operários dos campos. (ver nº 1 carta fotocópia)

¹²⁴ Em 1903 passará a nomear-se Associação de Ciência Agronómica e era dirigida por Jorge de Alarcão, então estudante,

Os artigos sobre vinhos são escritos por Batalha Reis que afirmava. "Portugal tem bons vinhos, a sua venda tem diminuído pela concorrência de Espanha e França". O grau alcoólico dos vinhos portugueses era elevado, o que, segundo o autor, era derivado da deficiência dos processos de fabrico onde frequentemente se acrescentava aguardente para estabilizar a fermentação. Defendia então que era necessário educar os produtores de vinho.

Aluno	Ocupação	Localidade	Notas da experiência		Idade	Anos de serviço	Classe de ensino	Tempo de serviço	Tempo de estudo	Tempo de trabalho	Qualificação	Tempo de estudo	Tempo de trabalho	Tempo de estudo
			Notas de prova	Notas de prática										
Olivares	Bavileiro	Winn & Cufreant	289	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	291	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	292	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	293	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	294	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	295	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	296	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	297	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	298	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	299	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
Comarcão	Idem	Idem	300	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	301	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	302	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	303	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	304	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	305	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	306	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	307	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	308	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	309	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
Chalmeau	Idem	Idem	310	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	311	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	312	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	313	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	314	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	315	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	316	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	317	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	318	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	319	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
Lamir	Idem	Idem	320	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	321	1	24	1923	Brasão	14,5	1,5	1,5	1923	1923	1923	1923
	Idem	Idem	322											

Ilustração 118- Produtores Vinícolas de Setúbal na Exposição de 1874

distribuído Memória sobre a Agricultura Portuguesa de L.A. Rebello da Silva

Em 1888 realiza-se um Congresso Agrícola com apoio da Associação Comercial do Porto e de Lisboa, e na Avenida da Liberdade, uma Exposição Agrícola e Pecuária, na qual o conselheiro Etelvino de Brito têm um papel preponderante na sua organização¹²⁵.

Entre 1879 e 1885 o órgão da Real Associação Central passa a denominar-se Gazeta dos Lavradores, na revista que consultamos, não encontramos referencias à Associação. Este poderá ter sido um período de menor actividade desta Associação.

O Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa (1889 - 1995)

¹²⁵ Em 1892, este conselheiro será nomeado sócio da RACAP, com base nos serviços prestados

Com o Primeiro número a sair em Abril de 1889., o Boletim da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa vai publicar-se com alguma irregularidade até ao final do século XX; quando em 1995 se extingue definitivamente. Esta primeira fase termina em Dezembro de 1910. Entre Janeiro de 1911 e Junho de 1912 é substituído pelo Semeador. Depois, em 1914 retoma a publicação.

É uma importante fonte para a análise desta associação. Eram seus directores B.C. Cincinnato da Costa, membro da direcção e do Conselho Superior de Agricultura e D. Luiz de Castro, Lente cathedrático do Instituto de Agronomia, Joaquim de Azevedo, Secretario da Mesa da Assembleia Geral. Em 1889 a sede da Associação situava-se no Largo de São Carlos nº 4, em Lisboa. Os primeiros dez anos da publicação são irregulares.



Ilustração 119 A Agricultura Portuguesa



Ilustração 120 - Relatório da Direcção da RACAP em 1895, demissão da direcção em protesto pela revisão da Pauta Aduaneira

Em Março de 1894 os membros da Direcção eram¹²⁶, eram Estêvão António d'Oliveira Júnior, **Henrique de Mendia**, João Alves de Almeida Araújo, **José Maria dos Santos**, Carlos Augusto Borges de Sousa, Domingos Pinto Coelho e D. Luís de Castro. Nesse Enviam uma carta aos associados onde se refere que, através duma Carta enviada ao Rei, a Real Associação Central da Agricultura Portuguesa protesta contra as propostas da Associação Comercial de Lisboa, que considera gravosa para os interesses da Agricultura. "*O país atravessa uma crise económica*". Avolumavam-se

as Importações de Espanha o que originava uma crise dos preços. Apela à união dos sectores da agricultura, comércio e indústrias para defender os interesses da agricultura portuguesa. Principais sectores em crise eram: Cereais, Vinhos, Cortiça, Azeite, Lãs. Apela ainda à cooperação de todos os lavradores com a RACAP.

A exposição da Tapada da Ajuda de 1898

¹²⁶ Carta da Direcção aos Membros, Lisboa, 27 de Março de 1894, Lisboa, Largo de São Carlos nº 4, Arquivo Municipal de Setúbal

Em Maio de 1898, integrada nas comemorações do centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, a RACAP organiza na Tapada da Ajuda uma Exposição sobre a Alfaia Agrícola¹²⁷. A direcção definiu os objectivos da exposição. Segundo ela o "país atravessava uma crise financeira", para a ultrapassar era necessário o contributo da agricultura, propósito que a RACAP se propõe contribuir através da resolução de vários problemas. A melhoria do uso das alfaia agrícolas era fundamental. E a exposição integra-se neste objectivo, de apresentar um leque de soluções de máquinas, adaptadas para diversos tipos de solos, a que a associação, através de aconselhamento técnico a fornecer aos lavradores, poderá disponibilizar. Funcionava assim como um agente de



Ilustração 121 - Revista Agronómica

venda de produtos de inovação tecnológica e de consultadoria. Refira-se que a RACAP já anteriormente havia organizado em vários pontos do país concursos sobre máquinas agrícolas, "que haviam produzido bons resultados". Procuravam assim suprir a falta de informação resultante da não existência duma "estação experimental". A exposição integrava ainda as alfaia regionais usadas, o material moderno de investigação e experiencias de trabalho real. Foi igualmente publicado um guia prático sobre adubos que ofereceu um prémio para o melhor trabalho). Foram ainda expostas diversas publicações da Real Associação sobre assuntos agrícolas

Nesta data são directores: Henrique de Mendia (presidente), Carlos Augusto Borges de Sousa, João Alves de Almeida Araújo (tesoureiro), B C: Cincinnato da Costa, José Maria dos Santos, Sertório de Monte Pereira e D. Luiz de Castro, secretário. Nesta publicação José Maria dos Santos surge, como Proprietário Agricultor, Par do Reino, como vogal da Comissão Organizadores, e é também membro do júri de selecção do concurso.



Ilustração 122- Relatório da Exposição a Tapada da Ajuda de 1898

Em 1901 refere-se que se está no ano III da publicação. Nesse ano é dada a notícia de que a Associação foi recebida pelo Ministro da Fazenda Conselheiro Vargas, e pelo Ministro das Obras Publicas, o Conselheiro Mattoso dos Santos. Representaram a associação o Conde de Bertiandos, D. Luiz Filippe de Castro (secretário), Carlos A. Borges de Souza (Vice-Presidente), Almeida Araújo (tesoureiro), Cincinnato da Costa estava praticamente completa. Faltava apenas o seu Presidente o

¹²⁷ RACP, (1898) Alfaia Agrícola, Lisboa, Lisboa, Ulmeiro (1989), fac-simile da Exposição organizada na Tapada da Ajuda em 20 Maio de 1898.

Conde de Sobral, Anselmo de Andrade, e o vogal Domingos Pinto Coelho. Ao longo destes anos a questão vinícola é várias vezes referida. Por exemplo a RACP patrocinou uma "Exposição dos lavradores ao rei" e realizou vários comícios em vários pontos do país: como por exemplo Torres Vedras, Vidigueira, Mafra Caldas da Rainha, Arruda dos Vinhos, Alenquer, Alpiarça. Na Beira, através da Liga dos Lavradores da Beira, e em Santarém através do Sindicato Agrícola de Santarém. Nestes anos e seguinte desaparecerem as referências à participação nos órgãos sociais de José Maria dos Santos

Em 1906 a sede muda para Rua Garrett, 95 em Lisboa, o editor é Augusto Pereira. A Revista é impressa na Imprensa Nacional. A sua distribuição é feita por subscrição, e enviada por

correio. As conferências públicas e as exposições ou petições são formas de pressão. Artigos de sócios em jornais também são forma de acção da associação. A vida da Associação é intensa, patrocinam congressos e exposições sobre vários produtos, nomeadamente



Ilustração 123- Livro de Dom Luiz de Castro sobre Associativismo Agrícola de 1907

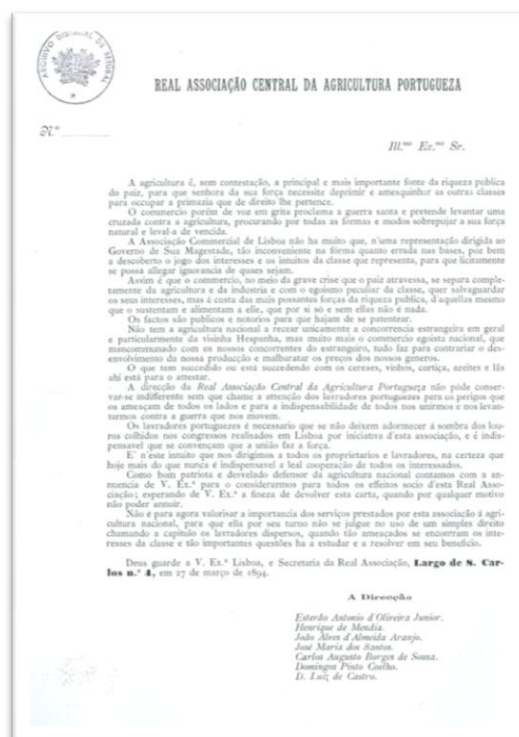


Ilustração 124- Circular da RACP de 1894, com Direcção de que José Maria dos Santos faz parte

o Vinho, o Azeite, o Leite. Nesse ano é realizado mais um Congresso da Agricultura, e mais um Congresso do Vinho. Também no plano internacional a Associação é convidada para se fazer representar em exposições agrícolas, o que demonstra o seu reconhecimento como organização representativa dos lavradores.

Segundo a Associação subsistem dois problemas estruturais na agricultura portuguesa. A Cultura do Trigo que é insuficiente e o excesso de produção de Vinho. Nas suas reivindicações para a resolução deste problema a RACP sugere ao governo uma acção para criar mercados de exportação, medidas

para aumentar o consumo interno e a melhoria das pautas aduaneiras de forma a aumentar a protecção dos produtos agrícolas nacionais.

Temos notícia neste ano de várias diligências da Associação em vários organismos do Estado, nomeadamente Actividades do Conselho Superior de Agricultura, Conselho de Fomento Comercial de Produtos Agrícolas,

Comissão de classificação de Tipos de Vinhos Regionais Conselho Superior Técnico Aduaneiro.

Ainda entre as preocupações da Direcção da RACAP, em 1906 são as propostas para a criação da **Companhia dos Vinhos de Portugal**, de natureza cooperativa e a efectuar com capitais dos vinicultores. O modelo era o da Real Companhia do Douro. Essa Companhia teria como compromisso a compra de 60 % do vinho dos produtores accionistas. Ente outras questões, esta Companhia teria também a preocupação de trabalhar para a uniformização da gradação alcoólica dos vinhos, que para o

vinho de pasto tinha como valor máximo os 12%.

Um conjunto de medidas que visam a qualidade do produto através da fermentação da uva e a redução do uso de aguardentes e bagaços e álcoois não vínicos



Ilustração 125 - Livro de Dom Luís de Castro de 1908

A Direcção de Dom Luís de Castro - 1909

Entretanto em 1909 é criado em Elvas um Sindicato "União Geral dos Sindicatos Portugueses", com representação de todos os sindicatos do país. O dirigente da RACAP D. Luís Filipe de Castro é eleito para a Direcção. Pretende-se que funcione como Federação Geral dos Sindicatos Agrícolas Portugueses. O presidente é o mesmo da Real Associação Oliveira Feijão. Esta emergência dos sindicatos parece revelar uma tendência para criar em cada local uma organização que trabalhe com uma maior proximidade com os associados produtores, reservando-se a RACAP para actividades de influência política.

Neste ano Dom Luíz de Castro profere na Liga Naval uma conferência sobre os Problemas da Agricultura Portuguesa: O Estado da Agricultura Portuguesa – males e remédios ¹²⁸. Eram as teses defendidas pela RACAP. Ao abordar os problemas do país, a RACAP defende que a agricultura é a base económica do país. "Todas as questões, económicas, sociais e políticas advém da agricultura". Quais são então os seus males: São essencialmente dois: a insuficiência da produção agrícola para a alimentação dos seus habitantes, e o atraso técnico da agricultura, da sua comercialização e das suas estruturas económicas. Como causas do atraso inventariavam-se um conjunto de indicadores, alguns estruturais, outros que podiam ser alterados. Entre as "condições fixas", encontravam-se as do Meio. "Estes não podem ser alterados". É a Influência do clima e regime de chuvas na sua relação com a insolação, a oscilação na produção ao longo do ano com influência na formação dos

¹²⁸RACAP-(1909) Problemas da Agricultura seus Males e Remédios, Lisboa, Tipografia Adolpho de Mendonça, Rua do corpo Santo 46

preços. Entre as “Causas removíveis” enumeram-se: A falta de instrução que resulta da falta de ensino agrícola. A instrução primária era feita por mulheres, que desconhecem os trabalhos agrícolas e as ciências físico-químicas. “A agricultura baseia-se na tradição e não da técnica”. Esta falta de conhecimento técnico e de divulgação dos novos métodos e maquinaria, origina uma falta de melhoramento das espécies vegetais, uma falta de conhecimento da orografia e da hidráulica agrícola, a deficiência no aproveitamento e fixação dos solos mais férteis e o esgotamento do solo por práticas incorrectas. Por outro lado, a falta de informação estatística, origina uma deficiência de informação comercial, uma desactualização das matrizes da propriedade, um pauta aduaneira desajustada com estabelecimento de direitos aduaneiros sobre maquinaria elevadíssimos, que não incentiva a aquisição destes produtos, uma deficiente mecanização do trabalho, um baixa produtividade (falta de organização do trabalho e deficiência do capital de credito rural), uma deficiente rede de comunicações, e rede de Caminho de Ferro muito cara, uma organização comercial com multiplicação dos intermediários e o desvio do capital para as cidades em ostentação de modos de vida, desviados do trabalho positivo

Feito o diagnóstico, enumeram-se os “REMÉDIOS” que segundo a RACAP poderiam curar estes males: A começar reivindica uma Instrução Geral e Profissional com vários componentes de Investigação Científica, que se dedique ao estudo dos problemas técnicos, à propaganda agrícola, e à divulgação dos meios de promover o progresso. Defende a criação de escolas agrícolas, por região, com especialização, com criação de estações agrícolas anexas com campo de experiências de máquinas de culturas, oficinas, laboratório químico e laboratório de ensaio de sementes.

Ainda como condições que poderíamos chamar estruturais, defende ainda serviços de observação meteorológica, e a criação de depósito de máquinas agrícolas para aluguer, a criação de um Plano de estudo hidrológico e de construção de albufeiras, o aproveitamento da floresta com dois objectivos: a fixação das dunas e a produção de combustível. Defende o aproveitamento dos fertilizantes naturais (os lodos e os excrementos), a realização de Concursos e exposições agrícolas, a Criação dum Ministério da Agricultura com a reorganização dos serviços de estatística, de cadastro do solo. Defendem igualmente a criação de um regime de crédito à lavoura, a construção de estradas e segurança nos campos. Ao nível das iniciativas legais defende a adaptação do código civil de forma a evitar a partilha de propriedades rústicas e a libertação da agricultura das “*peias administrativas e códigos obsoletos*”.



Ilustração 126 - Boletim da RACAP em 1895

A Implantação da República em 1910

Aos anos de 1908 e 1909 são anos com pouca actividade. As Notícias referem que durante estes anos a expansão da agricultura nas colónias era vista como uma actividade muito lucrativa, nomeadamente na colónia de Angola. O último boletim publicado com o nome de Real associação é o de Setembro. O espaço dedicado à agricultura nas colónia aumenta a partir da II Série em 1906.



Ilustração 127 - O Boletim da RACAP depois da implantação de República

seguite, a partir de Julho surge "fusionado" com o Portugal Agrícola. Mantém uma capa do Semeador internamente, mas na segunda página volta às capas habituais do Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesas, que indica alguma estabilização na vida organizativa.

Nestes anos a sede é electrificada. A razão para o investimento foi o pedido da utilização do espaço da sede pela Escola de Medicina Veterinária para instalação provisória.

Entretanto em Junho de 1913 faleceu José Maria dos Santos antigo associado da Associação. Um artigo de Luís Filipe de Castro, professor do Instituto Superior de Agronomia (fundado em 1912 faz o elogio fúnebre. É um caso raro nesta revista. Sabemos também que nestes anos a ACAP já tinha uma Escola Prática de Horticultura em Queluz.

Ainda em 1913 a Associação organiza uma "Representação contra a resolução da Câmara dos Deputados de 29 de Janeiro de 1913". Nessa data a

Entretanto em Outubro de 1910 é implantada a República. Como consequência no número seguinte do Boletim o termo Real desaparece. É um número com apenas 20 páginas, que contrasta com as mais de 200 que alguns números chegam a ter, e que demonstram alguma dificuldade em manter a vida associativa regular, em contraste com os anos anteriores.

De tal forma estas dificuldades se fizeram sentir que, em 1911, o Boletim passa a chamar-se *O Semeador*, com a denominação de Sindicato Agrícola Central. Mantém-se a sede na Rua

Garrett, nº 95 2º andar e é seu director M. Souza da Câmara, que dirigia a 3ª secção. No ano



Ilustração 128 O Boletim da RACAP em 1912

Câmara de Deputados tinha aprovado uma reforma da contribuição Predial da Propriedade Rústica.¹²⁹ Foi relator Dr. Fernando Emygidio da Silva, Director da 4ª Secção e nela se manifesta contra a reforma lesiva dos interesses da lavoura, porque onera excessivamente o terra produtiva. Nesse ano a direcção era composta por: Dr. Francisco Augusto de Oliveira Feijão (Presidente), Abel Fontoura da Costa, Dr. Carlos da Cunha Coutinho, Eduardo Placido, Francisco Monteiro Dr. Joaquim Nunes Mexia, Júlio César Torres, Ruy Ferro Mayer, e pelo Dr. Fernando Emygidio da Silva.

Em 1915, verifica-se uma alteração do corpo redactorial do Boletim, que passa ser dirigido por C. da Cunha Coutinho, e um novo grafismo. Entretanto a Associação Central da Agricultura Portuguesa foi uma apoiante do Governo de Sidónio Pais. Num artigo de 1919, D. Luíz de Castro, Conde de Nova Goa, vem elogiar a acção de Sidónio Pais na área agrícola. Foi durante este governo que foi criada a Secretaria de Estado da Agricultura, para a qual foi nomeado José A. De Oliveira Soares então Presidente da ACAP, e foi construído o edifício do Instituto Superior de Agronomia.

Neste artigo salienta-se ainda a decisão de Sidónio Pais de em 1918 ordenar a importação de enxofre, suspenso durante o conflito europeu, para combater o míldio, medida essa que permitiu salvar a produção de vinho em 1918.

Entre as medidas de fomento agrícola iniciados nessa altura, e que constituíram antigas reivindicações da Associação encontra-se a Construção da Barragem de Aviz, a Construção duma Estação Central para ensaio de Máquinas Agrícolas, o Decreto das Culturas Intercalares e do Aproveitamento dos Baldios, e a reforma do ensino agrícola

A formação do Ensino Agrícola (1852-1912)

Entre as principais reivindicações da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, encontra-se a necessidade de criar um ensino agrícola que permita a formação, aos vários níveis, dos profissionais. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino agrícola deveriam ser escolas onde seriam experimentadas as culturas, as máquinas e as técnicas, bem como a produção de estatísticas e divulgação de elementos úteis aos lavradores. Na falta dessas instituições, as Associação, as Sociedades Científicas tendem a, parcialmente, suprir essas necessidades.



Ilustração 129- Escola Agrícola e de Medicina Veterinária em 1875

¹²⁹ RACAP (1913), Contribuição Predial Rústica, Lisboa, Tipografia Universal, 28 p.

No caso Português, deve-se a Fontes Pereira de Melo a criação, em 1852, do Instituto Agrícola de Lisboa. Recorde-se a propósito, cerca de 100 anos antes, em 1759, havia sido criado em Lisboa, por iniciativa do Marquês de Pombal, o ensino técnico através da Aula do Comércio. Na primeira metade do século XIX, durante o Governo de Passos Manuel, é também efectuada uma reforma do ensino superior, com a criação de Escolas Politécnicas em Lisboa e Porto. Recorde-se ainda que José Maria dos Santos havia concluído em 1851 o seu curso de medicina veterinária em Lisboa, numa escola então vinculada ao exército. A escola do Exército, defendida por Sá da Bandeira, que vão dar origem às escolas

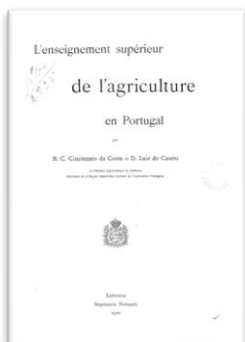


Ilustração 130
Publicação de
Cincinnato Costa
em 1900. O ensino
da agricultura

politécnicas do Porto e de Lisboa, visavam defender a autonomia do exército em termos de formação prática dos seus quadros.

A partir de 1852, durante o Governo de D. Pedro V, o ensino agrícola laicizava-se e ganhava uma dimensão de reconhecimento pelos poderes públicos que iria permitir nos anos seguinte desenvolver-se como um vector estruturante da vida agrícola. Foram criados três graus de ensino, O agrícola destinado a formar agrónomos, ao qual em 1855 é incorporada a Escola Veterinária Militar, onde José Maria dos Santos tinha andado. Só em 1864 se iniciará a formação de Silvicultores. Os outros graus de ensino eram os de técnicos agrícolas e de regentes agrícolas, feitos em quintas que a escola tutelava, como foi o caso da Granja do Marquês em Sintra (mais tarde a Base Aérea nº 1) e Vila Fernando, em Elvas.



Ilustração 131 - O conde de Ficalho, 3º director da Escola Agrícola

Nos primeiros anos do Instituto Superior Agrícola pontuam três nomes, Ferreira Lapa, o químico e tecnologista, a quem os agrónomos chamavam O Mestre, Barros Gomes, o engenheiro florestal que organiza a produção das matas nacionais e define as regiões fisiográfica e Silvestre Bernardo Lima, zootécnico que caracteriza e descreve com minúcia as raças de animais agrícolas. Nele ingressam igualmente todos os homens que haviam dinamizado a Sociedade de Sciencias Agronómicas, António Pereira Coutinho, que escreveu a Flora de Portugal, Dom Luiz de Castro, o economista, Sertório Monte Pereira, Filipe de Figueiredo, Veríssimo de Almeida, Rebelo da Silva, Cincinnato da Costa, Joaquim Rasteiro. Homens que escreveram na *Agricultura Contemporânea*, no *Portugal Agrícola*, o *Arquivo Rural* e a *Vinha Portuguesa*.¹³⁰

Foi o primeiro director do Instituto de Agronomia de Lisboa José Maria Grande, seguido do visconde de Villa Maior, e em terceiro lugar o Conde

¹³⁰ Veja-se COSTA, b. c. Cincinnatto da e Castro, Dom Luiz de (1900) L'Enseignement Supérieur de l'Agricultures en Portugal , Lisboa Imprimerie National

de Ficalho, José de Melo Breyner. O quarto director será Ferreira Lapa, sendo em 1900 director o conselheiro Alvares Pereira.

O Instituto Superior Agrícola dispunha de instalações próprias na Cruz do Tabuado à Quinta da Bemposta e tinha vários laboratórios, incluindo um Hospital Veterinário. Era também da sua responsabilidade a gestão das várias quintas experimentais que existiam nas várias regiões agrícolas, nomeadamente em Sintra, em Montalegre e em Vila Fernando, em Elvas

A instituição do Instituto Superior de Agronomia como hoje o conhecemos só será efectuada em 1912 na sequência da reforma Republicana que cria a Universidade Técnica de Lisboa (em 1911), separando as duas faculdades, a de Agronomia e a de Medicina Veterinária. Enquanto a Escola de Medicina Veterinária fica nas instalações da Cruz do Tabuado, do Instituto Superior de Agronomia é instalado na Tapada da Ajuda, onde em 1917 é inaugurado o belíssimo edifício actual. Ficaram então no edifício da Tapada da Ajuda, onde entre 1884 e 1889 se realizavam as Exposições Agrícolas de Lisboa. Em 1930 o ISA é integrado na Universidade Técnica de Lisboa, criada nesse ano como organização tutelar do ensino profissional



Ilustração 132 -
Pequito Rebelo

O Método Integral de Pequito Rebelo (1918)

José Pequito Rebelo¹³¹, que havia feito parte do directório do Integralismo Lusitano (formalizado nas Conferências da Liga Naval em 1915), colabora com o Sidonismo. Teria sido mesmo convidado pelo Presidente-Rei para o cargo de Comissário Geral da Agricultura, cargo que recusou porque como monárquico não aceitava cargos na República. Teriam sido as palavras escritas em *Novos Métodos de Cultura* (1917) e *O Método Integral* (1918) que teriam servido a Sidónio Pais como referência suficiente para o convite ao jovem agrónomo¹³². Depois da derrota dos monárquicos em 1919, rompe com a causa de D. Manuel e passa a defender a linhagem miguelista, por via do ramo dos Braganças. A Partir de 1922 passa a desenvolver uma actividade mais doutrinária, encontrando na Associação Central da Agricultura Portuguesa uma instituição que o acolheu. Como representante desta organização participou em vários congressos internacionais de agricultura (Varsóvia, 1925, Londres, 1933). O seu método de agricultura integral corresponde às



Ilustração 133-
Livro de Pequito
Rebelo, 1929

¹³¹ José Pequito Rebelo (1892-1983) filho de uma família de Lavradores do Gavião. Influenciado por Maurrás será uma das figuras de proa do Integralismo Lusitano.

¹³² Em 1917, a Direcção Geral da Agricultura é integrada no Ministério do Trabalho, para em Março de 1918 assumir a titularidade de Ministério, velha reivindicação dos Lavradores da Associação Central da Agricultura Portuguesa

principais propostas da Associação Central da Agricultura Portuguesa até aos anos oitenta.

"Portugal como todos os países de forte compleição, tem uma composição dualista, combinação de dois elementos que, completando-se, mais forte fazem a unidade global.

*Esta dualidade de aspectos não nos apresenta uma única partição, mas sim 3 dualidades que se escalonam nas sucessivas bifurcações de uma chave dicotómica: Mar e Terra, a Terra se divide em Terra Mansa e Terra Brava: mas por sua vez a Terra Mansa têm um duplo aspecto inconfundível da será e do arvoredado, nova divisão que representa uma perfeição social que nem a todos os países foi dada."*¹³³



Ilustração 134 - O boletim da RACAP

(...)

"O Arvoredado mediterrâneo (vinha, olival, sobreiral, pinhal) ao lado da seara mediterrânea (trigo, centeio, milho); eis uma fórmula completa de economia social, porque se a seara é a subsistência, a manutenção farta da grei, o pão quotidiano de cada um, a cultura fundamental de alimentação, o arvoredado é a riqueza e opulência da grei, é o produtor de géneros especiais, ricos de exportação, e também a reserva económica e assim vêm para a nação as vantagens de ter um forte patronato, uma abastada classe proprietária, que desse supérfluo pode custear os avanços do fomento da terra e até um certo desenvolvimento industrial e comercial conexo do organismo agrário." (opcit 59)

Nas páginas seguintes prossegue a enumeração das vantagens de cada produto: o nobre azeite, a cortiça, o vinho (a alegria das mezas e excelente meio de saúde), o pinhal fornecedor de lenhas e madeiras, que juntamente com a seara contempla as duas partes da herdade portuguesa, a que se junta a complementar horta. Esta essência da terra portuguesa deverá ser aperfeiçoada pelo associativismo agrário, de forma a, com base no respeito pela propriedade, estabelecer as condições de competitividade das unidades agrícolas.



Ilustração 135- Os Estatutos da ACAP em 1921

Os Estatutos de 1921

Os estatutos de 1921¹³⁴ transcrevem na ante página o alvará do Presidente a República António José de Almeida de 16 de Junho que autoriza que a

¹³³ REBELO, José Pequito (1929) A Terra Portuguesa, Lisboa, Ottosgráfica, pag. 58

Associação Central da Agricultura Portuguesa seja convertida em União Central dos Agricultores Portugueses. Essa associação fica também sujeita às condições do Regulamento do Crédito das Instituições Sociais Agrícolas (publicado pelo Decreto nº 5.219 de 8 Janeiro de 1919).

Nestes estatutos os fins da associação são ampliados, em função desta sua nova natureza, de instituição de crédito agrícola. Por outro lado, os estatutos prevêem a possibilidade da existência de sócios colectivos, sejam eles grémios ou sindicatos agrícolas.



Ilustração 136 - 10ª página dos Estatutos de 1921

Em termos de organização associativa, passa-se a contemplar a existência de 9 secções: A Secretaria e Tesouraria, a secção Comercial, o Contencioso, a Instrução e Propaganda, a secção de Associações, a secção de Agricultura geral e culturas, a Viticultura e enologia, a Indústria pecuária, e a secção de Agricultura insulana e colonial.

Entre as novidades destes estatutos encontra-se a responsabilidade da secção pecuária de organizar os livros genealógicos das raças portuguesas e a preocupação com a agricultura nas colónias e ilhas. A secção das colónias pode decidir sem implicar os demais sócios no continente e através da Secção comercial, também pode organizar Importação-Exportação de produtos para sócios.

Com a criação do Ministério da Agricultura e a implementação dos seus diversos serviços, parece denotar que muitos dos colaboradores e quadros de ACAP passam para novas funções públicas. As actividades junto dos associados tinham passado a ser exercidas pelos sindicatos. Aparentemente, nestes primeiros anos de Estado Novo, dá-se um certo esvaziamento da função da associação, que, posteriormente será recuperado como organização corporativa da agricultura.

Na Capa dos boletins da série dos anos de 1934, refere-se: "*Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, fundada em 10 de Junho de 1860, constituída em Sindicato Agrícola Central, por alvará de 23 de Junho de 1910 e em União dos Agricultores Portugueses pelo Decreto nº 5.219 de 8 Janeiro de 1919*". Na redacção continua Luís Cincinnato Costa acompanhado por José Penha Garcia



Ilustração 137 - Notícia sobre a Biblioteca da RACAP- 1915

Com a Sede transferida para o Largo do Chiado 8,

¹³⁴ ACAP (1921), Estatuto, Oficinas Gráficas, Empresa da Enciclopédia Agrícola, rua da Rosa, 222-226

pode ver-se através dos participantes na Assembleia de 1920 que embora a associação se continue a denominar ACAP, há uma óbvia alteração dos associados, que de individuais passa a ser predominantemente colectivos, Federações Agrícolas. Este fenómeno vai manter-se até ao Estado Novo, quando nas assembleias-gerais voltam a acentuar-se a entrada de sócios individuais. A emergência das corporações leva a uma nova forma de representação dos interesses sectoriais.

Em 1942, por exemplo, os dirigentes da ACAP Francisco Cardoso de Melo Machado, Luiz Cincinnato Costa e Eng. João Garcia Nunes foram reeleitos de Deputados na Assembleia Nacional Corporativa, como representantes da Lavoura. A vida associativa, no entanto, parece ter diminuído fortemente. Nessa altura ACAP continua a ser a entidade responsável pelos cadastros de genealogia dos gados, tendo como director o Dr. Rui de Andrade.



Ilustração 138 - Grémio da Lavoura em Coimbra. Foto Actual

Em 1951 a sua sede passa para a Rua de D. Diniz, nº 2, ao Largo do Rato, local onde irá permanecer até à sua auto-extinção da Associação já em 1995. Nos anos 50, todavia o boletim ainda se publicava e a associação têm cerca de um milhar de sócios, sendo seu director o Dr. José Adriano Pequito Rebelo. Cinco anos depois efectua-se com sucesso uma campanha para a compra da sede.

Os promotores

Ayres de Sá Nogueira (1802-1882)

A Real Associação Central da Agricultura Portuguesa tem como um dos seus principais mentores Ayres de Sá Nogueira. Nascido em Santarém a 4 de Março de 1802 vem a falecer em Lisboa a 8 de Março de 1882. Este irmão de Sá da Bandeira foi oficial da armada, da qual se reforma em 1832 como segundo tenente. Era um dos grandes defensores do " regresso à terra" e era conhecido como "Pae da Lavoura". Foi grande defensor do ensino agrícola, organizou a primeira exposição agrícola em 1852, trabalhou pela desamortização dos bens da misericórdia e confrarias como modo de criação de capitais para empréstimos a lavradores a juro módico. Fundou o crédito hipotecário e os seguros agrícolas, a colonização do Alentejo, o aproveitamento dos terrenos incultos. Foi o mentor de inúmeras reformas durante a Regeneração. Foi ainda vereador da Câmara Municipal de Lisboa, onde defendeu o levantamento da estátua do Marquês de Pombal, a criação do Jardim da



Ilustração 139 - Ayres de Sá Nogueira

Patriarcal e vários estudos de abastecimento de águas e várias exposições de plantas e frutas no antigo passeio público. Organizou a Exposição Egrícola no Terreiro do Paço em 1852.



Ilustração 140 - Elogio a Aires de Sá Nogueira na RACAP

Em 1848, vendo a decadência do Reino fundou a “Liga Promotora do Desenvolvimento dos Interesses Materiais do Paiz”. Teve na época um impacto tão elevado, que o receio de alterações de ordem pública levou à não aprovação dos estatutos. Em 1855 faz uma circular aos lavradores a apelar à sua reunião. Um dos primeiros a aderir foi Alexandre Herculano. Foi o ponto de partida da RACAP, fundada em 10 de Junho de 1860.¹³⁵

O seu neto, foi Genealogista, bibliogista e historiador, **Ayres Augusto Braga de Sá Nogueira**, nasceu em 1873 e faleceu em 1951. Foi director da Biblioteca de Mafra de que se exonerou em 1910. Como membro da RACAP publicou um estudo sobre o apuramento de raças (1907) e um trabalho sobre o seu Avó Ayres de Sá.

Serpa Pimentel (1825-1900)

António de Serpa Pimentel, nasceu em Coimbra a 20 de Novembro de 1825 e faleceu em Lisboa a 2 de Fevereiro de 1900. Foi Professor e Político. Foi presidente do partido Regenerador, redactor do Jornal do Comercio juntamente com Latino Coelho, Andrade Corvo e Alexandre Herculano. Foi fundador da Gazeta de Portugal, órgão do partido regenerador. Foi par do Reino em 1871. Era deputado desde 1856. Foi encarregue de formar o ministério a seguir ao Ultimatum de 1890 (13-1-890 a 15-09-1890). Foi o representante português na Conferencia de Berlim, e na missão portuguesa sobre o Estado Livre do Congo. Foi o Embaixador português que vai a Paris pedir a mão da princesa D. Amélia de Orleães, futura esposa de D. Carlos de Portugal. Foi um dos defensores da ocupação dos territórios coloniais.

Henrique de Mendia, (1858 – 1901)

Agrónomo, Nasceu em Lisboa em 18 de Fevereiro de 1858 e morre em 17 de Fevereiro de 1901 em Lisboa. Matricula-se no Instituto Geral de Agricultura em 1877, e termina o curso de Silvicultor em 1880. Foi lente do Instituto de Agronomia e Director-Geral das Florestas do Sul. Foi um dos grandes defensores da cultura do vinho em Portugal. Foi vice-presidente da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, eleito em Junho de 1893, e depois, até Março de 1899 seu Presidente.

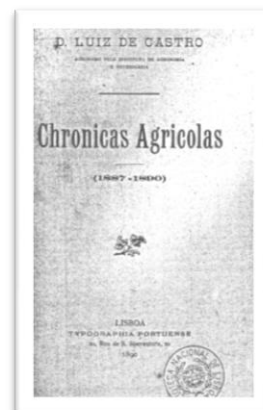
Organizou o congresso vinícola em 1895, onde foi orador. Foi deputado pelo círculo das Caldas da Rainha e par do Reino. Foi convidado para ministro

¹³⁵ Elogio Histórico lido na Sessão solene da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, em 10 de Junho de 1910, pelo sócio Joaquim Rasteiro, Lisboa, tipografia universal, 1910

das Obras Públicas mas recusou. Tem vários trabalhos sobre a cultura do Arroz na zona Centro (Coimbra)

Dom Luiz de Castro (1868- 1928)

Dom Luíz de Castro, 2º Conde de Nova Goa foi professor da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, onde regeu as cadeiras de Arboricultura e Viticultura e Economia Rural Foi redactor de várias revistas sobre agricultura, A "*Agricultura Contemporânea*" e a "*Revista Agronómica*", a "*Gazeta das Aldeias*", a "*Vinha Portuguesa*", A "*Vinha Americana*", a "*Agricultura Moderna*", a "*Charrua*", é colaborador do "*O Século*",



"*Diário da Manhã*" e da "*Crónica Agrícola*" do "*Diário de Notícias*". Neste último jornal, durante dez anos defende a agricultura portuguesa, nomeadamente sobre associativismo agrícola, estatística, imigração e abastecimento de carnes a Lisboa.

Ilustração 141 -
Crónica de Dom Luiz de Castro

Foi um dos mais destacados organizadores dos congressos vinícolas em 1895 e 1900. Neste ano foi o representante da RACAP. Representou ainda esta Associação em vários congressos internacionais sobre agricultura e associativismo agrícola.

Foi activista do Partido Regenerador, activo colaborador de Hintze Ribeiro. Com a cisão neste partido segue a facção de Venceslau de Lima (históricos). Foi deputado às Cortes em várias legislaturas, membro dos Festejos do Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. Foi ministro das Obras Públicas em 1908, onde defendeu a criação do Ministério da Agricultura. Foi ainda vereador da Câmara Municipal de Lisboa.



Ilustração 142 -
Ferreira Lapa

Com a Implantação da República colaborou com Ayres de Ornelas na defesa da causa monárquica. Em 1913 foi expulso da sua cátedra do Instituto Superior de Agronomia, onde só será reintegrado em 1917. Foi várias vezes deputado e senador na República.

Dom José de Alarcão

Agrónomo. Fundou a Revista Agronómica, periódico mensal de agricultura, horticultura e floricultura portuguesa, órgão duma Sociedade Agronómica, dirigida pelo próprio. Em 1858 escreveu Influência das Circunstâncias onde defende o associativismo agrícola

João Ignácio Ferreira Lapa (1823-1829)

Agrónomo e académico, nasceu em Ferreira de Aves, em Sátão, de famílias humildes, foi educado na Casa Pia de Lisboa. Dotado de uma "viva

inteligência” cursou no Real Colégio dos Nobres e ingressou na Escola Médica de Medicina Veterinária, na Calçada do Salitre. Ficou como professor do Instituto (que havia sido criado em 1845) e em 1852, transita para o Instituto Agrícola (que passa a integrar Escola de Medicina Veterinária). Foi um dos principais organizadores da participação de Portugal na Exposição de Londres de 1862. Trabalho com João Andrade Corvo na análise dos trigos portugueses, composto por 29 tipos diferentes. Foi um incansável viajante, e defensor da fertilização dos solos e mecanização da agricultura. Em 1876 era director do Instituto Agrícola e foi nomeado Par do Reino. Publicou uma extensa obra científica. Foi membro da Real Academia das Ciências de Lisboa e membro honorário da Real Associação Agrícola Portuguesa

Rodrigo Morais Soares (1811-1881)

Foi durante vários anos Director Geral da Agricultura. Foi um dos defensores da criação de Associações Rurais e Agrícolas. Em 1835 fundou em Lisboa uma Associação Flora e Pomona, juntamente com o Visconde da Carreira, Aires de Sá Nogueira, Conde de Ficalho, Bento António Alves, Joaquim Januário de Oliveira Machado, José Maria Grande e Joaquim José da Costa Macedo (secretário da Academia das Ciências), com o objectivo de desenvolver a horticultura e a fruticultura. Em 1858 promove a reestruturação da Companhia das Lezírias (criada em



Ilustração 143 -
Relatório de Morais
Soares

1839), que teve como objectivo a valorização da agricultura nas terras do Tejo e Sado. Foi ainda durante a sua presença na Direcção de Agricultura que foi criada a Associação Central da Agricultura Portuguesa. Os trabalhos deste homem, que produziu inúmeros relatórios técnicos sobre as questões agrícolas estão muito esquecidas, assim como os do conselheiro Emídio Navarro, que promoveu a Criação do conselho Superior de Agricultura onde foram criadas as Regiões Agronómicas.

Luís A. Rebelo da Silva (1855-1946)

Historiador. Diplomado em Agronomia iniciou a sua actividade através duma campanha em Lisboa de combate à filoxera. Em 1884 ingressa como lente no Instituto de Agronomia e Veterinária com o cargo de professor de química. Dedicou-se igualmente ao estudo dos adubos. Na fase final da sua actividade destacou-se como inspector das Estações Agrícolas, onde dirigia vários campos de ensaios. Foi par do Reino e membro da Academia das Ciências



Ilustração 144 -
Boletim da ACAP em
1985

Anselmo José Braamcamp (1819-1885)

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra foi procurador régio em Almada e Lisboa. Entrou no governo com Sá da Bandeira. Em 1862 dirigiu a pasta da fazenda quando sai a lei de abolição dos Morgadios. Em 1866 foi

conselheiro de Estado. Foi ministro da Justiça (1863) e do Ultramar (1866). Em 1879 era ministro dos Estrangeiros, quando o governo cai por razão do tratado com a Inglaterra sobre Lourenço Marques. Chefiou o governo em 1880, como chefe do partido progressista. Foi várias vezes deputado pelo círculo de Lisboa. Em 1885 iniciou com Oliveira Martins o grupo Vida Nova, onde procura reorganizar o partido progressista.

O seu irmão Geraldo José Braamcamp (1813-1877) foi um dos heróis do Mindelo, foi vereador da Câmara de Lisboa e presidente da RACAP

João Andrade Corvo (1824-1890)

Agrónomo e político, nasceu em Torres Novas em 30 de Janeiro numa família miguelista. Em 1839 entra na escola politécnica onde foi colega de Fradesso da Silveira, Latino Coelho e do Conde de Almostrim, José Horta, filho do Marechal Saldanha. Em 1844 rege a cadeira de Estudos de Botânica na Escola Politécnica. Em 1852, passa a reger uma das cadeiras do Instituto Agrícola. Durante esse tempo escreve diversos trabalhos sobre os problemas da agricultura. Nomeadamente a *Água para as Regas, A cultura e a natureza, Química Popular, Economia Política para todos, Estudos Económicos e Higiénicos sobre os arrozais*, que é uma parte do relatório efectuado em 1859 sobre o fomento dos arrozais. Eleito para as Cortes, pelo partido Regenerador em 1866, fez parte do Gabinete de Joaquim António de Aguiar como ministro das Obras Publicas. Em 1871, foi nomeado Par do Reino. Em 1876, foi nomeado Ministro dos Estrangeiros, que mais tarde acumula com o cargo de Ministro da Marinha e do Ultramar. A partir de 1877 dedica-se aos Estudos Ultramarinos, através dos trabalhos na Academia das Ciências. E autor da Conferencia feita em 1866 na RACAP. O seu filho Luís de Andrade Corvo (1850-1890) foi director do Museu Colonial, responsável pela presença portuguesa na Exposição de Paris, em 1888, onde apresentou uma colecção de produtos agrícolas coloniais. Luís Andrade Corvo também agrónomo, efectuou alguns estudos sobre a filoxera nas vinhas.

Caetano da Silva Luz (1842- 1904)

Caetano da Silva Luz, 1º visconde de Coruche tirou o curso de agronomia no Instituto Geral da Agricultura de Lisboa. Era proprietário da "Quinta Grande" em Coruche onde foram aplicadas algumas das modernizações da agricultura. Foi sócio efectivo da RACAP desde 1866, onde exerceu vários cargos directivos e proferiu várias palestras tanto na Sociedade de Sciencia Agronómicas, como na Sociedade de Geografia. Foi ainda administrador da Companhia das Lezírias e colaborou em várias exposições internacionais, nomeadamente Filadélfia com Batalha Reis e Manuel José Ribeiro. Os primeiros congressos agrícolas em Lisboa e em Estremoz resultaram numa proposta sua à RACAP. Em 1886 foi um dos mais acérrimos defensores da protecção aos produtores nacionais (crise cerealífera de 1886). Casou em 1860 com D. Maria da Assunção Pereira da Costa, filha de Joaquim Pereira da Costa, presidente da Direcção do Banco de Portugal. O seu filho Luiz Caetano Pereira da Costa, (1869-1923) sucede a seu pai como vogal no Conselho Superior de Agricultura

B . C. Cincinnato da Costa (1866-1930)

Bernardino Camilo Cincinnato da Costa fez o curso de engenheiro agrónomo e médico veterinário no Instituto de Agronomia e Medicina Veterinária, onde foi lente a partir de 1887, nas cadeiras de tecnologia agrícola. Foi ainda director do Laboratório de Tecnologia Agrícola Ferreira Lapa. Foi um dos fundadores da Sociedade de Ciências Agronómicas e director da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa e da Academia Portuguesa de Ciências.

Representou Portugal em vários Congressos e exposições internacionais, nomeadamente em Madrid em 1892 e em Paris em 1900. Foi ainda delegado português ao Instituto Internacional de Agricultura em Roma. Publicou com Dom Luiz de Castro o "*Portugal do ponto de vista agrícola*", a "*Oleicultura em Portuga*"I, a "*Produção e comercialização dos principais géneros agrícolas*" e a "*Questão dos Trigos*".

Marquês de Sabugosa (1825-1897)

António Maria José da Silva César e Menezes, era par do Reino, Oficial-mor da Casa Real e Gentil-homem da Câmara da Rainha D. Maria Pia. Foi Governador Civil da Lisboa e Enfermeiro-Mor do Hospital de São José e Director da Companhia das Águas. Foi membro do partido Histórico. Foi ministro do Governo do Duque de Loulé e em 1878 fez parte do partido Progressista. Foi ainda Ministro da Marinha no Governo de Anselmo Braamcamp, onde se opôs à concessão da Zambézia a Paiva de Andrade

Outras Revistas sobre Agricultura

A publicação de temas agrícolas em revistas e jornais é uma das formas privilegiadas de divulgação dos assuntos da lavoura. Praticamente todos os participantes das actividades da RACAP e professores do

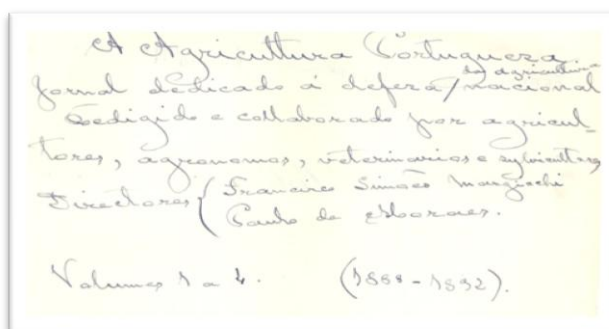


Ilustração 145 - Boletim de Inscrição em Biblioteca de RACAP

Instituto Superior de Agronomia desenvolveram a actividade publicista na imprensa.

O surgimento e a implementação dos Jornais Diários, a partir de 1900 levaram à extinção da maioria das revistas de agricultura. Os artigos de divulgação agrícola passam a ser integrados nas rubricas do Diário de notícias e de O Século.

A Gazeta dos Lavradores (1877-1882)

A Gazeta dos lavradores publica-se entre Abril de 1877 e 1882, nela nada refere que tem ligação a RACP. Nela se publicam artigos de António Batalha Reis, Bernardino Barros Gomes, A. Nunes dos Reis, Augusto de Carvalho,

Fernando Afonso de Almeida Coutinho, Henrique de Mendia, tudo indivíduos ligados ao ensino agrícola.

Neta publicação, muito ligada à actividade de Real Associação Central da Agricultura Portuguesa sobressaindo os artigos de António Batalha Reis (1838-1917) grande divulgador dos temas vinícolas e relator português à Exposição Internacional de Vinhos em Lyon, no ano de 1872¹³⁶

Agricultura Portuguesa (1888- 1892)

A Agricultura Portuguesa, Jornal Dedicado à defesa da agricultura nacional, publica o seu primeiro número em 5 de Dezembro de 1888, na cidade de Lisboa. Era uma publicação quinzenal a 5 e 20 de cada mês e custava 2\$000 reis por número. Eram seus directores Francisco S. Margiocho e Paulo de Moraes, também proprietários. A sede do jornal era na Praça dos Restauradores nº 15 e 16. A colecção consultada na Biblioteca Nacional termina com o nº 96, no seu ano 4 a 20 Dezembro 1892.

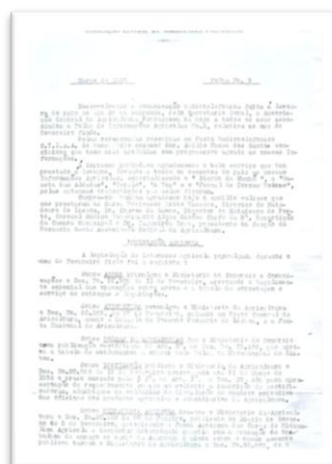


Ilustração 146 - Circular aos Sócios dos anos 30

A revista apresenta notícias variadas sobre agricultura, sobre a actividade do, Conselho Superior de Agricultura, na época dirigido por Emídio Navarro e faz ainda publicidade a várias máquinas agrícolas, cujas gravuras reproduz. Nela refere a existência dum Jornal "*Agricultura Contemporânea*" que aparentemente competiria com esta revista uma vez que várias picardias surgem nesta revista.

Archivo Rural (1858 -1876)

Jornal de Agricultura artes e sciencias correlativas publica-se em Lisboa, onde o número 1 sai em 1858 e publica-se até 1876 (16 volumes). Era editado pela Imprensa Universal Typographia e eram seus redactores Rodrigo Moraes Soares, Ferreira Lapa e Bernardo de Lima

Vinha Portuguesa (1880-1927

Dirigido por Almeida de Brito foi uma resposta à crise da Filoxera e os números da revista são indispensáveis para seguir o problema. Criado em 1890 será dirigido em 1926 27 por Cândido Duarte e Adolfo Fassio

¹³⁶ Veja-se "A vinha e o Vinho em Portugal": Relatório sobre a Exposição de Vinhos de Lyon em 1872, a 1872, e "O roteiro do Vinho Português, publicado em 1945 pelo SNI. Esta última publicação foi o resultado das Missões Oenotécnicas, criadas em 1902 e extintas em 1911, que constituiu a base da Organização Corporativa do sector vinícola. Um retrato muito rico do país vinícola, com base num roteiro patrimonial. Batalha Reis foi ainda responsável pela publicação de "Fabrico e Preparo do Vinho de Pasto", publicado em 1872.

Jornal Oficial De Agricultura (1877-1881)

O “*Jornal Oficial de Agricultura de Artes Sciencias Correlativa*” é fundado em Lisboa em 1877. Foi Dirigido por Veríssimo de Almeida que escreve um conjunto de crónicas agrícolas que vão criar um corpo de doutrina sobre patologia vegetal; e por Pereira Coutinho que escreve um conjunto de artigos sobre sericultura a partir das suas experiencias na zona de Bragança. O Jornal extingue-se e vai dar integrar-se na *Vinha Portuguesa*.

A Agricultura Contemporânea

Dirigido por Pereira Coutinho e Veríssimo de Almeida, jornal onde colaboram Filipe de Figueiredo

e Rebelo da Silva, Setrório do Monte Pereira, Cincinnato Costa, Luiz de Castro

Portugal Agrícola (1890- 1911)

Dedicado aos interesses, fomento, progresso e defesa da lavoura na metrópole e colónias, é dirigido por Dom Luís de Castro. Posteriormente este jornal também terá a colaboração de J. Achilles Ripamonti e a Joaquim de Azevedo. Este empresa publica um vasto volume de obras de Dom Luís de Castro entre os anos de 1890 e 1903. Poderá ter substituído o Boletim da RACAP durante esse período.

Gazeta das Aldeias, (1885-1907)

Surge no Porto e dispõe de uma coluna de consulta aos lavradores ENTRE 1885 E 1907. Era dirigido por Júlio Gama

Jornal de Agricultura Portuguesa (1880-1882)

Jornal de Agricultura Portuguesa e Sciencias correlativas, destinado a lavradores portugueses era publicado no Porto por Fraga Lmares e Alves Torgo Júnior.

Jornal de Agricultura Prática (1867-1868)

Era um jornal editado por Miguel de Alarcão para a educação dos lavradores portugueses.



Ilustração 147 -Capa de Estudo sobre o comércio de vinho com as Colónias, António Capela, 1973



Ilustração 148 - Conferencia de Dom Luiz de Castro em 1909

*“O cálice fechado na mão para tirar o frio do cristal,
depois de se admirar os reflexos de ouro que a luz arrancará ao topázio perfumado,
em goles bem saboreados,
de olhos semi-cerrados,
procure-se encontrar no moscatel, a suavidade, o encanto
da paisagem amável que acabou de ser percorrida:
-C'est du veritable soleil em bouteille !*

(António Batalha Reis , Roteiro do Vinho Português, 1945)



SÍNTESE

A herdade de Rio Frio integrou-se nas dinâmicas territoriais da margem esquerda do Tejo no âmbito da sua integração e relação com a área metropolitana de Lisboa. Território vasto é inicialmente uma área de lazer da coroa sendo os terrenos apenas agricultados nas suas franjas. Com o apoio da tecnologia com a crescente importância das vias de comunicação no século XVIII, o território cresce. Nele se constroem estradas por onde as pessoas e bens acedem ao Estuário do Tejo, tornando-o num espaço de ligação entre as terras do Sul e a Grande Cidade.

Com a mobilização da tecnologia na agricultura, o território inicia a sua integração nas dinâmicas produtivas da modernidade. Acompanhando as vicissitudes da posse da terra pela nobreza, senhora de vastos domínios senhoriais acumulados no tráfico do Atlântico e do Índico, cai durante o século XIX nas malhas da banca, que através de hipotecas leva o território à posse de Ferreira Braga e sua esposa. Será de José Maria dos Santos, casado com a riquíssima viúva, e rico comerciante e financeiro da praça lisboeta e que inicia, em Rio Frio, uma bem sucedida experiência de modernização agrícola.

Com José Maria dos Santos Rio Frio torna-se no modelo da tão desejada modernização da agricultura portuguesa. Por esse motivo, rio Frio torna-se uma espécie de mito da lavoura das terras do Sul. Em plena época das campanhas de colonização do Alentejo torna-se no exemplo vivido. Foi modelo para Oliveira Martins, foi modelo para o modelo da fixação de colonos; foi um modelo para a organização da empresa agrícola. É mesmo muito provável que a empresa agrícola, em colaboração com o seu amigo Abel Pereira da Fonseca, tenham sido os responsáveis pelo costume de consumo de vinho de pasto na cidade de Lisboa.

É essa imagem de empresário, de fortes cabedais e de geniosa iniciativa que chega aos dias de hoje. Nas memórias dos escritos económicos da época, nas memórias sociais dos caramelos que acolheu e tantos benefícios concedeu; esses mesmos caramelos que, para espanto de tantos Lisboa, vieram das terras de Palma, das lezírias do Tejo para o acompanharam, num ensolarado dia de Junho, até ao cemitério dos Prazeres em Lisboa. Deixou uma das mais bem organizadas fortunas do seu tempo. Fortuna essa que os seus herdeiros foram correspondendo até aos anos 60, momento em que as dinâmicas da região se começam a alterar inexoravelmente e que conduzem ao agonizante fim da sua especialização agrícola, sem que à época os senhores da terra se tenham conseguido reverter.

Deste modo, os tempos de rio frio podem ser divididos sinteticamente em 4 fases:

- Um primeiro tempo de conquista das terras ao Tejo e à Charneca, operada com Jàcome Ratton e seus herdeiros; onde são aplicadas algumas tecnologias agrícolas, sem uma continuidade na inovação
- Um segundo tempo, com a aquisição de Ferreira Braga e com a transformação operada por José Maria dos Santos; que transforma a herdade de rio frio numa Casa Agrícola modelo. Esta operação tem como significado a transformação duma fortuna duma herdada, de base essencialmente financeira e imobiliária, para uma base essencialmente produtiva;
- Um terceiro momento, desenvolvido pelos seus herdeiros, entre 1913 e 1961, conduzida por António, Samuel Santos Jorge e José Samuel Lupi, em função das leituras do mercado do seu tempo, que corresponde á "Casa Agrícola Santos Jorge". É um periodo onde se vai ajustando o modelo de produção, introduzindo alteração de cultura e inovação de forma equilibrada. Podemos afirmar que se tratou duma gestão contida, equilibrada, voltada para o rendimento.
- Finalmente um quarto momento, a partir de meados da década de sessenta, com o impasse na agricultura portuguesa, por falta de incentivos, crédito; e que coincide com um momento de partilhas por herança, o conjunto da "Casa Agrícola" entra em decomposição. José Lupi, face à nova situação toma um conjunto de decisões que aceleram a desagregação do território. A separação entre as Herdades da Barroca d'Alva e de Rio Frio quebrou os elementos de complementaridade que favorece por sua vez novas desagregações. Rio Frio perde a sua dinâmica agrícola e busca um novo modelo de especialização no âmbito da dinâmica territorial da área metropolitana de Lisboa.

Os dois primeiros períodos constituem períodos excepcionais. São iniciativas arrojadas. Quer Jàcome Ratton, quer José Maria dos Santos são empreendedores. José Maria dos Santos é reconhecido pela sua capacidade de gestão, de organização e liderança. Numa primeira fase faz investimentos avultados em terras, transforma-as em terrenos agrícolas e organiza a sua produção em função mercado. Homem bem relacionado com os principais agrónomos do tempo, influente em termos políticos económicos, utiliza a informação disponível em proveito dos seus negócios. As suas posições no seio da RACAP são discretas. Apoia os seus conterrâneos nas várias pressões políticas, não só movido por interesses pessoais, mas porque está convicto de que essa é a melhor solução para os problemas agrícolas. E essa convicção é retirada da experiencia. Por isso a sua memória perdurou.

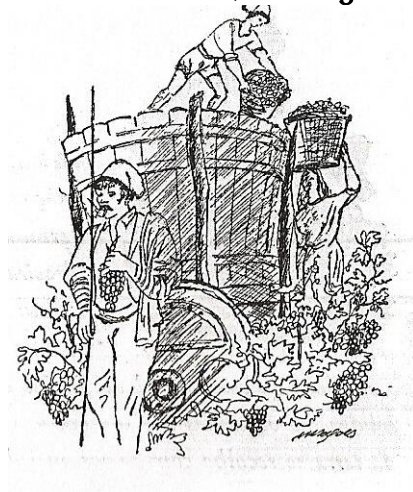
O terceiro período teve igualmente os seus méritos. Se olharmos para esses tempos, verificamos que os dois protagonistas utilizaram os avanços científicos que se estavam a desenvolver nesse tempo aplicados à agricultura. Ousaram inovar para melhorar a produtividade dos seus

recursos. Os dois protagonistas distinguem-se pela sua capacidade de gestão. Pelo equilíbrio e descrição. Pela sua posição foram empresários bem relacionados com o poder do seu tempo. Não ousaram avançar mais dos que os que antecederam porque o principal estava feito. Souberam introduzir alterações nos processos de produção, investiram quando o mercado assim o aconselhava. Teria sido possível ir mais longe num país que se fechou sobre si mesmo em busca da auto-suficiência quando eles próprios representavam esse modelo? Ficaram fora da segunda revolução verde, da especialização produtiva. Não temos elementos para ir mais longe. Quanto a alteração do perfil de especialização da Herdade, ainda é cedo para avaliar as suas dinâmicas e o valor dos seus protagonistas.

Ficará a memória de Rio Frio e dos seus protagonistas perdida nesse processo, ou haverá oportunidade para a alocar como elementos de valorização do território?

Terão os novos senhores de Rio Frio o génio e a sabedoria dum José Maria dos Santos, ou a habilidade e equilíbrio de gestão de Santos Jorge e José Lupi para utilizar essa memória como ferramenta de futuro? Este é o desafio do presente!

*“Nasce uva na ramada
Para ser Mártir um dia;
Mas depois de torturada,
É vida, Graça, Alegria”*



A memória patrimonial de Rio Frio e suas dinâmicas territoriais

Como verificamos a memória e o mito da Herdade de Rio Frio está ligada aos meios de comunicação (estradas, vias fluviais, comboios a que agora se vai juntar o grande aeroporto), e à actividade agrícola (essencialmente tecnologia agrícola, vinicultura, silvicultura, criação de gado, horticultura, fruticultura, rizicultura). Ou seja praticamente tudo o que distingue a agricultura portuguesa. Dos grandes construtores do território homens e os tempos da agricultura parecem já de um passado distante, face às aceleradas mudanças regionais. Com a dinâmica da agricultura definitivamente ultrapassada, a dinâmica de comunicação a formatar a especialização do território coloca-se a questão do que fazer com estas memórias. Utiliza-las ou deixa-las no limbo do esquecimento.

Como se viu existem múltiplas abordagens e proposta de valorização do património e da herança de Rio Frio. Umas são constituídas por inventários, outras por propostas de musealização e arquivo. Grosso modo, a maioria das propostas são feitas no âmbito de políticas culturais públicas, com lógicas e dinâmicas diferenciadas. Nenhuma das que vimos procura a valorização do legado de Rio Frio numa perspectiva de desenvolvimento do território. Na nossa perspectiva memória deve ser construída voltada para o futuro: a memória com recurso de desenvolvimento.

Os trabalhos que executamos visaram analisar a História da Herdade no âmbito do contexto das transformações do território. Com base na documentação disponível, dentro de limites balizados, inventariamos heranças, identificamos significados e tecemos algumas interpretações. Nesse sentido não é um trabalho completo nem concluído. Pois muitas outras abordagens seriam possíveis, e muitas outras fontes, nomeadamente fontes orais, dos protagonistas ainda vivos poderiam completar, dando alguma vida ao quadro que se procurou traçar.

O relatório tem como preocupação responder ao que foi solicitado. Mas, face ao desafio sobre qual a actualidade da memória de Rio Frio em face das novas dinâmicas, e sem procurar avaliar os sentidos das novas dinâmicas, o texto orientou-se por abordagem sistemática dos assuntos. Isso é feito com a preocupação de conferir duas potenciais utilizações ao trabalho: uma, a mais óbvia, a sua publicação, para a qual seria necessário fazer ajustes no texto em função do tipo de publicação e rever a escolha de imagens; a segunda utilidade, que poderá até ser complementar da primeira, é utilizar o texto como guião para uma exposição sobre os tempos e o espaço da herdade. Este texto é o conjunto de informações sistematizadas, possíveis e utilizar para esse efeito.

Quando fomos convidado para a elaboração do trabalho, apresentamos no entanto uma proposta que envolvia uma análise dos equipamentos de lazer e cultura da região (um diagnóstico prospectivo) e uma proposta para uma tipologia de um equipamento desse tipo em Rio Frio. Por solicitação da administração ajustamos esses objectivos, para o que acabamos de explicar. Não queríamos todavia terminar sem apresentar em linhas muito gerais uma reflexão feita sobre os modos de integração da memória na dinâmica de valorização do território.

Existem actualmente duas tipologias de equipamentos de cultura e lazer com preocupações de, por um lado atraírem visitantes ou turistas, e por outro lado trabalharem a herança e o património. Estas duas tipologias não são estanques. São modelos. A realidade é sempre mais rica dos que os modelos analíticos combinando muitas das características de cada um deles: Os modelos que acentuam mais a vertente turística do equipamento dão origens aos Parques (temáticos, de lazer, abertos ou fechados). Por outro lado, acentuando mais o vector da cultura, temos os Museus (novos museus de território), os Parques Arqueológicos, os Centros de Interpretação, etc.

No primeiro caso, temos em Portugal vários casos, uns com mais sucesso do que outros. O Zoomarine no Algarve é o melhor exemplo deste caso de Parque fechado, sendo o parque das Nações um outro exemplo de parque aberto em ambiente urbano. O parque do Almourol será neste domínio um exemplo misto, situando-se numa dinâmica de mutação territorial.

No segundo modelo, temos também vários exemplos, o da Vila Moura no Algarve, a Fábrica do Inglês em Portimão, A Fábrica da Pólvora em Oeiras, o Centro de Interpretação da Vinha e do Vinho de Santo André de Ancede, O Castelo de Noudar em Barrancos, O Museu da Luz no Alqueva. O Parque de Foz Côa, o Eco-museu do Seixal o Eco-museu do Barroso e tantos outros. Nestes últimos temos variadíssimas tipologias, entre uma vertente mais pública e outra mais privada, sendo que nesta segunda vertente, a natureza de prestação de serviços do projecto seja mais forte, normalmente envolvendo restauração e pequenas unidades de comércio e um calendário de eventos, pequenos núcleos museológicos, espaços multifuncionais para MICE (Congressos, Incentivos, Encontros ou Exposições). De resto, pelo que me apercebi, esse modelo já existiu na herdade em tempos relativamente recentes.

No âmbito das lógicas de organizações museológica prestadores de serviços, parece-nos relevante pensar uma tipologia de equipamento que trabalhe sobre a memória da herdade, sobre a memória do tempo agrícola no vale do Tejo, no tempo do vinho e do arroz, sobre os tempos e as dinâmicas de transformação do território e suas formas de comunicação. Existe uma janela de oportunidade para trabalhar uma tipologia de organização inovadora, que responda a novos desafios de âmbito regional, correspondendo às novas necessidades urbanas e turísticas.

O desenvolvimento dessa análise /proposta era a nossa ideia inicial. Quando olhamos para Rio Frio, quando pensamos o que poderia fazer a partir de algumas estruturas pré-existentes, ocorreu-nos a ideia de se poder "*viajar no tempo*". Esse foi o conceito que me motivou na apresentação da proposta. A **máquina do tempo** com conceito estruturador duma proposta de viagem ao passado visto através das tecnologias do futuro.

E ao olhar para o trabalho que executamos apercebemo-nos que ele foi feito como uma viagem. A primeira parte duma viagem que exige novos instrumentos da memória. A memória de Rio Frio implica um desafio

idêntico ao de José Maria dos Santos. Ousar inovar em função das necessidades dos mercados e dos territórios para lhe acrescentar um factor de diferenciação que lhe permita competir numa economia global.

*“A vela dá-nos o pingo
A uva dá-nos a pinga:
Uma é vida que morre
A outra é vida que singa”*



ANEXOS

Outras Memórias sobre o património na envolvente da Herdade de Rio Frio

O objectivo deste ponto é inventariar o conjunto de elementos patrimoniais que têm sido apresentados no âmbito do território de Rio Frio, suas dinâmicas preservacionistas bem como identificar os agentes envolvidos. Não se procede à sua avaliação. Pretende-se com isso facilitar a integração do que é a memória de rio Frio no âmbito das várias políticas territoriais em curso.

Memórias Orais e Núcleos Museológicos no Município de Palmela

"A dimensão da Oralidade é indispensável ao programa museológico municipal de Palmela, no qual a contemporaneidade é uma presença incontestável. Esse facto é particularmente patente no que se refere a núcleos museológicos como os que se estão a estruturar para Pinhal Novo – dedicado aos ferroviários e a evolução urbana da vila, Cultura Caramela e Ofícios Tradicionais – o dedicado à vinha e ao vinho, em instalação da Adega de Algeruz (freguesia de Palmela) o Museu da Malária, a instalar em Águas de Moura - e genericamente a outros pontos do concelho onde a riqueza patrimonial rural e agro-pastorial permite ainda a preservação de memórias sobre as localidades de origem, casos das freguesias do Poceirão e Quinta do Anjo"

O presente documento constitui o primeiro trabalho de sistematização para a criação de um Arquivo de Fontes Orais do Concelho.

(...)

A missão do Arquivo que tem na História Oral a metodologia privilegiada é a valorização das memórias dos cidadãos do concelho como fontes para a construção da História Local, através de entrevistas realizadas a determinados grupos socioprofissionais e a pessoas anónimas (através da elaboração de histórias de vida) com a finalidade de as preservar, de as tornar documento – a utilizar /explorar com base na metodologia crítica inerente a qualquer acto historiográfico e/ ou antropológico – e de as divulgar a posteriori através de publicações que se considerem oportunas. Promover uma maior abertura do museu à comunidade é outro, não menos importante objectivo do projecto¹³⁷"

Este acervo integrar-se-á no Fundo Documental da Divisão de Património Cultural em Constituição. A base de dados on-line deverá possibilitar a pesquisa a todos os interessados (...) de forma a melhorar a conhecimento do concelho e a contribuir para um maior reforço da Identidade Local.

Este não é um acervo constituído por documentos históricos ditos tradicionais, mas sim por material não livro, onde se destaca o material

¹³⁷ ALVES, Cristina, e álea (2003), "Para um arquivo das Fontes Orais do Concelho de Palmela" in Memórias de Ferroviários de Pinhal Novo, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Estudos e Projectos Municipais, nº 7, pp. 17-18

audiovisual, proveniente da realização de entrevistas, enquanto fonte importante de um dado momento histórico, ainda possível de ser captado através da oralidade, sob a forma de memórias.

Pretende-se dar voz aos diversos participantes da História concelhia, não só às grandes personalidades, como a cidadãos comuns, cujas experiências são muitas vezes negligenciadas, mas de contributo decisivo para a compreensão da cultura e da história enquanto elementos integradores/produtores de identidade" (ibidem)

Arquivo Casa Santos Jorge e o Grupo Desportivo De Rio Frio

Nas instalações do Grupo Desportivo de Rio Frio, fundado em 25 de Dezembro de 1925, actualmente localizado na antiga esquadra da polícia em rio Frio, tem à sua guarda o espólio da Casa Agrícola Santos Jorge. Este arquivo foi referenciado pelos serviços da Câmara Municipal de Palmela¹³⁸, que procedeu à classificação do acervo documental.

É um espólio que contém informação de natureza comercial e organizativa, fundamentalmente entre os anos de 1930 e 1970, incluindo a correspondência e as folhas de caixa. Inclui ainda um conjunto de publicações periódicas entre 1926 e 1968. No mesmo arquivo encontram-se igualmente informações sobre a Herdade de Monte Junto (1870-1912) Da Herdade de Rio Frio (entre 1872-1916), Barroca de Alva (entre 1877 e 1916), Herdade de Rilvas (entre 1880 e 1886), Herdade da Amieira, Monte Rodrigo, Herdade do Bacelo. Lavoura do Pereiro, Rilvas e Pontão (1896-1916, Herdade dos Machado (1913-1916) e ainda outras relativas às actividades do grupo desportivo.

Este arquivo, pela observação superficial do seu conteúdo, corresponde, grosso modo ao modelo organizativo da casa de Palma, depositado no Arquivo Histórico e Social do ICS, e que apresenta elementos cronológicos anteriores. Assim se confirmando este modelo de organização, significa que o modelo de controlo de gestão implementado por José Maria dos Santos, dispunha de "centro de custos" em cada uma das herdades.

A sua análise poderá dar indicações sobre os processos de gestão e resultados da actividade da empresa agrícola gerida por José Maria dos Santos, de António Santos Jorge e Samuel Santos Jorge e José Lupi.

A sua conservação e análise poderão ser determinante para entender a evolução da história económica da herdade numa escala mais fina.

¹³⁸ PALMELA, Câmara Municipal (2001). PRAIM, Programa de Recuperação de Arquivos de Interesse Municipal, volume II, Palmela, Câmara Municipal

Palmela Histórico-Artística: um inventário

Trata-se duma publicação da Câmara Municipal de Lisboa¹³⁹, executada por um Historiador de Arte, e dentro duma lógica de inventário. Apresenta um conjunto de textos introdutórios sobre a evolução do município, nomeadamente a sua história institucional. Nesse sentido, a observação dos objectos é essencialmente feita a partir da sua valoração estética, como representação de um passado onde a leitura do poder continua a ser predominante.

É igualmente elaborada uma síntese da evolução da história dos bens artísticos, efectuando-se a sua interpretação em função das relações de dominação social, de que esses objectos são símbolos e das condições materiais da sua produção, avaliando o grau de originalidade de cada elemento de análise. Saliente-se que todo o trabalho é acompanhado por abundante informação fotográfica de autor.

Contextualiza-se as actividades da Ordem Militar de Santiago de Espada, a evolução dos núcleos urbanos e da arquitectura relevante. Aí abordam-se alguns equipamentos mais modernos, relacionados com a emergência dos poderes públicos, como seja as estações ferroviárias de Pinhal Novo. Dada a opção de abordagem, os elementos mais detalhadamente analisados são a escultura, a talha dourada, a azulejaria.

Nessa lógica o inventário caracteriza essencialmente os bens materiais, classificados por pertença a uma unidade territorial: a freguesia, a partir da qual se efectuam fichas por elementos relevantes.

A referência a Rio Frio surge portanto integrada na Freguesia do Pinhal Novo, criada em 1928, onde se salienta a construção da estação em 1861. Na pequena descrição da Freguesia executa uma pequena biografia de José Maria dos Santos (pp. 310-311), dos seus trabalhos



Ilustração 149 - Busto de José Maria dos Santos no Pinal Novo

agrícolas e do seu contributo para a fixação de população. Refere ainda a doação de terrenos, para a construção da estação agrícola para estudo da filoxera, do terreno para a construção da Igreja paroquial de São José¹⁴⁰. Refere igualmente o Busto de José Maria dos Santos, mandado erguer pelos seus rendeiros em 1916, do Escultor Costa Motta Sobrinho (pp. 321-323)

Na página 339 surge a referência à Herdade de Rio Frio, onde para além da síntese da história da herdade, faz referencia ao edifício da Fábrica de Arroz (datado do início do século XX), com referencia aos silares "art nouveau" no

¹³⁹ SERRÃO, Victor e MECO, José (2007) *Palmela Histórico-Artística: Um inventário do património artístico concelhio*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela

¹⁴⁰ Veja-se também CEBOLA, José Manuel (2007), *Capela de São José, Pinhal Novo*, Junta de Freguesia do Pinhal Novo

seu interior. Refere ainda a carpintaria José Melo, onde esteve instalado um núcleo museológico municipal (actualmente o espólio está no museu municipal de Palmela).

Finalmente, entre as páginas 342 e 358 descreve o Palácio de Rio Frio e o Centro Hípico (edificado em 1930) com abundante informação iconográfica

Ermida de Santo António de Ussa¹⁴¹

Época Construção - Séc. XVI (conjectural) / XVIII

1585 - Os terrenos da Barroca, encontravam-se na posse de Álvaro Afonso de Almada, cavaleiro da Ordem de Cristo

1619 - o fidalgo André Ximenes de Aragão, cavaleiro da Ordem de Cristo (6º filho de Duarte Ximenes de Aragão e de Isabel Rodrigues da Veiga e irmão de Fernão Ximenes de Aragão, rico mercador), institui, em testamento com sua mulher D. Maria Ximenes, um morgadio de 10 mil, cruzados que tinha como sede a Barroca d'Alva e



importância de que era credor ao Duque de Bragança; a administração deste vínculo passou depois a um filho de nome Tomás e, por morte deste, a um seu sobrinho, Jerónimo; deste passou a outro sobrinho, Rodrigo Ximenes de Aragão e depois a seu neto Francisco Inácio Ximenes Coutinho de Aragão Barriga e Veiga; foi depois o morgadio herdado por Rodrigo Caetano Pereira Coutinho Barriga e Veiga seu filho bastardo; nesta altura já a maior parte das terras da Barroca tinham revertido para a Coroa;

Ilustração 150 - Capela de Sto António da Ussa

1747 - Jàcome Ratton (1736 -1822) chega a Portugal;

1767 - Ratton obtém da Coroa o arrendamento perpétuo das terras da Barroca e inicia no local uma plantação de amoreiras e criação de bichos-da-seda; procede ao arroteamento dos terrenos incultos, enxugo de pântanos, limpeza de valas, etc.; nos terrenos existia então, segundo o próprio Ratton, apenas uma ermida, dedicada a Santo António (2), com casa anexa em ruínas, que eram pertença da comenda de São Tiago de Alcochete; Ratton teria procedido ao restauro da ermida, mantendo as suas características (3);

1810 - Perseguido por suspeita de colaboração com os franceses durante as invasões, Ratton exila-se em Inglaterra; durante a sua ausência será o seu filho Diogo Ratton a assumir a direcção dos negócios; senhor do Prazo da Barroca d' Alva, membro da Comissão de Obras Públicas e membro fundador da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, conclui as obras do primitivo solar da Barroca, hoje desaparecido;

1876 - José Maria dos Santos, compra a Barroca e courelas anexas ao Barão de Alcochete, Jacques Léon Daupiás, filho de Bernard Daupiás, 1º Barão e 1º Visconde de Alcochete, casado com Emília Júlia Ratton, sua prima, e herdeira da Barroca por via paterna;

¹⁴¹ Página da DGEMN relativo ao "Património", consultada em 2008 (www.ippar.pt)

1913 - morre José Maria dos Santos passando a direcção dos seus negócios para o seu sobrinho António Santos Jorge pai do actual proprietário Samuel Lupi Santos Jorge."

Tipologia - "Arquitectura religiosa renascentista, maneirista. Edifício de planta circular, com cobertura em cúpula esférica, com protótipos italianos do alto renascimento, do tipo bramantino. Modelo invulgar no país, a capela enquadra-se na tipologia das cubas alentejanas aqui defendida por dupla cintura de muralhas ameadas. Os vestígios do pórtico de entrada, em frontão semicircular, conduzem sempre aos formulários italianizantes de quinhentos."

Características Particulares - Capela fortaleza sem paralelos conhecidos em Portugal, destaca-se pelo equilíbrio das massas e pela racionalidade geométrica da sua planimetria, constituindo aparentemente um exemplar único de puras formas renascentistas, divinamente enquadrado pela paisagem envolvente.

Palácio de Rio Frio

"Mandado construir em 1918 por António dos Santos Jorge em terreno herdado do tio José Maria dos Santos, o palácio surpreende pela sua elegância e nobreza do traço arquitectónico, reforçados pelo exuberante jardim.

No interior, saliente-se a monumentalidade dos espaços e o preciosismo dos painéis de azulejo da autoria de Jorge Colaço, um dos nomes mais importantes da azulejaria portuguesa. O Palácio é obra de José Ribeiro Júnior ou de Raul Lino (é obra de José Luiz Monteiro, sendo nítida a influência de Raul Lino), segundo suspeita (afirma) da actual proprietária Maria de Lurdes Lupi d'Orey. A casa encontra-se aberta ao Turismo de Habitação desde 1992.



"Palácio da Herdade de Santos Jorge, Rio Frio, 1918: Foi preciso José Luiz Monteiro esperar até aos 70 anos de idade, para ver erguer-se uma obra sua fora do distrito de Lisboa, mais concretamente este seu penúltimo projecto, também conhecido como Palácio de Rio Frio, no concelho de Palmela. O edifício foi mandado construir em 1918 por António Santos Jorge, sobrinho e herdeiro do maior latifundiário português do século XIX, José Maria dos Santos, proprietário da que era considerada na época a maior vinha do mundo.

Havia então quase vinte anos desde que Mestre Monteiro concebera um projecto de arquitectura residencial, o Chalet da Condessa de Cuba, em Paço d'Arcos, pelo que o seu regresso a esta tipologia foi necessariamente marcado por um longo período de reflexão.

Deixando para trás diversos projectos centrados em torno de revivalismos históricos, José Luís Monteiro revelou aqui não só uma profunda maturidade arquitectónica, mas também a partilha duma preocupação totalmente nova, nomeadamente a da pesquisa do modelo da casa portuguesa, cujo arauto – o arquitecto Raul Lino – fez publicar naquele mesmo ano o livro "A Nossa Casa".

*Quanto ao edifício, já classificado como o mais conseguido projecto de arquitectura doméstica de Mestre Monteiro, revela uma planta simétrica assente numa estrutura fundamentalmente clássica, situação mais evidente no alçado principal."*¹⁴²

¹⁴² Relato de Miguel Alves Caetano em www.lupi.com.pt

Artigos de Imprensa

O Rio Frio

Pelos carreiros da herdade, outrora uma das maiores e mais produtivas herdades agrícolas do país, as pegas e as laverças esvoaçavam por entre cardos e arbustos e iam empoleirar-se nas silvas mais próximas, em busca de algumas sementes. Pousados nos postes da vedação, os papa-moscas cinzentos, competiam num coral de bem cantar enquanto um bando de perdizes, aves raras por estas paragens, assustadas, levantava voo para os lados do campanário onde um casal de cegonhas recém chegadas ensaiam gestos de rara ternura, perante a azáfama habitual das gentes do campo, das gentes que se deitam cedo e cedo estão acordadas.

As vacas, os porcos, as galinhas, os coelhos e a terra, são tudo o que têm para além do orgulho de quem trabalha e vive por prazer numa das mais belas localidades da Freguesia de Pinhal Novo: Rio-Frio. Terra de tradição, terra de vinho, de toiros, de palácio, terra de isto e mais aquilo. Um confim de terra que junta a serenidade, marcada pela forte tradição vitivinícola do início deste nosso século. Hoje, representa um encontro marcado com o outro lado do tempo.



Ir a Rio Frio e não ir ao Palácio é como ir a Roma e não ver o papa. O edifício foi mandado construir por António Santos Jorge, sobrinho do maior latifundiário português do século passado: José Maria dos Santos. Quis o destino que o rico proprietário não tivesse filhos, a sorte da fortuna acabou



por bater à porta dos seus sobrinhos. Maria de Lurdes Lupi D'Orey, neta de António Santos Jorge, é a actual proprietária da casa senhorial construída no nascer do Século XX e transformada para turismo de habitação nos anos noventa. Se existem dúvidas sobre a autoria do projecto da casa, certa é a autoria dos painéis de azulejos que

envolvem a casa: Jorge Colaço, nome grande da azulejaria portuguesa.

Todo o espírito da casa está ligado à agricultura, onde se destaca, na sala de jantar, a magnífica representação do ciclo do vinho e em redor os retratos do quotidiano da vida das pessoas de Rio Frio, um passaporte com destino marcado ao outro lado do tempo.

Do lado de lá do tempo sabemos que fora uma das maiores e mais produtivas herdades agrícolas do país. Havia escola, hospital e sociedade

recreativa para quem lá trabalhava, e eram muitos. Herdade que chegou a perfazer uma área de 16 mil hectares onde José Maria dos Santos mandou plantar seis milhões de videiras, numa altura em que a produção estava em crise. Ganhou a aposta mas aquela que fora a maior vinha do mundo foi dando lugar ao montado de sobro, a imagem que ainda permanece. Francisco Garcia, o proprietário actual, adquiriu a Herdade há dez anos com intenção de formar um complexo agro-industrial. Organizou a Casa Agrícola e a Sociedade Agrícola de Rio Frio. A vinha voltou à Herdade e grande parte dos vinhos da Região de Palmela são produzidos nas castas de Rio Frio, para orgulho dos 150 trabalhadores que trabalham e vivem na Herdade.

Rio Frio sabe que não pode viver só da produção agrícola. O povo se calhar, tinha essa vontade, mas os traços futuros passam pelo turismo. Para já, a localidade oferece apenas atractivos naturais, continuando a ser um dos locais preferidos das gentes do concelho para a realização de



piqueniques. As cavaliças e os seus magníficos exemplares lusitanos, ferro Rio Frio, são outras das atracções do sítio, visitado regularmente por grupos de turistas na sua maioria estrangeiros. Adivinha-se mais mudanças do Aeroporto falam com medo, com o receio e com uma tristeza miudinha. De uma possível elevação a freguesia... poucos acreditam que seja possível nos próximos tempos. Estão mais preocupados com o que o campo vai produzir, com a qualidade do vinho, com a preservação do sossego. A tarde descaía límpida. Na vasta cúpula do céu, penachos de nuvens alvejaram, imóveis. Acesas naquela explosão rubra do ocaso, as arestas dos campos franjavam-se de púrpura e ouro, na decoração mágica dos poentes. Começava a cair sobre a aldeia a larga paz tranquila dos crepúsculos, e uma quietação dulcíssima e vagamente melancólica entrava para adormecer a natureza para o grande sono reparador da noite.

Paulo Jorge Oliveira *in* Jornal do Pinhal Novo, Ano 1, Nº1

O Palácio de Rio Frio¹⁴³

¹⁴³ *in* Nova Gente, Especial Casa & Campo, Nº7

O Palácio de Rio Frio foi mandado construir por António Santos Jorge, sobrinho de José Maria dos Santos um dos maiores latifundiários portugueses do século XIX. Como este rico proprietário nunca teve filhos, acabaram por ser os sobrinhos os seus legítimos herdeiros. José Maria dos Santos não deixou descendentes directos e constituiu seu herdeiro um sobrinho, António dos Santos Jorge que casou com D. Maria Cândida Lupi, deste casamento nasceu Samuel Lupi dos Santos Jorge que faleceu sem herdeiros directos, com a morte deste a herdade e o palácio passaram para o Eng.º. José Lupi, pai do Eng.º. José Samuel Lupi, cavaleiro tauromáquico já retirado, de D. Maria de Lurdes Lupi d'Orey e de D. Maria José Lupi



Não é conhecida a autoria do projecto da casa porque um incêndio destruiu parte do arquivo de Palmela, mas ainda assim a sua proprietária suspeita que terá sido obra de Raul Lino. Certo é a autoria dos painéis de azulejos, de Jorge Colaço, um dos nomes mais importantes do azulejo em Portugal. Este elemento decorativo está presente em toda a casa.



A sala de estar apresenta uma cena de caça, onde os personagens representados são reais, desde o proprietário da casa, António Santos Jorge, até ao feitor e aos criados, que são antepassados de alguns dos actuais. Estes painéis apresentam uma coloração (acastanhada) e um estilo pouco comuns em Portugal.

Na sala de jantar uma magnífica representação do ciclo do vinho, com azulejos azuis, bem ao estilo português.

Todo o espírito da casa está ligado à agricultura. José Maria dos Santos mandou plantar naquela zona a que era na altura considerada como a maior vinha do Mundo. Mas não era só o vinho; também a cortiça e os cavalos faziam parte das actividades que ligam este local a outro tempo.

UMA HÓSPEDE IILUSTRE CHAMADA CATHERINE DENEUE

A casa manteve-se inalterada ao longo do tempo, sofrendo apenas uma mudança de cor nos tectos das salas de estar e jantar, de modo a que estas ficassem menos sombrias.

A casa foi aberta ao turismo de habitação apenas há seis anos. "Era uma pena estar fechada", refere a proprietária, confessando



que deste modo incentiva a que se mantenha a conservação. "Recebendo hóspedes não dá para adiar as pequenas obras porque é preciso manter a casa no melhor estado possível."

Desde então, hóspedes já terão sido cerca de mil. Alguns deles bastante ilustres, como a actriz Catherine Deneuve, que esteve na casa em Agosto de 1997.

A maior parte dos frequentadores são estrangeiros, um pouco de todas as nacionalidades. Portugueses, apenas cinco por cento.

MONUMENTALIDADE DE INTERIORES

O Palácio de Rio Frio tem para oferecer quatro quartos com casa de banho, dos quais se destaca uma vistosa suite que integra além do quarto, uma salinha de estar e uma ampla casa de banho, com os acessórios originais (de notar uma antiga e bem conservada banheira de quatro pés). A zona dos quartos mantém a distância devida aos aposentos de estar de modo a que seja salvaguardada a máxima privacidade.

As salas de estar e jantar, logo à entrada, esclarecem de tudo o resto que se pode encontrar, dada a sua monumentalidade.



A sala de jantar, que exhibe magníficos painéis de azulejos alusivos ao ciclo do vinho, tem uma mesa para trinta pessoas, de ar senhorial e magnânima.

Depois das salas de entrada um hall interior com uma escadaria de acesso ao piso superior, que antes abre num espaço com lareira e poltronas. Ainda outra sala que antigamente era a sala de bilhar e que agora está transformada num misto de sala de televisão e jogos de mesa, que por sinal, goza da especial preferência dos hóspedes.

A zona de estada termina com um oratório, onde se pode contemplar um quadro de Vieira Lusitano.

Para além, naturalmente da casa e do sossego que oferece, os hóspedes procuram ali passeios pela zona envolvente que podem prolongar-se até Lisboa, através dos barcos no Montijo que fazem a travessia em apenas 30 minutos, ou através da nova ponte Vasco da Gama.



OS DONOS DE RIO FRIO

Um dos esplendorosos painéis presentes na casa representa a figura de António Santos Jorge numa caçada, que mandou construir o palacete em

1909, em terreno herdado do tio José Maria dos Santos, um dos maiores latifundiários do final do século passado e início deste.

Em 1892, a propriedade tinha 6000 hectares de vinha, que se estendiam desde Pinhal Novo até Poceirão. José Maria dos Santos era então dono de toda esta área e foi ele quem converteu uma charneca sem nenhuma cultura específica na que era considerada, para a altura, a maior vinha do mundo. Em 1904, conseguiu-se uma cultura de 16.500.000 litros de vinho, empregando-se três mil trabalhadores.

Festas do Barrete Verde e das Salinas em Alcochete¹⁴⁴

As Festas do Barrete Verde e das Salinas de Alcochete iniciam-se, habitualmente, dois dias antes do segundo Domingo do mês de Agosto e reflectem o mais nobre sentimento da tradição ímpar de uma vila ribeirinha, desde sempre fiel, orgulhosa e merecedora dos seus desígnios, da sua cultura.



Ilustração 151 - Festa do Barrete Verde, foto CMA

Exultam a Festa Brava, a verdadeira essência, a verdadeira alma, que dá corpo a estas festividades, ou não fosse Alcochete inigualável na forma como comemora e pratica o culto da tauromaquia.

A noite mais longa do ano em Alcochete

As festividades atingem o clímax logo no primeiro sábado, com a realização da Noite da Sardinha Assada. As ruas, becos e ruelas engalanados, vestem-se de cor para receber um indescritível mar de gente.

Nesta noite, o Tempo parece parar e Alcochete é, por momentos, o centro do Mundo. Nos improvisados fogareiros de rua, «estalam» sardinhas, febras, couratos... o que houver. Nada mais importa, salvo a confraternização, a alegria, os abraços da tão típica saudade portuguesa, que faz gritar corações.

Afinal, é tempo de reencontro com a família para os muitos que regressam à sua terra natal depois de um ano de trabalho lá fora; é, para outros, tempo de rever amigos e receber forasteiros, amigos do nosso amigo, ou absolutos estranhos, mas que nesta noite passam a partilhar dos atributos da orgulhosa família Alcochetana...

Ah! já lá vem a charanga, com um som contagiante e rodeada de uma multidão de foliões. Agora, já só a noite manda. Até o Sol raiar, Alcochete canta e dança... é Noite da Sardinha Assada e «...é só gente da borda d'água».

Páginas da cultura portuguesa

Carismática desde sempre é, também, a realização da homenagem às três figuras centrais que os festejos honram – o forcado, o salineiro e o campino. Uma tradição distinta, assinalada no dia de abertura das celebrações e precedida por um cortejo de invulgar composição e beleza, um verdadeiro símbolo das Festas do Barrete Verde e das Salinas.

¹⁴⁴ Pagina da Câmara Municipal de Alcochete

Não só pela beleza que encerra em si, como também pela forma como é levada a efeito, por Mar e por Terra, a Procissão em Honra de Nossa Senhora da Vida, no Domingo, é outro dos momentos altos. É a fé de mãos dadas com a devoção a fluir numa terra onde a tradição, exibida com orgulho e brilhantismo, segue os mais fortes pergaminhos da cultura portuguesa.

Depois, as tradicionais largadas, a par da vertente dos espectáculos musicais, que decorrem ao longo dos dias de comemorações, enchem as ruas, no primeiro caso, e o Largo de São João, no segundo, com verdadeiras multidões, envoltas em frenéticas ondas de êxtase e alegria.

Historial das Festas

Apesar de centrar a sua homenagem em três figuras da cultura local – o forcado, o salineiro e o campino –, as Festas do Barrete Verde e das Salinas não se dissociam dos predicados religiosos. Aliás, surgiram na sequência das extintas Festas em Honra da Nossa Senhora da Vida, que segundo alguns autores já se realizavam no século XVII.

Com a inclusão de uma corrida de toiros na programação destas festividades, em Agosto de 1930, aliando-se assim o cariz religioso à vertente profana, abriu-se caminho para o surgimento das actuais Festas do Barrete Verde e das Salinas.

As Festas de Nossa Senhora da Vida, então a cargo da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 de Alcochete, sofrem um interregno (que viria a ser definitivo) entre 1936 e 1940, mantendo-se, durante este período a realização da corrida de toiros, assegurada que foi por uma comissão da Santa Casa da Misericórdia.

Aproveitando a realização desta já habitual corrida, José André dos Santos, jornalista e Alcochetano, faz nascer o primeiro «Barrete Verde». Estávamos então em Setembro de 1941, quando a romaria – que começou por se denominar «Festas das Salinas e do Barrete Verde» – teve início.

A organização da iniciativa pertenceu à Santa Casa, com os concursos da Câmara Municipal, de Samuel Lupi dos Santos Jorge e de José André dos Santos, e com a colaboração da Sociedade Imparcial. Ainda nesse ano, nasceu o primeiro grupo de «Meninas do Barrete Verde».

Em 1942, as Festas são organizadas com a colaboração e concurso da Santa Casa e da Sociedade Imparcial e ganham a designação actual.

No ano seguinte, surgem as primeiras dificuldades: a Santa Casa abdica da organização dos festejos e a Sociedade assume o ónus com o apoio da Autarquia. Começa-se, então, a projectar uma comissão que se responsabilize anualmente pelas Festas.

Aposento assume organização das Festas

No final das festividades de 1944, organizadas por uma comissão patrocinada pela Câmara Municipal, um grupo formado por Joaquim de Carvalho, Joaquim Godinho, António Regatão, Augusto de Oliveira e Álvaro da Costa resolve assumir a realização das Festas, fundando, em Agosto, uma entidade para o efeito – o Aposento do Barrete Verde.

Com o passar dos anos, os festejos vão reforçando a sua dimensão e ganhando brilhantismo.

Em 1959, um periódico nacional distingue as Meninas do Barrete Verde como «um exemplo a seguir» e Alcochete como «a autêntica pátria dos forcados portugueses»!

Em 1965, o Aposento, então liderado por Francisco Penetra Rodrigues, acorda com o Patriarcado a reintrodução da componente religiosa, afastada que havia sido quatro anos antes. E seria já em 1967, com a colectividade sob a gerência de Armando Trindade, que se realizariam as primeiras largadas de toiros nocturnas assim como a primeira noite da sardinha assada. Duas «inovações» que viriam a transformar-se em imagem de marca destes festejos.

Um «visitante» inesperado

De um já vasto historial, há ainda a realçar um insólito episódio, ocorrido na edição das Festas de 1976, quando durante a realização de mais umas largadas da praxe, o toiro resolveu «tomar de assalto» as instalações do Aposento do Barrete Verde.

O animal dava pelo nome de «Pintassilgo» e subiu até ao 1.º andar da sede, fazendo questão de visitar todas as salas, o que provocou valente susto a todos aqueles que se encontravam no edifício a assistir às largadas.

Teimoso em arredar pé, obrigou a que se recorresse a um processo de anestesia. Não «saiu em ombros», mas saiu praticamente ao colo dos aficionados.

A cabeça do impetuoso «Pintassilgo» está actualmente exposta na sala José André dos Santos, na sede do Aposento, assinalando o acontecimento.”

Escavações Arqueológicas e projecto de musealização

A intervenção Arqueológica na de Rio Frio

Com o título "A ocupação romana da margem esquerda do Estuário do Tejo: a intervenção arqueológica na Herdade de Rio Frio" o Centro de Arqueologia de Almada promoveu uma exposição com o objectivo de divulgar os resultados das campanhas arqueológicas desenvolvidas na herdade de Rio Frio. As campanhas foram desenvolvidas com apoio das Câmaras Municipais de Almada, Alcochete e Seixal. As actividades integraram igualmente um "curso de introdução à prática de arqueologia". A campanha arqueológica era a componente prática deste curso.



Ilustração 152 -
Catálogo da
Exposição em
Almada, 1984

O "Porto de Cacos" foi descoberto em 1984 por um trabalhador rural, que permitiu a identificação do Conjunto de fornos romanos da Herdade de Rio Frio

"Com o sugestivo topónimo de Porto de Cacos, o local apresentava à superfície uma enorme quantidade de fragmentos de cerâmica (quase exclusivamente de ânforas) e, a cerca de 2 km, a abertura duma vala de rega cortara em dois um pequeno forno de planta circular.

O catálogo descreve as actividades arqueológicas desenvolvidas. Nele se conclui que no local funcionara um centro de produção de ânforas. "Vasilhas cerâmicas utilizadas na antiguidade para transporte de vinho, azeite, conservas de peixe, cereais, etc. As suas formas são variadas, dependendo da função a que se destinavam e das tradições de fabrico das diferentes regiões" (p.18).

Com tamanhos diferentes conforme os locais de fabrico, estas peças cerâmicas, geralmente eram marcadas pelos oleiros, o que hoje permite identificar a geografia deste comércio. Por norma as estações de olaria encontram-se em estuários de rios, com abundância de argilas e material lenhoso para alimentação dos fornos.

No caso do Porto de Cacos, integra-se no vasto complexo de exportação dos estuários do Tejo e do Sado. As escavações prosseguiram nos anos seguinte, tendo-se tornado num pequeno campo experimental. Foi ainda detectado uma ara residencial e um cemitério. O espólio recolhido está depositado no Museu de Almada

Projecto de Musealização de Porto de Cacos

Decorrente das actividades arqueológicas desenvolvidas pelo Centro de Arqueologia de Almada o Museu Municipal de Alcochete apresenta "Uma

Primeira Abordagem para um projecto de musealização”¹⁴⁵. Trata-se de um documento com cerca de 10 páginas produzido com uma clara de intenção de apresentação de uma ideia. Inicia-se com a descrição dos trabalhos desenvolvidos entre 1984 e 1990 pelo Centro de Arqueologia de Almada, com a descrição da área de ocorrência e materiais retirados bem como possibilidades de existência de outros



Ilustração 153 - Capa de proposta de musealização de Porto de Cacos, anos 90

locais de interesse arqueológico. Faz um breve ensaio de interpretação da importância do local, no contexto da produção de peças cerâmicas de olaria nos Estuários do Tejo e Sado, das técnicas de produção e vestígios de habitat. No final dos trabalhos as estruturas arqueológicas foram de novo soterradas para preservação e eventual musealização.

De seguida aborda as potencialidades do sítio, quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista turístico. Do ponto de vista científico, o facto de se ter identificado aquele que é descrito como o “principal complexo industrial oleiro conhecido no actual território nacional para o período romano”, e de se desconhecer muita das estruturas que deveriam suportar a vida urbana no local, leva a considerar o local como um “potencial laboratório”. Do ponto de vista turístico, aventa-se a hipótese do local, pela sua importância e espólio, poder vir a integrar o conjunto de “locais de atracção” turística, com relevância no âmbito da formação do território e da identidade local.

É essa dupla função que justifica a criação de “um núcleo museológico”, que poderia conter um “percurso interpretativo” e eventualmente “um centro de acolhimento” com aproveitamento de estruturas pré-existentes. Trata-se de um conjunto de propostas de interesse limitado onde a musealização é apenas apresentada na sua função mais rudimentar de espaço de conservação e apresentação. O projecto não foi desenvolvido. Algumas das intenções deste projecto encontram-se actualmente a ser desenvolvidas no museu de Arqueologia de Alcochete.

¹⁴⁵ ALCOCHETE, Museu Municipal (s/d), Porto de Cacos: Uma primeira Abordagem para um Projecto de Musealização, Alcochete, Museu Municipal

Os Lupi e a Tauromaquia

O nome Lupi está intimamente ligado ao mundo tauromáquico da Península Ibérica. Isso se deve em maior parte ao nome José Samuel Lupi, clássico cavaleiro tauromáquico português, a quem, a par de outros como os Doméc, se deve uma grande divulgação do "rejoneo"



Ilustração 154 -
Ferro de Rio Frio,
utilizado por José
Lupi na sua
coudelaria

em Espanha.

Não chegasse esse facto, temos também uma firme presença na criação do touro bravo. É uma história que remete para a obra de José Maria dos Santos, que em finais do século XIX, fundou uma ganadaria com uma origem numa vacada portuguesa (vacas do Vale do Sado com sementais de Emílio Infante) denominada Barroca D'Alva. Posteriormente esta foi cruzada com sementais de origem Gamero Civico e Juan Belmonte. Em 1915 passa a nome de António dos Santos Jorge e em 1924 a Samuel Lupi Santos Jorge. Ambos continuam a introduzir sementais da mesma origem, adquiridos, em anos sucessivos, a Pinto Barreiros.

Em 1960, deixa esta ganadaria de anunciar-se em nome de Santos Jorge, passando a designar-se por Rio Frio e variando o ferro, enquanto são introduzidos sementais de Oliveiras Irmãos.

"ESQUERDA: S/ Sinal - DIREITA: S/ Sinal - SIGLA LIVRO GENEALÓGICO: 8.AP.053-PVV - DIVISA: Verde e Amarela - ANTIGUIDADE: 17/4/1960 (Montijo) - PROPRIETÁRIO: Maria da Graça Lupi e Teresa Marta Lupi"

Alguns factos do historial da ganadaria José Lupi:

Em 1956, Emílio Ortuño "Jumillano" adquiriu ao Marquês de Deleitosa a ganadaria que resultou da divisão da de Lamamié de Clairac. Paralelamente, adquiriu o ferro e a antiguidade de Manolo Escudero e Arturo Sanchez, vendendo posteriormente a José Samuel Lupi, através da Sociedade Agrícola de Rio Frio, no ano de 1968.

José Samuel Lupi apenas manteve o ferro e antiguidade, substituindo as reses de Fermín Bohorquez, por encaste Urquijo, o qual mantém na actualidade, introduzindo nalguns lotes sementais de Oliveiras Irmãos e Gutierrez Lorenzo.

Samuel Santos Jorge e os Bombeiros do Pinhal Novo

" Recorde-se ainda que, em 30 de Abril de 1950 se realizavam em Pinhal Novo grandes festas a propósito da inauguração do Edifício Escolar, do Posto da GNR e do Mercado Agrícola. O Pinhal Novo tinha já quase tudo. Faltava-lhe uma corporação de Bombeiros.

A Primeira Direcção dos Bombeiros de Pinhal Novo tomaria posse no dia 1 de Janeiro de 1953. A eleição tinha decorrido em 29 de Dezembro do ano anterior, numa Assembleia Geral onde compareceram 28 Pessoas. A Direcção era presidida por António da Cruz Moreira e incluía os nomes de António Francisco Guerreiro, Francisco Pimentel, Manuel Modesto Cravinho, António Cardoso, Augusto dos Santos e Francisco Mendes Cristina. Na Assembleia Geral pontificava Álvaro Tavares, seguido por José Alexandre Serrão Mora, Celestino Moreira e João Tavares. O Presidente do Conselho Fiscal era Joaquim Amador que, nesse órgão, era acompanhado por Matias Veríssimo e João Eduardo Amorim.

(...)

Essa primeira Assembleia de 29 de Dezembro de 1952 começaria por aprovar por unanimidade uma proposta de Álvaro Tavares para nomeação de Samuel Lupi dos Santos Jorge como Sócio honorário da corporação(...), do qual tinha recebido um donativo de cinco contos”¹⁴⁶

¹⁴⁶ Bombeiros Voluntários do Pinhal Novo (2001) 50 anos de vida : o Princípio da História: Bombeiros Voluntários do Pinhal Novo. Pinhal Novo

Extracto do Relatório do NAER sobre Património cultural e construído

"Parte B - Rio Frio¹⁴⁷

Património Cultural e Construído

Caracterização Geral

A região em estudo, maioritariamente integrada no território do concelho de Palmela, confina a Norte com os Concelhos do Montijo e de Alcochete, a Leste com os de Montijo e Montemor, a Sul com o de Setúbal. É predominantemente plana e atravessada por três linhas de água : Ribeirado Vale do João Galante, Ribeira da Vendinha e Ribeira das Eras. As barragens do Vinte e Dois e da Venda Velha recolhem as águas destas ribeiras.

Dominada pela Herdade de Rio Frio, caracterizava-se pela grande propriedade, com solos pobres, povoados de mato e pinhais que forneciam lenha à capital. A documentação do séc. XVII e anterior, relacionada com a Ordem de Santiago, não oferece referências a esta zona, decerto devido às suas características de improdutividade. A. Henriques da Silveira fala de terrenos estéreis por excessiva humidade (1789). Mais tarde, em meados do séc. XIX, procede-se ao cultivo de extensas áreas de sobro e de vinha. Já recentemente, o regime do aforamento passou a ser substituído por explorações agrícolas familiares, particulares. As principais povoações incluídas na mancha do projecto de localização do NA são: Lagameças (aprox. 2 000 hab.), Lagoa do Calvo (aprox. 600 hab.), Forninho (aprox. 450 hab.), Aqualva (aprox. 350 hab.), Poceirão (aprox. 320 hab.) e Pegos do Poceirão (aprox. 200 hab.). As restantes unidades de ocupação humana referem-se a pequenas aldeias, a montes e a casais (Aljeruz, Alto das Campilhas, Cajados, Alto do Marmoto, Alto do Pina, Areias Gordas, Arraiados, Cabeço da Vigia, Fonte Seca, Francisco Custódio, Malhada Alta, Montado Santos Jorge, Monte Biscaia, Pinhal Santos Jorge, Pinhal Valdera, Quinta do Lisboa, Serralheira, Vale das Eras, Vendinha).

São, todas elas, povoações jovens, algumas em rápido crescimento. Constituindo este território, essencialmente, uma terra de passagem (Sousa, 1988, 171), não deixou porém de atrair residentes que sucessivamente se multiplicaram a partir de 1911. Poceirão não tem mais de 40 anos mas foi antecedido por um outro aglomerado, hoje praticamente desaparecido, transformado em vinha: Poceirão Velho. Esta zona em particular pertenceu aos Hospitais Cívicos que a colonizaram com gente oriunda de diversos sítios: Santarém, Grândola... As principais produções são a vinha, os ovinos, as aves de capoeira e os suínos. Na freguesia do Poceirão essas unidades agrícolas são cerca de 1500, os rebanhos elevam-se a 45, a que correspondem cerca de 6 000 cabeças de ovelha e a produção vinícola atinge os 10 milhões de litros anuais, distribuídos por 24 adegas.

Breve Resenha Histórica

¹⁴⁷ Reprodução do Relatório do NAER (S/D) www.naer.pt, 2008 ?

A vila do Pinhal Novo é de fundação recente (1928) e nasce essencialmente da dinâmica criada pelos caminhos-de-ferro na região. Até então, toda a área pertencia ao barão São Romão, que habitava no palácio da sesmaria da Lagoa da Palha. Em meados do séc. XIX adquire a sesmaria da Venda do Alcaide e a Herdade de Rio Frio, assumindo uma diversificação dos seus investimentos, até aí concentrados no sector financeiro (Martins, 1992, 374). Por sua iniciativa plantaram-se oliveiras, vinhas e um pinhal, sendo a restante cobertura vegetal constituída por matagais. As sesmarias desta zona eram atravessadas por um caminho que era utilizado por espanhóis nas suas transacções com Lisboa e que ainda hoje se conhece como Estrada dos Espanhóis (Águas de Moura, Pinheiro das Sete Cabeças, Areias Gordas, Palhota, Venda do Alcaide e Pinhal Novo). O verdadeiro processo de reformulação da exploração agrícola da zona foi desencadeado por José Maria dos Santos, que acede à fortuna de S. Romão através do casamento com a viúva. Depois de multiplicar os valores fundiários do seu antecessor, atraiu colonos e transformou terras incultas em vastos espaços produtivos. Os arroteamentos, empreendidos por ordem deste latifundiário e deputado das cortês foram considerados modelares. Utilizou processos de drenagem, de fertilização, de inovação das produções e das técnicas de produção. Recorreu, como adiante se explanará, à mão de obra sazonal proveniente sobretudo da Beira Litoral. Uma região que vivia essencialmente do corte da madeira e da preparação do carvão deu lugar a extensas matas de pinheiros, a montados, a vinhas, à criação de gado. José Maria dos Santos é reconhecido como um dos capitalistas e latifundiários de maior sucesso da 2ª metade do século XIX, inícios do XX, com características de empresário moderno, que vem a conseguir o controle de todo o circuito económico, da produção à comercialização, passando pela transformação (Martins, 1992, 395).

Este quadro regional assemelha-se em toda a extensão da área delimitada para o NA, entre a Herdade de Rio Frio, Poceirão e Algeruz. As áreas limítrofes de Águas de Moura-Marateca e de Palmela-vila são distintas, tanto do ponto de vista dos recursos económicos como da densidade ocupacional, factores que se interligam e justificam a riqueza do seu passado, com registos desde a Pré-história aos nossos dias. Na base dessa diferença estão a fertilidade dos solos, a comunicabilidade fluvial, a proximidade do mar.

Aspectos Geológicos

Os estudos geológicos efectuados por sondagem na área de Rio Frio, concluíram pela sua localização em planalto pliocénico, extenso. Os afloramentos na área proposta para a localização do NA são da série arenoargilosa pliocénica – Complexo de Pegões, com algumas manchas pliomiocénicas argilo-gresosas – Complexo de Bombel. Os terrenos do Pliocénico Superior são de origem marinha, de disposição horizontal, identificando-se na sua constituição manchas de areia, areão ou seixo (depósitos de terraço), areias eólicas e depósitos aluvionares argilosos. As formações pliocénicas atingem uma profundidade de cerca de 200-250 m, assentando sobre grés calcários miocénicos. Os estratos, regulares, tendem a subir de sul para norte e de SE para NW. É notável, em quantidade e qualidade, o manto aquífero presente nestas séries (Sondagens e

Valores Arqueológicos (v. Anexos e secção 11.8)

Tudo indica que, desde o período da reconquista até ao século passado, esta região se tenha mantido bastante despovoada, coberta de floresta e arbustos. À excepção da área do monte da herdade de Rio Frio, com água em abundância, só pontualmente deverão ter existido núcleos de povoamento rural, de qualquer modo isolados. Na Venda Velha, no limite oeste da demarcação para a localização do NA, reconhecem-se abundantes vestígios arqueológicos de época romana. Particularmente importante é o sítio arqueológico do Porto dos Cacos, já no concelho de Alcochete, fora da área demarcada: um centro de produção de ânforas e outros recipientes cerâmicos, de época romana. No monte da herdade de Rio Frio foram igualmente detectados restos de um forno de ânforas do mesmo período e uma extensa área de escórias de ferro, que deverão corresponder a um local de fundição.

As margens da Barragem da Venda Velha, tanto no lado do concelho de Palmela como no de Alcochete, apresentam restos de ocupações do período romano e alguns vestígios anteriores. Vejamos, mais detalhadamente, os sítios com ocupação romana, localizados no Anexo 11.

Vale da Palha (Rio Frio, Alcochete) (1, 2 e 3)

Trata-se de uma olaria romana (1) com uma estrutura de forno de tendência circular ainda visível. Produziria ânforas, tendo sido reconhecidas as formas Dressel 14 e Almagro 51c (Raposo, 1990, 117; Ferreira, 1993, 113). Nos dois sítios localizados nas imediações (2 e 3) recolheram-se cerâmicas romanas.

(Informação fornecida por J. Raposo, A. L. Duarte e A. Sabrosa). Fora da área delimitada.

Ponte de Caparica (Rio Frio) (4)

Neste local foram detectados restos de fornos de cerâmica comum romana.

(Informação fornecida por J. Raposo, A. L. Duarte e A. Sabrosa). Fora da área delimitada.

Porto dos Cacos (Rio Frio, Alcochete) (5)

Situa-se na margem do Paul da Venda Velha e constitui uma importante unidade industrial de época romana essencialmente para a produção de vasilhas de transporte: ânforas. Foram já escavados vários fornos, parte de uma necrópole e descoberto um curioso alinhamento de ânforas, cuja função não se conhece ainda de todo. As formas das ânforas recolhidas são predominantemente as Almagro 51c e 50. Verificou-se entretanto que a datação do sítio se situava entre o séc. I e o séc. VIII, com clara ocupação do período visigótico. Até ao momento, os trabalhos arqueológicos incidiram em estruturas atribuídas a uma fase tardia da ocupação romana (Raposo, 1990, 117-127; Raposo, 1996, 250-255; Ferreira, 1993, 111). Fora da área delimitada.

Olho da Telha (Rio Frio, Alcochete) (6)

Junto à área residencial do monte da Herdade de Rio Frio, mais propriamente do Campo de Futebol, localizaram-se restos de uma outra estrutura em tijolo, de época romana, para a produção de ânforas. O espólio recolhido indica a presença da forma Almagro 51c (Fernandes e

Carvalho, 1996, 123,124,133). O local não foi objecto de intervenção arqueológica. Fora da área delimitada.

Vale do Rafeiro (Rio Frio, Alcochete) (7, 8 e 9)

Registo de sítios com cerâmica romana. (Informação fornecida por J. Raposo, A. L. Duarte e A. Sabrosa). Fora da área delimitada.

Barragem da Venda Velha (Palmela) - Nordeste (10)

Junto à margem da barragem recolheram-se fragmentos de ânforas e outro material romano como imbrices, cerâmica comum e tijoleira. Fora da área delimitada.

Barragem da Venda Velha (Palmela) - Nordeste (11)

Na margem, numa suave elevação sobranceira, a cerca de 50 metros do sítio I, recolheram-se fragmentos de cerâmica comum e tijoleira romanas. Entre os dois sítios, a margem é contornada pela rocha local, cortada, formando o que parece ser um ancoradouro. Fora da área delimitada.

Barragem da Venda Velha (Palmela) - Nordeste (12 a e 12b)

Na margem, dois pontos de recolhas de superfície, a e b. Em **a**: muita tijoleira romana, fragmentos de cerâmica comum, imbrices, fragmentos de mós e alguns seixos talhados; em **b**: material cerâmico romano e alguns sílex retocados. Fora da área delimitada.

Barragem da Venda Velha (Alcochete) - Sudoeste (13)

Extensa área de ocupação romana onde as recolhas de superfície se centram em fragmentos de ânforas. Fora da área delimitada.

Barragem da Venda Velha (Palmela) - Nordeste (14 e 15)

Dois sítios próximos entre si com restos de cerâmicas romanas. (Informação fornecida por J. Raposo, A. L. Duarte e A. Sabrosa). Fora da área delimitada.

Valores Histórico-Arquitectónicos

As primeiras construções de habitat desta região, de cariz popular, eram de adobe e delas se podem ainda encontrar vestígios em Asseiceira, Lagoa do Calvo e Forninho. A casa caramela é rectangular, baixa, de adobe, com telha de canudo, caiada de branco e com faixa azul à volta (Cachado, 1988, 217). Os caminhos que acediam às casas, situadas nas fazendas, eram os aceiros (os mais largos) e as riscas (os mais estreitos).

Monte da Lagoa do Calvo (16)

Neste monte subsistem restos de construções originais em adobe. É reconhecido como um dos mais antigos pelos habitantes da região. Na base de um dos edifícios pudemos recolher algumas cerâmicas dos séc. XVIII e XIX, que datam a construção inicial.

Forninho (17)

O curioso topónimo Forninho parece estar relacionado com a existência de um forno no local, provavelmente da 1ª metade do século. As cerâmicas recolhidas no espaço onde se terá situado o forno, indicam que se trataria de um pequeno centro produtor de telha e tijolo. O Casal Leontino Marques, contíguo, mantém uma casa e um poço característicos da cultura caramela. Na região do forninho pudemos ainda registar outras casas de adobe, em ruínas.

Palácio de Rio Frio (Palmela) (18)

Este edifício residencial da Herdade de Rio Frio foi mandado edificar em 1909, por António Santos Jorge, sobrinho de José Maria dos Santos, a partir

de um projecto do arquitecto José Ribeiro Júnior. São particularmente destacáveis as decorações azulejares, da autoria de Jorge Colaço.

Estação Ferroviária do Pinhal Novo

O edifício actual veio substituir, nos finais dos anos 30, anteriores instalações menos adequadas de que ainda restam memórias fotográficas. É uma construção sóbria, alpendrada, de dois pisos, ao jeito de outras estações de caminho de ferro do país. Encontra-se decorada com 23 painéis de azulejos da fábrica de Leopoldo Battistini- Cerâmica Constância de Lisboa (de formação italiana), representando cenas regionais: o castelo de Palmela, as praias do Sado, as actividades rurais de Rio Frio (Rosendo, 1997, 21). Os temas centrais são da autoria de João Rodrigues. Este elemento patrimonial situa-se em Pinhal Novo, portanto nas proximidades da área de localização do NA.

Valores Etnográficos, Simbólicos, Culturais

Os Caramelos

As populações de Rio Frio e de Poceirão identificam-se com a denominada cultura caramela. As investigações sobre esta comunidade fazem remontar aos inícios do séc. XIX a chegada dos primeiros colonos a estas terras mas os registos mais coerentes só acontecem por alturas da formação do Círio da Carregueira, em 1833 (Cachado, 1988, 214). Eram gente habituada ao trabalho do campo, que provinha da Beira Litoral, entre Mira e Pombal e procurava melhores e maiores proventos. Chamados para desempenhar tarefas sazonais, na sua maioria, eram apelidados de caramelos de ir e vir. Os que se fixavam por ali eram conhecidos pelos caramelos de estar. Aos poucos, foram transformando as terras incultas obtendo culturas de sequeiro e de regadio, abrindo poços, regando, cavando. Dentre os utensílios de designação característica desta comunidade, salientem-se: a copa (alcofa de comer), a torta (enxada), a tampana (cesto de vime para carregar o arroz) (Idem, 1988, 219).

A sopa caramela, ainda hoje muito conhecida e difundida, à base de feijão, batata e couve, continha os ingredientes-base da alimentação destes rurais, a que se juntava o pão de milho e, em dias de festa, a carne de porco. Boa parte das tradições e festividades que trouxeram dos seus locais de origem já desapareceram. Subsiste o gosto pelo jogo do pau e a participação nos círios da Atalaia, a romaria ao Santuário de N. Sra. Da Atalaia, no final de Agosto. Segundo Cachado (1988, 221), existem ainda três círios na zona caramela: o círio da Carregueira (1833), o círio dos Olhos de Água (1856), o círio Novo (1943). O círio é uma manifestação religiosa de cariz bem popular, que responsabiliza uma determinada população pela continuidade dos rituais de uma antiga promessa. O caso do círio da Carregueira refere-se a uma promessa no período da cólera-morbus. Consta de uma caminhada (actualmente em carros e camionetas) em direcção ao santuário, com estandarte e bandeiras. Uma delas é a bandeira do círio, com a imagem da Senhora pintada, e que está à guarda de um juiz, o cabeça da comissão festeira, responsável pelo património do círio (Marques, 1996, 70). Além das bandeiras e das fogaças (bolos tradicionais com função de voto), que são arrematadas, há ainda as medalhas, de factura artesanal, em papelão, papel metalizado, missangas e tecido, que funcionam como insígnias, distintivos, com uma carga simbólica muito particular. A

constatação da importância de preservar os traços de uma primitiva colonização da zona tem vindo a incentivar a realização de recolhas e de mostras que divulgam e cuidam da gestão desta memória colectiva. Nos recentes festejos anuais do Poceirão (Feira Comercial e Agrícola) e do Pinhal Novo (Festa Popular de Junho) foram recriados espaços e profissões em extinção, relacionados com a vivência da população local de origem caramela. A doçaria, de que se destaca a dura fogaça dos círios, e o artesanato locais, os caminhos-de-ferro, a costura são exemplos de ocupações tradicionais que não se afastam significativamente de situações quotidianas semelhantes ao resto do país, para a geração de há meio século. Particularmente interessante é o apontamento de traje regional, à época, que segue os modelos pesquisados para os ranchos folclóricos e que se baseia no vestuário quotidiano e de festa do caramelo.

O Comboio

A partir de 1861, explorado pela Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul, começa a funcionar o ramal do Pinhal Novo – Setúbal. A linha Sul e Sueste passava por Poceirão, atravessando a zona proposta para localização do NA no sentido poente –nascente, por Vale da Vila e Barragem dos Vinte e Dois, até Setúbal. Chegou mesmo a existir uma estação que servia Rio Frio, a de Valdera, hoje desactivada. A facilidade de comunicação irá incrementar o povoamento em Pinhal Novo logo a partir dessa data, emergindo nesse percurso de desenvolvimento o nome de José Maria dos Santos, o grande proprietário agrícola a quem é atribuída a fundação desta terra pelos incentivos à colonização. No entanto, só em meados do século terá a sua primeira escola primária, um posto de GNR e uma praça-mercado (Idem, p. 173). O comboio marcou fortemente, e continua a marcar, a vida local. Em 1908 abre a via do Montijo e em 1932 a segunda via do Lavradio ao Pinhal Novo. Em 1945 estavam estabelecidas as linhas do Sul (Barreiro a V. R. de Sto. António) e do Sado (Pinhal Novo a Funcheira: 149,2 Km) (Rosendo, 1997, 18). Movimentam-se passageiros, mercadorias, geram-se receitas, empregos. A profissão de ferroviário é hoje lida e transmitida com respeito e afectividade às camadas jovens da região através de exposições e textos. É a actividade-símbolo do progresso de todo o território de colonização caramela e como tal reverenciada e cuidada a memória dos seus primeiros passos.

As Instituições Locais de Cultura e Recreio

Uma actividade associativa bastante intensa, ligada ao desporto e a iniciativas de índole cultural, mantém em funcionamento as seguintes colectividades: a Sociedade 1º de Maio (Asseiceira) e a Sociedade Recreativa e Instrutiva 1º de Janeiro (Lagoa do Calvo), as mais antigas, com mais de cinquenta anos; a Águias da Aroeira, o Futebol Clube do Forninho, o Rancho Folclórico das Lagameças, o Grupo Desportivo de Lagameças e o Centro Cultural do Poceirão, que dispõe também de um grupo de danças folclóricas. Ultimamente, para além dos ranchos, têm-se formado grupos dinamizadores de Marchas Populares que actuam no mês de Junho, por alturas das festas dos Santos Populares, no Concelho de Palmela e fora dele.

Apesar de já fora da área do NA, cite-se também o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo, fundado em 1986. Desenvolveu uma correcta e bastante completa investigação sobre os costumes, as tradições e o

património construído e oral da região, que lhe valeu o reconhecimento oficial do rancho e se manifesta no rigor dos trajes, das danças e cantares do mesmo.

Conclusões

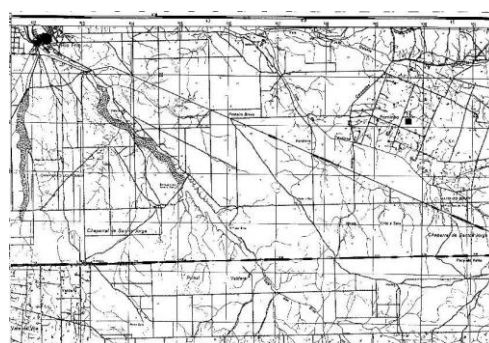
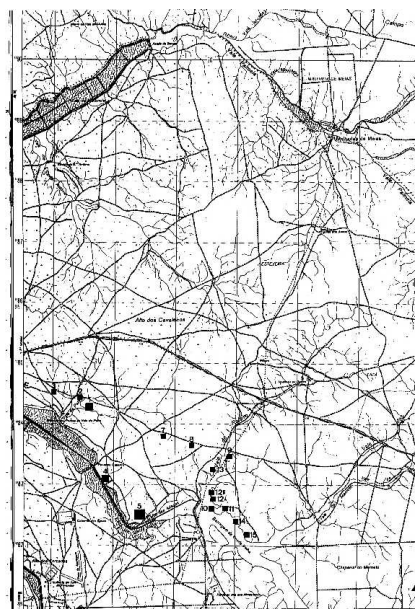
O levantamento de pré-existências patrimoniais a que se procedeu neste trabalho, acompanhado pelo controlo de terreno das referências mais significativas, permitiu reconhecer que na área em análise para a localização do novo aeroporto, os impactes previsíveis neste domínio disciplinar são relativamente reduzidos.

No plano dos valores etnográficos e simbólicos, Rio Frio apresenta uma realidade interessante, a preservar, ainda que muitas das expressões características dessa cultura regional se encontrem em acelerado processo de extinção ou de desvirtuação. As autarquias, algumas instituições locais e mesmo iniciativas de particulares estão a procurar manter ou fazer ressuscitar vivências e experiências do passado mais ou menos recente. Em Rio Frio – Pinhal Novo, região de povoamento e crescimento muito actuais, é sentida a necessidade de entender e guardar a memória das coisas, neste caso da cultura caramela, com a qual se identificam as populações aí residentes.

No que respeita aos patrimónios arqueológicos e edificado, identificaram-se ao todo 17 sítios arqueológicos e 3 sítios histórico-arquitectónicos na área de Rio Frio. Doze dos sítios referem-se à mesma zona- Barragem da Venda Velha e Paúl – constituindo uma unidade ocupacional muito própria e que se situa fora da área delimitada para o NA, ainda que contígua. Assim, só dois sítios se encontram dentro da área delimitada: O Monte da Lagoa do Calvo e Forninho, mais próximos da área operacional, referindo-se a ocupações recentes, do final da Idade Moderna e contemporâneas, poderão vir a sofrer algum impacto.

*Uma vez que na área operacional e de reserva do novo aeroporto, seja para a versão **Rio Frio N-S**, seja para a versão **Rio Frio E-W**, não foram registados elementos patrimoniais de interesse, concluímos que a afectação neste campo será nula ou reduzida.*

A avaliação quantitativa dos sítios identificados na área de influência do futuro aeroporto seguiu de perto o estudo de Mascarenhas, Soares e Silva (1996) sobre avaliação de impactes. Todos os locais identificados foram

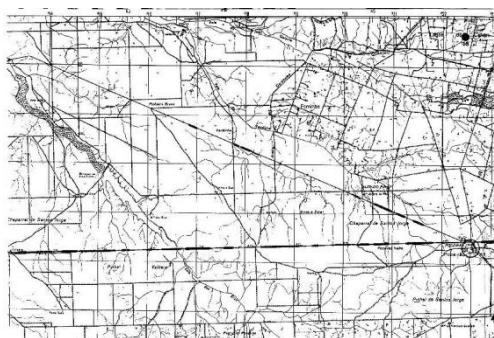


alvo de uma classificação em duas categorias: o Valor Patrimonial e o Grau de Afecção. O valor de cada uma destas categorias foi expresso por uma pontuação que teve em conta vários descritores.

Para determinação do Valor Patrimonial mediram-se a conservação, o valor científico, a tipicidade, a raridade, o valor estético, a dimensão, a inserção paisagística, o valor histórico, a antiguidade e o interesse público.

Para determinação do Grau de Afecção foram avaliados os seguintes descritores: proximidade, fluxo humano, fluxo das populações e consequências paisagísticas.

No caso de Rio Frio, onde os impactes sobre pré-existências conhecidas é quase nulo (saliente-se que o sítio do Porto dos Cacos se localiza já fora da área do NA), deve sobretudo referir-se a necessidade de intensificação do trabalho de prospecção prévia à obra, uma vez que se trata de zona pouco estudada. Atentas as características geológicas desta região e o conhecimento da ocupação humana na sua envolvente, é especialmente admissível a descoberta de locais do período romano, ligados à produção anfórica e/ou à comercialização, junto aos cursos de água.



Em síntese final, pode afirmar-se que a alternativa de localização do novo aeroporto em Rio Frio, do ponto de vista dos conhecimentos das preexistências patrimoniais, apresenta-se com evidente viabilidade, correspondendo, no passado como no presente, a uma zona de mais escassa ocupação humana. Um estudo mais aprofundado requererá uma prospecção arqueológica de campo mais abrangente, de forma a permitir a identificação precisa de alguns sítios e a de outros que se desconhecem ainda e a avaliar com maior rigor os impactes da implantação e do funcionamento do complexo proposto.

Carta Militar (Rio Frio)

Locais:

- 1 – Vale da palha I - Romano
- 2 – Vale da Palha II - Romano
- 3 – Vale da Palha III - Romano
- 4 – Ponte da Caparica - Romano
- 5 – Porto dos Cacos - Romano
- 6 – Olho da Telha - Romano
- 7 – Vale do Rafeiro I - Romano
- 8 – Vale do Rafeiro II - Romano
- 9 – Vale do Rafeiro III - Romano
- 10 – Barragem da Venda Velha I - Romano
- 11 – Barragem da Venda Velha II - Romano
- 12 – Barragem da Venda Velha III - Romano
- 13 – Barragem da Venda Velha IV - Romano
- 14 – Barragem da Venda Velha V - Romano
- 15 – Barragem da Venda Velha VI - Romano
- 16 – Monte da Lagoa - Contemporâneo

- 17 – Forninho - Contemporâneo*
18 – Palácio de Rio Frio - Contemporâneo

Culturas Habitadas. A formação da Identidade de Pinhal Novo

Num trabalho sobre a identidade do território,¹⁴⁸ Aleksandra Chomiz faz uma análise dos modos de desenvolvimento da identidade territorial da população de Pinhal Novo. A partir do desenvolvimento do Caminho-de-Ferro, dos trabalhos de José Maria dos Santos e da sua política de colonização de permitiu a consolidação de áreas de residência de "caramelos", a formação da Freguesia em 1921 e o seu consistente crescimento demográfico. Na análise da autora, Pinhal Novo transformou-se no local de maior oferta de habitação na área do concelho de Palmela. Esses desafios implicam a necessidade de criar novas redes de serviços e infra-estruturas de cultura, lazer para a população activa. E pergunta autora, que tipo de mecanismos é necessário criar para desenvolver a identidade territorial "A resposta à questão, como se formam neste contexto os processos identitários dos habitantes e quais as características de fenómenos como a auto identificação espacial, gosto cultural subjectivamente definido e envolvimento na vida cultural local" (Opcit 35).



Ilustração 155 - Capa de Tese sobre Cultura Caramelos

Após vários trabalhos sobre os processos de afirmação da identidade, a autora conclui que José Maria dos Santos é a personalidade mais importante da vila.

A questão da afirmação da identidade é um processo dinâmico. A memória como ancora duma identidade é uma representação social (um constructo cognitivo que regula a acção). Este constructo é uma consciência no presente dum fenómeno do passado. A sua vivência representa pois uma permanência do passado (um memória) que mobilizada para uma acção social no presente alicerça a formação identitária.

A identidade como processo social é dinâmica. Ela é influenciada pelos fenómenos de urbanização pela incorporação de novos elementos que com novas referências fazem novas sínteses das informações mnemónicas. Estas novas sínteses são respostas à necessidade da comunidade de recriar as suas identidades. O desenvolvimento dum núcleo urbano é portanto um espaço para a construção de memória e identidade.

¹⁴⁸ CHOMICZ, Aleksandra (2005) Culturas Habitadas. Modos de Ser e ver. O Caso do Pinhal Novo, Pinhal novo, Junta de Freguesia

Cultura regional dos Caramelos

Paula Maria Cruz Andrade em Pinhal Novo: movimentos migratórios dos caramelos, povoamento e construção duma identidade cultural¹⁴⁹ faz uma análise sobre o processo da formação da identidade cultural do Pinhal Novo, tomando como ponto de partida o movimento migratório dos caramelos. A questão é saber se os emigrantes praticam as mesmas formas de cultura das suas terras de origem ou se as recriam agora num novo contexto. Por outro lado procura também compreender as dinâmicas internas das manifestações regionais e analisar os fenómenos de religião popular. O trabalho procura descrever e analisar o movimento migratório desde meados do século XIX, a dinâmica das famílias, como forma de caracterizar a identidade (modos de estar, formas de pensar, agir, nomeadamente nas formas de religião, nas práticas do lazer, nos hábitos gastronómicos, formas de habitar, trabalho, etc.

Os elementos recolhidos são interessantes na medida em que revelam um conjunto de memórias sobre os modos de vida nos anos 40 e 50, data em que a maioria dos “caramelos” do universo das entrevistas chegaram à zona do Pinhal Novo, e se instalaram com base nos modelos dos caramelos já residentes, e que portanto tinham conseguido fixar-se nas novas terras com sucesso. Através desta memória temos o retrato do mundo agrícola. A vivência nos quartéis (nome dos barracões das herdades junto das áreas de cultivo, alimentação, constituída por sopas com massas e feijão, arroz, farinha de milho e de trigo e chicharro (sopas caramela), aos modos de trabalho agrícola essencialmente nos arrozais e vinhas.

A cultura dos caramelos e a dos ferroviários são a base da identidade regional do Pinhal Novo, conclui a autora. Uma identidade em mutação, já com grande influência das economias de serviços das novas urbanidades, devido à elevada oferta de trabalho na área metropolitana de Lisboa.

A religião é um dos territórios das práticas sociais onde melhor se identificaram as mutações sociais. Provenientes duma terra, a Gândara, com práticas muito restritas, a abertura ao mundo nas terras do Pinhal Novo permitiram uma maior abertura. Fenómeno que vem a par com uma certa dessacralização dessa vida social a partir dos anos 60. Este fenómeno é particularmente evidente nas festas de Nossa Senhora da Atalaia, onde os caramelos surgem associados em Círios.

Com o desenvolvimento dos tempos do lazer, foram-se ampliando a adopção dos traços identitários dos caramelos. Por exemplo, a cultura do folclore local está impregnada de elementos icónicos dos caramelos. A iconicidade da cultura caramela ganha maior visibilidade com o fim dos movimentos migratórios, nos anos 70. A partir desse tempo, o menor valor social da cultura caramela inverte-se, passando a construir um dos

¹⁴⁹ ANDRADE, Paula Maria Cruz (2006) Pinhal Novo: movimentos migratórios dos caramelos, povoamento e construção duma identidade cultural, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses, Culturas Regionais Portuguesas, Universidade Nova de Lisboa.

elementos de distinção da identidade local. O tempo revestiu esta cultura de significados identitários que passam a ser adoptados por todos. A autora conclui que a cultura do Pinhal Novo resulta da aculturação, “um entrecruzar de culturas”, estando presente muito dos elementos que só podem ser explicados como resultado das migrações dos gandarenses para esta vila

Ainda no âmbito da recolha de elementos do património social dos Caramelos, a Junta de Freguesia do Pinhal Novo têm vindo a publicar na colecção Origens, um conjunto de textos sobre a actividade dos Círios de Caramelo¹⁵⁰s e sobre os Poetas Populares¹⁵¹.

A questão da Poesia Popular, outrora muito utilizada em situações de sociabilidade masculina, passou nos últimos trinta anos por um processo de valorização. Actualmente, com alguma regularidade encontram-se estes “encontros” de poetas populares que fixam uma determinas memória. Memória essa que quase sempre é mais contemporânea. Por exemplo, numa sextilha de José Marques Bravo sobre Rio Frio:

“A maior vinha do mundo/ Que com raça e querer profundo, / No Rio Frio se plantou; /Foi José Maria dos Santos, /Que p’ra felicidade de tantos /O homem assim ordenou.

E naquela grande herdade/ Em tempos de prosperidade, / Fez casas prós trabalhadores; Belas adegas prós vinhos/ e todos eram bom vizinhos, / Camponeses e feitores. (¹⁵²

Ainda no âmbito dos trabalhos sobre a memória e património de Pinhal Novo, saliente-se o trabalho de Nuno Neto Monteiro¹⁵³, que ao publicar a correspondência da Junta de Freguesia em 1928, permite vislumbrar um retrato do aglomerado nesse tempo.

¹⁵⁰ DIAS, Manuel Balseiro (2000), Círios e Caramelos, Pinhal Novo, Junta de Freguesia

¹⁵¹ PINHAL NOVO, Junta de Freguesia (2003), Encontro de Poetas Populares de Pinhal Novo, Pinhal Novo, Junta de Freguesia
PINHAL NOVO, Junta de Freguesia (2004), Poetas Populares Pinhal Novo 2003, Pinhal Novo, Junta de Freguesia

¹⁵² (PINHAL NOVO, 2003, 71)

¹⁵³ MONTEIRO, Nuno Neto (2002), A Correspondência Expedida da Junta de Freguesia de Pinhal Novo em 1928 – ano da Fundação, Pinhal Novo, Junta de Freguesia

Breve Cronologia sobre a Propriedade da Herdade de Rio Frio

1585 - Os terrenos da Barroca, encontravam-se na posse de Álvaro Afonso de Almada, cavaleiro da Ordem de Cristo

1619 - O fidalgo André Ximenes de Aragão, cavaleiro da Ordem de Cristo (6º filho de Duarte Ximenes de Aragão e de Isabel Rodrigues da Veiga e irmão de Fernão Ximenes de Aragão, rico mercador), institui, em testamento com sua mulher D. Maria Ximenes, um morgadio de 10 mil, cruzados que tinha como sede a Barroca d' Alva e importância de que era credor ao Duque de Bragança; a administração deste vínculo passou depois a um filho de nome Tomás e, por morte deste, a um seu sobrinho, Jerónimo; deste passou a outro sobrinho, Rodrigo Ximenes de Aragão e depois a seu neto Francisco Inácio Ximenes Coutinho de Aragão Barriga e Veiga; foi depois o morgadio herdado por Rodrigo Caetano Pereira Coutinho Barriga e Veiga seu filho bastardo; nesta altura já a maior parte das terras da Barroca tinham revertido para a Coroa;

1767 - Rodrigo Caetano Ximenes Pereira Coutinho Barriga e Veiga, cavaleiro da Casa Real e Comendador da Ordem de Cristo, meio arruinado resolveu, numa última tentativa de salvar o que lhe pertencia, arrendar a totalidade dos seus haveres a um certo José Gomes de Abreu, morador em Lisboa, na rua Augusta. Comprometia-se José Gomes de Abreu a entregar anualmente a quantia de catorze mil cruzados, a livrar dentro de determinado prazo, os bens das penhoras que sobre eles pesavam, a abrir as valas da Barroca, secar os pauis e fertilizar aquela fazenda.

1767 - José Gomes de Abreu não devia ter capital suficiente com que proceder ao arroteamento da Barroca De Alva. A terra era de sesmaria, sujeita a condições de cultura". A 14 de Julho de 1767, foi lavrada uma escritura em que José Gomes de Abreu subarrendava a Jàcome Ratton as fazendas de Barroca de Alva, Quinta do Pereiro, Monte da Caparica Marinha, Sesmaria da Usa e todas as mais terras anexas e confinantes, pertencentes a Rodrigues Ximenes; e inicia no local uma plantação de amoreiras e criação de bichos-da-seda; procede ao arroteamento dos terrenos incultos, enxugo de pântanos, limpeza de valas, etc.; nos terrenos existia então, segundo o próprio Ratton, apenas uma ermida, dedicada a Santo António, com casa anexa em ruínas, que eram pertença da comenda de São Tiago de Alcochete; Ratton teria procedido ao restauro da ermida, mantendo as suas características.

1810 - Perseguido por suspeita de colaboração com os franceses durante as invasões, Ratton exila-se em Inglaterra; durante a sua ausência será o seu filho Diogo Ratton a assumir a direcção dos negócios; senhor do Prazo da Barroca d' Alva, membro da Comissão de Obras Públicas e membro fundador da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, conclui as obras do primitivo solar da Barroca, hoje desaparecido;

1822 - D. Maria Júlia Ratton Clamouse, filha de Diogo Ratton herda os bens de seu pai.

1834 – D. Maria Júlia Ratton Clamouse desposa o seu primo Jàcome Leão Daupiás. Deste casamento, que levou a reunião das propriedades da família Ratton haverá nove filhos. Júlia virá a falecer em 1873, e o viúvo, Jàcome Ratton casará uma segunda vez, em 1875, com uma outra prima, D. Catarina Josefa Ratton, do qual não terá filhos. Jàcome Leão deixa como herdeiros os nove filhos do seu primeiro casamento.

1850-52 –Manuel José Gomes da Costa Júnior (São Romão) adquire (tudo leva a crer os créditos sobre a propriedade) da Herdade de Rio Frio em Alcochete, aos Daupiás, Barões de Alcochete e a Sesmaria de Venda do Alcaide, em Palmela. Estas compras enquadram-se numa nova fase da sua na sua estratégia empresarial, com aumento da componente fundiária sobre o capital financeiro.

186(?) – José Maria dos Santos incorpora a Herdade da Barroca D’ Alva na sua estratégia agrícola da Margem Sul. Toma conta a Herdade da Barroca d’ Alva aos herdeiros do Jacques (ou Jàcomo) Léon Daupiás. A posse foi feita mediante transferência para José Maria dos Santos do empréstimo hipotecário contraído pelos referidos herdeiros, junta da Companhia Geral do Crédito Predial.

1876 - José Maria dos Santos, compra a Barroca d’ Alva e courelas anexas ao Barão de Alcochete e herdeiros os irmãos Estêvão, Júlio, Henrique e Félix Daupiás.

1913 – Por morte de José Maria dos Santos a direcção dos seus negócios passam para o seu sobrinho António Santos Jorge e para seu sobrinho-neto José Samuel dos Santos Lupi (de menor idade e filho de Samuel dos Santos Lupi, herdeiro testamentário falecido três meses antes do tio)

1916 – Os documentos apontam para a criação da “Casa Agrícola Santos Jorge”

1924 – Samuel Lupi Santos Jorge filho de António Santos Jorge e José Samuel Lupi, agrónomos de formação assumem o controlo da Casa Agrícola. É possível que tenham centralizado a gestão dos negócios agrícolas em Rio Frio.

1957 – Criação da Sociedade Agrícola de Rio Frio SARL. José Samuel Lupi assume a Presidência.

1961 – Samuel Lupi Santos Jorge afasta-se da direcção executiva dos negócios da Sociedade de Rio Frio.

1964 – Falecimento de Samuel Lupi Santos Jorge, sem herdeiros directos. A Herdade dos Machados é herdada pela por Ermelinda Martinez, com quem se havia casado 3 anos antes. Rio Frio passa para o Ramo Lupi, administrada por José Samuel Pereira Lupi, á qual se junta o seu filho José Lupi, recém formado em agronomia

1970- Falecimento de José Samuel Pereira Lupi. José Lupi e suas irmãs Maria de Lurdes Pereira Lupi e Maria José Pereira Lupi, conjuntamente com sua mãe, Maria Amélia Pereira Lupi, mantêm a Herdade de Rio Frio e suas herdades conexas em administração conjunta

1982 – Falecimento de Maria Amélia Pereira Lupi. Partilhada Herdade de Rio Frio. José Lupi fica com a Barroca D'alva e transfere a sua coudelaria para Espanha

1988 – Alienação da Herdade Agrícola de Rio Frio ao industrial Francisco Garcia.

Bibliografia

BIBLIGRAFIA

- AGUIAR, Cristóvão de (1987) Vindima de Fogo, in Raiz Comovia, Lisboa, Editorial Caminho
- ALMADA, Centro de Arqueologia (1988), A ocupação romana da margem esquerda do Estuário do Tejo: a intervenção arqueológica na Herdade de Rio Frio, Catálogo da Exposição, Almada, Centro de Arqueologia de Almada
- ALMEIDA, Fialho de (1893) "Vindimas", in O País das Uvas, Lisboa Livraria Clássica Editora.
- ALMEIDA, Fialho de (1893) O Castelo de Alvito, Lisboa Livraria Clássica Editora.
- ALVA Confraria dos Enófilos do Alentejo, e tal (2000) A talha e a sertã: Beber e comer no Alentejo, Catálogo da Exposição, Évora 28 de Maio 31 de Julho, Museu do Artesanato.
- ALVES, Cristina, e álea (2003), "Para um arquivo das Fontes Oraís do Concelho de Palmela" in Memórias de Ferroviários de Pinhal Novo, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Estudos e Projectos Municipais, nº 7
- AMZALAK, Moses Bensabat (1941) José Bonifácio de Andrada e Silva economista, Lisboa, Seara Nova
- ANDRADE, Paula Maria Cruz (2006) Pinhal Novo: movimentos migratórios dos caramelos, povoamento e construção duma identidade cultural, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses, Culturas Regionais Portuguesas, Universidade Nova de Lisboa
- BARROS, António da Gama (1948) História da Administração Publica em Portugal nos séculos XII a XV, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora
- Bombeiros Voluntários do Pinhal Novo (2001) 50 anos de vida: o Princípio da História: Bombeiros Voluntários do Pinhal Novo. Pinhal Novo
- BRANDÃO, Raul (1935) Memória, Lisboa, Seara Nova
- BRANDÃO, Raul (1985), Portugal Pequenino, Antologia da terra Portuguesa, Lisboa Vega
- BRITO, F. de Almeida (1884), Le Phylloxera et autres Épiphyties de la vigne en Portugal, mémoire présenté au congrès de Turin, Lisbonne, Imprimerie Nationale
- CABRAL, Manuel Villaverde (1974), Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal no Século XIX e XX, Porto, Editorial Inova.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1976), Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX, Lisboa, A Regra do Jogo
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979), Portugal na alvorada do Século XX, Lisboa, A Regra do Jogo

- CABRITA, José António (1999) José Maria dos Santos: E antes do "Grande Agricultor"? , Pinhal Novo, Junta de Freguesia do Pinhal Novo.
- CABRITA, José António (2006), Rio Frio: Retratos de uma grande casa agrícola, Pinhal Novo, Junta de Freguesia de Pinhal Novo, colecção origens, nº 8.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1983) O Algarve e a regionalização do ensino universitário Agrícola, separata do Seminário sobre o Papel da Universidade no Processo de Regionalização e de Desenvolvimento Regional, Lisboa, INIC – Centro de Economia Agrária.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1991) A agricultura Portuguesa através dos tempos, Lisboa, Instituto de investigação Científica.
- CAMPOS, Ezequiel de (1918) A Evolução e Revolução Agrária, Porto, Renascença Portuguesa, 99 pag
- CÂNCIO, Francisco, (1935) Ribatejo, Monografia Ilustrada, Lisboa, Edição de Autor
- CÂNCIO, Francisco, (1947) Ribatejo, Lendário e Pitoresco, Lisboa, Casa do Ribatejo.r
- CASTRO, Dom Luís da, (1874), Breve Notícia da Viticultura Portuguesa: Breve Notícia da Colecção de Vinhos de Portugal, apresentados na exposição internacional de 1874 em Londres, Lisboa, Imprensa Nacional
- CASTRO, Dom Luiz (1896), Plantações Definitivas e Cultura da Vinha, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CASTRO, Dom Luiz (1904), prefácio do Guia Prático das Associações Agrícolas em Portugal de Pedro Ferreira dos Santos, Edição da Biblioteca da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa
- CASTRO, Dom Luiz (1907), Aspectos Económicos do Projecto Vinícola: Conferencia realizada a 27 de Janeiro de 1907 na Sociedade de Sciencias Agronómicas de Portugal.
- CASTRO, Pd João Batista de (1767), Roteiro Terrestre de Portugal, Coimbra, Oficcina Luíz Seco Ferreira
- CATALOGO, (1947) I Exposição Bibliográfica do Ribatejo, Santarém, II Congresso Ribatejano
- CAVACO, Carminda (1984), "A Agricultura em Palmela. Que inovações?" in Estudos de Geografia Rural de Portugal, Vol II, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos., UL, pp.68-133
- CAVACO, Carminda (1986), "Estruturas Agrárias e a mecanização Agrícola em Portugal, Lisboa", in Revista Povos e Culturas, nº 1 , Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pp 49-97
- CAVACO, Carminda (1992), Portugal Rural, , Lisboa, Ministério da Agricultura
- CEBOLA, José Manuel (2007), Capela de São José, Pinhal Novo, Junta de Freguesia do Pinhal Novo

- CHOMICZ, Aleksandra (2005) Culturas Habitadas. Modos de Ser e ver. O Caso do Pinhal Novo, Pinhal novo, Junta de Freguesia
- CHOMICZ, Aleksandra, (2005), Culturas Habitadas: Modos de ser e ver – o caso do Pinhal Novo, Pinhal Novo, Associação Juvenil Odisseia.
- COSTA , B. C. Cincinnato da e Castro, Dom Luiz de (1900) L' Enseignement Superieur de lagricultures en Portugal , Lisboa Impreimerie Nacional
- COSTA LOBO, (1908) História da Sociedade em Portugal, Cap II
- COSTA, Fernando Marques (1979), "Aspectos da vida de um burguês", in O Século XIX em Portugal, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp 157-171
- DAUPIÁS, Nuno (1952) Jàcome Ratton e o emprazamento da Barroca de alva, in Separata do Boletim da Província da Estremadura, 1
- DIAS, Manuel Balseiro (2000), Círios e Caramelos, Pinhal Novo, Junta de Freguesia
- FEIO, Mariano (1933) Le Bas Alentejo et Algarve: reeimpression, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica
- FICALHO, CONDE DE (18
- FIGUEIREDO, Antero de (1918) Jornadas em Portugal, Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand.
- FONSECA, Helder Adegar Teixeira Dias (1992), Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Evora, Universidade de Évora.(2 volumes)
- FORJAZ, Augusto Pereira de Sampaio (1905), Portugal Contemporâneo, Rio de Janeiro, Tipografia Litografica Malafaia Júnio
- FREIRE, Maria Dulce (1997), Produzir e Beber: a vinha e o vinho no Oeste (1929-1939), Lisboa, Dissertação de Mestrado em História, FCSH.
- FREIRE, Maria Dulce Alves (1997) Produzir e Beber, A Vinha e o vinho no Oeste (1929-1939), Dissertação de Mestrado na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- GIRÃO, Aristides Amorim (1933), Esboço de Uma Carta Regional de Portugal, Coimbra, Imprensa da Universidade
- GIRÃO, Aristides Amorim (1941),Geografia de Portugal, Porto, Portucalense Editora.
- GIRÃO, Aristides Amorim (1948),Migrações Internas – 1890-1940, Estudos da População Portuguesa III, Coimbra, Imprensa da Universidade
- GOMES, Mário de Azevedo (1951) "O ordenamento agrícola: As linhas gerais propostas" in Jornadas Agrícolas II, Porto Tip Gonçalves Limitada
- GOMES, Mário de Azevedo (1958) A Informação Histórica a Respeito da Evolução do ensino Agrícola Superior, Lisboa, Editorial Inquérito

- GUIMARÃES, Paulo (2004), *Elites e Industria no Alentejo (1890-1960: Um estudo sobre o comportamento Económico de grupos de Elite em contexto Regional no Portugal Contemporâneo*, Dissertação de Doutoramento, Évora, Universidade de Évora
- JUNIOR, António Augusto Antunes (1938) *Os Vinhos da Estremadura*, Lisboa V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho.
- JUSTINO, David (1987) *A Formação do Espaço Económico Nacional: Portugal 1810-1913*, Lisboa Veja.
- JUSTINO, David (1998), *A formação do espaço económico nacional, (1810-1913)*, Lisboa Vega.
- LAINS, Pedro (1986), *Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada*, in *Análise Social*, 91, 2, pp 381-419
- LAINS, Pedro (1990), *A evolução da Agricultura e da Industria em Portugal (1850-1913) Uma interpretação Quantitativa*, Lisboa, Banco de Portugal, nº 1,
- LAINS, Pedro (1995), *A economia portuguesa no século XX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- LAINS, Pedro (1997), *O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização «concorrencial»*, In *Análise Social*, nº 87, 3º, pp 487-503
- LAINS, Pedro (1998), *Estatística e Produção agrícola em Portugal*, in *Análise Social*, nº 149, Lisboa, ICS, pp 935-968
- LAINS, Pedro (2003), *Os progressos do Atraso: A nova história económica de Portugal (1842-1992)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- LAINS, Pedro (2004); *Vinho novo em garrafas velhas: crescimento agrário em Portugal (1950-1950)*, in *Análise Social*, XXXIX, (170), pp 93-63
- LAINS, Pedro e FERREIRA, Álvaro org.(2005), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais,
- LAINS, Pedro(2008); *O futuro da história económica de Portugal*, in *Itinerários. A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- LAINS, Pedro, e SOUSA, Paulo Silveira (1998) *Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848-1914*, in *Análise Social* , XXXIII, (149), Lisboa Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa e Instituto Universitário Europeu,, pp 935-968
- LAPA, José Ignácio Ferreira (1875), *"Tabela e considerações acerca do Regime alimentar médio do Português"*, in *Relatório da Direcção Geral do Comércio e Industrias, acerca dos serviços dependentes da repartição de agricultura, desde a sua fundação até 1870*, Lisboa, Imprensa Nacional
- LUPI, José Samuel Pereira (1961) *"Aspectos do clima, solos e associações vegetativas dos Montados da Herdade de Rio Frio"*, *Relatório do Tiocínio do Curso de Engenheiro Silvicultor*.Lisboa, Instituto Superior de Agronomia

- LUPI, José Samuel Pereira (1961) "Estudo Económico Comparativo o Montado alinhado e Disperso da Herdade de Rio Frio, o relatório final do curso, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978) Introdução à História da Agricultura em Portugal, Lisboa, Edições Cosmos
- MARTINS, Conceição Andrade (2005), "A Agricultura, in "História Económica de Portugal (1700-2000), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais,
- MARTINS, Conceição Andrade, org. (2002), "História do Trabalho e das Ocupações" Vol III "A Agricultura, Dicionário de Ocupações), Lisboa, Celta.,
- MARTINS, João Paulo (2006) O Vinho em Portugal, Lisboa, Edições dos CTT, 169 paginas
- MARTINS, Maria Conceição Andrade (1990), Memória do Vinho do Porto, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- MARTINS, Maria da Conceição (1988) "Os ciclos do Vinho do Porto: ensaio de periodização" in Analise Social, XXIV, 100, pp 391-429
- MARTINS, Maria da Conceição (1991) "A Filoxera na Viticultura Nacional" in Analise Social, XXVI, (112-113), pp 653-688
- MARTINS, Maria da Conceição (1992), "Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o Caso São Romão e José Maria dos Santos", in Análise Social, Vol XXVII, (116-117), pp 367-404)
- MARTINS, Maria da Conceição (1996) "A intervenção política dos vinhateiros durante o século XIX" in Analise Social, XXXI, 136-137, pp 413-435
- MARTINS, Oliveira (1956), Fomento Rural e Emigração, Lisboa, Guimarães Editores
- MATOS, Ana Cardoso de, MARTINS, Maria Conceição, e BETTENCOURT, Maria Leonor (1982) Senhores da Terra- diário de um Agricultor alentejano : 1832 -1889) Lisboa, imprensa Nacional Casa da Moeda
- MATOS, Ana Maria Cardoso de (1998), Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista, Lisboa Editorial Estampa
- MATOS, José Sarmiento e PAULO, Jorge Ferreira (1999) Caminho do Oriente, Guia Histórico, Lisboa, Livros Horizonte
- MEDALE, Claude (2000), Memoria de Pedra, Porto, Edições Afrontamento.
- MONICA, Maria Filomena (1987), Capitalistas e Industrias (1870-1914), in Análise Social, vol XXIII, (99), pp 819-863
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas, (1995) A Casa e o Património dos Grandes Portugueses (1750-1832), Lisboa, dissertação de Doutoramento em História, FCSH.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas, (2003) Elites e Poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
- MONTEIRO, Nuno Neto (2002), A Correspondência Expedida da Junta de Freguesia de Pinhal Novo em 1928 – ano da Fundação, Pinhal Novo, Junta de Freguesia
- MORAIS SOARES, Rodrigo (1875), Relatório da Direcção Geral do Comércio e Industrias, acerca dos serviços dependentes da repartição de agricultura, desde a sua fundação até 1870, Lisboa, Imprensa Nacional
- MORAIS SOARES, Rodrigo (1878) Mémoire sur les Vins Au Portugal, Lisbonne, Imprimerie Nationale.
- MORAIS, Paulo (1887) Inquérito Agrícola, Projectos, Regulamento e questionários, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Imprensa Nacional
- MURPHY, James (1998) Viagens em Portugal: 1755, Lisboa, Livros Horizonte, Tradução, Prefácio e Notas de Castelo Branco Chaves
- NAER (S/D), Relatório Rio Frio "Parte B 11. Património Cultural Construído", www.naer.pt
- PALMELA, Câmara Municipal (2001). PRAIM, Programa de Recuperação de Arquivos de Interesse Municipal, volume II, Palmela, Câmara Municipal
- PALMELA, Câmara Municipal (2002). Da uva ao vinho: memórias duma colecção, Palmela, (catálogo do acervo para o núcleo museológico do Vinho e da Vinha na adega de Algeruz)
- PALMELA, Câmara Municipal de (2003), Memórias dos Ferroviários do Pinhal Novo, Palmela, Câmara Municipal
- PEREIRA Miriam Halpern (1971) Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico, Lisboa, Sá da Costa
- PEREIRA, Miriam Halpern (1971) "O Vinho do Porto na Economia Portuguesa da segunda metade do Século XIX", Bulletin des Etudes Portugaises do Institut Français au Portugal, Nouvelle Serie, Tome 32, Lisbonne
- PEREIRA, Miriam Halpern (1993), Das Revoluções Liberais ao Estado Novo, Lisboa, Editorial Presença
- PEREIRA, Miriam Halpern (1998), liveira Martins e o Fontismo, in Ler História, 34 pp 17-31.
- PINHAL NOVO, Junta de Freguesia (2003), Encontro de Poetas Populares de Pinhal Novo, Pinhal Novo, Junta de Freguesia
- PINHAL NOVO, Junta de Freguesia (2004), Poetas Populares Pinhal Novo 2003, Pinhal Novo, Junta de Freguesia
- PINTO, João Rocha (1989), A Viagem, Memória e Espaço, Lisboa, Revista de História Económica e Social, nº 11-12, , Livraria Sá da Costa Editora

- PINTO-CORREIA, Teresa (2005) "Paisagem e Identidade: Da memória à Pós-modernidade" in Geografia de Portugal, vol II, Sociedade Paisagem e Cidades, Lisboa, Circulo de Leitores, pp 151-173
- PORTUGAL, (1934) "Regulamento da Produção e comércio dos vinhos licorosos da Região do Moscatel de Setúbal: Decreto 23.734 do Diário do Governo nº 76, 1ª série de 2 de Abril de 1934, 24 paginas
- PROENÇA, Raul (1952) Nos Caminhos de Portugal, Mobil
- PROENÇA, Raul , (1924) Guia de Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional, volume I (Lisboa e seus Arredores (Outra banda e vol. II (Estremadura, Alentejo e Algarve, ver Ribatejo pp 321-388)
- QUEIROZ, Eça de (1872), A cidade e as Serras
- RACAP (1837) Fastos da Associação Central da Agricultura Portuguesa, Lisboa, Casa Portuguesa
- RACAP (1874) Breve Notícia da Viticultura Portuguesa (Colecção de Vinhos de Portugal), na Exposição Internacional de Londres, Lisboa, Imprensa Nacional
- RACAP (1881) Fastos da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, Lisboa, Tipografia Castro e Irmão
- RACAP (1913), Contribuição Predial Rústica, Lisboa, Tipografia Universal, 28 p.
- RACAP-(1909) Problemas da Agricultura seus Males e Remédios, Lisboa, Tipografia Adolpho de Mendonça, Rua do corpo Santo 46
- RACAP, (1860) Estatutos, Lisboa, Tipografia da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa
- RACP, (1898) Alfaias Agrícola, Lisboa, Lisboa, Ulmeiro (1989), fac-simile da Exposição organizada na Tapada da Ajuda em 20 Maio de 1898.
- RAMOS, Manuel João (2004) A Matéria do Património: Memória e Identidades, Lisboa, Edições Colibri
- RAPOSO, Hipólito (1978), Alentejo: Dos princípios à chamada Reforma Agrária, Lisboa, Editorial O século
- RAPOSO, José Hipólito (1978) Alentejo. Dos princípios à chamada Reforma Agrária, Lisboa, Editorial o Século.
- RASTEIRO, Joaquim (1910) Elogio Histórico lido na Sessão solene da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, em 10 de Junho de 1910, Lisboa, tipografia universal, 1910
- RATTON, Jácome (1982) Recordações de Jacome Ratton, Lisboa Fenda
- READ, Jan (1989) Vinhos de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores
- REBELO DA SILVA, Luís (1868) Memória sobre a Agricultura em Portugal, Lisboa
- REBELO, José Paquito (1929) A Terra Portuguesa, Lisboa, Ottosgráfica
- REDOL, Alves (1949), Horizonte Cerrado, Lisboa, Edições Cosmos, 1º volume ciclo Porto wine

- REDOL, Alves (195), Horizonte Cerrado, Lisboa, Edições Cosmos, 1º volume ciclo Porto wine
- REDOL, Alves (195), Horizonte Cerrado, Lisboa, Publicações Europa-América, 2º Volume ciclo Porto wine
- REDOL, Alves (1950), Cancioneiro do Ribatejo- A vida do Povo Cantada pelo Povo, Vila Franca de Xira, Centro Bibliográfico.
- REIS, António Batalha (1945), Roteiro do Vinho Português, Lisboa, SNI.
- REIS, António Batalha (1872), A Vinha e o Vinho em 1872: Relatório sobre A Exposição Vinícola de Lyon em 1870, Lisboa, Imprensa Nacional, 387 pag.
- REIS, António Batalha (1975), Fabrico e Preparação de Vinho de Pasto, Lisboa, tipografia Castro e Irmão.
- REIS, Jaime (1984). O Atraso Económico Português em perspectiva histórica, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia, Working Paper nº 20
- REIS, Jaime Batalha (1871), A Agricultura no Districto de Vizeu, Lisboa , Imprensa Nacional. (Descreve com detalhe as técnicas de produção vinícola e os problemas do comércio.
- REIS, Jaime Fonseca, Hélder (1987), "José Maria Eugénio de Almeida: Um capitalista da Regeneração" in *Análise Social*, vol. XXIII (99), 5.º, 865-904
- RIBEIRO, Orlando (1965) "Agricultura", in Dicionário de História de Portugal, Porto, Figueirinhas, Vil I, pp 60-67
- RIBEIRO, Orlando (1970), A evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Colecção Chorographia.
- RIBEIRO, Orlando (1986), A Arrábida: Esboço Geográfico. Sesombra, Câmara Municipal de Sesombra.
- SARAMAGO, José (1990) Viagem a Portugal, Lisboa Caminho
- SEMEDO, Alice E STOCKER, Carla (2007), Roteiro do Centro Interpretativo da Vinha e do Vinho do Mosteiro de Santo André de Ancede, Baião, Fundação Eça de Queiroz
- SERGIO, António (1941) Antologia dos Economistas Portugueses, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1960), Notícia duma viagem a Portugal em 1765 -1766, Lisboa, Arquivo Histórico de Portugal
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1960), Uma relação do reino de Portugal em 1684, Coimbra, Sep Boletim da Universidade de Coimbra, Vol XXV.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1974), Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria: 1604 -1609 e 1625, Lisboa, Academia Portuguesa de História,

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1983), Contribuição das Fontes Geográficas para a história do vinho entre 1500 e 1640, Porto, Fundação Eugénio de Almeida
- SERRÃO, Victor e MECO, José (2007) Palmela Histórico-Artística: Um inventário do património artístico concelhio, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela
- SILBERT Albert (1970) Do Portugal do antigo Regime ao Portugal Oitocentista, Lisboa, Livros Horizonte.
- SILBERT Albert (1971) Oliveira Martins et L'Histoire, Sep "Regards Sur La Generation Portugaise de 1870, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português
- SILBERT Albert (1978) Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'ancien regime – XVIII siècle – debut du XIX siècle, 3 vol, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- SILVA, Maria Madalena Cagigal e (1962), "As Actividades Vinícolas e os Objectos do Povo Português", In Jornadas Vinícolas –Volume V, Lisboa, tipografia Alcobacense, p 269-273
- SILVEIRA António Henriques (1789), "Racional Discurso sobre a Agricultura e População da Província de Alem-Tejo" in Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, pp. 41-122
- SIMÕES, Orlando Marcelino (1991), Oitenta anos de comercialização e produção dos vinhos do Dão, Tese de Mestrado em Economia, doutoramento em Agronomia, ISEG.
- SIMÕES, Orlando Marcelino (1998), A economia do Vinho no século XX, Lisboa, Tese de doutoramento em Agronomia, ISA.
- SIMÕES, Orlando Marcelino (1998), A vinha e o vinho no século XX, Oeiras, Celta.
- SOARES-FRANCO, António Porto (1938) O Moscatel de Setúbal Lisboa V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho.
- TELLES, Silva, (1924) Congresso Ribatejano, Santarém 1923, Lisboa Casa Progresso
- TENGARRINHA, José Manuel (1983) Estudos de História Contemporânea de Portugal, Lisboa, Editorial Caminho, Coleção Universitária
- TENGARRINHA, José Manuel (1995) Movimentos Sociais Agrários em Portugal (1765-1835), Lisboa, Publicações Europa-América, 2 volumes.
- TORGA, Miguel (1945) Vindima, Coimbra, Coimbra Editora
- TORGA, Miguel (1950) Portugal, Coimbra, Coimbra Editora
- VASCONCELOS, Luiz Mendes (1803), Do Sítio de Lisboa, sua grandeza, povoação e comercio, Lisboa, Impressão Régia, pp 230-231
- VIANNA, Alfredo Manuel Louza de Freitas (1958) "contribuição para o estudo da flora infestante dos arrozais da zona orizícola de Rio Frio",

Relatório do Curso de Engenheiro Agrónomo, Instituto Superior de
Agronomia